

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA

**PERMANÊNCIA E ÊXITO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFG URUAÇU:
ORIENTAÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE
ESTUDANTES**

GOIÂNIA

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

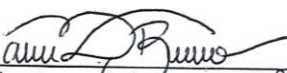
Nome completo do autor: Marcilene Dias Bruno de Almeida

Título do trabalho: PERMANÊNCIA E ÊXITO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFG URUAÇU: ORIENTAÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTES

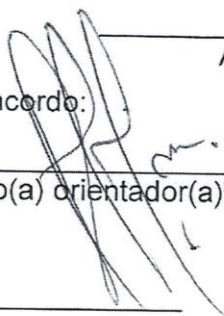
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 25 / 03 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA

**PERMANÊNCIA E ÊXITO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFG URUAÇU:
ORIENTAÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE
ESTUDANTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica

Linha de Pesquisa: Práticas escolares e aplicação do conhecimento

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gene Maria Vieira Lyra-Silva

GOIÂNIA
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Almeida, Marcilene Dias Bruno de

Permanência e Êxito no Ensino Médio Integrado do IFG Uruaçu:
[manuscrito] : orientações para qualificação e acompanhamento de
estudantes / Marcilene Dias Bruno de Almeida. - 2019.

0 225 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Gene Maria Vieira Lyra-Silva.

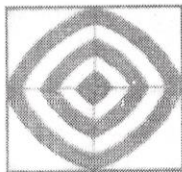
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Centro
de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação
em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2019.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras,
lista de tabelas.

1. Permanência e êxito. 2. Evasão Escolar. 3. Ensino Médio
Integrado. 4. Acompanhamento discente. 5. Educação Profissional. I.
Lyra-Silva, Gene Maria Vieira, orient. II. Título.

CDU 377



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO - PPGEEB
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte dias do mês de março de 2019, às 14:00 horas, nas dependências do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, foi realizada a defesa de dissertação de mestrado PERMANÊNCIA E ÊXITO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFG URUAÇU: ORIENTAÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTES da mestranda **Marcilene Dias Bruno de Almeida**, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Ao término da defesa a banca examinadora (Port. nº 013/PPGEEB/2019 de 19 de março de 2019), considerou a dissertação apresentada

(☒) Aprovada

(☐) Não aprovada

Observações:

O trabalho apresentado foi além das exigências de um mestrado, merecendo ser publicado.

Proclamado o resultado, o (a) presidente encerrou os trabalhos e assinou a presente ata com os outros membros da banca examinadora.

Goiânia, 20 de março de 2019.

Prof. Dra. Gene Maria Lyra-Silva (PPGEEB/CEPAE/UFG) – Presidente

Prof. Dr. Almiro Schulz (PPGEEB/CEPAE/UFG) – Membro interno

Prof. Dra. Rachel Benta Messias Bastos (IFG) – Membro externo

MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA

**PERMANÊNCIA E ÊXITO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFG URUAÇU:
ORIENTAÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE
ESTUDANTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, aprovada em 20 de 03 de 2019.

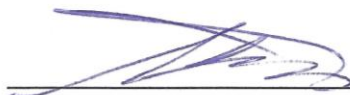
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dr.^a Gene Maria Vieira Lyra-Silva – Presidente da Banca
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação/UFG



Prof.^a Dr.^a Rachel Benta Messias Bastos – Membro Externo
Câmpus Goiânia Oeste/ Instituto Federal de Goiás



Prof. Dr. Almiro Schulz – Membro Interno
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação/UFG

Dedico este trabalho ao meu esposo, Glayson, aos meus filhos, Ruan Sharles e Lanna Liz, e aos meus pais, Rafael e Maria, pessoas que em todo tempo estão ao meu lado e acreditam em mim. Dedico aos meus avós, Lourival e Jovelina (in memoriam), que foram e sempre serão anjos em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Realizar o Mestrado foi a conquista de um sonho de muitos anos, pois residir em cidade do interior apresentava certos obstáculos difíceis de transpor. Contudo, o privilégio de ser aprovada num programa como este e trilhar os caminhos da pesquisa científica trouxeram-me um prazer inigualável.

No percurso desta conquista, muitas pessoas contribuíram para que o caminho trilhado fosse percorrido com mais segurança e menores dificuldades. Tento trazê-las ao máximo aqui em meus agradecimentos, correndo o risco de esquecer-me de algumas e também de não conseguir expressar o tamanho do bem que me fizeram.

Início pelo meu grande inspirador e ajudador, aquele que conduz todos os meus passos e que me permite o fôlego de vida a cada manhã, o meu bom DEUS! A Ele toda honra, toda glória e todo louvor!

Ao meu companheiro de jornada, o meu amado esposo Glayson Antonio de Almeida, que há quase 21 anos tornou-se o meu apoiador, o meu incentivador e que acreditou na minha aprovação e sucesso mesmo antes de mim. Obrigada pelas longas tardes de espera na porta do CEPAE e pelas extensas e seguidas viagens até Goiânia para me acompanhar!

Aos meus preciosos filhos, Ruan Sharles Antonio Bruno e Lanna Liz Almeida Bruno que, nestes dois anos, suportaram minhas ausências e minha dedicação quase exclusiva ao estudo e ao trabalho.

Aos meus pais, Rafael Antonio Bruno e Maria Dias Bruno, pelas preciosas lições de vida, pois sempre me ensinaram a importância do esforço, da responsabilidade, da confiança em Deus. Aos meus avós maternos, Lourival Soares Dias e Jovelina Alves Dias (*in memoriam*), exemplos de vida e de amor.

Aos servidores da CAPD do IFG Uruaçu, Cinthya, Vânia, Élio, Débora e Leonardo, pela paciência e apoio no período em que não gozei de afastamento para o estudo. Vocês são mais que colegas, são meus amigos!

Aos parceiros do curso TADS do IFG Uruaçu, acadêmico Diogo Filho de Moraes e Prof. Filipe Maciel de Souza dos Anjos, pelo brilhante e incansável trabalho realizado no desenvolvimento do sistema web TRIUNFO.

Aos meus colegas do Mestrado turma 2017 e docentes do PPGEED/Cepae/UFG, pela forma como marcaram minha trajetória acadêmica e por dividirem seus conhecimentos por meio dos intensos debates nos nossos encontros semanais.

Aos professores convidados da banca, professora Dr.^a Rachel Benta Messias Bastos e professor Dr. Almiro Schulz, pela gentileza e pelas importantes contribuições na qualificação do projeto de dissertação e na defesa.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Gene Maria Vieira Lyra-Silva, primeiramente pelo seu carisma e simpatia, exemplificada pelo fato de, no dia da entrevista, mesmo sem me conhecer, me acolheu com um pacote de biscoito para eu não ficar sem almoço! Imensamente grata também pela confiança, pelo carinho e conhecimento partilhado e por todas as contribuições nas diferentes fases de constituição desta pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG pela concessão de bolsa de Pesquisa em nível de Mestrado.

A todos que não tenham sido citados aqui, mas estiveram, em algum momento, contribuindo e acreditando neste trabalho. Gratidão!

*"Na noite passada, vocês vieram até mim em sonho
e depositaram em minhas mãos algumas moedas.
Não me lembro se eram muitas ou poucas.
Também não sei de que metal eram feitas,
se eram de metal precioso ou não.
Não importa, porque me sinto pleno e feliz.
E venho lhes dizer: Obrigado, elas são suficientes.
São as moedas de que necessito e as que mereço.
Assim, eu as tomo com gosto, pois vêm de vocês.
Com elas serei capaz de seguir meu próprio caminho."*

Joan Garriga Bacardí

RESUMO

A pesquisa é parte do Programa de Mestrado em Ensino na Educação Básica PPGEED – Cepae/UFG e teve por objetivos construir um Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente, bem como estabelecer um perfil do aluno concluinte e identificar os aspectos que contribuem para a permanência e êxito dos estudantes no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. O lócus foi o Câmpus Uruaçu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Partiu-se de uma revisão bibliográfica sobre o fracasso e sucesso escolar fundamentada em Bourdieu, Arroyo, Patto, Charlot e Lahire e sobre a formação para o mundo do trabalho de Frigotto, Ciavatta, Ramos, Dore, Moura, além de outros autores que contribuem para o debate do tema. Foi adotado o estudo de caso como estratégia de pesquisa e os procedimentos de natureza qualitativa e quantitativa, a partir da abordagem indutiva. Percebeu-se que a consolidação do Ensino Médio Integrado (EMI) atravessa caminhos que passam pela superação da oferta paralela dos componentes curriculares para a integração e estruturação do currículo de forma interdisciplinar, do repensar a avaliação nos moldes somente como medição de conhecimentos adquiridos e da formação dos professores para a atuação conforme os princípios da Educação Profissional Tecnológica (EPT), extrapolando os limites da complementação pedagógica. São apresentados os resultados da coleta de dados, realizada por meio de questionário eletrônico aplicado aos alunos, aos seus pais, professores e técnicos, no encerramento do ano de 2017. Sobre o perfil, os resultados apontaram que o estudante concluinte do EMI: I – não apresenta distorção idade/série; II – ingressou no IFG pelo sistema universal de seleção; III – possui uma boa afinidade com a área técnica do curso; IV – não manifestou a intenção de abandonar o curso, apesar de um número significativo dizer ter ocorrido no 1º ano; V – pertence à classe média baixa; VI – reside na mesma cidade em que estuda; VII – a escolaridade dos pais é de nível médio e superior. A análise dos indicadores de permanência e êxito, constituídos sob os aspectos individuais, socioculturais e econômicos, demonstrou uma preponderância dos fatores institucionais sobre os individuais e socioculturais e econômicos, aventando sobre a força da qualidade do ensino para o sucesso dos estudantes. Buscou-se também a identificação dos elementos que se apresentam como “dificuldades” para a conclusão do curso, constatando-se como principal problemática a organização do curso em tempo integral. Conhecer as características do aluno que permanece e os principais motivos que contribuem para esta decisão pode auxiliar nas estratégias envidadas para que o êxito seja a realidade dos estudantes que ingressam nestas instituições de ensino. Desta forma, ocorreu a construção e aplicação do Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente, por meio de um Sistema web, nas turmas ingressantes de 2018. Os resultados da coleta de dados foram organizados, divulgados e discutidos nas reuniões de Conselho de Classe e utilizados pela equipe de Apoio Pedagógico ao Discente para o acompanhamento dos alunos e das turmas.

Palavras-chave: Permanência e êxito. Evasão Escolar. Ensino Médio Integrado. Acompanhamento discente. Educação Profissional.

ABSTRACT

The research is part of the Master's Program in Teaching in Basic Education PPGEEB - Cepae / UFG and had as objectives to construct a Pedagogical Form of Diagnosis and Student Follow-up, as well as to establish a profile of the concluding student and to identify the aspects that contribute to the permanence and success of the students in the High School Integrated to Professional Education. The locus was the Campus Uruaçu of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás. It was based on a bibliographical review on the failure and school success based on Bourdieu, Miguel Arroyo, Patto, Charlot and Bernard Lahire and on training for the world of work by Frigotto, Ciavatta, Ramos, Dore, Moura, and other authors who contribute to the debate on the theme. The case study was adopted as a research strategy and the procedures of a qualitative and quantitative nature, based on the inductive approach. It was noticed that the consolidation of the Integrated Higher Education (EMI) crosses paths that go beyond the parallel offer of the curricular components for the integration and structuring of the curriculum in an interdisciplinary way, of rethinking the evaluation only as a measurement of acquired knowledge and training of teachers for the performance, according to the principles of Professional Technological Education (EPT), extrapolating the limits of pedagogical complementation. The results of the data collection are presented through an electronic questionnaire applied to the students, their parents and teachers, at the end of 2017. About the profile, the results show that the student completing the EMI: I - does not present age / series distortion; II - joined the IFG through the universal selection system; III - has a good affinity with the technical area of the course; IV – does not expressed an intention to leave the course, although a significant number said to have occurred in the first year; V - belongs to the lower middle class; VI - resides in the same city that studies; VII - parents' schooling level are high school and university graduation. The analysis of the indicators of permanence and success, constituted under the individual, socio-cultural and economic aspects, showed a preponderance of the institutional factors on the individual and socio-cultural and economic factors, showing the strength of the teaching quality for the students' success. It was also sought the identification of the elements that present themselves as "difficulties" for the conclusion of the course, being verified as main problem the organization of the course in full time. Knowing the characteristics of the student that remains and the main reasons that contribute to this decision can help in the strategies implemented so that the success be the reality of the students who enter these educational institutions. In this way, took place the construction and application of the Pedagogical Form of Diagnosis and Student Follow-up, through a web system, for the entering groups of 2018. The data collection results were organized, disseminated and discussed in student performance evaluation meetings, and used by the Student Pedagogical Support team to follow up the students and the classes.

Keywords: Permanence and Success. School Evasion. Integrated High School. Student follow-up. Professional education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – em unidades.....	34
Figura 2	Número de matrículas na educação profissional por rede de ensino e tipo de curso – Brasil 2015-2016.....	60
Figura 3	Mapa dos Câmpus do Instituto Federal de Goiás.....	64
Figura 4	Atitudes dos pais para acompanhamento escolar no Ensino Médio (MEC).....	89
Figura 5	Classificação Socioeconômica do IBGE.....	93
Figura 6	Evolução da distribuição dos docentes que atuam no Ensino Médio por nível de escolaridade – Brasil 2013-2017.....	105
Figura 7	Imagens ilustrativas do Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente – 1ª fase.....	161
Figura 8	Fotos da aplicação do Formulário às turmas dos primeiros anos	162
Figura 9	Síntese encaminhada via e-mail para os docentes.....	162
Figura 10	Foto da apresentação da síntese dos dados na Reunião do Conselho de Classe pela pesquisadora.....	163
Figura 11	Página de abertura do Sistema TRIUNFO.....	165
Figura 12	Imagens ilustrativas do Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente – 2ª fase.....	166
Figura 13	Síntese dos dados enviada por e-mail para coordenações e docentes.....	167
Figura 14	Slides apresentados durante a reunião de Conselho de Classe.....	167
Figura 15	Imagem da página inicial do Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente.....	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Porcentagem de evadidos e retidos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFG Câmpus Uruaçu no período de 2009 a 2016.....	68
Gráfico 2	Percentual de idade dos alunos concluintes de 2017.....	79
Gráfico 3	Percentual de respostas da pergunta “com quem você reside”.....	81
Gráfico 4	Forma de ingresso ao IFG dos estudantes respondentes.....	81
Gráfico 5	Desempenho no curso dos estudantes respondentes.....	82
Gráfico 6	Percentual dos alunos concluintes que já pensaram em desistir do curso.....	83
Gráfico 7	Percentual dos alunos concluintes que escolheriam outra área do curso técnico.....	85
Gráfico 8	Nível de escolaridade dos pais dos alunos concluintes de 2017...	91
Gráfico 9	Renda familiar dos pais dos alunos concluintes de 2017.....	94
Gráfico 10	Percentual das respostas dos pais dos alunos concluintes de 2017 quanto ao desejo do filho de desistir do curso.....	96
Gráfico 11	Nível de escolaridade dos docentes atuantes no Ensino Médio Integrado do IFG Câmpus Uruaçu.....	106
Gráfico 12	Formação pedagógica dos docentes atuantes no Ensino Médio Integrado do IFG Câmpus Uruaçu.....	107
Gráfico 13	Percepção dos professores quanto ao desejo de abandono do curso pelo aluno.....	108
Gráfico 14	Nível de formação dos servidores técnico-administrativos respondentes.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese dos eixos tecnológicos e cursos ofertados no IFG Uruaçu.....	66
Quadro 2	Aspectos e critérios para indicadores de permanência e êxito constantes no formulário eletrônico.....	112
Quadro 3	Respostas dos pais à pergunta aberta sobre o fator que mais contribuiu para a permanência e o êxito.....	136
Quadro 4	Principais ações da Assistência Estudantil do IFG.....	144
Quadro 5	Ações de intervenção para superação da evasão e retenção – itens relacionados ao acompanhamento de estudantes.....	155
Quadro 6	Principais ações da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente do IFG.....	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Alunos Evadidos, em Curso e Concluintes, por tipos de curso, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.....	61
Tabela 2	Número de matriculados, evadidos e retidos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFG Câmpus Uruaçu no período de 2009 a 2016.....	68
Tabela 3	Porcentagens de respostas dos discentes quanto aos principais problemas enfrentados no EMI.....	71
Tabela 4	Porcentagens de respostas dos pais quanto aos principais problemas enfrentados no EMI.....	72
Tabela 5	Porcentagens de respostas dos docentes e técnicos quanto aos principais problemas enfrentados no EMI.....	74
Tabela 6	Quantitativo dos alunos ingressantes em 2015 no EMI do IFG Uruaçu.....	78
Tabela 7	Quantitativo dos alunos concluintes em 2017 no EMI do IFG Uruaçu.....	79
Tabela 8	Matrículas, reprovações e evasão nas turmas de primeiros anos do IFG Uruaçu no período de 2009 a 2017.....	84
Tabela 9	Perfil dos alunos estudantes concluintes dos Cursos Técnicos Integrados do IFG Câmpus Uruaçu.....	85
Tabela 10	Número de pais das turmas pesquisadas presentes nas reuniões ordinárias do IFG – 2015 a 2017.....	96
Tabela 11	Número de atendimentos a pais ou responsáveis no setor Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente entre 2015 a 2017.....	97
Tabela 12	Síntese do perfil dos pais dos estudantes concluintes do EMI do IFG Câmpus Uruaçu.....	98
Tabela 13	Dados dos docentes do IFG Câmpus Uruaçu.....	102
Tabela 14	Ideb alcançado e projeção para os próximos anos – Ensino Médio.....	109
Tabela 15	Percentual dos indicadores de permanência e êxito quanto aos aspectos individuais.....	114
Tabela 16	Percentual dos indicadores de permanência e êxito quanto aos aspectos sociais, culturais e econômicos.....	123
Tabela 17	Percentual dos indicadores de permanência e êxito quanto aos aspectos institucionais.....	130

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONCÂMPUS	Conselho de Câmpus
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMI	Ensino Médio Integrado
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
GEPEX	Gerência de Pesquisa e Extensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
IFG	Instituto Federal de Goiás
IFs	Institutos Federais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Overcoming Failure at School (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)
PAE	Política de Assistência Estudantil
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PISA	Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

	Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RIMEPES	Rede de Pesquisa Ibero-Americana sobre Educação Profissional e Evasão Escolar
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CONCEPÇÕES, PERSPECTIVAS E DESAFIOS	33
1.1 As várias faces do sucesso e do fracasso escolar	35
1.1.1 <i>Algumas teorias explicativas do sucesso e do fracasso escolar</i>	38
1.1.2 <i>Conceituação de fracasso e êxito na pesquisa</i>	47
1.2 O EMI na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	49
1.2.1 <i>Princípios e bases do Ensino Médio Integrado à EPT</i>	51
1.2.2 <i>Os desafios para a consolidação do Ensino Médio Integrado</i>	57
1.3 O EMI no Câmpus Uruaçu do IFG: uma visão geral do acesso, permanência e evasão	63
1.3.1 <i>O olhar dos participantes da pesquisa sobre as dificuldades para a conclusão do EMI</i>	70
2 A QUALIFICAÇÃO DOS SUJEITOS CONCLUINTES DO EMI E OS INDICADORES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO	77
2.1 O perfil dos estudantes concluintes do Ensino Médio Integrado, dos pais, professores e técnicos	77
2.2 Indicadores de Permanência e Êxito no EMI: a visão dos estudantes, pais, docentes e técnicos	111
2.2.1 <i>Aspectos individuais</i>	114
2.2.2 <i>Aspectos sociais, culturais e econômicos</i>	123
2.2.3 <i>Aspectos institucionais</i>	130
3 A PROMOÇÃO DO ÊXITO NO EMI: ORIENTAÇÕES PARA O ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDANTES	142
3.1 Políticas e ações de promoção do êxito no EMI do IFG	142
3.2 Acompanhamento pedagógico no EMI: reflexões e orientações	153
3.2.1 <i>A Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente e as intervenções psicopedagógicas</i>	156
3.2.2 <i>O Sistema TRIUNFO e o Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento ao Discente</i>	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS	177
APÊNDICE A – Termo de Assentimento Livre Esclarecido – Discentes	189

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido – Pais/filhos	191
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido – Pais	193
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre Esclarecido – Docentes e Servidores	195
APÊNDICE E – Questionário – Parte específica Discentes	197
APÊNDICE F – Questionário – Parte específica Pais	198
APÊNDICE G – Questionário – Parte específica Docentes	199
APÊNDICE H – Questionário – Parte específica Técnicos	200
APÊNDICE I – Questionário – Aspectos comuns a todos os segmentos	201
APÊNDICE J – Produto Educacional – Interface Sistema TRIUNFO	205
APÊNDICE K – Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente – 1ª fase	206
APÊNDICE L – Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente – 2ª fase	213
APÊNDICE M – Avaliação do Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente	219
ANEXO A – Termo de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFG	220
ANEXO B – Termo de Anuência para realização da pesquisa no IFG	224

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida durante o Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica, do Programa do Cepae/UFG, vinculada à linha de pesquisa Práticas Escolares e Aplicação do Conhecimento. Buscou-se trabalhar com os seguintes objetivos: Geral: criar um formulário pedagógico eletrônico de diagnóstico e acompanhamento do discente ingressante na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, baseado nos elementos identificados que contribuem para a permanência e êxito do estudante no curso, a fim de fornecer subsídios para a escolha das intervenções adequadas que impedirão seu abandono ou reprovação. Específicos: a) evidenciar os caminhos do sucesso, por meio do levantamento dos aspectos comuns entre os jovens que ingressam, permanecem e concluem a Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio; b) propiciar mecanismos de acompanhamento pedagógico e social ao discente desde seu ingresso na instituição de ensino; c) subsidiar o trabalho de docentes, equipes pedagógicas e pais concernente às estratégias de incentivo à permanência e êxito dos estudantes.

Estudos demonstram que as estratégias de identificação dos motivos e causas da evasão e fracasso escolar são tardias e, na maioria das vezes, identificadas somente após a desistência do aluno no curso. De acordo com Dore e Luscher (2011), “na análise da evasão, destaca-se a explicação de que a evasão é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola. A saída do estudante da escola é apenas o estágio final desse processo” (p. 777).

Muitas vezes, considera-se como evasão apenas os casos em que os alunos deixam de frequentar a sala de aula, desconsiderando demais situações de saída do aluno da escola. Exemplificando: o aluno de um curso que realiza desligamento e volta a estudar outros cursos por meio de transferências, como acontece na educação profissional técnica média, pode não estar inserido na situação de evasão. Mas seu caso pode ser visto como um ato de abandono, já que deixou de frequentar as aulas durante o ano letivo. (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 40).

Assim, torna-se imprescindível a obtenção mais rápida e objetiva de informações sobre os discentes, que seriam preponderantes para o traçado de estratégias que podem contribuir para a sua permanência e conclusão do curso pretendido. Como a utilização das ferramentas eletrônicas nas práticas educativas e pesquisas educacionais é uma realidade que não deve ser ignorada, pois possibilitam dinamizar a execução na perspectiva da efetividade, justificamos a proposição da construção e aplicação do Formulário Pedagógico Eletrônico, a

partir dos dados resultantes do estudo proposto, como ferramenta para diagnóstico e acompanhamento dos estudantes.

Isso poderá contribuir para a célere identificação de fatores desencadeadores da permanência ou evasão do aluno, do seu sucesso ou fracasso, tanto na fase inicial do processo educativo, quanto no seu decorrer, servindo como subsídio para os diversos segmentos, dentre eles professores, pais e equipes de apoio pedagógico, procederem com a tomada de decisões e escolha das alternativas mais eficazes para a promoção da permanência e êxito do aluno no curso.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é uma modalidade de ensino que, no Brasil, é ofertada por determinadas instituições públicas e privadas e ocorre a partir de princípios e leis específicas. Dentre as instituições ofertantes, a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica – Rede Federal, por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), é especializada na oferta da Educação Profissional e Tecnológica – EPT – nas diferentes modalidades, destinando no mínimo 50% de suas vagas para cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada, para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.

No Instituto Federal de Goiás – IFG –, o Ensino Médio Integrado (EMI) é oferecido nas seguintes formas: Integrado regular, com duração de 4 anos; Integrado em tempo integral, com duração de 3 anos; e Integrado na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com duração diversificada, de acordo com a matriz curricular de cada curso. Neste trabalho, iremos nos ater ao estudo do EMI em tempo integral, conforme é oferecido pelo IFG Câmpus Uruaçu, lócus da pesquisa. Não focaremos o estudo no EMI ofertado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, visto que possuem princípios e bases distintas.

A política de expansão da Rede Federal, ocorrida a partir de 2003 e reforçada pela criação dos IFs em 2008, surgiu com a finalidade de desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica como “processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”, além de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior (Lei nº 11.892/2008).

A educação profissional não se coloca como nível de ensino, mas como um tipo de formação que permeia toda a vida do indivíduo em idade profissionalmente produtiva. Aqui está presente a ideia de educação permanente ou da educação continuada, em que o indivíduo nunca encerra seu aprendizado; ao contrário, constrói, reconstrói, modifica e amplia continuamente a sua educação geral e formação profissional para atender às pressões e condicionamentos de um mundo profissional em contínua mudança tecnológica (MOREIRA, 2004, p. 170).

Segundo Ferretti (2014), as finalidades e os objetivos dos Institutos Federais legalmente fixados são bastante amplos. Entre as primeiras, conta-se a constituição de acervo de conhecimentos sobre o desenvolvimento socioeconômico e cultural pertinentes a seu âmbito de atuação regional e local que lhes sirva de base, não apenas visando à contribuição para o fortalecimento de arranjos produtivos, sociais e culturais nesse mesmo âmbito, mas, também, para estruturar a educação profissional e tecnológica que deverão ofertar em diferentes níveis e modalidades. Isto implica a promoção de processos de verticalização que integrem a educação básica à profissional e ambas associadas aos cursos superiores de graduação e pós-graduação.

Com relação à oferta de vagas, dentro do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades, totalizando 644 *campi* em funcionamento, oferecendo cursos de qualificação, Ensino Médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Na educação técnica de nível médio, o total de matrículas saltou de 77.074, em 2008, para 534.853, em 2013, e em 2017 o número de matrículas nessa etapa do ensino era de aproximadamente 1.791,806 milhão (BRASIL, 2016a).

Apesar dos investimentos da política pública quanto ao crescimento de matrículas e de escolas e do expressivo avanço nas formas de acesso, incluindo as ações afirmativas, dados estatísticos comprovam altos índices de abandono¹ e repetência do aluno no Ensino Médio da Rede Federal. De acordo com o Censo Escolar de 2014/2015, 5,9% dos alunos que ingressaram nesta etapa e modalidade de ensino abandonaram o curso e, dos que permaneceram, 13,4% reprovaram (BRASIL, 2017a).

Numa observação primária sobre o caso do IFG Câmpus Uruaçu², em seu sistema de visualização de relatórios acadêmicos da instituição (VISÃO), verifica-se que, das mais de 700 vagas ofertadas na Educação Técnica Integrada ao Ensino Médio, desde a implantação dos cursos no Câmpus em 2009 até o ano de 2017, cerca de 11,4% dos alunos evadiram-se. Deste total ainda excluem-se os que solicitaram transferência externa e cancelamento,

1 Nesta pesquisa, ao utilizarmos o termo “abandono” e “evasão” escolar, estamos nos referindo ao aluno que desiste do curso investido na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com e sem solicitação de transferência externa. Consideramos que o aluno que solicita transferência externa também é evadido da Rede Federal, mesmo que este continue seus estudos em outra rede de ensino.

2 O Câmpus Uruaçu do IFG foi criado pelo MEC por meio da Portaria nº 694, de 9 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 10/06/2008, como parte do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com base em relatórios e pesquisas econômicas, os eixos tecnológicos escolhidos para serem trabalhados no Ensino Médio Integrado do Câmpus Uruaçu foram os de Informática, Química e Edificações (BRASIL, 2008a).

abandonando o curso integrado para concluir somente o Ensino Médio em outra rede de ensino. Contando com os cancelamentos e transferências, o percentual de saídas ultrapassa a casa dos 33%³.

Os dados evidenciam a necessidade de estudos que subsidiem a criação de estratégias para minimizar as causas e prejuízos do abandono e repetência nesta etapa e modalidade de ensino. No entanto, segundo uma análise da produção intelectual sobre permanência escolar, realizada nos períodos de 2004 a 2013 e apresentada no IV Colóquio Internacional de Educação, Cidadania e Exclusão (Rio de Janeiro, 2015), existe um número reduzido de estudos sobre o abandono e fracasso na educação profissional técnica de nível médio, sendo que as pesquisas concentram-se mais no nível superior (OLIVEIRA, G., OLIVEIRA, M., 2015).

Os fatores elencados acima justificam a relevância científica e social da presente pesquisa, pois a ampliação de estudos sobre os desafios do Ensino Médio Integrado quanto ao enfrentamento da evasão e fracasso pode oferecer subsídios teóricos e práticos para que as instituições de ensino criem estratégias de permanência e êxito e garantam que os estudantes que ingressam consigam concluir o curso e obter a formação politécnica, omnilateral e integrada, conforme estabelecida nos fundamentos legais e pedagógicos.

A motivação para a realização do estudo decorreu também da atuação profissional da pesquisadora como Técnica em Assuntos Educacionais no Câmpus Uruaçu do IFG, realizando trabalho de orientação educacional aos alunos do Ensino Médio Integrado em tempo integral. Nas ações de acompanhamento discente, surgiram inquietações referentes à compreensão dos aspectos que movem o estudante do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, em idade escolar obrigatória, que passa por um processo seletivo para o ingresso numa instituição com prestígio social, a abandonar o curso. Em contrapartida, os casos de estudantes concluintes que passaram por variados obstáculos e conseguiram alcançar êxito também despertaram o desejo de conhecer quais foram suas principais motivações e forças para terminarem o curso.

Desta forma, a pesquisa buscou elucidar os aspectos que interferem na decisão dos estudantes dos Institutos Federais de permanecer ou desistir do curso, bem como verificar se o acompanhamento discente realizado pela instituição contribui para que o aluno permaneça e tenha êxito no curso escolhido.

3 Disponível em: <<http://visao.ifg.edu.br/evacao-por-curso>>. Acesso em: 28 set. 2018.

O vocábulo “qualificação” utilizado no subtítulo central desse estudo: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes, foi empregado com o sentido de atribuir qualidade, caracterizar. Buscamos levantar características comuns entre os estudantes que concluem o EMI a fim de obter um perfil do discente e realizar análises e comparações com os estudantes ingressantes, com os novos concluintes e levantar elementos que indiquem os possíveis casos de fracasso e as principais possibilidades de sucesso.

Nesse contexto, foi necessário buscar respostas para questões como: A instituição de ensino atende às expectativas e necessidades do estudante nesta fase do processo educativo? Mesmo com as adversidades, quais as características comuns entre os estudantes do IFG Câmpus Uruaçu que persistem e avançam em sua escolarização? Qual a visão dos próprios alunos, dos pais ou responsáveis, dos professores e técnicos sobre os fatores do fracasso ou do sucesso? Existem mecanismos ou instrumentos eficazes no diagnóstico e acompanhamento do estudante que possibilitem a escolha das melhores intervenções?

São indagações para as quais buscamos encontrar respostas. Para sermos mais precisos, o objeto central do presente trabalho foi realizar o estudo sobre os alunos concluintes do Ensino Médio Integrado do IFG Uruaçu a fim de obter o seu perfil e vislumbrar os indicadores mais relevantes para a sua permanência e êxito, subsidiados pela visão dos próprios estudantes, dos seus pais ou responsáveis e dos professores e técnicos que atuam diretamente com esse público.

O trabalho está estruturado em três seções. No capítulo 1, discorremos sobre os principais fatores que podem contribuir para o estudante ter fracasso ou sucesso na escola, na visão de grandes estudiosos da educação e da sociedade, bem como definimos os princípios e bases do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica. Apresentamos informações do lócus da pesquisa, o Câmpus Uruaçu do IFG e apontamos os principais desafios enfrentados pelos participantes quanto à conclusão do EMI nessa instituição.

No Capítulo 2, por intermédio da pesquisa de campo e da análise dos dados levantados, desenvolvemos o perfil do aluno do EMI que conclui e a visão deles próprios, de seus pais, professores e servidores técnico-administrativos sobre os fatores individuais, socioculturais, econômicos e institucionais que mais influenciaram na sua permanência e êxito.

O capítulo 3 está dividido em duas partes. Na primeira apontamos as políticas e ações já implementadas pela instituição IFG em busca da promoção do êxito de seus estudantes e, por fim, desenvolvemos algumas orientações para o acompanhamento pedagógico de estudantes no Ensino Médio Integrado e explicitamos o processo de

construção, aplicação e análise do Produto Educacional da presente pesquisa: o Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente e do Sistema web TRIUNFO.

Considerações sobre o método

A seguir, procuramos explicitar a base metodológica que deu suporte à pesquisa, utilizando como aporte teórico autores como Marconi e Lakatos, Lüdke e André, Andrade, Gil, Turato, Mendonça e Minayo.

A ciência é uma das formas de conhecer e retratar o mundo que nos rodeia. O conhecimento científico diferencia-se de outros conhecimentos pela sua natureza e metodologia. Segundo Minayo (2014), o conhecimento científico é objetivo e real, contingente ou racional, sistemático, geral, verificável e falível. Real porque lida com ocorrências ou fatos, é contingente ou racional, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por meio da experiência e não apenas pela razão, é sistemático, já que se trata de um saber ordenado logicamente, possui a característica da verificabilidade, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência e é falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou formal.

Para que um conhecimento possa ser científico, como possui a característica da verificabilidade, é necessário determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. Como existe uma variedade de métodos, inúmeros autores afirmam a necessidade de classificá-los para o melhor atendimento dos fins pretendidos pela pesquisa científica. Os métodos podem ser classificados quanto aos que buscam conhecer as bases lógicas da investigação científica e aqueles que esclarecem os procedimentos técnicos que poderão ser utilizados, ou seja, métodos de abordagem e métodos de procedimentos (GIL, 2008).

Dentre os principais objetivos da investigação descritos neste estudo, encontram-se a construção do perfil do estudante exitoso e a identificação de fatores que possam contribuir para a permanência e êxito de estudantes na modalidade da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio em tempo integral. Para alcançar esses objetivos, utilizamos como método de base lógica a abordagem indutiva, associada ao método comparativo. Foi adotado o estudo de caso como estratégia de pesquisa, valendo-se de procedimentos de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa. Além do mais, empregamos a técnica de observação direta extensiva, que, segundo Marconi e Lakatos (2003), realiza-se por meio de questionário, de

formulário, de medidas de opinião e atitudes e de técnicas mercadológicas, constituídos por uma série de perguntas abertas e fechadas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.

O método indutivo é usado para analisar dados ou observações anteriormente constatados para se chegar a proposições gerais.

O método indutivo consiste em enumerar os enunciados sobre o fenômeno que se quer pesquisar, e por meio da observação, procura-se encontrar algo que está sempre presente na ocorrência do fenômeno. [...] Na indução a cadeia de raciocínio estabelece conexão ascendente, do particular para o geral. Neste caso, as constatações particulares é que levam às teorias e leis gerais (ANDRADE, 2010, p. 117-119).

De acordo com Turato (2005), o raciocínio indutivo é relativo ao fato de que os pesquisadores se fundamentariam nos dados de campo, estudando individualidades a fundo e colecionando informações que, paulatinamente, desembocariam na construção de uma teoria densa e plausível. Desta forma, a interpretação do cientista deve ser feita na perspectiva dos entrevistados, considerando a visão do pesquisador e as discussões trazidas pela literatura como aspectos complementares. Nesse método, parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procede-se à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos.

Nesta perspectiva, no presente estudo, buscamos reunir e analisar as características particulares dos estudantes que concluem a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio do IFG Câmpus Uruaçu e, a partir daí, construir um conceito geral de perfil do aluno concludente desta etapa e modalidade de ensino a fim de obter indícios para identificação, nos alunos ingressantes, de aspectos que possam contribuir para o envidamento de propostas e ações para a garantia de sua permanência e êxito. Em complementação à abordagem indutiva, buscou-se a associação com o método comparativo, pois este também “procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles” (GIL, 2008, p. 16).

Assim, como estratégia adotamos o estudo de caso, visto que o conhecimento gerado a partir do estudo de caso é diferente do gerado a partir de outras pesquisas, porque é mais concreto, mais contextualizado, mais voltado para a interpretação do leitor e baseado em populações de referência determinadas pelo leitor (ANDRÉ, 2005). Para Lüdke e André (1986), o estudo de caso deve ser simples e específico ou complexo e abstrato e deve ser

sempre bem delimitado. Pode ser semelhante a outros, mas é também distinto, pois tem um interesse próprio, único, particular e representa um potencial na educação.

O caso em análise é o dos alunos concluintes do Ensino Médio Integrado em tempo integral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás do Câmpus Uruaçu. A modalidade de Educação de Jovens e Adultos não foi objeto deste estudo, pois apresenta objetivos, princípios e diretrizes próprios.

Como os aspectos a serem investigados abrangem uma pluralidade construtiva e não de linearidade dedutiva, investigaremos o estado inicial de uma situação, que é caracterizado por uma pluralidade de elementos heterogêneos: sexo, identidade pessoal e social, expectativas, modelos de referências, projeções de futuro. Os elementos ligados podem ser reunidos pelo pesquisador e levados à indução de hipóteses para o delineamento do problema e suas possíveis causas.

O processo metodológico teve seu início na revisão bibliográfica e documental, pois “o estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158). A busca e o estudo dos textos e materiais sistematizados acompanharam paulatinamente todo o processo da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da análise de publicações (livros, artigos, teses, monografias) sobre sucesso e fracasso escolar, por meio de estudos de autores como Bernard Charlot, Pierre Bourdieu, Maria Helena Souza Patto, Bernard Lahire, Rosemary Dore, Miguel Arroyo, e de publicações relacionadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, principalmente concernente ao Ensino Médio Integrado, como Eliézer Pacheco, Celso Ferretti, Dante Moura, Souza e Oliveira, Rosemary Dore, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos, dentre outros.

Para a revisão de literatura, foram também levantadas as pesquisas disponíveis nos sítios eletrônicos do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, por meio das seguintes palavras-chave: educação profissional, Ensino Médio Integrado, permanência, evasão, fracasso e sucesso escolar.

Para avançar neste debate foi necessário, inicialmente, além de revisão na literatura sobre a temática, a realização do acompanhamento da dinâmica em relação aos dados estatísticos oficiais que tratam da questão do acesso, permanência e êxito dos estudantes, por meio da obtenção e análise de dados disponibilizados pelos institutos de pesquisas, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, dentre outros, bem como de pesquisas científicas autorais que possam permitir a apreensão do objeto de estudo em uma perspectiva horizontal e descritiva.

A bibliografia e documentos analisados colaboraram para a construção mais segura dos aspectos comuns a serem verificados nos estudantes e da constituição dos principais eixos para o levantamento dos indicadores de permanência e êxito, observados pelo segmento dos alunos, dos pais ou responsáveis e dos servidores docentes e técnicos.

O estudo se insere no campo das pesquisas qualitativas, pois o método qualitativo é usado quando uma pesquisa tem como objetivo analisar “a subjetividade, valores e crenças que orientam as ações humanas, o que interessa é a natureza das respostas, dos sentimentos, das opiniões, das crenças; não o quanto, mas aquilo que as pessoas sentem, pensam, opinam, valorizam” (MENDONÇA, 2003, p. 72). Ele tem o fim comum de criar um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, isto é, de falar de uma ordem que é invisível ao olhar comum. Saliente-se ainda o termo processo, aqui particularmente rico, caracterizando o método qualitativo como aquele que quer entender como o objeto de estudo acontece ou se manifesta.

No entanto, o próprio método indutivo prima por não perder de vista o aspecto quantitativo dos fatos ou fenômenos – impõe-se esta regra, já que a ciência é primordialmente quantitativa, motivo pelo qual é possível um tratamento objetivo, matemático e estatístico. Assim, podemos afirmar que a presente pesquisa, mesmo pertencendo ao campo qualitativo, faz uso de procedimentos característicos do viés quantitativo, como uso de questionários, quantificação de resultados em percentuais e uso de cálculos estatísticos.

Os dados obtidos nas pesquisas sociais referem-se, na maioria dos casos, a amostras. Todavia, o interesse dos pesquisadores é generalizar os resultados para toda a população da qual foi selecionada a amostra. A população pesquisada neste estudo é a dos alunos concluintes do EMI do IFG Uruaçu, pais ou responsáveis destes alunos e servidores do IFG (professores e técnicos) que atuam nesta etapa e modalidade de ensino. O quantitativo de alunos concluintes em 2017 era de 67, ao que corresponde também o universo de 67 pais ou responsáveis. O total de docentes e técnicos considerados para a pesquisa era de 57 servidores, abrangendo os 51 docentes que atuam no EMI e os 6 técnicos que atuam na Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente e na Coordenação de Assistência Estudantil. Aceitaram participar da pesquisa 49 alunos (73%), 25 pais (37%) e 37 servidores (65%). Consideramos assim que o quantitativo de respondentes corresponde à amostragem, pois,

apesar de todos os segmentos terem recebido o convite para participação, não conseguimos a totalidade de adesão.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás, por meio do cadastro na Plataforma Brasil, em setembro de 2017, obtendo aprovação no mês de outubro. Passaram pela análise tanto o projeto, quanto os termos de consentimento e assentimento livre e esclarecido para todos os segmentos participantes. A proposta de pesquisa também foi cadastrada como Projeto de Pesquisa no IFG Câmpus Uruaçu, passando pela análise do Conselho Departamental, sendo autorizada em dezembro de 2017.

O levantamento de dados de uma pesquisa baseia-se na aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas. O instrumento de levantamento de dados utilizado foi a observação direta extensiva (MARCONI; LAKATOS, 2003), por meio de questionário eletrônico semiestruturado (questões fechadas e abertas), aplicado aos alunos frequentes e concluintes de 2017 nas três séries dos cursos ofertados – Edificações, Informática e Química, ao corpo docente e técnico-administrativo atuante nesta etapa de ensino, aos pais ou responsáveis e equipes gestoras e de apoio às atividades de ensino no intuito de analisar, compreender e evidenciar os fatores que se repetem entre os estudantes que permanecem e concluem o curso. O questionário foi elaborado e aplicado utilizando-se o aplicativo *Google Forms*⁴, do *Google Drive*.

Antes do levantamento de dados, os termos de assentimento e consentimento foram devidamente entregues aos participantes para assinatura e autorização de participação na pesquisa. Os discentes, menores de idades, além de assinarem o assentimento, também foram autorizados pelos seus pais ou responsáveis. Todos os modelos de termos constam nos apêndices desse documento.

O questionário foi dividido em quatro partes. A primeira parte foi constituída por questões de múltipla escolha, contendo alternativas para a identificação do estudante, dos pais e dos professores e técnicos. A segunda parte elencou fatores de ordem individual, sociocultural, econômica e institucional que poderiam ter contribuído para a permanência e êxito do estudante. A terceira parte buscou conhecer quais os principais problemas encontrados para a conclusão do curso. As questões da segunda e terceira parte do questionário seguiram o conceito da escala tipo Likert⁵.

4 O aplicativo Formulários Google ou *Google Forms* permite fazer pesquisas e criar escalas de equipes rapidamente com um simples formulário on-line. Depois disso, podem-se verificar os resultados bem organizados em gráficos ou planilhas. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>>.

5 A construção de uma escala Likert obedece aos seguintes passos: a) Recolhe-se grande número de enunciados que manifestam opinião ou atitude acerca do problema a ser estudado; b) Pede-se a certo número

Para cada item o respondente deveria escolher entre quatro alternativas⁶: nenhuma relevância (se nunca ocorreu ou ocorreu e não teve nenhuma importância); pouca relevância (se ocorreu e foi um pouco importante); média relevância (se ocorreu e teve importância mediana); alta relevância (se ocorreu e foi muito importante). A quarta parte contemplou uma pergunta aberta sobre o que considerariam ser o fator mais preponderante para a permanência e o êxito, bem como um espaço para registro livre de opinião e/ou sugestão.

Os dados levantados nesta pesquisa receberam um tratamento estatístico para, em seguida, serem analisados e interpretados. As informações foram coletadas de forma organizada e automática no *Google Forms*, com os registros e gráficos em tempo real. As respostas da primeira parte do questionário estão apresentadas, no texto, por meio dos próprios gráficos do aplicativo. Já nas respostas da segunda parte do questionário, os percentuais evidenciados nos gráficos foram transportados para tabelas, após cálculos de agrupamento e conversão, utilizando-se a média aritmética simples.

Após a fase do levantamento de dados, vem a da análise e interpretação, a fim de organizar e buscar sentido mais amplo dos resultados obtidos. A construção do conhecimento exige que os dados coletados não sejam apenas descritos. Essa descrição revela sua natureza bruta. Mas estes devem ser analisados à luz dos paradigmas teóricos adotados pelo pesquisador.

Na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são comprovadas ou refutadas, mediante a análise. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 168).

Gil (2008) afirma que, na fase da interpretação, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, mas deve integrá-los em um universo mais amplo para que adquiram

de pessoas que manifestem sua concordância ou discordância em relação a cada um dos enunciados, segundo a graduação: concorda muito (1), concorda um pouco (2), indeciso (3), discorda um pouco (4), discorda muito (5); c) Procede-se à avaliação dos vários itens, de modo que uma resposta que indica a atitude mais favorável recebe o valor mais alto e a menos favorável o mais baixo; d) Calcula-se o resultado total de cada indivíduo pela soma dos itens; e) Analisam-se as respostas para verificar quais os itens que discriminam mais claramente entre os que obtêm resultados elevados e os que obtêm resultados baixos na escala total. Para tanto, são utilizados testes de correlação. Os itens que não apresentam forte correlação como resultado total, ou que não provocam respostas diferentes dos que apresentam resultados altos e baixos no resultado total, são eliminados para garantir a coerência interna da escala (GIL, 2008, p. 143-144).

- 6 O trabalho de Likert (1932) deixa claro que a sua escala centrava-se na utilização de cinco pontos, e não mencionou o uso de categorias de respostas alternativas na escala a ser utilizada. Embora o uso de escalas com outro número de itens, diferente de cinco, represente uma escala de classificação, quando esta não contiver cinco opções de resposta, não se configura uma escala Likert. No entanto, Clason e Dormody (1994) afirmam que muitos estudos têm usado diversas classificações paralelas à classificação tradicional de cinco pontos de maneira satisfatória. Neste caso, a escala se configura como tipo Likert (VIEIRA; DALMORO, 2008, p. 3).

sentido. Devem-se buscar relações com os fundamentos teóricos da pesquisa e com os conhecimentos acumulados durante a fase da revisão da literatura. Adotamos a interpretação simultânea à apresentação de resultados, pois, em pesquisas qualitativas, é bastante comum essa utilização.

Considerações sobre o Produto Educacional

Segundo Alves e Antunes (2011), o Ensino Médio deve ser a fase em que os sistemas de ensino começam a permitir que o estudante aprenda a organizar seu próprio aprendizado, que faça suas escolhas e desenvolva sua autonomia. Apesar disso, as instituições de ensino não devem deixar de cumprir sua função de propiciar mecanismos para que este aluno não interrompa ou fracasse neste processo de formação acadêmica e/ou profissional.

Com a finalidade de produzir recursos para o fortalecimento das ações de apoio às equipes e professores que realizam o acompanhamento dos estudantes na instituição, e como produto educacional dessa pesquisa, foi desenvolvido e aplicado um Formulário Pedagógico Eletrônico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente, em que constam os principais elementos motivadores para a permanência e êxito do discente, evidenciados na pesquisa. A ferramenta foi aplicada aos estudantes na fase de ingresso no curso e no final do segundo bimestre letivo, buscando-se o apontamento dos fatores que poderão atenuar ou fortalecer a decisão de permanência e o alcance do êxito do estudante no curso.

A construção das questões contidas no Formulário partiu dos resultados obtidos na pesquisa com os alunos concluintes, seus pais, professores e técnicos sobre os aspectos mais relevantes para a permanência e o êxito no curso investido no IFG.

As turmas escolhidas para a aplicação do Produto Educacional foram as dos estudantes do Ensino Médio Integrado ingressantes de 2018, dos três cursos ofertados na instituição em estudo (Informática, Edificações e Química). Tal escolha justifica-se pelo fato de os primeiros anos constituírem-se das turmas que necessitam de ações de acompanhamento mais efetivas, visto que são as que alcançam significativos índices de repetência e abandono. Os alunos e seus responsáveis foram devidamente informados dos objetivos da pesquisa e realizados os devidos procedimentos de consentimento e assentimento.

Os dados e informações obtidos no formulário foram sistematizados e apresentados aos docentes, coordenações de curso e/ou pedagógica, equipes de assistência aos estudantes, durante a reunião do Conselho de Classe e por meio de instrumento eletrônico de

comunicação (e-mail), com o intuito de subsidiar a tomada de providências ou intervenções necessárias que sejam adequadas para a permanência e sucesso do discente no curso.

A ideia inicial foi construir todas as etapas do formulário utilizando a ferramenta *Google Forms*. A fase do Diagnóstico foi assim realizada e aplicada às turmas-piloto. Os resultados estatísticos obtidos foram tratados, analisados e divulgados aos gestores, professores e servidores atuantes com este público.

Entretanto, após essa fase, percebeu-se que a ferramenta *Google Forms* não atendia por completo aos objetivos do produto educacional, pois não permitia a busca e visualização dos dados individuais fornecidos pelos discentes. Assim, decidiu-se pelo desenvolvimento de um sistema web para a aplicação, organização e emissão de relatórios referentes aos questionários aplicados na pesquisa. Estabelecemos parceria com um professor da área de Informática e um acadêmico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do próprio Câmpus para a execução do projeto.

O sistema web foi programado com as finalidades de: facilitar a análise de dados aos beneficiados pelo uso do *software*; possibilitar o acesso ao questionário para os discentes dos cursos relacionados; aumentar a eficácia da pesquisa; eliminar a possibilidade de falhas humanas a partir do uso de recursos computacionais; permitir o acesso aos resultados pela equipe de apoio pedagógico do IFG – Câmpus Uruaçu; possibilitar o fácil compartilhamento de novos questionários pertinentes à pesquisa.

1 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CONCEPÇÕES, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

O que nos interessa é pesquisar essa diferença de relação porque pensamos que é nessa diferença de relação com a escola, mas também com o saber, que se constroem as histórias dos chamados fracasso e êxito escolar.

BERNARD CHARLOT, 2002

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional faz parte da última etapa da Educação Básica, sendo ofertado na modalidade de Educação Técnica Integrada, pois, além das disciplinas do Ensino Médio regular, oferta as disciplinas do núcleo profissional de forma integrada. Seu percurso teve início desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que, apesar de separar as modalidades Ensino Médio e Educação Profissional, ofereceu abertura para a construção da regulamentação no ano seguinte, por meio do Decreto 2.208/97. Este determinou a autonomia da construção curricular no formato concomitante ou sequencial. Contudo, somente com o Decreto 5.154/04 houve deliberação efetiva para a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio ocorrer prioritariamente de forma integrada.

Assim, o Ensino Médio Integrado (EMI) apresenta-se como uma possibilidade de avanço em direção a uma formação mais qualificada na medida em que busca superar a justaposição e a dissociação entre ciência e trabalho, entre cultura e técnica, configurando percursos formativos mais orgânicos aos interesses e necessidades dos trabalhadores.

Segundo o MEC, a oferta da educação profissional e tecnológica, em suas várias modalidades, é realizada por instituições educacionais dos seguintes órgãos:

- Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Redes Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica;
- Serviços Nacionais de Aprendizagem;
- Escolas Técnicas mantidas pela iniciativa privada;
- Algumas prefeituras municipais e instituições vinculadas a instituições de educação superior bem avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Neste trabalho, focamos o estudo no Ensino Médio Integrado ofertado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

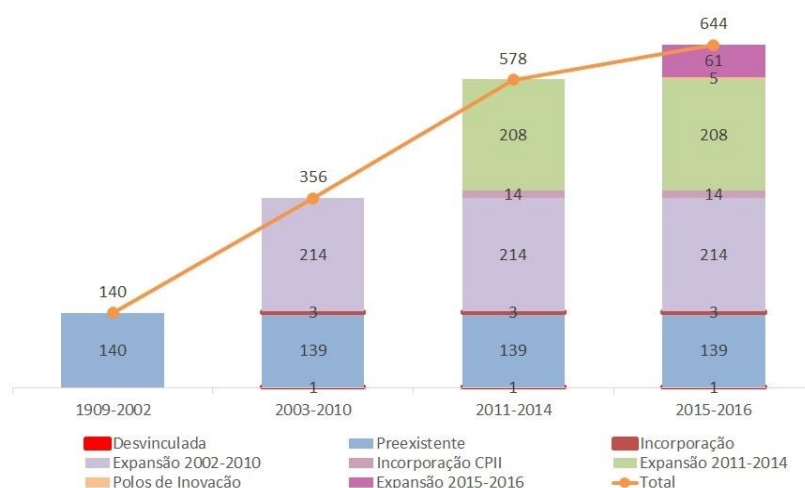
A Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica vivenciou a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e

2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento. São 38 Institutos Federais presentes em todos os estados, oferecendo cursos de qualificação, Ensino Médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets, 25 escolas vinculadas a universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica (BRASIL, 2016a).

Instituições:

- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
- Centros Federais de Educação Tecnológica
- Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Colégio Pedro II

Figura 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – em unidades



Fonte: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>.

O presente capítulo visa oferecer fundamentos teóricos e conceituais para o aprofundamento do conhecimento do Ensino Médio Integrado ofertado pela Rede Federal e a demonstração de dados e análises sobre essa etapa e modalidade de ensino no lócus de pesquisa, o IFG Câmpus Uruaçu.

Assim, a parte inicial apresenta uma revisão da literatura sobre fracasso e sucesso escolar, necessária para a compreensão do êxito escolar no Ensino Médio Integrado. A segunda parte expõe um panorama do EMI, seus princípios e bases, bem como suas perspectivas atuais e principais desafios para a superação dos obstáculos impostos, principalmente aqueles que se relacionam ao objeto alvo dessa pesquisa – a permanência e o êxito. Por fim, a última parte demonstra uma visão geral das condições de acesso, permanência e evasão no Câmpus Uruaçu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

1.1 As várias faces do sucesso e do fracasso escolar

A busca pela universalização e democratização do ensino, fortalecida no contexto histórico-social mundial durante o século XX, tendo a escola como centro do projeto de homogeneização cultural, fundamentou-se numa visão funcionalista da educação⁷ que a encara como um processo pelo qual as pessoas adquirem conhecimentos e se engajam numa ordem de valores sociais.

Nos discursos filosóficos e educacionais e, mesmo no senso comum, entre os anos de 1920 e 1950, principalmente na Europa, imperava uma visão extremamente otimista da educação, que atribuía à escolarização um papel preponderante no duplo processo de superação do atraso econômico e das desigualdades sociais. Supunha-se que, por meio da escola pública e gratuita, seria resolvido o problema do acesso à educação e, assim, garantida, em princípio, a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. A consolidação da escola pública seria a condição *sine qua non* para o desenvolvimento socioeconômico e para a garantia de acesso das camadas populares, até então marginalizadas, à cultura institucionalizada (EMEDIATO, 1978).

Emediato (1978) afirma também que no Brasil, bem como em outros países subdesenvolvidos, no período do pós-guerra, especialmente a partir do fim dos anos 1950,

7 A concepção funcionalista da educação, predominante em países como o Brasil, sustenta que a igualdade, o crescimento individual e a integração social dependem das mudanças sociais que ocorrem nas esferas social e econômica. As modificações tecnológicas são consideradas pelos estruturo-funcionalistas como a base da mudança social. Consequentemente, a mobilidade profissional e os salários são vistos como fortemente dependentes dos processos de industrialização e racionalização da estrutura econômica em geral. A educação desempenha um papel importante neste processo de transformação. A tecnologia avançada exige qualificações mais elevadas, que são proporcionadas pela instrução, de modo que a educação se torna um elemento básico para a obtenção de recompensas econômicas, de posição social e de poder (EMEDIATO, 1978, p. 209).

ocorreu um processo de industrialização mais ou menos rápido que provocou mudanças sociais e movimentos demográficos tendentes a uma maior urbanização. Como consequência, as políticas educacionais deram maior ênfase aos aspectos integrativos da educação, mais do que na livre escolha e na racionalidade do mercado. “Esta situação histórica parece dar mais peso à perspectiva funcionalista do que à do capital humano” (1978, p. 209).

Ocorre então o crescimento das políticas públicas e ações extensivas de acesso ao ensino. Todavia, a partir da segunda metade do século XX, o processo de massificação da escola trouxe à tona vários desafios, pois a abertura das portas da escola para “todos”, ou seja, a organização dos sistemas de ensino que permitiu o acesso das camadas populares não possibilitou a permanência e o êxito do novo público incluído, principalmente dos filhos das classes trabalhadoras.

Surgiram assim as primeiras concepções de fracasso ou sucesso escolar. Quando a escola era “de” poucos e “para” poucos, os objetivos educacionais eram alcançados quase que por completo, pois a escola atendia à expectativa de sua clientela e garantia a continuidade cultural e social da classe dominante (PATTO, 2010).

Nesta perspectiva, a partir da década de 1960, alguns sociólogos inauguram um debate em crítica à educação concebida como espaço de transformação e democratização da sociedade. Por meio do pensamento sociológico sobre as funções e o funcionamento dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas e sobre as relações que mantêm os diferentes grupos sociais com a escola e com o saber, Bourdieu, Passeron, Lahire, dentre outros, romperam com o otimismo hegemônico da democratização da educação como meio de superação das desigualdades sociais, ou mesmo como meio de ascensão social.

O fracasso dos indivíduos das camadas médias e populares diante do sistema de ensino converte-se em uma evidência a mais que corrobora as novas teses propostas por esses e outros estudiosos. Suas pesquisas concluíram que, por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, continuará existindo similitude entre as desigualdades sociais, sobretudo culturais, e as desigualdades ou hierarquias internas ao sistema de ensino (LAHIRE, 2004; BOURDIEU; PASSERON, 2008; PATTO, 2010; CHARLOT, 2002).

Quando nos dedicamos a compreender o sucesso ou fracasso⁸ no âmbito escolar, parece-nos oportuno trazer à discussão os dois termos em conjunto, pois o sucesso e o

8 De acordo com vários dicionários, o termo “sucesso” é sinônimo de “êxito”, tendo como significado bom resultado; triunfo; consequência positiva; acontecimento favorável; resultado feliz. Já o vocábulo “fracasso” significa falta de êxito ou vitória; derrota, malogro. (Dicionário Online de Português, Michaelis on-line,

fracasso são vértices do mesmo sistema escolar, presentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino, nas diferentes classes sociais e organizações escolares. Machado (2009) diz que “tratar da evasão é tratar do fracasso escolar; o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola” (MACHADO, 2009, p. 36).

Mas como caracterizá-los? Seria possível responder à indagação: êxito ou fracasso da escola ou êxito ou fracasso do aluno?

Esse tema está posto pela realidade social com toda pressão e vigor e, apesar de não se constituir como tema de discussão recente, o debate ainda não está esgotado. Quando a literatura sociológica analisa os casos de “sucesso” ou “fracasso” escolar e/ou social de indivíduos oriundos das camadas populares, ela traz um leque de hipóteses que merecem investigação.

A história da educação é marcada pela recorrência de evasões, repetências e uma série de outros fatores negativos geralmente classificados como fracasso escolar. O conceito de insucesso escolar tem sido alvo de diferentes interpretações ao longo do tempo. A partir da bibliografia consultada sobre o tema, parece existir algum acordo quanto à dimensão mensurável e quantificável do fracasso escolar, estando ele muitas vezes associado às taxas de reprovações e abandono escolares.

Pezzi e Marin (2017), citando o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) “Overcoming Failure at School” (1998), defendem que, independente das diferenças no uso do termo, o fracasso escolar ocorre em três momentos: 1º - No ensino obrigatório, quando o rendimento do aluno se situa abaixo da média ou há repetência do ano de escolaridade (reprovação). 2º - Desistência do aluno antes de terminado o ensino obrigatório ou quando o termina, mas sem um certificado (abandono ou evasão). 3º - Dificil integração profissional por falta de conhecimentos que deveriam ter sido adquiridos na escola.

Buscaremos discutir, a seguir, em que contexto as situações de sucesso e fracasso escolar ocorrem, quais suas causas e efeitos, sob o ponto de vista de estudiosos do assunto e de concepções que embasaram os debates nos diferentes espaços e tempo.

1.1.1 Algumas teorias explicativas do sucesso e do fracasso escolar

A busca de explicações para os êxitos ou fracassos no desempenho escolar está particularmente presente na escola, dada a frequência das avaliações e das oportunidades de confronto dos alunos com os objetivos curriculares traçados ou com os desempenhos dos seus pares. Defende-se que as atribuições causais do sucesso e fracasso são da maior importância para a compreensão do próprio êxito ou fracasso dos alunos.

Buscaremos conhecer o que estudiosos como Bourdieu, Patto, Lahire, Arroyo, Charlot, dentre outros, trazem a respeito dos conceitos de sucesso e fracasso escolar, a partir de seus pensamentos favoráveis ou contrários às principais concepções de causas e consequências relativos a essa questão. Teremos como finalidade o conhecimento das raízes históricas, sociais e epistemológicas das concepções sobre o fracasso e sucesso escolar e a compreensão da realidade social em que estão concebidas as versões das diferenças de rendimento escolar entre crianças de diferentes origens sociais.

Lemos (2013) faz referência à categorização escolar para análise do fracasso ou do sucesso a partir dos resultados internos e externos.

A análise, avaliação ou manipulação das variáveis referidas em razão da equidade obriga necessariamente à consideração de indicadores relativos aos resultados obtidos, que podemos categorizar em dois grupos: *resultados internos* do sistema escolar, que se reportam ao percurso dos alunos (níveis de frequência, abandono, transição, retenção, diplomação, bem como competências adquiridas); *resultados externos*, que se reportam aos efeitos sociais e econômicos da educação, como o rendimento privado e público, o emprego, os níveis salariais, mas também a participação social e a criminalidade, entre outros fenômenos. (p. 154)

Quanto aos fatores externos, os estudos revelaram que existe uma elevada correlação entre insucesso escolar, desemprego, jovem e criminalidade, desempenho no mercado de trabalho e até mesmo nos níveis de saúde e respectivos custos. Queiroz (2004) também afirma que os estudiosos têm analisado o fracasso escolar, considerando estas duas perspectivas: a partir dos fatores externos e a partir de fatores internos. Como fatores externos, a autora relaciona o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E como fatores internos a própria escola, a linguagem e o professor.

Para Patto (2010), há dois tipos de deslocamentos na compreensão do fracasso escolar. O primeiro, que vai da busca de determinantes do baixo rendimento escolar em variáveis externas ao sistema escolar e das relações de causa-efeito entre influências negativas

de grupos étnicos e sociais, e o segundo, que evidencia o desempenho escolar para a compreensão dos fatores intraescolares.

Para mais além das explicações pelos vieses internos e externos à escola, ao longo dos anos, os estudos perpassaram caminhos distintos, e diferentes concepções foram sendo construídas para tentar compreender e elucidar as causas e efeitos desse fenômeno chamado fracasso escolar.

a) Concepção meritocrática (corrente genética e psicoafetiva)

O conceito de meritocracia serve para justificar, pelo suposto empenho ou qualidades individuais, a manutenção de determinados setores em posições já consolidadas: as classes em seus mesmos lugares, os setores médios em seus espaços próprios. Mérito pessoal como único critério legítimo de seleção educacional e social para justificar o sucesso e o fracasso escolar (PATTO, 2010).

Patto (2010) faz uma revisão crítica da literatura sobre as desigualdades educacionais e expõe as vertentes construídas para justificá-las, perpassando pelas questões ligadas aos alunos, como as raciais, culturais, econômicas, cognitivas, e outras ligadas aos professores, como exemplo, a carência de formação. Suas pesquisas apontam que, durante muito tempo, predominou a visão meritocrática do sucesso escolar, tendo como ponto de largada as crenças marcantes do ideário iluminista, vividas no século XVIII, do progresso do conhecimento humano, da racionalidade, da riqueza e do controle sobre a natureza.

Neste período, prevaleceu o favorecimento da classe dominante burguesa, que viveu o seu apogeu, em oposição às pequenas conquistas do proletariado. A escola servia de instrumento de reprodução das relações de produção vigentes. Após a expansão dos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade estabelecidos na segunda metade do século XVIII, a supremacia racial foi utilizada para justificar as diferenças das classes sociais e reafirmar a supremacia das raças originais e puras em detrimento das demais, fundamentada nas teorias da evolução humana (PATTO, 2010).

A partir da década de 1870, surgem as primeiras experiências da psicologia científica, colaborando para o destaque nas concepções de desigualdades pessoais, biologicamente determinadas, com a finalidade de medir a capacidade intelectual e comprovar o determinismo hereditário. As causas do fracasso escolar eram procuradas nas anormalidades orgânicas e consistiam em medir aptidões naturais, avaliar a predisposição em aprender independentemente das condições econômicas e sociais, na avaliação médica e clínica para as

crianças com problemas de aprendizagem e desajustamento escolar. Os testes de QI eram utilizados para identificação dos aptos e não aptos a aprender e evoluir.

Tal visão predominou até os anos de 1930, período em que a ordem era corrigir os desajustes psicológicos e comportamentais, evidenciar os distúrbios de aprendizagem e promover a “saúde mental” de alunos e professores. As medidas pedagógicas visavam reparar as disfunções da clientela diagnosticadas pelos profissionais especializados (PATTO, 2010, p. 67).

Nesta concepção, o sucesso escolar está diretamente ligado às aptidões individuais de superação das condições socioeconômicas e culturais impostas pela estrutura social, e o fracasso é justificado pelas incapacidades cognitivas do indivíduo em seu processo educativo.

b) Concepção culturalista (*handicap* sociocultural)

Conforme discutido no item anterior, os dados nos testes psicológicos apontavam os negros e os trabalhadores pobres como os detentores dos resultados mais baixos. Entretanto, a partir da década de 1960, essa explicação começou a deixar de ser racial, no sentido biológico do termo, para ser cultural.

Esta forma de compreender e explicar o sucesso e o fracasso escolar teve seu ápice, principalmente, quando sociólogos como Bourdieu, Passeron e Lahire destacaram a existência de relação direta do sucesso ou fracasso escolar primeiramente ao capital cultural, rompendo com os pressupostos inerentes à visão comum que os considerava como resultado das aptidões naturais, dos dons e talentos, bem como relacionados ao capital econômico e/ou humano.

Bourdieu e Passeron (2008) ocuparam-se por compreender e explicar como o espaço social é constituído, reproduzido e transformado e, por meio de suas pesquisas voltadas para a educação, comprovou-se a impossibilidade de compreender o sistema escolar sem analisar a estrutura social que o compõe.

Os autores apresentam a estrutura social como um sistema de hierarquias de poder, ocorridas em um campo de disputa de espaço e poder, sendo determinada por classes com relações semelhantes constituídas de capitais simbólicos, econômicos, culturais e sociais. Assim, a posição dos grupos neste sistema social de classes seria definida pela distribuição dos “capitais” adquiridos e/ou incorporados pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias sociais. As classes, então, seriam compostas por agentes sociais, ocupantes de posições de mesmo

valor em um determinado campo social e que compartilham disposições semelhantes no *habitus*⁹.

Contrapondo-se ao subjetivismo, Bourdieu e Passeron (2008) negam, da forma mais radical possível, o caráter autônomo do sujeito individual. Cada indivíduo passa a ser caracterizado por uma bagagem socialmente construída. O agente social, o sujeito bourdieusiano, é formado a partir da relação entre o *habitus* e as estruturas sociais em que está inserido, tendo o indivíduo a capacidade de agir no mundo.

A posição dos sujeitos no campo social é marcada por um fator determinante: o capital. O termo da área econômica “capital” foi utilizado por alguns sociólogos, como Bourdieu e Coleman, no estudo das desigualdades escolares, como metáfora para falar das vantagens culturais e sociais que indivíduos ou famílias possuem e, via de regra, os conduzem a um nível socioeconômico mais elevado (CAZELLI, 2005, p. 39). Para Bourdieu (2008c), o capital pode ser diferenciado em econômico, social e cultural.

O capital econômico, sob a forma dos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais), é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis, em curto e longo prazo. Apesar de o capital econômico acumulado estabelecer mais claramente as diferenças e a hierarquia entre as classes sociais, a sociologia educacional de Bourdieu (2008a) se caracteriza, notadamente, pela diminuição do peso do fator econômico, em comparação ao peso do fator cultural, na explicação das desigualdades escolares, compreendendo a renda como fator de menor influência sobre o êxito escolar.

O capital social, segundo Bourdieu (2008b), é o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento. Em outras palavras, o capital social de um agente social depende da extensão de suas relações contidas em um espaço geográfico, suas redes sociais (família, clube, escola, etc.). Aspectos que dão ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, e do volume do capital econômico, cultural ou

9 *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada (BOURDIEU apud SETTON, 2002, p. 63).

simbólico que acumula. O autor deixa claro que o capital social tende a ser transformado em capital econômico ou mesmo em capital cultural e enfatiza a importância do capital social como um instrumento de acumulação do capital cultural.

A noção de capital cultural, em Bourdieu (2008c), surgiu como uma hipótese para explicar a desigualdade de desempenho escolar das diferentes classes sociais. Para o autor, o capital cultural pode existir em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado. No estado incorporado, apresenta-se sob a forma de disposições duráveis do organismo, inculcado e assimilado por meio de um trabalho do sujeito sobre si mesmo e que não pode ser transmitido de imediato. No estado objetivado, é transmissível em sua materialidade (na forma de bens concretos), mas o que torna possível seu usufruto é a posse material de determinados bens culturais. Salienta-se que a apropriação simbólica desses bens culturais pressupõe a posse de capital econômico e capital cultural incorporado. O capital cultural institucionalizado se dá basicamente sob a forma de títulos escolares. O grau de investimento na carreira escolar está vinculado ao retorno provável que se pode obter com o título escolar, em especial, no mercado de trabalho.

Cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à Instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (BOURDIEU, 2008a, p. 41-42).

Assim, Bourdieu (2008a, 2008b, 2008c) compreende que a herança cultural associada às origens de classes é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelo êxito ou fracasso.

Nesta mesma linha de pensamento, mas trazendo um enfoque mais individual para a questão, Lahire (2004), por meio de seus estudos sobre os casos improváveis de sucesso escolar, principalmente nos meios populares, revelou que, apesar das variáveis internas e externas que interferem diretamente no desempenho escolar, é possível que o indivíduo supere o esperado e alcance êxito em sua trajetória escolar.

Ela [a criança] não "reproduz", necessariamente e de maneira direta, as formas de agir de sua família, mas encontra sua própria modalidade de comportamento em função da configuração das relações de interdependência no seio da qual está inserida. Suas ações são reações que "se apoiam" relacionalmente nas ações dos adultos que, sem sabê-lo, desenham, traçam espaços de comportamentos e de representações possíveis para ela (LAHIRE, 2004, p. 171).

Apesar de reconhecer que o acesso a bens culturais é fundamental para o sucesso na escola, pois os indivíduos que detêm as disposições culturais são os mais compatíveis com as exigências do universo escolar, Lahire alerta que existem as exceções por conta da distribuição dos papéis familiares ou do tempo de que dispõem aqueles que estão em contato com a criança com mais frequência e de maneira mais duradoura. Assim, na ausência de capital cultural ou na ausência de uma ação voluntária de transmissão de um capital cultural existente, os conhecimentos escolares poderiam, apesar de tudo, ser apropriados pelas crianças.

Dado que o "capital cultural" está condenado, de um lado, a viver em estado incorporado, sua "transmissão" ou sua "herança" dependem da situação de seus portadores: de sua relação com o filho, de sua capacidade (socialmente constituída) de cuidar de sua educação, de sua presença a seu lado, ou, finalmente, de sua disponibilidade de transmitir à criança certas disposições culturais ou acompanhá-la na construção dessas disposições (LAHIRE, 2004, p. 104).

Em suas pesquisas, procurou comparar algumas famílias a partir do conjunto dos atributos ou dos recursos dos quais dispunham, chegando à conclusão de que famílias não totalmente "desprovidas de recursos", sobretudo do ponto de vista do capital escolar, também possuem filhos com enormes dificuldades escolares, ao passo que outras, cujas características objetivas levariam a pensar que a escola dos filhos poderia ser “custosa”, possuem crianças com muito boa situação escolar. Isso o levou a constatar que “a maneira como os membros da configuração familiar vivem e tratam a experiência escolar da criança, revivendo, às vezes, por meio dela, sua própria experiência escolar passada, feliz ou infeliz, se mostra como um elemento central na compreensão de certas situações escolares” (LAHIRE, 2004, p. 172).

Patto (2010) descreve com muita propriedade as teorias que procuram clarificar o fracasso escolar por meio da “falta” do capital cultural, mas alerta que considerar a origem social e econômica é, portanto, importante, mas não como carência e sim para entender esses processos de relacionamento com o saber.

A crença na incompetência das pessoas pobres é generalizada em nossa sociedade. Às vezes, nem mesmo os pesquisadores munidos de um referencial teórico crítico estão livres dela. Como veremos, mesmo quando voltam os olhos para a escola e o ensino em uma sociedade de classes e neles identificam inúmeras condições que podem por si só explicar as altas taxas de reprovação e evasão, continuam a defender as teses da teoria da carência cultural. O resultado é um discurso incoerente que em última instância acaba reafirmando as deficiências da clientela como a principal causa do fracasso escolar (PATTO, 2010, p. 74).

Seria muito simplório e reducionista afirmar que a ausência do “capital cultural”, evidenciada principalmente nas classes menos favorecidas, seria o único e principal fator desencadeante do insucesso na vida escolar, desconsiderando o sentido de escola no processo formativo do sujeito.

c) Concepção da educação como reprodução cultural e social

Sem a pretensão de negar os pressupostos do capital cultural, mas apoiando-se neles, a concepção da educação como reprodução cultural e social aponta que existe uma correlação direta entre o sistema de classes em que a sociedade está estruturada e a forma como o sistema escolar é organizado. Para os defensores da educação institucionalizada como principal estratégia para a transformação social, a organização dos sistemas de ensino fundamenta-se no princípio de que todos partiriam de condições iguais, e aqueles que se destacassem, por seus dons individuais ou por seus esforços, por uma questão de justiça, seriam promovidos na vida escolar e, posteriormente, na vida profissional.

Bourdieu (2008a), principal representante desta teoria, afirma que, mesmo que todos os indivíduos tenham acesso à escola, a organização do sistema de ensino possibilita a competição em seu seio, mesmo com a aparente igualdade de condições e possibilidade de ascensão social, e os que conseguem avançar na trajetória escolar são os que evidenciam destaque individual, por meio de dons, e, conseqüentemente, podem subir mais um degrau na hierarquia social.

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima(...) O sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela mesma eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons. (BOURDIEU, 2008a, p. 58-59).

A partir dos estudos sobre o sistema escolar francês, Bourdieu e Passeron (2008) acentuaram que, no interior de uma sociedade de classes, existem diferenças culturais e, por sua vez, as classes burguesas possuem um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, formas de conduta, de valores, etc. Já as classes trabalhadoras possuem outras características culturais que lhes têm permitido sua manutenção enquanto classes.

As diferenças socioculturais não são levadas em consideração pela escola, que organiza-se privilegiando, teórica e praticamente, os valores e cultura da classe dominante.

Assim, aqueles que já possuem tal aparato cultural são favorecidos nas ações didáticas e pedagógicas da escola e, portanto, possuem uma probabilidade maior em alcançar êxito escolar, tanto no decorrer do processo educativo, quanto depois, ao fazerem uso dos conhecimentos adquiridos formalmente para a continuidade da vida social. Enquanto isso, os filhos das classes trabalhadoras, além da necessidade de assimilar a concepção do mundo dominante, necessitam encontrar meios para superar sua condição para alcançar o sucesso escolar.

d) Concepção interacionista

A compreensão do fracasso escolar como responsabilidade da escola, e não da criança individualmente ou da sua família, configurou-se como uma posição marcada no debate educacional brasileiro a partir dos fins dos anos 1930, principalmente entre os chamados liberais. Passou-se, desde então, à investigação e interpretação dos insucessos escolares voltando a atenção para o interior da escola, suas formas de organização e trabalho pedagógico, que, além de reforçar e reproduzir a hierarquia social, não permitiam o desenvolvimento pleno dos estudantes, principalmente os das classes populares (PATTO, 2010).

Entram, então, em cena as discussões sobre as políticas e práticas pedagógicas e seus efeitos sobre o fracasso e sucesso do estudante e as relações que os indivíduos de diferentes contextos socioeconômicos e culturais estabelecem com o saber, procurando estabelecer a interação entre a história de vida e de escola dessas crianças e jovens e a forma como a escola se organiza para realizar sua função precípua de transmitir os saberes historicamente construídos.

Mesmo fundamentando sua teoria no capital cultural e na escola como reprodução social, Bourdieu e Passeron (2008) também procuraram analisar as influências da escola e de suas práticas (violência simbólica) para o desenvolvimento do estudante. Eles afirmaram que as ações pedagógicas realizadas no sistema tradicional de ensino, concebidas como mecanismos institucionais pelos quais se assegura a transmissão entre as gerações da cultura herdada do passado, colaboram para a reprodução de um capital cultural, compreendendo-o como uma propriedade comum de toda a sociedade, buscando legitimar a cultura dominante.

As ações pedagógicas correspondem aos interesses materiais e simbólicos dos grupos ou classes diferentemente situadas nas relações de forças, elas tendem sempre a reproduzir a estrutura da distribuição do capital cultural entre esses grupos

ou classes, contribuindo do mesmo modo para a reprodução da estrutura social. (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 32).

Essa correlação só pode ser explicada, na perspectiva de Bourdieu e Passeron (2008), quando se considera que a escola dissimuladamente valoriza e exige dos alunos determinadas qualidades que são desigualmente distribuídas entre as classes sociais, notadamente, o capital cultural e uma certa naturalidade no trato com a cultura e o saber que apenas aqueles que foram desde a infância socializados na cultura legítima podem ter.

Arroyo (1992) defende que o discurso de sucesso escolar como esforço individual não foi capaz de explicar os motivos pelos quais grande parcela da população, principalmente das classes populares, não permaneceu na escola ou não conseguiu corresponder às expectativas escolares. Sugere colocar as análises, tanto do fracasso quanto do sucesso escolar, para além dos tradicionais diagnósticos reducionistas que os identificam com supostas capacidades dos alunos e dos mestres ou com o grau de eficiência dos métodos, isolando a estrutura e o funcionamento do próprio sistema educacional.

Sugerimos que as análises e as propostas sejam mais enfáticas com o peso que as próprias estruturas escolares têm no fracasso-sucesso escolar. Referimo-nos à escola e ao sistema de ensino enquanto unidade organizada, burocratizada, segmentada, gradeada. Enfim, a escola enquanto modelo social e cultural de funcionamento organizativo. Esses aspectos são determinantes dos processos e dos produtos. Eles são os produtores dos fracassos e dos sucessos. (ARROYO, 1992, p. 46).

Ainda nesta perspectiva, Charlot (2002) procura analisar a aprendizagem, o sucesso e o fracasso na escola buscando apoiar-se nas abordagens pedagógica, psicanalítica, sociológica e antropológica. Para ele, constitui-se um equívoco atribuir o êxito e não êxito somente a causas externas ou individuais, mas o mais importante seria refletir sobre os sentidos da escola e a relação triangular entre professor, aluno e conhecimento.

Cada vez que se diz que a família é a responsável pelo fracasso ou pelo êxito escolar, comete-se o mesmo erro ao dizer que ter banheiro na casa ajuda na aprendizagem da leitura. Mas também nunca se deve esquecer que existe uma desigualdade social frente à escola. Esse é um problema. Existe uma desigualdade social, mas não se pode interpretar essa desigualdade social frente ao saber e frente à escola atribuindo a causa do fracasso escolar à família. (CHARLOT, 2002, p. 22).

Em síntese, percebemos que outros autores, além de Bourdieu, puderam verificar a forte relação existente entre desempenho escolar, origem social e organização dos sistemas de ensino. Os estudiosos avaliam o sucesso ou o fracasso escolar por perspectivas do aluno, por sua condição econômica ou familiar e/ou pela escola. Atualmente, tal problema deixou de ser

encarado como um fenômeno circunscrito à dimensão individual, sendo considerado como um fenômeno com implicações sociais e econômicas, que em última análise é equacionado por meio das consequências que acarreta em termos de competitividade das sociedades (como, por exemplo, nível de qualificação dos recursos humanos, taxa de analfabetismo, taxa de desemprego).

1.1.2 Conceituação de fracasso e êxito na pesquisa

As reflexões desenvolvidas no item anterior possibilitam compreender que existem diferentes modelos implícitos ou explícitos de “sucesso” ou “fracasso” escolar, visto que cada pesquisador, segundo sua própria trajetória social, tem tendência a universalizar e/ou fazer esquecer que são fortes as combinações entre as dimensões moral, cultural, econômica, política, e que os graus de “êxito” comparáveis sob o ângulo dos desempenhos, dos resultados podem esconder às vezes estilos de “sucesso” diferentes.

Recapitulando, vimos que Bourdieu (2008a, 2008b, 2008c), por intermédio de suas pesquisas no sistema educacional francês, pôde constatar que a desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais está diretamente ligada ao investimento escolar, ocorrido principalmente pela transmissão doméstica do capital cultural.

Isso significa que os membros de cada grupo social tendem a investir uma parcela maior ou menor dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e recursos financeiros – na carreira escolar dos seus filhos, conforme percebam serem maiores ou menores as probabilidades de êxito. Assim, o êxito escolar é alcançado, principalmente, pelos indivíduos pertencentes às classes sociais superiores, pois possuem um *habitus* mais próximo ao que é proposto pela escola e, por alguns indivíduos das classes trabalhadores que demonstram um esforço pessoal e conseguem romper, por seu próprio mérito, os limites estabelecidos.

Para Patto (2010), as reformas educacionais, projetos e medidas técnico-administrativas ainda não foram capazes de solucionar o problema da reprovação e evasão, principalmente entre as classes economicamente e culturalmente menos privilegiadas.

Charlot (2002) enfatiza que há uma relação estatística entre a origem social e o êxito ou o fracasso escolar, porque existe uma desigualdade social frente à escola. Deve ficar claro esse fato. “Não estou falando contra a existência dessa relação, estou afirmando que, depois de constatar a desigualdade social, é necessário entender como está se construindo e, assim, lutar contra ela” (p. 22 e 23). Desta forma, a origem social e as relações sociais que são

estabelecidas nesse contexto estruturam a relação do sujeito com o saber, mas não a determinam.

Por outro lado, o sociólogo Bernard Lahire acrescenta que o tema do “fracasso” (ou do “sucesso”) é o produto discursivo histórico de uma configuração escolar e econômica singular, “porque o sentido e as consequências do ‘fracasso’ e do ‘sucesso’ variam historicamente – em função do grau de exigência escolar e que é lançado globalmente por uma formação social, da situação do mercado de trabalho, que exige novas ou maiores qualificações” (LAHIRE, 2004, p. 54).

Entretanto, como ainda esclarece esse autor, não é papel do sociólogo dizer o que é “fracasso” e o que é “sucesso” escolar. Estas palavras são categorias, primeiro e antes de tudo, produzidas pela própria instituição escolar.

Segundo Dore, Sales e Castro (2014), apesar de os Institutos Federais possuírem uma proposta de ensino voltada para a formação integral e o desenvolvimento social e que busca atender um público diverso, o desenvolvimento das atividades não ocorre sem problemas. Dentre os principais desafios, a reprovação e evasão ganham destaque. Nesse sentido, esclarece que faz-se necessário construir políticas concretas que venham a garantir a permanência e o sucesso escolar desses novos estudantes. Caso contrário, “democratizaremos o acesso, mas não democratizaremos o conhecimento, algo imprescindível para rompermos com a cultura escolar elitista, segregadora e dualista” (ARAÚJO; SILVA; MENDES, 2014, p. 16).

O objeto de estudo desta pesquisa refere-se à análise dos estudantes concluintes do Ensino Médio Integrado ofertado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituição com características particulares de estrutura e funcionamento, com a intenção de evidenciar o perfil e identificar os fatores que contribuem para o êxito dos alunos que ingressam. Assim, cabe-nos conceituar com maior exatidão as terminologias “êxito”, “fracasso”, “permanência” utilizadas neste estudo.

Como o termo “fracasso escolar” está operacionalizado, desdobrando-o em repetência e evasão, e o termo êxito referente à permanência e conclusão do curso, podemos conceituar o êxito escolar, nesta pesquisa, como o alcance do desempenho e do aproveitamento esperados pelo estudante que ingressou no IFG, durante a sua trajetória acadêmica, alcançando a aprovação nas disciplinas, a conclusão do estágio e das atividades complementares exigidas no curso. Mesmo que o aluno reprove em alguma série, mas permaneça na instituição até a conclusão do curso, pode-se considerá-lo como exitoso, visto

que superou as dificuldades encontradas no caminho e conseguiu cumprir com os objetivos propostos, dentro de um período estabelecido para a integralização do curso.

Tomamos como base o disposto no Documento Orientador para a Superação da Evasão e da Retenção na Rede Federal (BRASIL, 2014a), que estabelece os seguintes conceitos:

Finalização com êxito/sucesso:

- Concluído: situação em que o estudante concluiu todos os componentes curriculares do curso, inclusive prática profissional/estágio (mesmo o não obrigatório) e está apto a ser diplomado ou certificado.

Finalização sem êxito/insucesso:

- Transferido interno: situação em que o estudante mudou de curso na mesma unidade de ensino.
- Transferido externo: situação em que o estudante mudou de unidade de ensino (na mesma instituição) ou mudou de instituição.
- Desligado / Desistente: situação em que o estudante comunicou formalmente, de forma espontânea, o desejo de não permanecer no curso.
- Evadido: situação em que o estudante abandonou o curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência do curso.

Dessa forma, o caso em análise nesse estudo requer, inicialmente, o conhecimento das características dessa etapa e modalidade de ensino, o Ensino Médio Integrado, seus princípios, bases e desafios, para, em sequência, mergulharmos no universo pesquisado a fim de compreendermos a realidade e buscar políticas, projetos e ações que possam superar os obstáculos para a educação igualitária e de qualidade pretendida.

1.2 O EMI na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

A trajetória do Ensino Médio e da Educação Profissional no Brasil passa por várias mudanças ideológicas e práticas, determinadas pelas visões políticas e econômicas dos governos vigentes, principalmente entre as décadas de 1970 e 1990. Vigorou-se, neste período, entre as leis e diretrizes propostas, o vaivém da disputa dual do ensino, em atendimento às demandas das classes sociais e do mercado: ensino propedêutico para as classes dominantes e ensino profissional compulsório para as classes trabalhadoras. Em cada mudança de governo, impunha-se uma proposta em maior destaque que a outra, o que pode-se

comprovar por meio das várias reformas educacionais (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; FERRETTI, 2014; MOURA, 2007).

Essa manifestação ideológica disseminada pelos organismos multilaterais tenta nos fazer supor que, mediante a educação básica e profissional de curta duração e baixo custo, o indivíduo garantirá a empregabilidade. Essas agências difundem a ideia de que o investimento na educação básica aumenta a possibilidade de as nações pobres reverterem as desigualdades sociais e que aqueles que concluírem esse nível de ensino terão mais condições de ser empregáveis e de mudar de ocupação todas as vezes que mudarem as condições de compra e venda da força de trabalho. (CARDOZO; NETO, 2014, p. 163).

Também neste período, deu-se atenção especial ao processo de escolarização, em consonância com a visão mundial de transformação social por meio da educação. As legislações brasileiras passaram a dar destaque ao ensino fundamental, tornando-o obrigatório, com o dever do Estado e da família de provê-lo. Até 1971, o ensino obrigatório e gratuito era de apenas quatro anos – o então chamado curso primário. Após 1971, passou a ser de oito anos e, em 2010, de nove, com a decisão de iniciar o Ensino Fundamental aos 6 anos de idade. A inclusão do Ensino Médio na educação básica ocorreu somente a partir da LDB/96 e partiu da necessidade de prolongar o acesso e permanência dos inseridos no ensino fundamental obrigatório, visto o acentuado número de fracasso e abandono neste nível de ensino.

Entre idas e vindas, de permanências e rupturas desta divisão entre educação geral e formação profissional, a LDB 9.394/96 trouxe em seu texto, segundo Tavares et al. (2016), a retomada da “dualidade estrutural entre educação geral e formação profissional, instituindo um Sistema Nacional de Educação Profissional, que propunha o oferecimento dessa modalidade, em nível técnico, apenas em ‘articulação’ com o Ensino Médio”. Contudo, em 2008, a Lei 11.741 altera o artigo 39º da LDB da seguinte forma: a Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, retomando a proposição de integração.

Já no início do século XXI, no ano de 2004, o governo Lula da Silva lança uma proposta de expansão da oferta de ensino profissional e tecnológico, por meio da extensão das Escolas Técnicas e Cefets. Em 2008, ocorreu a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Os Institutos Federais (IFs), integrantes desta rede, são considerados instituições de educação superior, básica e profissional, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando

conhecimentos técnicos e tecnológicos, supostamente em dois sentidos: vertical, ou seja, em cursos de diferentes níveis, e horizontal, por meio do estabelecimento de relações entre diferentes eixos tecnológicos.

1.2.1 Princípios e bases do Ensino Médio Integrado à EPT

A perspectiva social e educacional atribuída aos IFs está claramente expressa em seus documentos norteadores. O documento disponibilizado na página do Ministério da Educação – Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e Diretrizes – traz a afirmação de que “o foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias” (BRASIL, 2010b, p. 3).

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (BRASIL, 2010b, p. 18).

Segundo Ferretti (2014), o documento ainda estabelece como limitada a compreensão dos IFs como ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica que se volte simplesmente à instrumentalização de indivíduos para responder às demandas do mercado. Caberia a tais institutos, mais do que isso, tornar-se “potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade” (BRASIL, 2010b, p. 22).

Nessa perspectiva, Machado (1991), Frigotto (1984) e Saviani (1994) (apud SOUSA; OLIVEIRA, 2014, p. 79) corroboram o pensamento de Bourdieu e Passeron (2008) quando afirmam que a “a crença na capacidade da educação propiciar mobilidade social é reforçada pelas exceções, enfatizadas como se fossem regras, camuflando o fato de que essa mobilidade decorre do acesso aos meios de produção”. Ou seja, de acordo com os objetivos estabelecidos para os Institutos Federais, vê-se presente a ideologia da possibilidade de transformação social por meio da escola.

Sem a pretensão de nos aprofundarmos no debate de educação para mobilidade social, ou de realizarmos a defesa de os Institutos Federais se constituírem uma escola na contramão do sistema educacional funcionalista e capitalista, organizados intencionalmente para atender às especificidades dos socialmente diferentes, apresentaremos alguns aspectos

que poderiam evidenciar este projeto como um modelo possível de Ensino Médio público de qualidade para nosso país.

A partir de 2008, com o plano de expansão dos IFs, procurou-se, além da ampliação, a oferta de vagas, o processo de interiorização, criando-se várias unidades pelo interior dos estados federativos, com a oferta de cursos direcionados às especificidades e demandas econômicas e educacionais de cada região.

A oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, garantido pela legislação e ministrado pela Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, surgiu baseada na construção de um projeto de superação da dualidade entre formação específica e formação geral, por meio do deslocamento do foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia.

Para tanto, trouxe em seus fundamentos a proposta de um ensino de qualidade, baseado nos princípios da formação humana integral e integrada, do trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana, do trabalho e da pesquisa como princípio educativo e da relação parte-totalidade na proposta curricular (BRASIL, [2008?]).

Sob este aspecto, a formação integrada entre os conhecimentos do Ensino Médio regular com a Educação Profissional deve obedecer a algumas diretrizes ético-políticas, a saber: integração de conhecimentos gerais e específicos; construção do conhecimento pela mediação do trabalho, da ciência e da cultura; intencionalidade de superar a dominação dos trabalhadores e construir a emancipação.

Na percepção de Ramos (2008, p. 3), a formação no EMI contempla três sentidos: o sentido da omnilateralidade, que considera a formação “com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo”; o sentido da integração, que considera a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; e, por fim, “a integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, como totalidade” (RAMOS, 2008, p. 16).

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social (RAMOS, 2008, p. 4).

Nesta mesma concepção, Saviani (2007) defende que os princípios de formação politécnica do EMI diferem radicalmente da que propõe um ensino médio profissionalizante, pois, neste caso, a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo.

Politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes (SAVIANI, 2007, p. 161).

A proposta dos Institutos seria, então, a oferta do Ensino Médio Integrado público, contemplando a educação geral e profissional, por meio de um currículo integrado, com uma infraestrutura física e humana de alto padrão, potencializada por significativos investimentos na composição de espaços físicos, laboratórios, bibliotecas e contratação e qualificação contínua dos profissionais docentes e técnicos atuando nas diferentes áreas.

A infraestrutura existente na Rede Federal de formação Profissional e Tecnológica apresenta-se como facilitadora de todos esses processos. Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, de acesso de todos (BRASIL, 2010b, p. 27).

Apesar do pequeno tempo de existência como Instituto Federal, pode-se constatar que a dimensão propriamente escolar proposta para os IFs conquistou resultados satisfatórios. Em termos de aproveitamento acadêmico relacionado à aquisição de conhecimentos da educação geral, as instituições que avaliam em larga escala a educação no país, especificamente no Ensino Médio, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por intermédio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), alcançaram resultados positivos dos estudantes destas instituições federais de ensino.

Baseado em pesquisas quantitativas, fundamentadas nos índices divulgados pelo Inep/MEC, Moura (2017) demonstrou que nos resultados do ENEM 2015, na lista das mil

melhores escolas, 908 são escolas privadas, 65 Instituições Federais, 17 escolas técnicas estaduais, 6 colégios de aplicação, 3 colégios militares e 1 escola municipal. Esta análise em números absolutos, amplamente divulgada e valorizada pela mídia brasileira, apresenta uma diferença gigantesca entre as instituições públicas de ensino, incluindo os Institutos Federais, e a rede privada, reforçando negativamente a imagem do Ensino Médio público, com o intuito de emplacar uma reforma anunciada.

Contudo, ao se considerar em termos percentuais, dentre o quantitativo de escolas que realizaram o ENEM em 2015, os Institutos Federais atingiram um percentual de 13,8% dentre as mil melhores escolas (um quantitativo de 65 em um universo de 472 escolas participantes) enquanto as escolas privadas alcançaram um percentual de apenas 11,1% (908 escolas dentre 8.163 participantes). Pode-se avaliar que o rendimento dos estudantes da Rede Federal de ensino sobressaiu aos da referenciada rede privada.

Moura (2017) esclarece ainda que, no PISA, a Rede Federal alcançou resultados acima da média da OCDE em Leitura e Ciências, demonstrando desempenho equivalente a países desenvolvidos, e em Matemática apresentou resultados acima das escolas da Rede privada e pública estadual e municipal, ficando pouco abaixo da média da OCDE.

Vários são os argumentos que poderiam justificar o sucesso dos estudantes nas avaliações em larga escala: mesmo sendo uma instituição pública, a “clientela” é selecionada, existe um investimento na qualificação dos professores e servidores atuantes, a seleção para o ingresso no serviço público como no decorrer do trabalho, a proposição de currículo integrado para formação integral, infraestrutura de qualidade e apropriada à educação de formação e técnica, dentre outros.

Entretanto, apesar dos significativos resultados no tocante aos conhecimentos adquiridos dos conteúdos de formação geral, é válido demandar destes também a dimensão investigativa da ação político-social. Podemos começar pela questão do acesso, por exemplo, com um olhar crítico sobre as formas de ingresso nos IFs, as quais ocorrem por meio de acirrada seleção devido ao número limitado de vagas, consequentemente, as eficientes estruturas e oferta de ensino de qualidade não estariam à disposição de todo contingente das classes trabalhadoras. Moura (2007) já afirmava que “uma possibilidade para os filhos da classe trabalhadora é a tentativa de ingresso em uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, instituições que historicamente atuam com referência nos vários componentes que constituem a formação integral.

Tornar-se aluno dessas escolas não é fácil, pois a concorrência para ingresso é muito acirrada, uma vez que a quantidade de vagas que podem oferecer é muito menor do que a

demanda. O que se tinha durante o funcionamento das antigas Escolas Técnicas e nas primeiras turmas dos IFs era quase uma totalidade de estudantes oriundos das classes superiores em busca de formação geral de qualidade para o avanço nos estudos.

Com o objetivo de assegurar e garantir o ingresso do público proveniente das camadas mais pobres, o processo de seleção dos Institutos Federais vem sofrendo mudanças, por meio da implementação de ações afirmativas¹⁰, com reservas de vagas para oriundos da rede pública, além das cotas raciais e econômicas e por deficiência, como afirma Pacheco:

Essencial à realização desses objetivos é a adoção de medidas consistentes para democratizar o acesso aos cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sob pena de a expansão e a qualificação desse sistema serem apropriadas pelas minorias já tão privilegiadas. Temos excelentes experiências em andamento que podem ser ampliadas e disseminadas com a brevidade possível. Cotas para oriundos da escola pública e afrodescendentes, sorteio etc. são iniciativas que podem e devem ser implementadas (2011, p. 11).

Essa ação pode ser reconhecida como uma tentativa de garantir o acesso a, pelo menos, uma representação das classes populares. Mas a desigualdade ainda poderia ser evidenciada mediante ações pedagógicas e administrativas determinadas no seio da própria instituição. Bourdieu e Passeron (2008) reforçaram essa ideia em suas pesquisas,

10 A política de acesso assentada em ações afirmativas no IFG efetiva-se por meio da destinação de 50% das vagas para alunos oriundos da Rede Pública de ensino para os cursos técnicos e superiores e adoção do ENEM de forma progressiva para acesso aos cursos superiores. “O IFG reserva no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio a candidatos oriundos de Escolas Públicas, em Consonância com o disposto na Lei n.º 12.711/2012, alterada pela Lei 13.409/2016, no Decreto n.º 7.824/2012, alterado pelo Decreto n.º 9.034/2017, na Portaria Normativa n.º 18/2012, alterada pela Portaria Normativa n.º 09/2017, ambas do Ministério da Educação, e as descrições de candidatos com deficiência estabelecidas na Lei 13.146/2015, no Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações posteriores, e na súmula n.º 377-STJ, de 22/04/2009, que dispõem sobre a implementação da reserva de vagas nas instituições federais de ensino. A Reserva de vagas está distribuída em 8 casos, conforme apresentamos a seguir: (A) candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que sejam pessoas com deficiência (sigla: RI -PPI -PcD); (B) candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que NÃO SEJAM pessoas com deficiência (sigla: RI -PPI); (C) candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que NÃO SE AUTODECLARARAM pretos, pardos e indígenas (demais candidatos) e que sejam pessoas com deficiência (sigla: RI -DC -PcD); (D) candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que NÃO SE AUTODECLARARAM pretos, pardos e indígenas (demais candidatos) e que NÃO SEJAM pessoas com deficiência (sigla: RI -DC); (E) candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo, que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que sejam pessoas com deficiência (sigla: RS -PPI -PcD); (F) candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo, que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que NÃO SEJAM pessoas com deficiência (sigla: RS -PPI); (G) candidatos que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública, com renda familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo, que NÃO SE AUTODECLARARAM pretos, pardos e indígenas (demais candidatos) e que sejam pessoas com deficiência (sigla: RS -DC -PcD).” (GOIÁS, 2017, p. 10).

evidenciando que as condenações que se infligem às classes populares, por meio dos testes e exames, podem trazer eliminação no começo do processo educativo ou levar a uma exclusão no final, pois as chances deles são bem mais fracas.

Nessa perspectiva, com o intuito de minimizar os efeitos deste distanciamento, estas instituições apresentam políticas internas de assistência ao estudante, tanto em questões econômicas como pedagógicas (visitas técnicas, projetos de ensino, projetos de pesquisa e extensão, biblioteca com acervo de qualidade, equipe multiprofissional de apoio ao discente, dentre outras), que poderiam ser encaradas como uma possibilidade de suprir as diferenças de capital cultural que, segundo Bourdieu (2008c), definem o sucesso ou fracasso do indivíduo diante de um sistema escolar conservador das desigualdades.

Em dimensões mais amplas e duradouras, essas ações poderiam agir na tentativa de garantir a permanência e êxito dos estudantes durante o curso, todavia não interfeririam no porvir, como, por exemplo, nas igualdades de locações dos estudantes de diferentes níveis, egressos da mesma formação, tanto no mundo do trabalho, quanto na continuidade da vida acadêmica.

Sobre a proposta de formação cidadã, integral e omnilateral, em oposição a uma proposta de educação profissional com finalidade imediata ao mercado, mas com foco na formação humanística, no conhecimento científico, com tempo e aprofundamento para esta formação, a organização dos cursos nos Institutos Federais ocorre sob uma proposta de currículo integrado, politécnico e omnilateral, com a oferta em tempo integral na maioria de suas unidades, sendo proporcionadas aos estudantes do Ensino Médio, além das atividades de ensino, atividades ligadas à pesquisa e extensão.

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios esses válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas. (PACHECO, 2011, p. 15).

Ademais, na perspectiva de formação humanística e crítico social, pode-se observar também uma valorização do protagonismo juvenil, evidenciado nas questões de ordem política em nosso país, com ampla participação dos estudantes dos IFs que compõem o

movimento secundarista, nas manifestações de reflexão e oposição aos desmandos governamentais de retrocessos aos direitos da classe trabalhadora.

1.2.2 Os desafios para a consolidação do Ensino Médio Integrado

As informações expostas e discutidas no item anterior demonstram que a proposta do EMI dos Institutos Federais apresenta grande potencial de sucesso escolar tanto para as classes mais favorecidas, quanto para os filhos das classes trabalhadoras que conseguem o acesso, inclusive por meio das ações afirmativas (FERRETTI, 2014; MOURA, 2010, 2017; PACHECO, 2011; RAMOS, 2008).

Entretanto, seria contraproducente ignorar os problemas ou dificuldades para a efetivação dos princípios e bases previstos nos documentos norteadores. Neste decênio de implantação dos Institutos Federais, ainda são várias as questões que instigam estudo, debate, planejamento e ações para a implementação das diretrizes que fundamentam o Ensino Médio Integrado. Dentre os fatores desafiadores, optamos por destacar os referentes à integração curricular, à avaliação nos parâmetros de um ensino inovador, à formação docente para a atuação em diferentes níveis e modalidades de educação profissional e básica focada na formação emancipatória e integral e a superação da evasão (abandono) como forma de garantir a permanência e sucesso do estudante que ingressa.

a) Os desafios do EMI quanto ao currículo integrado, avaliação e formação docente

A efetivação da educação de nível médio integrada à educação profissional deve ocorrer por meio da integração dos currículos das disciplinas básicas e técnicas, sem perder de vista os objetivos da oferta de “uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida” (PACHECO, 2011, p. 15).

Todavia, ainda segundo Pacheco (2011), a integração curricular constitui-se um desafio para a consolidação da educação integrada, visto que lidar com o conhecimento de forma integrada e verticalizada exige uma outra postura que supere o modelo hegemônico disciplinar; significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo, bem como promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos.

Para efeito de compreender o avanço no sentido da verticalização, é importante destacar a proposta curricular que integra o Ensino Médio à formação técnica (entendendo essa integração em novos moldes). Essa proposta, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho, além de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica (PACHECO, 2011, p. 26).

Os cursos do EMI do IFG trabalham com matrizes curriculares extensas, compostas, em média, por mais de 3.600 horas, incluindo as disciplinas do núcleo básico, do núcleo técnico e as horas de estágio e atividades complementares. Como na maioria dos Câmpus os cursos funcionam em três anos, em tempo integral, perfazem um total de quase 20 disciplinas por ano.

Na prática, o que se observa até então são remotas tentativas de integração curricular, por meio da execução de projetos isolados ora pela vertente multidisciplinar¹¹, ora pela interdisciplinar¹², a fim de vencer a simples justaposição das disciplinas técnicas e básicas, com suas respectivas cargas horárias extensas e fechadas.

Além disso, a proposta de formação integral por meio do trabalho pedagógico integrado requer dos professores formação qualificada e equiparada com os fundamentos teórico-metodológicos que a norteiam. Segundo Caldas (2011), existe um forte apelo para que se atue de forma integrada e articulada, sem, contudo, banalizar a importância do domínio adequado dos conteúdos que deverão ser trabalhados para efetuar uma transposição didática contextualizada e integrada às atividades práticas e de pesquisa.

Moura (2008) define dois grandes eixos necessários para a formação dos docentes da EPT: o primeiro está relacionado com a área de conhecimento específica, adquirida na graduação, e o outro refere-se à formação didático-político-pedagógica e às especificidades das áreas de formação profissional que compõem a esfera da EPT. Entretanto, “a formação de professores para o campo específico da educação profissional sempre foi e ainda tem ocorrido de forma aligeirada e, como prevê a Resolução CNE nº 2/1997, tem um caráter de complementação pedagógica” (MOURA, 2010, p. 126).

11 A principal característica das relações em que ocorre esse tipo de abordagem é a justaposição de ideias. A multidisciplinaridade estaria hierarquicamente no primeiro nível, inferior, de integração entre as disciplinas, quando comparada à inter e à transdisciplinaridade (BICALHO; OLIVEIRA, 2011).

12 A interdisciplinaridade ocupa posição intermediária entre a multi e a transdisciplinaridade, com a ocorrência de intercâmbios e enriquecimentos mútuos entre as disciplinas. O princípio que distingue a interdisciplinaridade é a intensidade das trocas realizadas entre os cientistas especializados e o grau de integração real das disciplinas em torno de um determinado projeto de pesquisa (BICALHO; OLIVEIRA, 2011).

Ademais, mesmo que os professores estejam preparados e consigam empreender a ação pedagógica voltada para a formação integral, omnilateral e politécnica, ainda vão se deparar com um sistema que exige a quantificação dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes para qualificá-los em aptos ou não aptos a prosseguir seus estudos. Litto e Formiga (2009, p. 153) destacam que o modelo de avaliação da aprendizagem classificatório, monodirecional e quantitativo já não satisfaz as exigências das novas metodologias de ensino e de trabalho docente, pois o advento das tecnologias da informação e da comunicação provocou mudanças em várias dimensões do fazer e do pensar humano, exigindo uma nova forma de pensar e de analisar a avaliação.

Ciavatta e Ramos, grandes pesquisadoras da Educação Profissional e Tecnológica, por meio dos resultados de seus estudos, vislumbram a possibilidade de um EMI de qualidade, apesar dos desafios correntes:

Estudos sobre a formação integrada evidenciam as dificuldades, mas não a impossibilidade de sua implantação, desde que apoiados por um projeto firme e coerente para sua realização, que supõe: a superação da mentalidade conservadora dos padrões pedagógicos vigentes, assim como de posições políticas adversas ao discurso da formação integrada e da educação emancipatória que tenha base na crítica à sociedade de mercado; gestão e participação democrática nas instituições educacionais; estudo e qualificação conceitual e prática dos professores; envolvimento do quadro docente permanente e transformação dos vínculos precários de trabalho para proporcionar a todos os professores condições materiais (instalações, laboratórios etc.) e condições dignas de trabalho, salariais, de carreira e compromisso com as instituições (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 36).

Assim, para as autoras, apesar dos reveses, a consolidação do Ensino Médio Integrado, principalmente na Rede Federal de Ensino, ainda é uma possibilidade de educação de qualidade, desde que fundamentada na “concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 31).

Outrossim, alguns aspectos evidenciados anteriormente como: os resultados positivos nas avaliações nacionais de larga escala, a formação de qualidade nos cursos técnicos ofertados e a possibilidade de acesso das classes das camadas populares e da oferta de condições que alcancem sucesso, traduzem uma proposta de organização escolar que, no mínimo, possibilitaria aos filhos dos trabalhadores condições mais equilibradas de competição, tanto no seio escolar, quanto no seio social.

Diante do exposto, por que, então, este modelo não seria adotado para todo o Ensino Médio brasileiro, ofertado pelas instituições públicas dos estados e municípios? Tal resposta poderia passar pela compreensão de que “a formação escolar, conforme já reconhecia um dos

intelectuais mais expressivos do liberalismo econômico, é perigosa porque pode despertar desejos e expectativas que não interessam à classe dominante, por isso, diz, ela deve ser oferecida em doses homeopáticas” (SMITH, 1983 apud SOUSA; OLIVEIRA, 2014, p. 80).

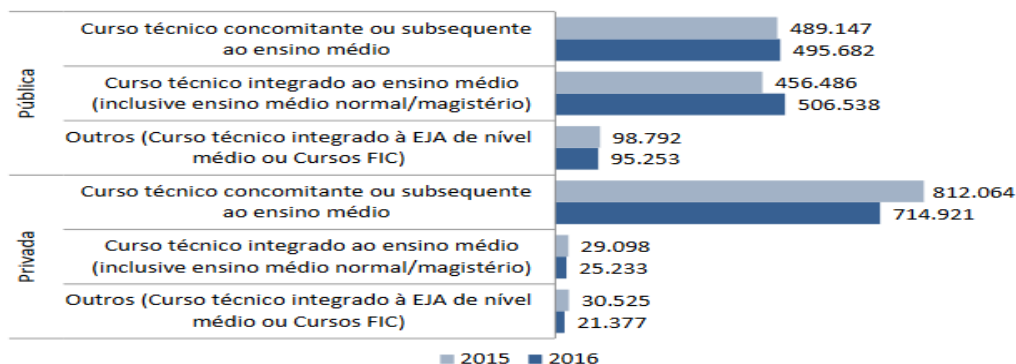
Neste sentido, o que se vislumbra atualmente no Estado brasileiro é a consolidação de um formato de Ensino Médio Profissionalizante, empreendido pelo atual governo por meio da Reforma do Ensino Médio, diferente do ofertado pelos Institutos Federais, pois apresenta-se marcado pela “ausência de condições ideológicas, estruturais e materiais concretas para a sua execução, com seus verdadeiros motivos, não pronunciáveis, fundamentados no barateamento do custo da formação da classe trabalhadora e na radicalização da estrutura dual de ensino” (MOURA, 2017).

b) Os desafios do EMI quanto à permanência e evasão

As políticas de ações afirmativas, colocadas em prática por meio das reservas de vagas nos editais de ingresso do estudante, buscaram resolver as deficiências de acesso à Rede de Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando que representantes das diferentes origens sociais, raciais, bem como pessoas com deficiências tenham a oportunidade de receber um ensino de qualidade para a sua formação geral e profissional (Lei nº 12.711/12).

Segundo dados do Inep 2015/2016 (Brasil, 2017a), a matrícula da rede pública na educação profissional cresceu 5,1% nestes anos, enquanto a da rede privada (Sistema S – SESC/ SESI / SENAI / SENAC) apresentou queda de 12,6%. Já a matrícula de curso técnico integrado ao Ensino Médio da rede pública atingiu um crescimento de 11% (Figura 2).

Figura 2 – Número de matrículas na educação profissional por rede de ensino e tipo de curso – Brasil 2015-2016



Fonte: Nota estatística do Inep – 2016 (BRASIL, 2017a)

Todavia, garantir o acesso não é garantir o sucesso e a permanência. Bourdieu (2008a) já afirmava que a escola produz a competição e exclusão em seu seio. Charlot (2002) afirma que os sujeitos que não se encaixam na lógica simbólica da escola não encontram condições de permanecer nela, optando por abandoná-la.

Levando-se em consideração o Ensino Médio regular, os dados revelam que 12,9%, 12,7% e 6,8% dos alunos matriculados na 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram-se da escola, de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. Considerando todas as séries do Ensino Médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino (BRASIL, 2017a).

Desvelando a temática dos Institutos Federais e do EMI, os dados revelam que existe uma quantidade menor de alunos que abandonam o curso (6,4), se comparados com os dados do EM regular (11,2%), conforme podemos observar no Tabela 1. Contudo, se compararmos com a quantidade de alunos que concluem (46,8%), o índice ainda é muito baixo. Menos da metade dos alunos que ingressam na Educação Técnica Integrada concluem no prazo previsto, levando-nos a concluir que ou evadiram, ou ficaram retidos pelo caminho.

Tabela 1 – Alunos Evadidos, em Curso e Concluintes, por tipos de curso, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011¹³.

Indicador/tipo de curso	Nível Médio			Nível Superior		
	Proeja Médio	Subsequente Médio	Integrado Médio	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo
Quantidade de Ciclos de Matrícula	287	1.544	483	163	107	739
Quantidade de alunos dos cursos	5.836	59.871	16.066	3.084	2.538	21.762
Percentual de Evadidos	24,0%	18,9%	6,4%	8,7%	4,0%	5,8%
Percentual de alunos em curso	37,9%	49,3%	44,4%	64,5%	68,1%	50,8%
Percentual de Concluintes	37,5%	31,4%	46,8%	25,4%	27,5%	42,7%

Fonte: Relatório de auditoria do TCU sobre evasão na rede profissional federal, em 2012

Poucos estudos mostram dados quantitativos sistematizados sobre a evasão na Educação Profissional, nem mesmo o Censo Escolar apresenta campo específico de pesquisa sobre essa modalidade. Até 2017, o Censo Escolar era a única base de dados nacional a oferecer informações sobre movimento (abandono, transferência e falecimento) e rendimento (aprovação, reprovação e conclusão) escolar na educação técnica. No caso do ensino técnico,

¹³ Levantamento feito por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC. Esse é o sistema que operacionaliza a gestão das matrículas e das informações dos estudantes de toda a rede de educação profissional.

os dados são armazenados como microdados (dados brutos), não são transformados em sinopses estatísticas e não são divulgados pelo INEP. O acesso a eles nem sempre é simples e/ou fácil.

Somente em janeiro de 2018 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC) instituiu a Plataforma Nilo Peçanha – PNP, a rede de coleta, validação e disseminação das estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Revalide. A PNP reúne dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão.

Dentre os documentos que nos oferecem dados, principalmente sobre evasão e repetência na EPT, pode-se destacar o Relatório do TCU (2012) TC 026.062/2011-9, que se refere à auditoria operacional realizada nas ações da Rede Federal de Educação Profissional no exercício de 2011. Além desse, o trabalho Rede de Pesquisa Ibero-Americana sobre Educação Profissional e Evasão Escolar – RIMEPES –, coordenado pela pesquisadora Rosemary Dore, da UFMG, que, a partir de dados coletados em instituições da rede federal de Minas Gerais, apresenta indicadores para avaliar e monitorar o problema da evasão em cursos técnicos no Brasil.

Diante de números tão alarmantes, o TCU ainda relata não ter encontrado ações de estudo e combate à evasão em nenhuma das instituições auditadas. Nesse propósito, foi publicado o acórdão nº 506/13, que recomenda à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) que realize planos, em conjunto com os Institutos Federais, para melhorar a estrutura e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

9.1.1. Institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple: a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc.) (BRASIL, 2013a, p. 1).

Assim, vários estudos foram e estão sendo desenvolvidos a fim de compreender os motivos da evasão e desencadear ações que favoreçam o enfrentamento da evasão. A própria SETEC, por meio da portaria SETEC nº 39, de 22 de novembro de 2013, constituiu um grupo de trabalho para elaboração de um documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal. Nesse documento, são categorizadas as principais razões de evasão

na educação profissional, subdivididas entre: fatores ligados ao indivíduo, fatores externos e internos da escola.

Dore e Lüscher (2011) consideram que a evasão pode se referir à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição, do sistema de ensino, da escola e posterior retorno ou à não conclusão de um determinado nível de ensino. Portanto, para as pesquisadoras, a evasão ou abandono escolar é um processo que tem natureza multiforme. A escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante.

Na pesquisa desenvolvida por Oliveira et al. (2015) concernente aos motivos da evasão, destaca-se como aspectos relevantes: vulnerabilidade socioeconômica; dificuldade de conciliar trabalho e estudo; expectativas não atendidas pelo curso; transferência; reprovações sucessivas nos primeiros períodos; currículos “inchados”; certificação pelo ENEM e docentes sem formação pedagógica.

Pelissari (2013), ao analisar o processo de abandono no EMI nos cursos da área de tecnologia, constatou que o momento da escolha do curso é muito importante para que o aluno permaneça até a conclusão. Identificou também fatores secundários e não menos relevantes que contribuem para a evasão, como a incompatibilidade de horários de trabalho e estudo, grande distância entre a residência e a escola, dificuldades nas disciplinas, vários processos de reprovação, transferência para outra escola.

1.3 O EMI no Câmpus Uruaçu do IFG: uma visão geral do acesso, permanência e evasão

A integração entre educação básica com a formação profissional sempre foi um desafio para diversas sociedades, estabelecendo-se por meio das relações de força entre grupos e classes. A integração proposta é uma necessidade histórica e acredita-se ser possível efetivar o Ensino Médio em uma perspectiva unitária, sem esperar que as condições objetivas estejam dadas, mas disseminando os ideais de uma educação integral, como afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos:

[...] Ensino Médio integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino – mas que potencialize mudanças para, superando-se essa

conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 44).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Equiparada às universidades federais, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional, tecnológica e gratuita em diferentes modalidades de ensino (BRASIL, 2008c).

A instituição oferece desde educação técnica integrada ao Ensino Médio à pós-graduação. Na educação superior, conta com os cursos de tecnologia, especialmente na área industrial, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IFG atua, na forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio da EJA. Atualmente são ofertados cursos de mestrado profissional e especialização *lato sensu*, além dos cursos de extensão, de formação profissional de trabalhadores e da comunidade (Pronatec), de Formação Inicial e Continuada (FIC), que são cursos de menor duração, e os cursos de educação à distância (EaD). O IFG atende mais de onze mil (11.000) alunos nos seus 14 câmpus em funcionamento: Anápolis, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Águas Lindas, Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso (BRASIL, 2016b).

Figura 3 – Mapa dos Câmpus do Instituto Federal de Goiás



Fonte: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/278/mapa.png>>. Acesso em: 25 set. 2018.

Cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a eficiência necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. É essa concepção que oferece suporte à delimitação da área de abrangência dos Institutos Federais, qual seja, as mesorregiões (BRASIL, 2016a).

Em 11 de outubro de 2006, representantes do CEFET-GO – instituição predecessora do IFG – apresentaram às autoridades de Uruaçu o projeto de instalação de uma unidade da Rede Federal de Educação Profissional no município. Após um breve período de negociações, por meio da Lei Municipal nº 1.381, de 26 de novembro de 2007, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 121, de 27 de novembro de 2007, o município de Uruaçu doou a sede da Prefeitura – prédio com sete pavimentos – e mais um terreno de 50.000 m² para a construção da infraestrutura do CEFET em Uruaçu (BRASIL, 2016b).

Pela Portaria nº 694/2008, de 9 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de junho de 2008, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, autorizou a implantação da Unidade de Ensino de Uruaçu. Sua inauguração foi realizada no dia 25 de agosto de 2008, com uma aula inaugural proferida pelo professor Paulo César Pereira, então Diretor-Geral do CEFET-GO, sobre o tema: Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Durante a inauguração, também foi realizada a cerimônia de posse dos servidores recém-concursados para assumir os cargos da nova Unidade. Em 29 de dezembro de 2008, a Unidade de Ensino Uruaçu do CEFET-GO tornou-se o Câmpus Uruaçu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Assim, o IFG Câmpus Uruaçu iniciou suas atividades oferecendo o curso superior de Licenciatura em Química, o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio – PROEJA, o curso Técnico Subsequente em Edificações e, em 2009, os cursos de Ensino Médio Integrado em Informática e Edificações. Um ano depois acrescentou-se a oferta do Técnico Integrado em Química.

Atualmente, possui quatro eixos tecnológicos, representado por sete cursos presenciais, em dois níveis de educação: nível médio e nível superior, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Síntese dos eixos Tecnológicos e Cursos ofertados no IFG Uruaçu

Eixo Tecnológico	Curso	
	Nível Médio	Nível Superior
Informação e Comunicação	Técnico em Informática	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Infraestrutura	Técnico em Edificações	Bacharelado em Engenharia Civil
Produção Industrial	Técnico em Química	Licenciatura em Química
Gestão e Negócios	Técnico em Comércio (EJA)	-

Fonte: Elaborado pela autora. Disponível em: <www.ifg.edu.br>. Acesso em: 27 fev. 2018.

O IFG – Câmpus Uruaçu tem por responsabilidade social e institucional formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, para atender às demandas dos diversos setores da economia, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade. Surgiu na perspectiva de interiorizar uma educação de qualidade, principalmente, para atender ao norte do Estado de Goiás, quanto às demandas do mundo do trabalho e desenvolvimento tecnológico.

Entre os anos de 2009 e 2011, os cursos de Ensino Médio Integrado funcionaram com a duração de 4 anos e em período parcial, somente um turno de atividades acadêmicas. A partir de 2012, após ampla discussão, ocorreu a modificação da estrutura dos cursos técnicos integrados, passando-os para o regime integral com o objetivo de permitir ao concluinte receber o diploma do Ensino Médio em 3 anos, concomitante com a conclusão da sua formação técnica.

Castro e Lopes (2011), em seus estudos sobre a educação em tempo integral, constataram que para os entrevistados existe uma dupla função da Escola de Tempo Integral, a saber, a guarda e a educação: “A primeira coibiria a ociosidade que pode gerar marginalidade das crianças e adolescentes que estão fora do mercado de trabalho por força de lei, e a segunda serviria ao mercado com a formação de futuros trabalhadores, por meio da instrução básica” (p. 275).

Segundo o Projeto Diagnóstico de educação Técnica Integrada ao Ensino Médio em Período Integral no IFG (2014), foram levantados cinco argumentos para o debate e a aprovação do regime em tempo integral dos cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio. Foram eles:

- 1 - Ampliar o tempo de permanência escolar do aluno ao longo da educação básica.
- 2 - Evitar o prolongamento dos anos de estudo para além do exigido pela legislação.
- 3 - Possibilitar a implementação de currículos mais integrados, diversificados e atualizados com a dinâmica do desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico.
- 4 - Evitar a evasão decorrente da “jornada dupla” com o fim da duplicidade de matrículas dos alunos junto à rede pública e particular no contraturno e melhorar o aprendizado dos alunos.
- 5 - Possibilitar a conclusão dos cursos em idade regular sem passar pela solicitação de certificação pelo ENEM/SISU no último ano, reduzindo de quatro para três anos a duração dos cursos. (GOIÁS, 2014, p. 8)

O ingresso dos estudantes no Ensino Médio Integrado é realizado por meio de processo seletivo anual em que são ofertadas 30 vagas para cada curso. Dentre estas 30 vagas, existem ações afirmativas com o objetivo de garantir a entrada de alunos da rede pública, bem como para as cotas raciais (preto, pardo, indígena), socioeconômicas (baixa renda) e para pessoas com deficiência. Apesar de os editais de seleção realizarem a reserva da metade das vagas para as cotas, existe uma variação na quantidade de entradas, pois, quando as vagas não são preenchidas ou as médias dos estudantes se equiparam aos dos não cotistas, as vagas são remanejadas entre si.

No entanto, apesar da consolidação dos cursos de Ensino Médio Integrado ao longo dos quase nove anos de funcionamento, observados pelo crescente número de matrículas, pode-se observar também que o número de evadidos e retidos é significativo. Mesmo com a democratização do acesso, a permanência e o êxito do estudante ainda não têm sido totalmente garantidos. A evasão e repetência estudantil têm-se constituído um embaraço para o Instituto Federal de Goiás. No caso específico do Câmpus Uruaçu, em seu Sistema de Gestão Acadêmica (Q-Acadêmico), verifica-se que, do número de matrículas a cada ano no Ensino Médio Integrado, desde a implantação dos cursos no Câmpus em 2009 até o ano de 2016, há um número elevado de alunos que evadiram e/ou solicitaram transferência externa, abandonando o curso integrado para concluir somente o Ensino Médio na rede regular de ensino e também dos alunos que ficam retidos na série (Tabela 2).

Os números retratam um aumento na oferta de vagas e matrículas no decorrer dos oito anos de funcionamento do IFG em Uruaçu, contudo, a cada ano o número de alunos evadidos e retidos sofre uma variação. A porcentagem de alunos evadidos não se revela de forma constante, ocorrendo elevações e quedas intercaladas, enquanto a porcentagem de retidos mostra-se em decrescimento linear.

Tabela 2 – Número de matriculados, evadidos e retidos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFG Câmpus Uruaçu no período de 2009 a 2016

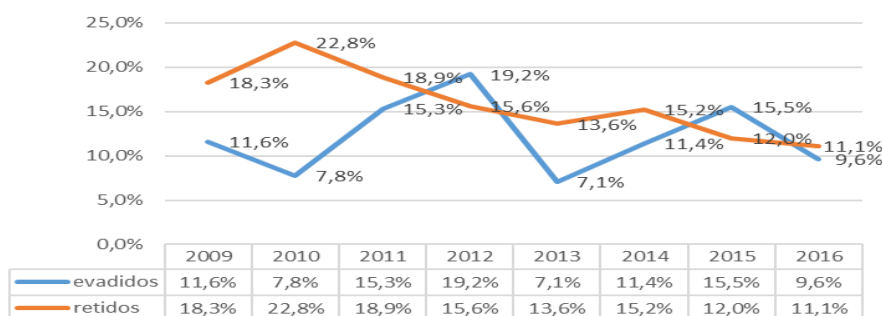
ANO	MATRICULADOS	EVADIDOS	RETIDOS
2009	60	7	11,6%
2010	140	11	7,8%
2011	222	34	15,3%
2012	249	48	19,2%
2013	293	21	7,1%
2014	262	30	11,4%
2015	283	46	15,5%
2016	269	26	9,6%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Sistema de Gestão Acadêmica (Q-Acadêmico)¹⁴. Acesso em: 09 jun. 2017.

Foram considerados evadidos os alunos que abandonaram o curso sem nenhum procedimento formal, os desligados/cancelados pelo próprio IFG e os que solicitaram transferência externa; retidos os alunos que reprovaram, não podendo avançar na série ou obter o diploma de conclusão do curso. Os dados demonstram um número crescente de matrículas até o ano de 2013, quando ocorreu a estabilização de matrículas devido ao fechamento do ciclo de abertura de novos cursos. Em números absolutos, a quantidade de retidos permaneceu estável durante o período analisado, todavia a quantidade de evadidos apresenta oscilações.

O gráfico 1 exibe, em porcentagem, a quantidade de evadidos e retidos neste mesmo intervalo de tempo, 2009 a 2016.

Gráfico 1 – Porcentagem de evadidos e retidos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFG Câmpus Uruaçu no período de 2009 a 2016.



Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica (Q-Acadêmico). Acesso em: 09 jun. 2017.

14 Disponível em: <<http://academicoweb.ifg.edu.br/>> Acesso em: 09 jun. 2017.

Os dados apontam que o número de alunos que abandonam os cursos Técnicos Integrados do IFG em Uruaçu é elevado e oscila a cada ano, enquanto o número de retidos vem decrescendo consideravelmente em quantidades percentuais. Observa-se que em 2012 e 2015 o número de alunos que evadiram ultrapassou a quantidade de reprovados. Obtendo-se uma média, podemos afirmar que somente 70% dos alunos que ingressam a cada ano conseguem concluir a série com êxito e permanecer na instituição. Considerando os investimentos em infraestrutura e qualidade no ensino dos Institutos Federais, bem como que os alunos que ingressam nos Cursos de Educação Técnica integrada ao Ensino Médio passam por uma acirrada seleção e ainda estão em idade de escolarização obrigatória, o quantitativo de abandono e retenção mostra-se alarmante.

Como já esclareceram as estudiosas do assunto Dore e Lüscher (2011), a evasão é um processo complexo e de múltiplas faces e fatores, quando o aluno afasta-se da escola já está em um estágio final, pois os indícios iniciados em etapas anteriores são, geralmente, identificados tardiamente. A obtenção mais rápida e objetiva de informações sobre os discentes, por intermédio de um acompanhamento psicopedagógico, poderia apresentar-se preponderante para o traçado de estratégias para a sua permanência e conclusão do curso pretendido.

Os altos investimentos na educação Técnica e Tecnológica nas instituições da Rede Federal de Ensino e os elevados números de evasão e repetência chamaram a atenção dos órgãos de controladoria da União. Com isso, o Acórdão do TCU nº 506/2013 determinou ao Ministério da Educação que estabelecesse uma política para combater a evasão e ampliar o êxito na Rede Federal. Em atendimento a esta demanda, o MEC propôs uma metodologia nacional para que cada instituição que compõe a Rede Federal elaborasse o seu Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes.

O Plano Estratégico Institucional do IFG foi elaborado em 2016 tendo como objetivos a realização de diagnóstico das causas de evasão e retenção, proposição de políticas que sejam capazes de criar ações administrativas e pedagógicas, de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo. Por conseguinte, cada Câmpus realizou seus estudos e propôs suas estratégias de enfrentamento da evasão nos diferentes níveis e modalidades do ensino ofertado. No terceiro capítulo serão apresentados os dados e ações desse plano.

1.3.1 O olhar dos participantes da pesquisa sobre as dificuldades para a conclusão do EMI

Na fase de levantamento de dados desse estudo, além de construir o perfil dos discentes concluintes e evidenciar os indicadores de permanência e êxito, buscamos identificar os principais problemas enfrentados pelos discentes dos cursos do Ensino Médio Integrado do IFG Câmpus Uruaçu. Para tanto, utilizou-se o questionário eletrônico aplicado aos alunos concluintes no ano de 2017, nas três séries dos cursos ofertados (Edificações, Informática e Química), para os pais desses alunos e para os docentes atuantes nos Cursos Técnicos Integrados. Responderam ao questionário 49 alunos (73%), 25 pais (37%) e 32 docentes (63%).

Segundo os discentes, os principais “problemas ou dificuldades” enfrentados durante a realização do curso no IFG foram: a carga horária extensa do curso (muitas disciplinas no ano letivo); o excesso de trabalhos e atividades, o fato de o curso ser em tempo integral – permanecer o dia todo na instituição e a adaptação com o ritmo da instituição (Tabela 3).

A permanência em tempo integral na escola não foi considerada pelos alunos como aspecto positivo para a conclusão do curso. Mais de 50% dos estudantes consideraram o curso em tempo integral como dificuldade de média e alta relevância. As diretrizes propostas para a educação em tempo integral presentes na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) visam ao aumento da jornada escolar como uma maneira de democratizar o acesso à cultura e de diminuir as diferenças sociais.

Entretanto, a organização dos cursos em tempo integral no IFG Uruaçu, oferece no mesmo período de tempo do Ensino Médio regular (3 anos), às matrizes curriculares do curso técnico e da formação básica. Segundo os participantes, esta estrutura produz o excesso de atividades disciplinares o que pode reduzir a oportunidade do estudante em participar de outras atividades, relativas ao tripé ensino, pesquisa e extensão, como as monitorias, reforços, recuperações, projetos de ensino, de iniciação científica e atividades esportivas e culturais.

Já os fatores elencados a seguir os estudantes observaram como causa de baixa ou nenhuma dificuldade no curso: conflitos interpessoais com colegas de turma; falta de conhecimento de conteúdo do Ensino Fundamental e que são básicos para o Ensino Médio; conflitos interpessoais com professores e/ou servidores; notas baixas nas disciplinas; dificuldades financeiras para a manutenção das despesas de transporte e alimentação; problemas familiares, conflitos com os pais e/ou outras pessoas da família, que interferiram nos estudos e a distribuição dos horários das aulas semanais durante o ano letivo.

Os relacionamentos interpessoais com colegas, servidores e família não são vistos entre os discentes como desafios a serem superados para a garantia do sucesso no curso. Contudo, apesar de 70% dos alunos responderem que problemas familiares configuram-se entre baixa e nenhuma relevância, é comprovado que o envolvimento de adolescentes em conflitos familiares, principalmente com os pais, constitui-se como justificativa para baixos rendimentos escolares (CASARIN; RAMOS, 2007).

Outro fator que chamou a atenção foi a falta de reconhecimento de que certos conteúdos do Ensino Fundamental interferem ou prejudicam a aprendizagem de conteúdos do Ensino Médio. Mais de 60% dos estudantes disseram não apresentar relevância significativa para o bom desenvolvimento acadêmico.

Tabela 3 – Porcentagens de respostas dos discentes quanto aos principais problemas enfrentados no EMI

Problemas ou Dificuldades durante o curso Discentes	Relevância			
	Alta	Média	Baixa	Nenhuma
Carga horária extensa do curso (muitas disciplinas no ano letivo).	41%	33%	14%	12%
Excesso de trabalhos e atividades.	43%	39%	12%	6%
Dificuldade na adaptação com o ritmo da instituição.	32%	29%	29%	10%
Distribuição dos horários das aulas semanais durante o ano letivo.	10%	33%	41%	16%
Curso em tempo integral – permanecer o dia todo na instituição.	33%	29%	22%	16%
Conflitos interpessoais com professores e/ou servidores.	8%	16%	31%	45%
Conflitos interpessoais com colegas de turma.	10%	18%	41%	31%
Notas baixas nas disciplinas.	16%	18%	29%	37%
Dificuldades financeiras para a manutenção das despesas de transporte e alimentação.	12%	24%	31%	33%
Problemas familiares, conflitos com os pais e/ou outras pessoas da família.	10%	20%	29%	41%
Falta de conhecimento de conteúdos do Ensino Fundamental e que são básicos para o Ensino Médio.	20%	14%	39%	27%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quanto aos pais, as respostas revelaram que existe uma preocupação com a adequação dos filhos aos moldes de funcionamento da instituição. As dificuldades que os estudantes enfrentam com o número elevado de disciplinas e atividades escolares constituem-se fatores altamente relevantes e problemáticos segundo os pais (Tabela 4).

A compartimentalização/fragmentação dos conteúdos em disciplinas curriculares torna a matriz dos cursos extensa. Cada componente curricular defende suas especificidades e grita a necessidade de uma determinada carga horária semanal capaz de suprir o ementário mínimo da disciplina. Na prática, ainda é escassa a efetividade do trabalho inter/transdisciplinar, de forma integrada, mesmo que isto esteja contemplado nos documentos oficiais que fundamentam as propostas de currículo do Ensino Médio Integrado. Segundo Araújo e Silva (2017), é necessário “investir nas condicionantes que visam a integração de pessoas e de saberes para que o EMI não seja visto como um ‘amontoado de disciplinas’” (p. 16).

O projeto de Ensino Médio Integrado visa a formação integral, a qual é processual e leva tempo; já a lógica da empresa visa o curto prazo e o lucro imediato. Portanto, a escola e a empresa não podem ter métodos e técnicas idênticos, uma vez que a finalidade da escola é diferente da finalidade que se busca atingir em uma empresa (ARAÚJO; SILVA, 2017, p. 17).

Tabela 4 – Porcentagens de respostas dos pais quanto aos principais problemas enfrentados no EMI

Problemas ou Dificuldades durante o curso	Relevância			
	Alta	Média	Baixa	Nenhuma
Carga horária extensa do curso (muitas disciplinas no ano letivo).	44%	16%	28%	120%
Excesso de trabalhos e atividades.	36%	20%	28%	16%
Dificuldade na adaptação com o ritmo da instituição.	24%	16%	32%	28%
Distribuição dos horários das aulas semanais durante o ano letivo.	20%	28%	24%	28%
Curso em tempo integral – permanecer o dia todo na instituição.	28%	16%	20%	36%
Conflitos interpessoais com professores e/ou servidores.	4%	8%	20%	68%
Conflitos interpessoais com colegas de turma.	4%	12%	20%	64%
Notas baixas nas disciplinas.	20%	32%	20%	28%
Dificuldades financeiras para a manutenção das despesas de transporte e alimentação.	12%	20%	20%	48%
Problemas familiares, conflitos com os pais e/ou outras pessoas da família.	12%	4%	24%	60%
Falta de conhecimento de conteúdos do Ensino Fundamental e que são básicos para o Ensino Médio.	24%	16%	20%	40%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Os pais sentem um conforto maior quanto à permanência dos filhos em tempo integral na instituição, apesar de que pouco mais de 40% também consideraram ser problema

de média e alta relevância. Geralmente, as famílias defendem o projeto de educação em tempo integral, pois sentem-se mais seguras com a “guarda” de suas crianças e adolescentes entre os muros escolares. Contudo, o modelo de Ensino Médio dos IFs segue o padrão universitário, em que o estudante tem trânsito livre nas dependências da instituição e ele próprio é o responsável pelo cumprimento de seus horários nas atividades acadêmicas. Esta realidade gera certa ansiedade por parte de muitos pais, levando-os a preferir que seus filhos não permaneçam o dia todo fora de casa.

O rendimento acadêmico dos estudantes, segundo os pais, é fator determinante para que o filho tenha êxito e consiga concluir o curso. Mais da metade dos pais consideraram que as notas baixas são grandes problemas enfrentados pelos filhos no EMI do IFG.

Nesta fase em que os filhos são mais autônomos e independentes, os pais costumam ter acesso aos resultados acadêmicos apenas por meio da escola, e a participação familiar, na maioria das vezes, passa a acontecer somente por meio das cobranças de resultados. Doravante, a participação dos pais nas reuniões escolares também tende a diminuir no Ensino Médio, ocorrendo uma ruptura abrupta nas práticas de acompanhamento e envolvimento familiar. Esta ruptura, por muitas vezes, causa ao adolescente ou jovem a sensação do abandono, pois perdem o referencial (ALBERTI, 2010), e tem como umas das consequências a interferência de forma negativa nos resultados escolares.

Os aspectos referentes aos relacionamentos interpessoais envolvendo colegas, professores, servidores e a própria família não estão entre os principais problemas vistos pelos pais e que tenham interferência direta na promoção do sucesso em concluir o Ensino Médio Integrado. Muitos pais procuram atribuir o sucesso ou fracasso escolar do filho mais a fatores pessoais e/ou institucionais. Pesquisas apontam que somente pais muito comprometidos tendem a atribuir maior responsabilidade pelo desenvolvimento escolar de seus filhos a eles próprios.

Para os professores os aspectos relacionados à estrutura do curso, como carga horária, excesso de trabalhos e atividades, distribuição dos horários das aulas durante a semana e a realização do curso em tempo integral, em que o estudante necessita permanecer o dia todo na instituição, são fatores problemáticos muito relevantes para que os objetivos sejam alcançados e que o aluno obtenha sucesso em seus estudos (Tabela 5).

Os fatores referentes ao desempenho acadêmico, como notas baixas nas disciplinas e falta de conhecimentos de conteúdos do Ensino Fundamental e que são básicos para o Ensino Médio receberam bastante destaque pelos docentes. Como o papel docente consiste primeiramente na busca de estratégias para que os objetivos de ensino sejam alcançados por

seus alunos e que a aprendizagem dos conteúdos ocorra de forma a capacitá-los ao exercício da profissão ou a dar continuidade aos seus estudos, e como esta aquisição da aprendizagem ainda é medida e comprovada por meio de uma escala de notas, é compreensível que a valoração dos docentes neste quesito seja alta.

Mesmo que os discentes da Rede Federal de Ensino passem por uma acirrada seleção ao ingressarem, ainda existe a queixa por parte dos professores, mais do que pelos próprios alunos, da ausência de assimilação de conteúdos básicos da etapa anterior, o Ensino Fundamental, causando acentuados prejuízos à aquisição dos conteúdos do Ensino Médio. Isto foi vislumbrado nas respostas dos professores a esta pesquisa, visto que mais de 90% dos respondentes consideraram este fator de média e alta relevância.

Tabela 5 – Porcentagens de respostas dos docentes e técnicos quanto aos principais problemas enfrentados no EMI

Problemas ou Dificuldades durante o curso Docentes e Técnicos	Relevância			
	Alta	Média	Baixa	Nenhuma
Carga horária extensa do curso (muitas disciplinas no ano letivo).	47%	47%	6%	0%
Excesso de trabalhos e atividades.	34%	53%	13%	0%
Dificuldade na adaptação com o ritmo da instituição.	66%	28%	6%	0%
Distribuição dos horários das aulas semanais durante o ano letivo.	22%	44%	25%	9%
Curso em tempo integral – permanecer o dia todo na instituição.	28%	34%	38%	0 %
Conflitos interpessoais com professores e/ou servidores.	19%	47%	28%	6%
Conflitos interpessoais com colegas de turma.	28%	41%	28%	3%
Notas baixas nas disciplinas.	69%	19%	12%	0,0%
Dificuldades financeiras para a manutenção das despesas de transporte e alimentação.	56%	34%	9%	0%
Problemas familiares, conflitos com os pais e/ou outras pessoas da família.	53%	47%	0%	0%
Falta de conhecimento de conteúdos do Ensino Fundamental e que são básicos para o Ensino Médio.	69%	22%	6%	3%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Dois fatores chamaram a atenção por destoarem em grande percentual entre as respostas dos pais e dos alunos. São os de ordem econômica e da relação familiar (Tabela 5).

Os professores e técnicos demonstraram a percepção de que as dificuldades financeiras da família para a manutenção dos alunos na instituição compreendem fator de alta relevância, diferentemente do que apontaram os alunos e pais. Esse contraste pode justificar-

se pela crescente busca das famílias pelos auxílios financeiros disponibilizados pela instituição para suporte na alimentação, no transporte, na aquisição de materiais escolares, dentre outros.

Quanto à interferência dos conflitos familiares no êxito dos estudantes, aspecto pouco valorado pelos alunos e pais, apresentou-se altamente considerado pelos docentes. Os estudantes do Ensino Médio Integrado encontram-se no período efervescente da adolescência, fase em que os conflitos com a família tornam-se mais intensos, aguçados pela busca do indivíduo por sua afirmação como sujeito. Alberti (2010) interpreta a adolescência como escolha do sujeito, compreendendo ser o momento em que se paga o preço do desligamento dos pais, mas que necessita ainda contar com o outro em nível simbólico:

Há vezes em que, diante de tantas reações adversas por parte do(a) filho(a), os pais desistem de desempenhar sua função de pais, entendem que não são mais ouvidos, levados a sério, respeitados, e então, dando de ombros, desistem. Aí, são os pais que se separam dos filhos antes destes poderem se separar deles, invertendo os papéis, de forma que a única solução encontrada pelo adolescente nesse momento em que se vê abandonado, é a de lutar desesperadamente pela atenção daqueles. Começa então a série infinita de dificuldades e problemas da adolescência que será tanto maior quanto menor tiverem sido justamente as referências primárias imprescindíveis para o exercício das escolhas (ALBERTI, 2010, p. 10).

Assim, constata-se entre os professores a compreensão da importância do apoio familiar e das boas relações do estudante com seus familiares para que não ocorram prejuízos no seu desenvolvimento nas atividades escolares. Contudo, esta percepção não foi vislumbrada nas respostas dos alunos e pais.

Segundo Araújo e Silva (2017), para construir e consolidar um novo referencial de Ensino Médio Integrado, “é preciso democratizar o acesso, garantir a permanência dos nossos estudantes e possibilitar que todos possam ter êxito escolar, o que significa garantir o direito à aprendizagem a todos que se encontram no Ensino Médio, no seu ritmo e no seu tempo” (p. 14).

Para que esses sentidos sejam alcançados, é necessário evidenciar os avanços e identificar os desafios a serem superados. A consolidação do EMI atravessa caminhos que passam pela superação da oferta paralela dos componentes curriculares para a integração e estruturação do currículo de forma interdisciplinar, do repensar a avaliação nos moldes somente como medição de conhecimentos adquiridos e da formação dos professores para a atuação conforme os princípios da EPT, extrapolando os limites da complementação pedagógica.

Além do mais, é imprescindível conhecer a realidade institucional, as prioridades de seus atores e o que pensam os segmentos alunos, pais e professores sobre os enfrentamentos necessários, pois a disposição de um estudante de continuar ou não na escola até a conclusão dos estudos está associada a fatores diversos. Nenhum fator único é capaz de explicar por si só e de modo completo esse processo (DORE; SALES, 2017).

Os resultados obtidos nesse estudo evidenciam convergência entre discentes, pais e professores quanto à problemática da organização do curso em tempo integral, principalmente, no que se refere ao formato de disciplinas do núcleo básico e técnico, distribuídas ao longo dos 3 anos, ocupando todo o tempo de permanência do estudante na instituição e comprometendo a participação deles em outras atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, esta situação gera desgaste aos alunos que não conseguem dedicar-se de maneira satisfatória a todas as disciplinas do curso, realizando as atividades propostas e se aprofundando nos estudos.

Os fatores que mais divergiram foram os relacionados a conflitos familiares como prejudiciais aos resultados acadêmicos, que, segundo os pais e alunos, não se configuram como relevantes e para os professores como altamente importantes. As dificuldades enfrentadas nas disciplinas e que resultam em notas abaixo da média e a falta de conhecimento de conteúdos anteriores, básicos para a aprendizagem de conteúdos do EM, também foram mais valorizados pelos professores do que pelos discentes e pais.

Diante do exposto, é possível concluir que a identificação dos elementos que apresentam-se como “dificuldades” na realização do curso, sob o ponto de vista dos próprios alunos, de seus pais, professores e técnicos, possibilita reconhecer os aspectos que precisam ser melhorados para que os estudantes tenham êxito em seus estudos no EMI do IFG.

1 A QUALIFICAÇÃO DOS SUJEITOS CONCLUINTES DO EMI E OS INDICADORES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

O vocábulo “qualificação” foi utilizado com o sentido de atribuir qualidade, caracterizar. Buscamos nesse estudo levantar características comuns entre os estudantes que concluem o EMI a fim de obter um perfil de discente e realizar análises e comparações com os estudantes ingressantes, com os novos concluintes e obter elementos que indiquem os possíveis casos de fracasso e as principais possibilidades de sucesso.

Como a pesquisa também pretendeu identificar as opiniões dos outros segmentos da instituição sobre a permanência e o êxito, como pais, professores e servidores técnico-administrativos, optou-se por estabelecer um perfil destes por meio do levantamento de dados na parte inicial do instrumento de coleta.

Para tanto, realizamos a aplicação de questionário elaborado a partir destas vertentes encaminhando, via e-mail e/ou por meio de link por aplicativo *smartphone*, aos alunos concluintes no ano de 2017, nas três séries dos cursos ofertados (Edificações, Informática e Química), para os pais desses alunos e para os docentes atuantes nos Cursos Técnicos Integrados. Responderam ao questionário 49 alunos (73%), 25 pais (37%) e 32 docentes (63%).

As perguntas abrangeram uma rápida identificação dos participantes (alunos concluintes, pais, professores e técnicos) com o recolhimento de informações sobre determinados aspectos, como: idade, características do curso, nível de escolaridade, condições socioeconômicas, áreas de atuação, dentre outras. Logo em seguida, buscaram-se respostas quanto aos indicadores de permanência e êxito em três categorias específicas: relacionados aos aspectos individuais, socioculturais/econômicos e institucionais.

2.1 O perfil dos estudantes concluintes do Ensino Médio Integrado, dos pais, professores e técnicos

a) O perfil dos alunos concluintes

A coleta de dados da presente pesquisa foi realizada nas turmas concluintes de 2017, nos três cursos ofertados no IFG Câmpus Uruaçu (Edificações, Informática e Química). Estes cursos possuem entrada anual de alunos, por intermédio de um sistema de seleção em que são oferecidas 30 vagas por curso.

Os concluintes de 2017 tiveram seu ingresso no ano de 2015, em um total de 111 alunos distribuídos nos três cursos. Os vinte e um (21) alunos excedentes, das 90 vagas da seleção, são estudantes que não alcançaram aprovação no primeiro ano do ano letivo anterior (2014) e realizaram a matrícula novamente em 2015. Pode-se observar na tabela 6 que, do total de ingressantes, 58% foram selecionados por meio do Sistema Universal de Livre Concorrência e 42% tiveram o acesso pelas ações afirmativas, por meio das reservas de vagas. Existe uma considerável variação destas porcentagens quando o cálculo é realizado em cada curso, separadamente, sendo que no curso Técnico Integrado em Química a diferença apresentou-se mais acentuada, já que mais de 70% dos estudantes ingressaram pelo sistema universal. Este fato pode ser justificado pelas médias mais elevadas dos alunos cotistas, que entraram primeiramente na lista do Sistema Universal.¹⁵

Tabela 6 – Quantitativo dos alunos ingressantes em 2015 no EMI do IFG Uruaçu

<i>Cursos</i>	<i>Sistema</i>			<i>Cotas</i>	
	<i>Total</i>	<i>Universal</i>	<i>%</i>	<i>Renda/PPI</i>	<i>%</i>
<i>Química</i>	34	24	71%	10	29%
<i>Informática</i>	42	26	62%	16	38%
<i>Edificações</i>	35	14	40%	21	60%
<i>Total</i>	111	64	58%	47	42%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Sistema de Gestão Acadêmica (Q-Acadêmico). Acesso em: 27 fev. 2018.

Segundo Moura (2007), a Rede Federal de Ensino constitui-se uma oportunidade de a classe trabalhadora ter acesso a um ensino de qualidade em nosso país, com professores qualificados, infraestrutura adequada, suporte pedagógico e financeiro para os estudantes em situação de risco. As políticas de acesso têm permitido o ingresso das camadas populares, oriundas das redes públicas de ensino e provenientes de grupos considerados à margem das oportunidades sociais e educacionais, como os negros, indígenas e das classes economicamente baixas. Vale investigar, dentre os que ingressam e conseguem obter êxito, quais fatores foram mais fortes e determinantes para o alcance do sucesso.

Voltando a atenção o êxito, mesmo com um alto índice de evasão ou reprovação, o quantitativo de estudantes que permanece e conclui com sucesso o curso não pode ser desconsiderado. As turmas em análise ingressaram em 2015 e, como a duração do curso é de

¹⁵ Os candidatos são classificados, em listagem única, por curso, em ordem decrescente de pontos obtidos, primeiramente, até o preenchimento das vagas do Sistema Universal e, posteriormente, até o preenchimento das vagas reservadas. (Edital de Seleção dos Cursos Técnicos Integrados do IFG, www.ifg.edu.br).

3 anos, finalizaram o curso em 2017. Pelos dados obtidos no sistema de gestão acadêmica do Câmpus, pode-se constatar que 60% dos ingressantes conseguiram concluir com êxito o curso, no tempo previsto para a duração (Tabela 7).

Tabela 7 – Quantitativo dos alunos concluintes em 2017 no EMI do IFG Uruaçu

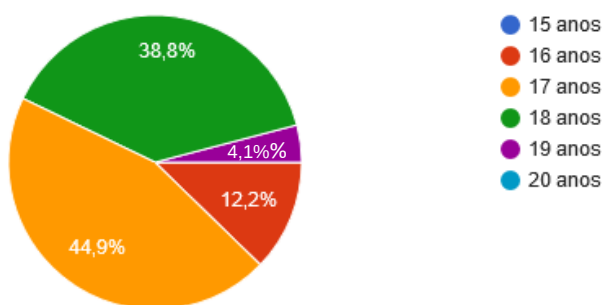
<i>Cursos</i>	<i>Sistema</i>		<i>Cotas</i>	
	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Universal</i>	<i>%</i>
<i>Química</i>	25	74%	21	87%
<i>Informática</i>	21	50%	13	50%
<i>Edificações</i>	21	60%	12	86%
Total	67	60%	46	72%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Sistema de Gestão Acadêmica (Q-Acadêmico). Acesso em: 27 fev. 2018.

Os dados apontam que os alunos que concluem são na maioria oriundos do sistema universal de seleção. Este fato não garante totalmente não serem oriundos de escolas públicas, pelo motivo de poderem concorrer por este sistema se as médias forem altas. Entretanto, observa-se que a permanência é maior entre os ingressantes do sistema universal, visto que, do total de ingressantes nesta categoria, houve 72% de conclusão contra apenas 45% no sistema de cotas.

Dentre os 63 alunos concluintes em 2017, 49 responderam à pesquisa aplicada por meio do formulário eletrônico, via *Google Docs*, sendo 20 alunos do Curso Técnico Integrado em Química, 17 alunos do Curso de Edificações e 12 alunos do Curso de Informática. Apesar de a maioria dos respondentes ser do sexo feminino, 31 mulheres (73%) contra 18 homens (37%), os dados do sistema de gestão acadêmica (Q-Acadêmico) indicaram que a diferença de sexo entre o total de concluintes não é tão grande, pois, dos 63 concluintes, 36 são do sexo feminino, 57% do total, correspondendo a pouco mais da metade.

Gráfico 2 – Percentual de idade dos alunos concluintes de 2017



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quanto à idade, constatou-se que os concluintes estão na faixa etária dos 16 a 18 anos, estando a maioria com 17 anos (Gráfico 2). Este fator é positivo sob o enfoque das Diretrizes da Educação Básica para o Ensino Médio Brasileiro (2013), que estabelece esta idade como a estimada para a conclusão do Ensino Médio¹⁶. A etapa final da Educação Básica no Brasil é o Ensino Médio, de duração mínima de três anos (LDB, Art. 35), com oferta preferencial à população de 15 a 17 anos. No entanto, devido à distorção idade-série nesta etapa, as matrículas abrangem um contingente muito maior, atendendo significativa parcela da população de 18 e 19 anos.

A distorção idade/série representa a proporção de matriculados entre 15 e 18 anos no Ensino Médio com idade superior em dois anos ao recomendado para cursar os três anos do Ensino Médio. O indicador de distorção idade-série é calculado a partir dos Censos Escolares, ele é expresso pelo quociente de alunos matriculados em determinado ano com dois anos ou mais da idade adequada para aquela série.

Em dez anos, houve uma queda considerável da taxa de distorção idade/série no Ensino Médio, contudo, em 2017, o índice ainda apresenta-se superior aos 20%. Dentre os alunos respondentes deste estudo, apenas 4,1% enquadram-se no perfil de idade distorcida da série prevista. Pesquisas apontam que o estudante que inicia a etapa do ensino na idade correta tem muito mais chances de concluir o curso.

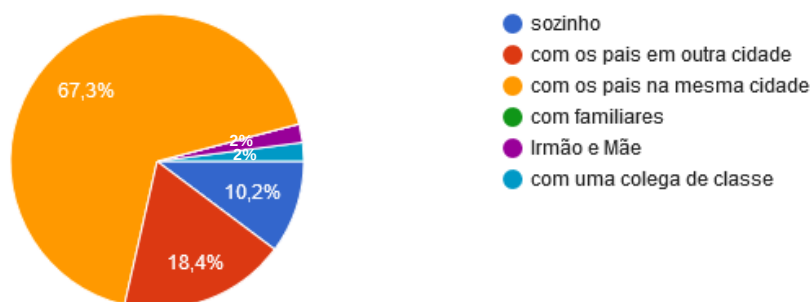
A proporção entre as taxas de aprovação indica que, para ser aprovado no primeiro ano, o estudante tem 148% a mais de chance, caso não esteja em condição de defasagem idade-série. No segundo ano, 133,7% e, no terceiro ano, 45,6%. As chances de aprovação dos estudantes com e sem defasagem de idade-série vão se aproximando por dois motivos: o abandono e a reprovação escolar, pois são maiores entre os alunos com defasagem idade-série nas primeiras séries. O estudante com defasagem idade-série tem menos chance de aprovação do que os demais. (FRITSCH; VITELLI; ROCHA, 2014, p. 145).

Além do mais, o estudante concluindo o curso na idade certa pode demonstrar também que foi um ingressante na idade correta e obteve aprovação em todas as séries, representando que obteve um bom desempenho acadêmico.

Outro fator evidenciado pelos estudantes é que a maioria mora com os pais na mesma cidade em que realizam o curso (Gráfico 3). Esta realidade auxilia na redução de gastos com transporte e moradia, bem como no tempo utilizado com a locomoção.

16 A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que cria o novo PNE, estabelece 20 metas a serem alcançadas pelo país de 2014 a 2024. A meta voltada diretamente para o Ensino Médio é a Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (BRASIL, 2014b).

Gráfico 3 – Percentual de respostas da pergunta “com quem você reside”

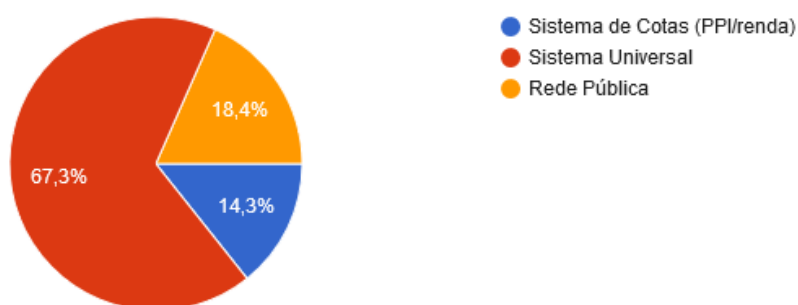


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Como o curso no IFG Câmpus Uruaçu é em tempo integral, as aulas ocorrem nos dois turnos, matutino e vespertino, o discente que reside na própria cidade tem a possibilidade de passar seus intervalos de aula em casa, o que pode reduzir o desgaste físico, pois a instituição não disponibiliza espaços para repouso. Além disso, este fator pode possibilitar melhor acompanhamento familiar, visto que os estudantes passam mais horas do seu dia em casa.

Conforme retratado no gráfico 4, apesar de a maioria dos respondentes afirmar que ingressou no IFG pelo sistema universal (67%), este número não representa relação direta com a escola de origem, pois, do total de respondentes, praticamente a metade veio de escolas da rede particular (55%). Entretanto, se compararmos com o universo de concluintes (Tabela 7), podemos verificar que o índice de permanência ainda é maior entre os estudantes oriundos das escolas privadas de ensino. Vários autores explicam o sucesso e o fracasso escolar por meio da perspectiva das diferenças de classes sociais, das condições culturais, econômicas, familiares (BOURDIEU; PASSERON, 2008; PATTO, 2010; PEREIRA, 2005).

Gráfico 4 – Forma de ingresso ao IFG dos estudantes respondentes



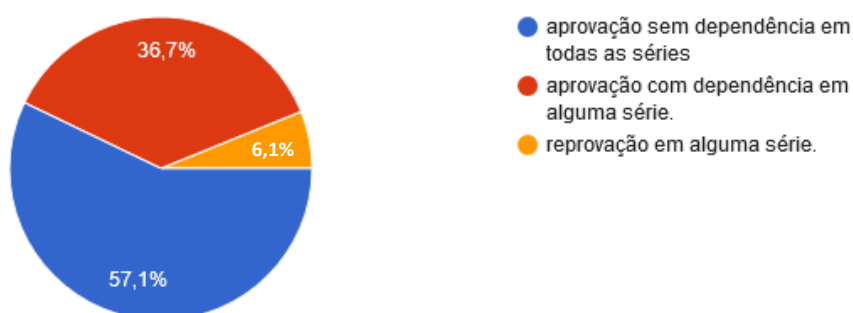
Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A partir dos seus estudos, Bourdieu e Passeron (2008) concluíram que a classe dominante possui padrões culturais constituídos de certas normas de falar, formas de conduta, de valores, diferentes das classes trabalhadoras. Assim, a escola, que geralmente trabalha com o patrimônio cultural da classe dominante, torna-se mais fácil para o aluno oriundo das classes dominantes, o que poderia justificar o índice maior de êxito entre esta população de estudantes.

Vários estudiosos buscam comprovar a relação entre reprovação e abandono. Dentre eles, Pelissari (2013) constatou que “a reprovação, ou qualquer possibilidade de reprovação, implica se não o imediato abandono, muitas avaliações do que fazer a partir dali na vida escolar e profissional” (p. 229). Também foi objeto de investigação nessa pesquisa o desempenho dos estudantes no curso, com três alternativas para escolha: aprovação sem dependência em todas as séries, aprovação com dependência em alguma série e reprovação em alguma série.

Como pesquisamos alunos concluintes, ou seja, os que alcançaram êxito, os resultados demonstraram que apenas 6,1% desse público passou pela experiência da reprovação em alguma série (Gráfico 5). Isso também corrobora os resultados obtidos na idade de conclusão do curso, que não demonstram altos índices de distorção. Quase 60% dos estudantes afirmaram que não ficaram retidos nem mesmo em disciplinas, enquanto 36,7% não repetiram a série, mas conseguiram avançar por meio do regime de progressão parcial (dependência). Ao todo, mais de 90% dos respondentes não passaram pela experiência da reprovação na série.

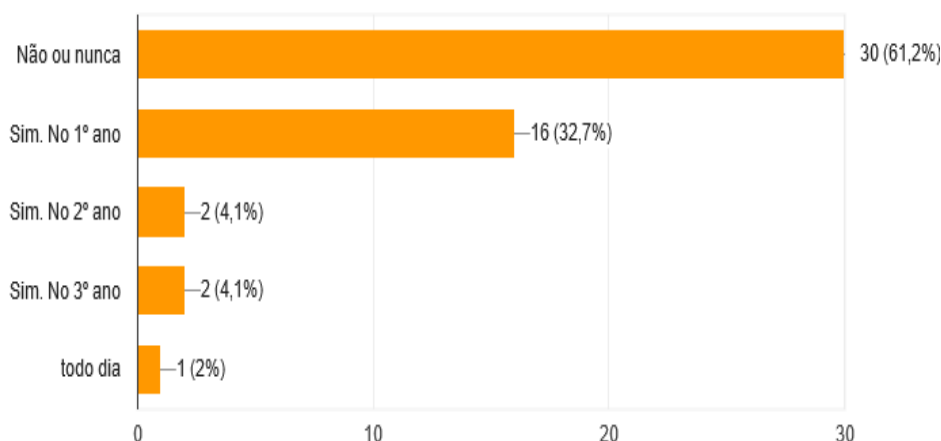
Gráfico 5 – Desempenho dos estudantes respondentes no curso



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Sobre a intenção de abandono do curso em alguma etapa ou série, o resultado demonstra que, quando o aluno não manifesta intenção de abandono em nenhuma série, é maior a possibilidade de chegar até o final do curso, ou seja, está mais propenso à conclusão e ao êxito.

Gráfico 6 – Percentual dos alunos concluintes que já pensaram em desistir do curso



Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Apesar de 61% dos concluintes respondentes da pesquisa terem afirmado que não possuíram intenção de abandonar o curso em nenhuma das séries cursadas, quase 33% dos que responderam afirmativamente indicaram que esta intenção ocorreu no primeiro ano (Gráfico 6).

Tendo como base as turmas pesquisadas, pode-se verificar que o maior índice de reprovação e abandono ocorreu justamente nesta série (1º ano), pois, ao final do ano de 2015, dos 111 matriculados, houve 17 desistências e 22 reprovações (Tabela 8). A evasão tem ocorrido principalmente entre os alunos repetentes. No ano de 2015, o número de alunos repetentes matriculados no 1º ano foi de vinte e um (21), estes eram ingressantes em 2014 que reprovaram em mais de duas disciplinas e ficaram retidos na série. Ao final do ano, dentre as 17 desistências, a maioria se enquadra no perfil de discentes que solicitaram transferência durante o ano ou reprovaram pela segunda vez, passando para a condição de jubilados¹⁷.

¹⁷ Conforme o Regulamento dos Cursos Técnicos do IFG - RESOLUÇÃO Nº 22, de 26 de dezembro de 2011, o discente que reprovar duas vezes seguidas na mesma série perde a vaga na instituição, não podendo matricular-se no ano seguinte.

Tabela 8 – Matrículas, reprovações e evasão nas turmas de primeiros anos do IFG Uruaçu no período de 2009 a 2017

ANO	MATRICULADOS NO 1º ANO	REPROVADOS	EVADIDOS*	TOTAL
2009	60	11 (18%)	07 (12%)	18 (30%)
2010	98	46 (47%)	08 (08%)	54 (55%)
2011	138	35 (25%)	27 (20%)	62 (45%)
2012	96	24 (25%)	06 (06%)	30 (31%)
2013	116	23 (20%)	17 (15%)	40 (34%)
2014	115	21 (18%)	20 (17%)	41 (35%)
2015	111	22 (20%)	17 (15%)	39 (35%)
2016	114	26 (23%)	13 (11%)	39 (34%)
2017	115	15 (13%)	17 (15%)	32 (28%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Sistema de Gestão Acadêmica (Q-Acadêmico) – Acesso em 26 abr. 2018.

* Os valores dos Evadidos compreendem: Evasão, Transferência externa, Jubilados e Matrículas canceladas.

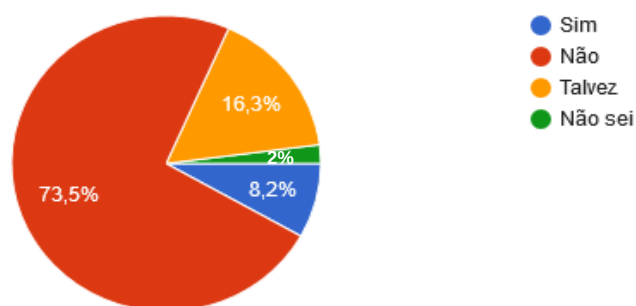
Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 139), em seus estudos sobre o perfil dos ingressantes no Ensino Médio, alertaram sobre “um processo de exclusão que se inicia, com grande intensidade, na primeira série, em função de alguns fatores determinantes. Um deles é o de que os estudantes concluem o Ensino Fundamental ‘despreparados’ para acompanhar o Ensino Médio”.

Em uma instituição de EPT, em que o curso da educação básica (o Ensino Médio) é integrado a um curso técnico, a importância da escolha da área técnica do curso torna-se relevante. Pesquisas sobre evasão na educação profissional apontam a opção do curso como um dos grandes fatores na hora da decisão pelo abandono ou permanência.

Em quase todos os estudos, nota-se a não identificação do aluno com o contexto da escola técnica, expressa por diferentes fatores: preferência pelo Ensino Médio regular; falta de vocação ou gosto pela área; falta de motivação, interesse ou compromisso com o curso. Essa falta de identificação pode ser relacionada com a escolha precoce da carreira profissional. Como grande parte dos alunos das escolas federais frequentam o curso técnico integrado ao Ensino Médio, a idade prevista para começar o curso é de 15 anos de idade. Assim, muitas vezes, os alunos escolhem um campo de estudo prematuramente sem informações suficientes sobre o curso e a profissão a ele relacionada (DORE; SALES; CASTRO, 2014, p. 382).

No presente estudo, quase 80% dos estudantes responderam que, se tivessem oportunidade, não escolheriam outra área do curso técnico (Gráfico 7), evidenciando, assim, que a afinidade com a área do curso é fator a ser considerado e que contribui para a permanência e sucesso do estudante. Por conseguinte, se a não identificação com o curso é fator marcante para a evasão, a afinidade com a área técnica só poderia vir a contribuir para que o estudante permaneça no curso e obtenha sucesso.

Gráfico 7 – Percentual dos alunos concluintes que escolheriam outra área do curso técnico



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Em síntese, podemos assim resumir o perfil dos alunos concluintes do Ensino Médio Integrado do IFG Câmpus Uruaçu, no quadro a seguir:

Tabela 9 – Perfil dos alunos estudantes concluintes do EMI do IFG Câmpus Uruaçu

Sexo	Masculino	37%
	Feminino	63%
Idade	16 anos	12%
	17 anos	45%
	18 anos	39%
Curso	Integrado em Química	41%
	Integrado em Edificações	35%
	Integrado em Informática	24%
Reside	Sozinho	12%
	Com os pais na mesma cidade	67%
	Com os pais em outra cidade	21%
Sistema de Ingresso no IFG	Sistema Universal	67%
	Sistema de Cotas (Rede Pública, Renda/PPI)	33%
Escola de origem	Rede particular	55%
	Rede pública	45%
Desempenho no curso	Aprovação sem dependência em todas séries	57%
	Aprovação com dependência em alguma série	37%
	Reprovação em alguma série	06%
Desejo de abandonar o curso	Não ou nunca	61%
	Sim, no 1º ano	33%
	Sim, no 2º ano	04%
	Sim, no 3º ano	04%
Se tivesse oportunidade, escolheria outra área de curso técnico?	Sim	08%
	Não	74%
	Talvez	16%
	Não sei	02%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

b) O perfil dos pais

Para estabelecer os fatores motivacionais para a permanência e o êxito, faz-se necessário conhecer o posicionamento da família. O estudante do Ensino Médio, apesar de estar na etapa final da educação básica, o que lhe assegura uma maior autonomia e independência com relação aos estudos, está inserido em um contexto familiar, ainda encontra-se sob a tutela de seus pais, sendo por eles amparado e/ou conduzido.

O termo família entende-se como correspondendo a “um grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto” ou que estão “ligadas entre si pelo casamento e pela filiação ou, excepcionalmente, pela adoção” (HOUAISS, 2004, p. 332). Vários autores caracterizam o termo família relacionado aos elementos que a constituem e à natureza dos laços entre eles existentes. Assim, fala-se de família natural, família nuclear, ou, ainda, de família substituta, família monoparental, família de adoção, família recomposta, uniões de fato ou família homossexual (SOUSA; SARMENTO, 2009-2010).

A partir da análise dos dados quantitativos obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após a realização do Censo 2010, é possível perceber que em uma década a família brasileira sofreu algumas modificações em sua constituição. O grupo familiar composto pelo casal e seus filhos, ou seja, pelo modelo de família nuclear caiu 6,3%, embora ainda seja considerado maioria quando comparado aos demais modelos. Estima-se que, em 2020, esse número apresente ainda uma queda de 4%. Esse é o modelo mais aceito socialmente e o idealizado por grande parte da população, e na atualidade representa cerca de 52,5% das famílias brasileiras. A constituição da família nuclear se dá geralmente mediante a realização do casamento ou de uniões consensuais estáveis (BRASIL, 2010a).

Quanto ao papel, segundo Szymanski (1997), escola e família são instituições que têm em comum a preparação do indivíduo para a sua futura inserção na sociedade. A família é uma instituição em transição como outras tantas, o que é natural em uma sociedade em progresso. A família parece estar procurando se ajustar aos novos movimentos e ideários sociais, o que nos parece perfeitamente normal. Se compararmos a família de hoje com a de tempos atrás, observaremos diferenças, mas não necessariamente desequilíbrio.

Para Bourdieu e Passeron (2008), o grau de investimento familiar na carreira escolar está vinculado ao retorno provável que se pode obter com o título escolar, notadamente no mercado de trabalho. Contudo, Lahire (2004) constatou que é possível “o ‘sucesso’ escolar em uma configuração familiar que, em relação aos critérios sociológicos habitualmente

considerados (profissão, nível de diploma dos pais, número de filhos), não parece poder preparar eficazmente para bons desempenhos escolares” (p. 192).

Independente da sua constituição ou composição, a família é o lugar onde o indivíduo obtém suas primeiras experiências, constrói seus valores e coloca-se diante do mundo, interagindo, agindo e transformando-o. Pimenta (2014), em sua tese sobre as concepções e práticas das relações entre família e escola, afirma que:

A família enquanto agente socializador e responsável pela reprodução dos padrões culturais do indivíduo exerce papel muito importante na medida em que proporciona as primeiras experiências de convivência entre os indivíduos produzindo padrões de comportamento. É evidente que alguns fatores contribuem para que a mesma desempenhe ou não a função a ela atribuída socialmente. Entre estes fatores podem-se citar os relacionados às questões econômicas e sociais. (PIMENTA, 2014, p. 180).

As leis brasileiras também compreendem que o acesso à educação formal pela criança, adolescente e jovem parte da parceria entre poder público e família. O Ensino Médio ainda é uma etapa da educação sistematizada que contempla a obrigatoriedade de oferta e matrícula pelo Estado e família.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do Ensino Médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996). (BRASIL, 1988, on-line, s/p).

Todavia, é certo que a participação da família na escola tende a ser maior tanto quanto menor for a criança. Na educação infantil, fase em que esta depende do adulto para ir à escola, é mais frequente a participação da família. Na medida em que as crianças crescem, começam a ir à escola sozinhas e a participação e presença dos pais torna-se mais restrita às reuniões ou convocações ordinárias.

No Ensino Médio, etapa da educação básica na qual nos focamos, mesmo que queiram, os pais enfrentam maiores dificuldades para acompanhar os filhos no processo escolar. Este reconhecimento está presente nas orientações do MEC para o acompanhamento familiar nas atividades escolares dos filhos, considerando que no Ensino Médio os trabalhos

exigem domínio de conhecimentos específicos com maior complexidade, além de o currículo apresentar maior número de disciplinas.

Existe uma grande tendência entre os estudos sobre a relação família-escola de atribuir ao envolvimento familiar na educação formal, por meio do acompanhamento de deveres e presença efetiva dos pais na escola, o fracasso/sucesso escolar. Ora os discursos exaltam o papel familiar quanto a questões imputadas como obrigação do poder público, como políticas de garantia dos deveres com a educação, ora visam justificar as deficiências do ensino e da aprendizagem pelo viés da carência cultural familiar ou da ausência de incentivo e apoio por parte dos pais e/ou responsáveis. Certamente, estes podem constituir-se em alguns dos variados aspectos contribuintes do sucesso ou fracasso escolar, entretanto, utilizá-los como fator central e precípua seria negar o papel da escola enquanto instituição tecnicamente preparada para o exercício do ensino formal.

Os vínculos familiares são importantes principalmente pela questão do fortalecimento das relações interpessoais e de convivência garantindo a preservação da identidade familiar e o sentimento de pertencimento dos grupos. No entanto não é possível desconsiderar que na maioria das vezes a busca pelo apoio entre os grupos familiares se faz em função de um total descompromisso do Estado com suas obrigações para com a sociedade (PIMENTA, 2014, p. 171).

Ainda segundo Pimenta (2014, p. 191), “é preciso desmistificar essas concepções e refletir sobre quais são as expectativas em relação à família que realmente podem ser cumpridas pela mesma, e mais, qual o papel da escola diante dessa nova realidade social instituída”. Rever as concepções e práticas da participação familiar no contexto educacional torna-se essencial para que ocorram mudanças significativas e os resultados sejam positivos.

Epstein, Sanders e Connors (1999), em seus estudos sobre a importância do envolvimento familiar na educação de nível médio, alertaram sobre o dever das escolas em promover esta interação. Ao pesquisarem nas famílias de seis escolas americanas da zona rural, urbana e suburbana, sobre as formas de participação escolar, concluíram que a maioria das famílias (90%) recebe e realiza a leitura de boletins escolares. No entanto, as famílias relataram o desejo de serem informadas com antecedência sobre as dificuldades dos seus adolescentes, de suas necessidades de apoio com relação ao desenvolvimento acadêmico e das medidas corretivas de comportamento.

O MEC, em sua página digital, traz orientações de como os responsáveis podem contribuir para o trabalho pedagógico da escola, nesta etapa de desenvolvimento do jovem, tomando algumas atitudes como podemos observar na Figura 4. Muito além do domínio de

conteúdos escolares, a família tem um papel fundamental de apoiar os alunos durante as diferentes etapas. Contudo, quando chega na adolescência, a família necessita da ajuda da escola para compreender as características e mudanças desta fase.

Figura 4 – Atitudes dos pais para acompanhamento escolar no Ensino Médio (MEC)

	Participar do conselho escolar e da Associação de Pais e Mestres; Desenvolver uma boa parceria entre família e escola, pois esta relação fortalecerá tanto o trabalho dos professores e profissionais que acompanham o dia a dia da juventude, como a orientação desenvolvida pelos responsáveis junto aos jovens; Participar das atividades propostas pela escola;
	Observar o comportamento: hábitos de higiene, sono, tratamento com as pessoas, mudanças de humor e converse com o psicólogo da escola; Alertar sobre as responsabilidades que acompanham a maior autonomia das suas relações; Conversar e ouvir com atenção os seus questionamentos, lembrando que nesta etapa de desenvolvimento surgem muitas dúvidas sobre novos temas;
	valorizar as atividades escolares como etapa de crescimento intelectual; valorizar o avanço social do jovem tanto no que se refere à continuidade dos estudos como na compreensão e participação do espaço em que convive; valorizar o acesso ao mundo do trabalho;
	manter contato com a coordenação da escola para se informar sobre o desempenho desses alunos; verificar o material escolar utilizado pelo jovem: como estão suas anotações, a organização, capricho, o cuidado com os livros; acompanhar a frequência às aulas; buscar informações na escola sobre a participação nas atividades escolares;

Fonte: Construído pela autora baseado nas informações contidas no Portal MEC: <<http://portal.mec.gov.br/dia-a-dia-do-seu-filho/o-jovem-no-ensino-medio>>.

Uma breve revisão dos documentos institucionais do IFG revela pouca atenção ao envolvimento familiar nas questões educacionais, principalmente nos aspectos ligados à gestão escolar e organização do ensino. As diretrizes mais abrangentes, como Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPPI (ambos

em processo de reconstrução em 2018) e Estatuto, não fazem menção à participação familiar, por meio dos pais ou responsáveis, nas instâncias da instituição.

A minuta do Regimento Geral do IFG, que estabelece as atribuições dos cargos e funções dos órgãos, setores e servidores da instituição, traz referência à participação de representantes de pais no Conselho de Câmpus¹⁸ e nas reuniões periódicas entre pais e mestres.

Os documentos mais específicos relacionados diretamente ao Ensino Médio contemplam, ainda que de forma superficial, o envolvimento da família dos estudantes, por meio dos pais. O Regulamento dos Cursos Técnicos Integrados (Resolução nº 22, de 26 de dezembro de 2011) cita a participação dos pais quanto ao acompanhamento dos rendimentos acadêmicos, devendo ser orientados pelas coordenações e equipes de apoio pedagógico, bem como na composição do Conselho de Classe, realizado bimestralmente. O Regulamento do Corpo Discente (Resolução nº 27, de 11 de agosto de 2014) prevê a participação dos pais, caso o discente seja menor de idade, na ciência e acompanhamento dos processos disciplinares instaurados para averiguação de infrações disciplinares no âmbito da instituição e possíveis aplicações de penalidades.

Um dos objetivos desta pesquisa é compreender se a participação familiar constitui-se fator determinante para a permanência e êxito do estudante do Ensino Médio integrado do IFG Câmpus Uruaçu e qual a visão dos pais ou responsáveis quanto às principais motivações que o filho manifestou para que conseguisse superar as dificuldades do caminho e concluir o seu curso. Diante do exposto, compreendendo a importância da família e dos pais no processo de escolarização dos filhos e a contribuição destes para o sucesso escolar, a pesquisa de campo realizada com estudantes, famílias e educadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás Câmpus Uruaçu buscou alguns elementos sobre a percepção dos pais quanto aos aspectos relacionados à permanência e êxito dos seus filhos no curso ingressado.

Dentre os 63 alunos concluintes em 2017, vinte e cinco (25) pais responderam à pesquisa aplicada por meio do formulário eletrônico, via *Google Docs*, sendo 10 pais dos alunos do Curso Técnico Integrado em Química, 8 pais dos alunos do Curso de Edificações e 7 pais dos alunos do Curso de Informática. A amostragem foi significativa, visto que o acesso

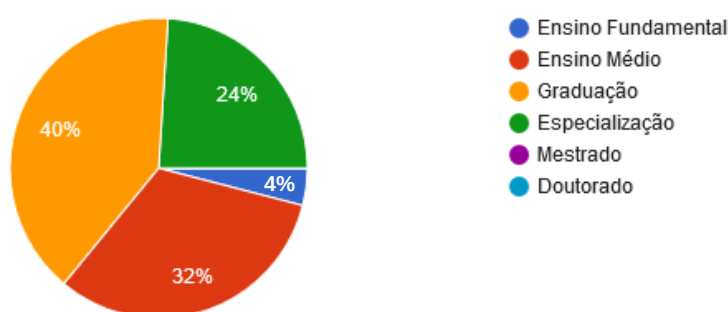
18 Conselho de Câmpus (CONCÂMPUS) é a instância máxima do Câmpus que, em conformidade com os princípios expressos na legislação do IFG, no planejamento institucional, nas políticas acadêmicas mediante escuta, participação e deliberação da comunidade, conduz o processo decisório de forma compartilhada e complementar com a Direção-Geral do Câmpus, no que se refere à gestão administrativa, orçamentária e acadêmica.

aos pais no período de fechamento de ano letivo não é tarefa fácil, pois existe a cultura da participação somente nos fechamentos de bimestres e até mesmo apenas no terceiro bimestre. Após este período, o envolvimento da família é bastante reduzido, estando direcionado a casos específicos de alunos com riscos de reprovação. Além disso, houve um equilíbrio entre as quantidades dos respondentes entre os três cursos ofertados, podendo-se obter uma visão mais totalizadora, abrangendo tanto a parte básica do Ensino Médio quanto a parte técnica.

Pesquisas mostram que, quanto mais elevado o nível de escolaridade dos pais, mais expectativas eles têm com relação à educação formal dos filhos e, conseqüentemente, melhores resultados estes obterão na trajetória escolar. Burchinal et al. (2002) afirmam que os estudantes tendem a mostrar melhores habilidades acadêmicas se os pais tiverem maior envolvimento e maior grau de escolaridade. Já Chechia e Andrade (2005) acreditam que o tipo de auxílio que as famílias oferecem a seus filhos está relacionado à forma como os pais foram educados e às dificuldades recorrentes da baixa escolaridade que estes possuem.

No caso dos pais dos alunos concluintes do IFG, percebeu-se, por meio da amostragem, que o nível de escolaridade dos pais é alto, pois mais de 60% possuem curso superior, com e sem especialização (Gráfico 8). O número de pais com apenas o Ensino Médio também não pode ser desconsiderado, pois configura-se em mais de 30% do total. A quantidade de pais com apenas o ensino Fundamental completo apresentou-se muito pequena, em torno de 4%.

Gráfico 8 – Nível de escolaridade dos pais dos alunos concluintes de 2017



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Podemos inferir que o nível satisfatório de escolarização dos pais dos alunos concluintes, variando entre nível médio completo e graduação, com e sem especialização, está em consonância com pesquisas realizadas no Brasil, as quais revelam que o nível de instrução

dos pais é fator determinante na formação educacional dos filhos e, conseqüentemente, contribui diretamente com o êxito e permanência deles. É o que mostra o Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014, lançado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Foi a primeira vez que o instituto abordou a forma como a origem sócio-ocupacional pode influenciar a inserção laboral dos filhos. Segundo os dados analisados, entre os pais que não eram alfabetizados aos 15 anos, 23,6% dos filhos também não eram na mesma idade e apenas 4% completaram o nível superior posteriormente. Entre os pais com nível superior completo, apenas 0,5% dos filhos não tinham instrução aos 15 anos, enquanto 69,1% também completaram o nível superior. O levantamento foi feito com pessoas a partir dos 25 anos e que moravam com o pai aos 15. (NITAHARA, 2016, on-line, s/p).

Bayma-Freire, Roazzi, A. e Roazzi, M. (2015), ao realizarem análises sobre o nível de escolaridade dos pais e sua interferência na permanência dos filhos na escola, verificaram que, entre os pais dos adolescentes que abandonaram os estudos no Ensino Médio público, a representatividade do nível de escolaridade estava compreendida entre analfabetos e Ensino Médio completo, em todos os tipos de famílias (nuclear, monoparental/pai ausente e reconstruída).

Entretanto, mesmo existindo essa relação direta entre nível de escolaridade dos pais e sucesso escolar dos filhos, este fator isolado não pode ser usado para explicar ou justificar o êxito do estudante ou o grau de envolvimento e acompanhamento familiar nas atividades escolares. Chechia e Andrade (2005), ao pesquisarem pais de alunos de classe média baixa e baixa de uma escola pública estadual, residentes em um bairro de periferia de um município do interior do Estado de São Paulo, concluíram que:

Em geral, os pais admitem que participam, auxiliam e assessoram, mas sentem falta de uma melhor orientação, o que significa que a família está disposta a participar e cooperar com seu filho em seu insucesso. Todavia, o fato de a diferença no nível de escolaridade não se mostrar significativa entre os pais dos alunos com sucesso e com insucesso, obriga-nos a pensar que as dificuldades dos pais destes alunos possam ter origens em outros fatores (CHECHIA; ANDRADE, 2005, p. 440).

Pode-se compreender então que o alto ou baixo nível de escolaridade dos pais não pode ser o único fator a levar-se em conta na busca da compreensão do sucesso ou do fracasso escolar.

Semedo (2006 apud BENTO; MENDES; PACHECO, 2017) afirma que a participação dos pais na escola “depende da posição socioeconômica e acadêmica de cada um, registrando-se um maior afastamento dos pais com menores recursos econômicos, culturais e

daqueles que vivem nas zonas mais desfavorecidas” (p. 31). Dessa forma, verifica-se uma relação estreita entre o cariz socioeconômico e o da escolarização dos pais, pelo fato de que a participação dos pais dos estudantes socialmente mais desfavorecidos fica muito aquém da participação das famílias oriundas de níveis socioeconômicos mais elevados (SILVA, 2003).

Para a análise da condição socioeconômica das famílias dos alunos concluintes do Ensino Médio Integrado do IFG Uruaçu, adotou-se a classificação socioeconômica do IBGE¹⁹. As classes sociais foram divididas de acordo com a renda familiar em salários mínimos (Figura 5).

Figura 5 – Classificação Socioeconômica do IBGE

Classificação Sócio Econômica	Faixa Salarial IBGE (salário mínimo)
Alta	20 salários mínimos
Alta Média	15 a 20 salários mínimos
Média	10 a 15 salários mínimos
Média Baixa	5 a 10 salários mínimos
Baixa	½ a 2 salários mínimos

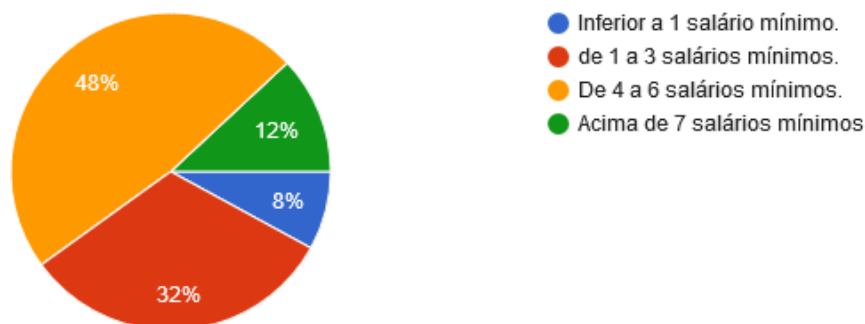
Fonte: <http://www.actafisiatrica.org.br/detalhe_artigo.asp?id=26>.

Na amostragem pesquisada, a renda salarial familiar da maioria das famílias girou em torno de um a seis salários mínimos (Gráfico 9), com porcentagens pequenas de rendas inferiores ou superiores a estes valores. Podemos concluir, a partir destes dados, que o aluno que permanece e conclui com êxito o curso no IFG é proveniente da classe média baixa. Apesar de possuírem altos níveis de escolarização, a condição socioeconômica mostrou-se em patamares menos elevados.

A partir de 2012, as classes sociais no Brasil passaram por subdivisões. A classe média passou a ser classificada em “média” e “média baixa” e a envolver um público de renda mais elevada e com maior poder de consumo.

¹⁹ A visão governamental das classes sociais, utilizada pelo IBGE no censo populacional a cada dez anos, é baseada no número de salários mínimos. Mais simples, divide em apenas cinco faixas de renda ou classes sociais, válida para este ano (salário mínimo de R\$ 954,00 em 2018).

Gráfico 9 – Renda familiar dos pais dos alunos concluintes de 2017



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Costa Filho (2016) buscou entender a classe média nos países em desenvolvimento e como ela mudou ao longo do tempo. Para usar uma definição própria e mais apropriada, primeiramente, o autor buscou diversas referências. Dessa forma, a classe média dos países em desenvolvimento foi definida como “aqueles que vivem acima da linha da pobreza dos países em desenvolvimento, mas continuam pobres considerando os padrões dos países ricos” (p. 50). Segundo o autor, a classe média baixa (C) possui uma renda de R\$ 1.195,01 a R\$ 3.474,00, o tempo de escolaridade está entre 9 a 11 anos, a categoria ocupacional é de trabalho manual de rotina, e o tipo de consumo é intermediário.

Oliveira, U. (2016) afirma que existe uma relação direta entre as famílias que possuem mais recursos associados ao capital cultural como elevado nível de escolaridade, e seu melhor posicionamento na pirâmide social. Quando existe a associação destes dois fatores, nível de escolaridade e melhor condição socioeconômica, a possibilidade de a família intervir positivamente no desempenho escolar dos filhos, por meio da obtenção de melhores resultados e prosseguimento nos estudos, é bem maior.

Assim, a capacidade financeira que uma família tem em poder comprar o tempo dos seus filhos, para que estes possam dedicar-se plenamente aos estudos, permite às classes altas ocupar os melhores postos no mercado de trabalho. Enquanto as famílias da base da pirâmide, sobretudo as da ralé, em face de possuir exíguo capital cultural, estão fadadas a realizar tarefas braçais e de baixíssima qualificação técnica caso não haja políticas sociais que visem equacionar o problema do ciclo geracional da pobreza. (OLIVEIRA, U., 2016, p. 90).

A proposta dos Institutos Federais tem sido cada vez mais atender a classes mais baixas ou menos favorecidas. Tal realidade está posta nas políticas de acesso, por meio das ações afirmativas com a reserva de vagas para estudantes da rede pública, dentre estas para

negros, indígenas e quilombolas, pessoas com deficiência e/ou em situação de vulnerabilidade social e econômica.

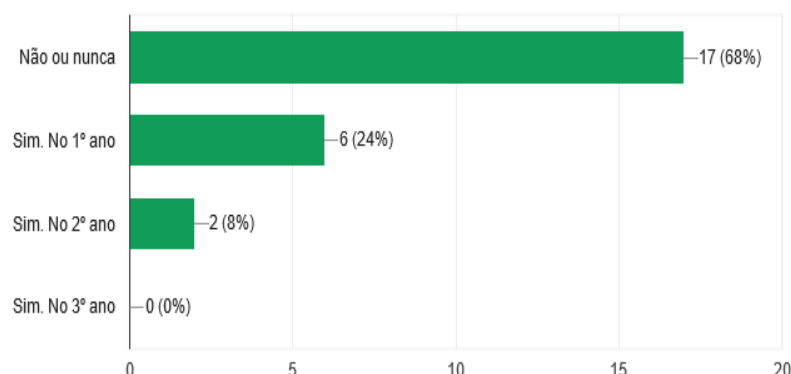
Portanto, a responsabilidade social do IFG deve envolver políticas, programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão voltados para a oferta de educação profissional e tecnológica nos diversos níveis e modalidades, observando as demandas dos diversos contextos em que a instituição se faz presente, bem como para o desenvolvimento e difusão de tecnologias novas e alternativas que contemplem demandas sociais e produtivas para a criação de condições favoráveis à geração de trabalho e renda aos trabalhadores urbanos e rurais, para o atendimento às demandas de comunidades carentes, para a preservação e educação ambiental e para a preservação e desenvolvimento do patrimônio artístico e cultural da sociedade. (BRASIL, 2013c, p. 16).

Existe no imaginário popular e nos resultados de algumas pesquisas o consenso de que os pais de classes baixas raramente intervêm e, quando intervêm, não é para aferir sobre o rendimento acadêmico do filho, mas sim sobre os seus comportamentos. Logo, estão mais preocupados com a conformidade comportamental dos filhos ao sistema escolar. Não obstante, os pais de nível socioeconômico baixo também se preocupam com a escolaridade dos filhos, mas agem de forma diferente, em uma participação invisível (SILVA, 2003), pois é frequente estes pais sentirem que existem obstáculos que não conseguem ultrapassar, impedindo-os de apoiar ativamente o processo educativo dos seus filhos.

Sobre a percepção dos pais quanto ao desejo ou intenção de abandonar o curso, demonstrados pelos filhos durante sua permanência na instituição, quase 70% dos pais afirmaram não ter ocorrido (Gráfico 10). Importante considerar o percentual que respondeu afirmativamente ter indicado o primeiro ano como a série em que esta intenção se manifestou. A visão dos pais sobre a intenção de abandono no curso corrobora a visão dos alunos pesquisados, sendo que a maioria não expressou intenção de abandono durante o curso e, entre os que apresentaram, muitos afirmaram que este desejo ocorreu no primeiro ano do curso.

Os dados do sistema acadêmico do IFG evidenciam que os primeiros anos revelam-se como gargalo para a efetivação do êxito escolar (Tabela 2, p. 68). O número de reprovações e consequentes desistências têm ocorrido em índices mais elevados nesta série, tanto que as ações de combate à evasão e repetência nesta etapa e modalidade de ensino têm priorizado o acompanhamento dos estudantes ingressantes, por meio de monitorias, projetos de ensino, suporte pedagógico e financeiro, aulas de reforço escolar e nivelamento.

Gráfico 10 – Percentual das respostas dos pais dos alunos concluintes de 2017 quanto ao desejo do filho de desistir do curso



Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

No IFG Câmpus Uruaçu, as reuniões de pais ocorrem ao final de cada bimestre letivo para entrega dos resultados acadêmicos, repasse de informações institucionais, formação quanto a temas relacionados à adolescência, às relações familiares, ao acompanhamento familiar nas atividades escolares, dentre outras.

A partir de 2011, logo no início do ano letivo, o Departamento das Áreas Acadêmicas, em parceria com a Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, realizou uma reunião com os pais dos alunos ingressantes, a fim de orientá-los sobre o funcionamento do IFG, normas acadêmicas, quadro de funcionários, setores e atribuições. Foi realizada a pesquisa documental, nos registros da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, para levantamento da participação dos pais nas reuniões, no período de 2015 a 2017, referente ao tempo de permanência das turmas pesquisadas. A presença dos pais é mais intensa nesta reunião, ocorrendo uma diminuição considerável durante as reuniões dos bimestres e nas séries subsequentes (Tabela 10).

Tabela 10 – Número de pais das turmas pesquisadas presentes nas reuniões ordinárias do IFG – 2015 a 2017

Ano letivo	Alunos Matriculados	1ª semana de aula	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre
2015 - 1º ano	111	76	68	52	29
2016 - 2º ano	78	-	19	16	06
2017 - 3º ano	68	-	23	05	11

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos registros da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente

Além destas participações ordinárias, previstas no regulamento e no Calendário Institucional, os pais são atendidos periodicamente e de forma mais individualizada pelos

coordenadores de Curso e servidores do Apoio Pedagógico ao Discente. Os atendimentos ocorrem por iniciativa dos próprios pais ou por solicitação da instituição.

Tabela 11 – Número de atendimentos a pais ou responsáveis no setor Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente entre 2015 a 2017

<i>Ano letivo</i>	Número de Pais e/ou responsáveis atendidos*
2015	45
2016	39
2017	95

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Relatórios de Gestão 2015, 2016 e 2017.

* O quantitativo refere-se ao total de pais dos cursos do Ensino Médio Integrado de cada ano letivo e não apenas dos pais das turmas pesquisadas.

A tabela 11 evidencia o quantitativo de atendimentos realizados pela equipe durante o período de estadia da turma pesquisada na instituição. Podemos constatar que o contato mais individualizado com a família torna-se mais efetivo do que na realização das reuniões para entrega de resultados. As reuniões ordinárias são necessárias para o repasse de informações acadêmicas e institucionais, bem como para a realização de estudos e debates sobre temas relacionados à família, escola e alunos. Contudo, é nos encontros personalizados que se tem a oportunidade de conhecer as condições socioculturais e econômicas dos estudantes e familiares e realizar orientações quanto ao melhor desempenho escolar.

Dessa forma, podemos concluir que o perfil familiar dos alunos concluintes do IFG Uruaçu é de um nível de escolaridade alto, sendo que a maioria dos pais possui do Ensino Médio completo à Graduação, bem como é pertencente à Classe Média Baixa, de acordo com a classificação do IBGE, com renda familiar variando entre 4 a 6 salários mínimo (Tabela12). Grande parte dos pais disse não ter percebido a intenção de abandono do filho ao curso, porém, existe um considerável percentual quando relacionado ao primeiro ano. A pesquisa revelou também a fragilidade dos documentos institucionais quanto ao incentivo da participação dos pais na vida acadêmica dos filhos, ficando essa ação quase restrita à presença nas reuniões para entrega de resultados bimestrais.

Tabela 12 – Síntese do perfil dos pais dos estudantes concluintes do EMI do IFG Câmpus Uruaçu

Nível de escolaridade	Ensino Fundamental	04%
	Ensino Médio	32%
	Graduação	40%
	Especialização	24%
	Mestrado	00%
	Doutorado	00%
Renda familiar	Inferior a 1 salário mínimo	08%
	De 1 a 3 salários mínimos	32%
	De 4 a 6 salários mínimos	48%
	Acima de 7 salários mínimos	12%
Percepção do desejo do filho em abandonar o curso	Não ou nunca	68%
	Sim, no 1º ano	24%
	Sim, no 2º ano	08%
	Sim, no 3º ano	00%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

c) O perfil dos professores e técnicos

Para a educação escolar, é indiscutível o papel docente para a efetivação dos princípios educativos com a qualidade, integralidade e equidade necessárias. A literatura didático-pedagógica descreve o professor como o agente direto do ensino. É o profissional que, por meio das ações pedagógicas que empreende, contribui para a aprendizagem do discente, desenvolvendo o currículo previsto e avaliando todo o processo, desde a etapa do planejamento até o desfecho, com a verificação da aprendizagem e a reorganização do trabalho educativo. Nessa perspectiva, Libâneo (2004) afirma:

O professor é um profissional cuja atividade principal é o ensino. Sua formação inicial visa propiciar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes requeridas para levar adiante o processo de ensino e aprendizagem nas escolas (...) Apesar dos problemas, os professores continuam sendo os principais agentes de formação dos alunos e, portanto, a qualidade dos resultados de aprendizagem é inseparável da sua qualificação e competências profissionais. (LIBÂNEO, 2004, p. 75-77).

Ao analisar o papel do professor na sociedade atual, Nóvoa (1999) e Charlot (2008) fazem referência às injunções existentes neste aspecto e alertam sobre a “pobreza” do presente e “excessos” de futuros, principalmente quando se trata da formação docente. A partir do momento em que a escola adquire valor social para o sucesso das crianças, por meio da aquisição dos diplomas e competências para melhor competir no mercado de trabalho, a função do professor também toma visibilidade na sociedade, já que é concebido como o principal agente formador. Ampliam-se os discursos sobre a escola e sobre os professores,

trazendo para a contemporaneidade novas funções, atributos e habilidades para o profissional do ensino:

Hoje em dia, o professor já não é um funcionário que deve aplicar regras predefinidas, cuja execução é controlada pela sua hierarquia; é, sim, um profissional que deve resolver os problemas. A injunção passou a ser: “faça o que quiser, mas resolva aquele problema”. O professor ganhou uma autonomia profissional mais ampla, mas, agora, é responsabilizado pelos resultados, em particular pelo fracasso dos alunos (CHARLOT, 2008, p. 20).

Ainda sob este enfoque, seria então necessário repensar o papel do professor enquanto agente direto do ensino ou o principal responsável pelo sucesso do “processo de ensino-aprendizagem”, visto que a aprendizagem constitui-se em algo individual, particular do aluno, que deverá exercer uma atividade intelectual sobre o objeto a ser conhecido e elaborar e construir seus próprios conceitos (CHARLOT, 2008).

Entretanto, a educação escolar requer deste profissional que seja cada vez mais apto a ensinar e obter o controle das situações de sala de aula, por meio das ações pedagógicas milimetricamente planejadas e executadas. Assim, procura-se cada vez mais a qualificação do profissional docente, a oferta e engajamento em cursos de formação inicial e continuada a fim de tentar garantir os bons resultados escolares e o sucesso dos alunos.

O próprio professor encarna essa contradição radical: sonha em transmitir saberes e formar jovens, mas vive dando notas a alunos. De forma mais ampla, o professor trabalha emaranhado em tensões e contradições arraigadas nas contradições econômicas, sociais e culturais da sociedade contemporânea. Diante deste emaranhado de tensões e contradições, Charlot (2008) denomina o professor como o “trabalhador da contradição”.

Para Rancière (2002), o saber é um instrumento de igualdade e de emancipação intelectual e somente um homem é capaz de emancipar outro homem. A aprendizagem ocorre quando se é capaz de relacionar o novo conhecimento com todo o resto. Isto é algo particular, individual, universal. Parte-se do princípio de que todas as inteligências são iguais, independente de gênero, raça, classe social, idade.

O problema não é fazer sábios, mas elevar aqueles que se julgam inferiores em inteligência, fazê-los sair do charco em que se encontram abandonados: não o da ignorância, mas do desprezo de si, do desprezo *em si* da criatura razoável. O desafio é fazê-los homens emancipados e emancipadores (RANCIÈRE, 2002, p. 107-108).

Assim, o professor não necessita ser o detentor de todo saber, pois é possível ensinar até o que se ignora. E, se um método é capaz de ensinar o que se ignora, permite ensinar

facilmente o que se sabe. Não cabe ao professor ser um mero repetidor do que contém os livros, professor explicador, mas oferecer desafios para que o próprio indivíduo busque e chegue ao conhecimento. O professor explicador visa à manutenção da ordem social, da hierarquia. “Com o método, ele põe seus passos nos passos daqueles que avançam racionalmente, progressivamente. Jamais o aluno alcançará o mestre” (RANCIÈRE, 2002, p. 125).

Aquino (2014) afirma que, durante muito tempo, a autoridade docente foi encarada como sinônimo de competência, pois, quanto melhor o professor executasse seu papel (competências e habilidades de ensino), maior domínio teria sobre o aluno, fazendo-o disciplinado, obediente e respeitoso, condições até então vistas como indispensáveis para a aprendizagem. Contudo, suas reflexões levaram a compreender que as relações entre professor e aluno vão além disso, pois o *ethos* docente extrapola os limites das ações *pedagogizadas* e *pedagogizantes* e busca alcançar a amizade intelectual. Esta, por sua vez, seria baseada no diálogo provocativo, no confronto das gerações, no encontro desarmado entre professor e aluno para a construção do pensar e agir de modo mais livre e autônomo.

Entre sensos, consensos e dissensos sobre o sentido que a atuação docente exprime para a formação e construção identitária do sujeito, tem que se levar em conta que o professor é alguém que ensina em uma instituição investida de princípios e regras, ensina os conhecimentos construídos pelo patrimônio humano e ensina provido de conceitos científicos e/ou didático-pedagógicos adquiridos durante sua formação inicial e continuada.

A atuação docente nos Institutos Federais perpassa pela necessidade de derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, como descrito em um dos seus documentos-base:

O fazer pedagógico desses Institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada (PACHECO, 2011, p. 27).

Nesse propósito, devemos admitir que a formação do professor é elemento crucial e não pode ser dissociada dos fundamentos teóricos, históricos, econômicos que condicionam sua prática.

No artigo sobre a formação do professor para a Educação Profissional de Nível Médio, Oliveira Jr. (2008) discute as implicações da formação pedagógica (ou da ausência dela) no trabalho do professor de educação profissional de nível médio. Segundo o autor,

durante toda a trajetória da oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio no Brasil, até a Promulgação da LDB 9.394/96, não houve avanços quanto à formação dos profissionais do ensino nesta modalidade.

Em 1996 foi promulgada uma nova LDB, que dedicou um pequeno capítulo à Educação Profissional, regulamentada por meio do Decreto 2.208/97, tendo a formação do professor de Educação Profissional detalhada na CNE nº 2/1997, estabelecendo três núcleos para os conteúdos: Contextual, Estrutural e Integrador. Com vistas a viabilizar a efetiva formação desses educadores, o art. 8º do Decreto nº. 2.406, de 27 de novembro de 1997, recebeu a seguinte redação:

Art. 8º - Os Centros Federais de Educação Tecnológica, transformados na forma do disposto no art. 3º da Lei nº. 8.948, de 1994, gozarão de autonomia para a criação de cursos e ampliação de vagas nos níveis básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional, bem como para implantação de cursos de formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional. (BRASIL, 1997, on-line, s/p).

Durante milênios, o aprendizado das profissões se deu por meio da relação direta de um mestre com o seu aprendiz, não em uma escola, mas no locus de trabalho do artesão ou do “oficial”.

Os documentos oficiais que orientam a educação brasileira, como a LDB 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e o Plano Nacional de Educação (PNE), evidenciam a necessidade da formação e o perfil dos docentes para o Ensino Médio e a relação com a Educação Profissional, de forma a reconhecer diferentes caminhos de atendimento aos variados anseios das “juventudes” e da sociedade.

A Lei nº 11.784/2008 e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que instituiu o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, estabelece como requisito de escolaridade para ingresso na carreira a habilitação específica obtida em Licenciatura Plena ou habilitação legal equivalente. Respeitando o dispositivo legal, o Instituto Federal de Goiás não faz exigência da pós-graduação para o ingresso dos servidores docentes na instituição, mas valoriza em seus editais de seleção a pós-graduação como critério de classificação dos candidatos (BRASIL, 2013c).

A seleção e contratação²⁰ de docentes no IFG são realizadas obedecendo às legislações vigentes, conforme determinam a Constituição Federal, as Leis nº 8.112/1990, nº

20 A contratação dos docentes para o quadro permanente é feita observando-se rigorosamente os resultados dos concursos públicos, com a nomeação e posse dos candidatos pela ordem de classificação, e observando-se as exigências legais para a investidura no cargo. Os editais dos concursos públicos do IFG buscam garantir a

11.784/2008, nº 12.772/2012 e legislação complementar, o ingresso no serviço público se dá por meio de concurso público.

Também de acordo como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, por sua característica de instituição que oferece da educação básica à educação superior e a pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, sendo que a educação básica prioriza a educação profissional, o IFG valoriza as experiências dos docentes no magistério superior e também no Ensino Médio como critérios para pontuação na prova de títulos. Ambas são objeto de pontuação nos concursos públicos da instituição para ingresso na carreira docente.

Como podemos observar na tabela 13, em 2018 o Câmpus Uruaçu do IFG contava com 74 docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sendo 66 efetivos e 8 substitutos. Destes, 51 atuavam na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e 6 encontravam-se afastados para capacitação. Somente 17 professores não possuíam atuação direta com esta etapa e modalidade de ensino. Assim, 75% dos docentes contratados atuavam tanto na educação básica (modalidades regular e EJA), no ensino técnico de nível médio, quanto na educação superior.

Tabela 13 – Dados dos docentes do IFG Câmpus Uruaçu

		Masculino		Feminino		
Total de Docentes 74	Sexo	39 (53%)		35 (47%)		
	Vínculo	Efetivo		Substituto/temporário		
		66 (89%)		08 (11%)		
	Regime de trabalho	Dedicação exclusiva	40h	20h		
		61(82%)	12 (16%)	01 (2%)		
	Nível de escolaridade	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
		04 (5%)	17 (23%)	43 (58%)	10 (14%)	
	Formação	Licenciatura	Bacharelado	Licenciatura e Bacharelado		Tecnólogo
		30 (41%)	28 (38%)	12 (16%)	04 (5%)	
	Atuação	Técnico Integrado	Técnico Integrado EJA	Superior		
			Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo	
51		21	24	19	12	

Fonte: Elaborado pela própria autora por meio dos dados fornecidos pela Coordenação de RH do Câmpus (2018).

investidura do melhor candidato, que é selecionado por meio de provas que avaliam seu conhecimento específico, sua competência e habilidade para a docência e sua titulação, incluindo sua experiência profissional (BRASIL, 2013c).

Enquanto na maioria das escolas de Ensino Médio a predominância é do público feminino entre o corpo docente, no IFG Câmpus Uruaçu mais da metade dos docentes é do sexo masculino. Pesquisas apontam que, quanto mais elevado o nível de ensino, mais homens investem na carreira. Segundo dados do Todos Pela Educação, as mulheres estão em maior proporção nos anos iniciais da educação de uma criança. Conforme as etapas de ensino vão avançando, mais homens passam a lecionar. Isso acontece porque, no decorrer do ensino formal, diminui a associação do magistério com uma função essencialmente feminina e os salários também se elevam.

Docentes do sexo feminino também são predominantes no Ensino Médio, mas a participação de docentes do sexo masculino é maior nessa etapa. No Ensino Médio, 59,6% dos docentes são do sexo feminino e 40,4% são do sexo masculino. Na educação profissional (o ensino técnico), as mulheres perdem para os homens em número: elas são 45,8% (BRASIL, 2018a). No Câmpus Uruaçu do IFG, a porcentagem de mulheres é de 47%, ultrapassando em pouco a média nacional.

Os dados revelaram que quase 90% dos docentes do Câmpus Uruaçu são efetivos, contratados por meio de concurso público. Esse percentual condiz com o exigido na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais Brasileira, no artigo 67: “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (...)”. A substituição eventual dos professores do quadro permanente é feita pela contratação de professores substitutos por meio de um Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei nº 8.745/1993. São observados os mesmos requisitos de titulação necessários para os professores do quadro efetivo.

Segundo o PDI do IFG (BRASIL, 2013c), o regime de trabalho dos docentes do IFG também é fixado pelas leis nº 11.784/2008 e n.º 12.772/2012, e compreende três modalidades: 1. Tempo parcial ou 20 horas semanais, em um turno diário; 2. Tempo integral ou 40 horas semanais, em dois turnos diários; 3. Dedicção Exclusiva, em tempo integral e com o impedimento do exercício de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada.

Mais de 80% dos professores do IFG Câmpus Uruaçu estão em Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva (DE) e, dos 16% que atuam em regime de 40h, a maioria faz parte do quadro de professores substitutos ou temporários, em que a contratação é por tempo determinado e não é realizada em regime de DE. O concurso para o ingresso no cargo é realizado no formato de dedicação exclusiva, o docente não pode solicitar alteração, e existe um adicional no salário.

A dedicação exclusiva sempre foi um dos pilares do ensino de nível superior público, por dar ao professor as condições de autonomia e independência para pesquisa, ensino e extensão.

Para os professores, o tempo apresenta-se como um elemento importantíssimo no dimensionamento do trabalho e a dedicação exclusiva influencia de maneira interessante no seu planejamento, visto que ao mesmo tempo em que surgem novas tarefas para serem gerenciadas, o trabalhador também dispõe de mais tempo para se dedicar somente a esse processo. (QUEVEDO; FLECK; CARMO, 2013, p. 32).

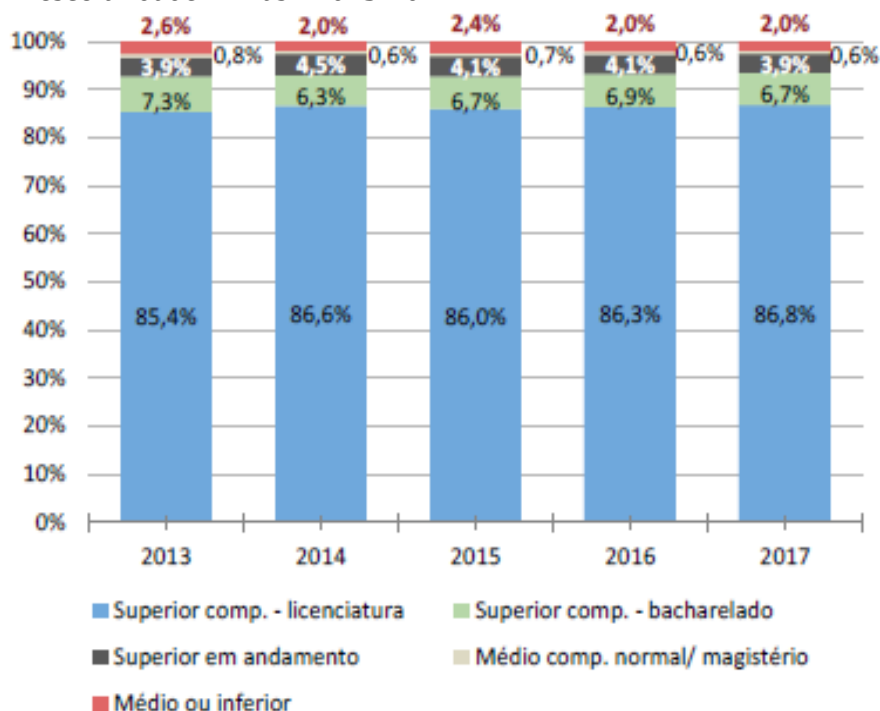
Percebe-se no IFG uma valorização do profissional docente em atuar totalmente dedicado às atividades institucionais. Estudos apontam que a possibilidade de o docente atuar somente em uma instituição evitaria o excesso de trabalho e melhoraria o rendimento em sala de aula.

O regime de DE dos docentes que atuam no Ensino Médio é praticamente uma exclusividade dos Institutos Federais, visto que não existem políticas consolidadas de investimentos dos profissionais que atuam nas demais redes: municipal, estadual e particular. Algumas redes até oferecem a oportunidade de o docente atuar em regime de dedicação exclusiva, contudo a contrapartida financeira não é significativa.²¹

Como a graduação é requisito mínimo para o investimento no cargo por meio de concurso público, todos os docentes atuantes na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio possuem formação superior. Destes, quase 60% são Mestres e quase 15% são Doutores (Tabela 13). Em comparação aos dados gerais do país, quanto à escolaridade dos docentes que atuam na educação básica, os Institutos Federais sobressaem, pois, enquanto mais de 2% dos professores da educação básica (figura 6) ainda não possuem graduação, os docentes da Rede Federal, em sua totalidade, são graduados.

21 Da gratificação por dedicação exclusiva: Art. 62. Será concedida ao professor em efetivo exercício de regência de classe, que optar pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva, uma gratificação que incidirá sobre o vencimento de seu cargo efetivo, para uma jornada semanal de trabalho de quarenta horas, a fim de atender ao interesse do ensino. § 1º. A gratificação a que se refere este artigo será considerada no cálculo da remuneração do professor para os efeitos de férias; licença e afastamentos remunerados não se incorporam, todavia, ao vencimento para fins de aposentadoria e disponibilidade. § 2º. A gratificação por dedicação exclusiva será definida em regulamento, não podendo seu percentual exceder a 30% (trinta por cento) do valor do respectivo vencimento. (GOIÁS, 2011, on-line, s/p).

Figura 6 – Evolução da distribuição dos docentes que atuam no Ensino Médio por nível de escolaridade – Brasil 2013-2017



Fonte: Notas Estatísticas, Inep (BRASIL, 2018a).

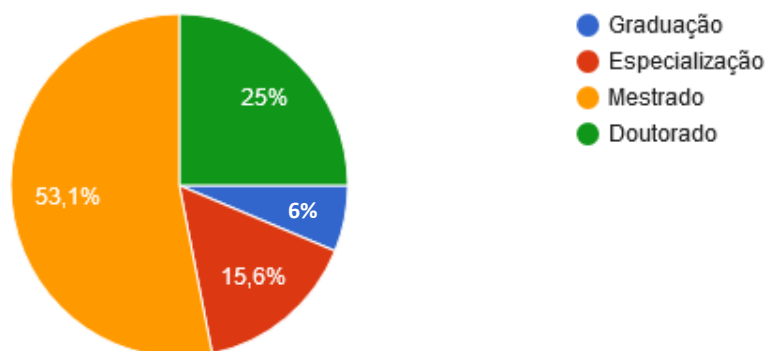
Na pesquisa em questão, do total de professores respondentes, pouco mais de 50% são Mestres e 25% Doutores (Gráfico 11). Pouco mais de 15% são apenas Especialistas e 6% possuem apenas Graduação. Existe uma política institucional de qualificação e capacitação docentes, por meio de garantias de afastamento para pós-graduação *stricto sensu*:

Quanto à qualificação dos docentes, o IFG, respeitados os dispositivos legais, adota como política o incentivo à qualificação por meio da liberação para a pós-graduação *stricto sensu*. O afastamento do servidor docente dá-se segundo regulamento próprio e em observância ao texto das leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012. Também faz parte da política de qualificação da Instituição o estabelecimento de parcerias com outras instituições de ensino superior para a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com a criação de mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER) (BRASIL, 2013c, p. 95-96).

O artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996, dispõe sobre a formação de docentes para a educação básica, determinando que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 1996, on-line, s/p.)

Gráfico 11 – Nível de escolaridade dos docentes atuantes no Ensino Médio Integrado do IFG Câmpus Uruaçu



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Quanto às bases legais sobre a formação do docente para lecionar na educação básica, vale destacar que a meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014/2024) reforça o objetivo de assegurar “que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”.

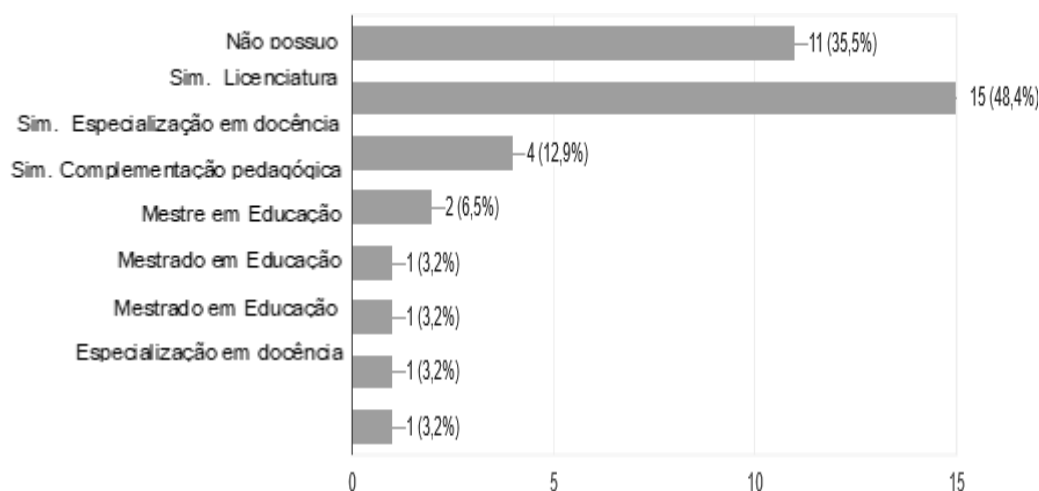
A Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais, define-os como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, com suas práticas pedagógicas.

Esta complexidade na oferta de educação profissional e tecnológica, abrangendo níveis e modalidades distintos, não veio acompanhada de políticas de formação docente. Ao contrário, as discussões atuais acerca da docência para a EPT identificam um histórico de fragmentação, improviso e insuficiência de formação pedagógica na prática de muitos desses professores (CARVALHO; SOUZA, 2014, p. 888).

Além da atuação dos docentes em diferentes níveis e modalidades de ensino, a carência de formação pedagógica dos professores revela-se como realidade nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Pelo perfil técnico dos cursos, a falta de profissionais graduados com licenciatura ou experiência em docência em algumas áreas da formação tem forçado a abertura dos editais de seleção com a exigência de formação mínima somente em Bacharelado e/ou Tecnólogo.

No Câmpus Uruaçu do IFG, não é diferente. Dentre o total de respondentes, 35% não possuem nenhuma formação pedagógica (gráfico 12), um número bastante alto considerando que a maioria dos docentes atua ainda na educação básica. Em comparação com os números gerais em que quase 90% dos professores do Ensino Médio possuem licenciatura.

Gráfico 12 – Formação pedagógica dos docentes atuantes no Ensino Médio Integrado do IFG Câmpus Uruaçu



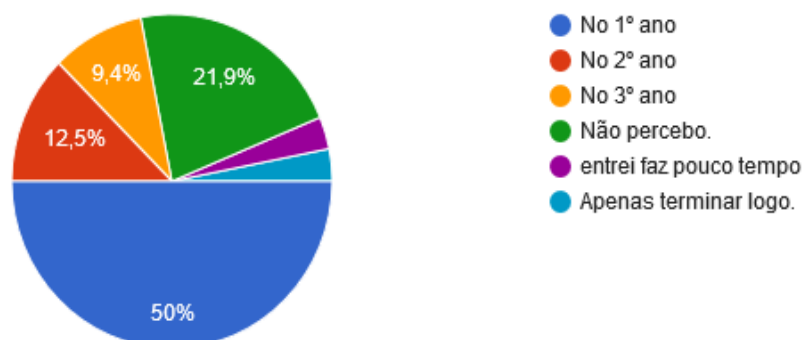
Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Além do perfil necessário para a docência na Educação Básica, o docente que atua na Rede Federal de Educação necessita de outros saberes inerentes à sua função de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

De acordo com Moura (2007), além da formação inicial, é necessário fazer esforços em três dimensões distintas e igualmente importantes: a formação daqueles profissionais que já estão em exercício, os que estão em processo de formação e os que ainda vão iniciar formação como futuros profissionais da educação profissional e tecnológica. Essa formação deve ir além da aquisição de técnicas didáticas de transmissão de conteúdos para os professores e de técnicas de gestão para os dirigentes (MOURA, 2008).

No questionário aplicado aos docentes, foi perguntada a opinião deles sobre a percepção quanto ao desejo de abandono do estudante. Apenas 22% dos docentes afirmaram não perceber nos estudantes o desejo de abandonar o curso em algum período letivo, contrariando as respostas dadas pelos próprios discentes concluintes e pelos pais, que apresentaram pontuação maior neste quesito. Contudo, 50% dos docentes informaram que identificaram essa intenção ocorrer no primeiro ano (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Percepção dos professores quanto ao desejo de abandono do curso pelo aluno



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Assim, os três segmentos interpretam que o período de ingresso do estudante no primeiro ano configura-se como o mais propício para a sua desistência.

Os argumentos que podem justificar o menor percentual de professores que percebem o desejo de abandono do curso, em detrimento do percentual dos estudantes e pais, podem ser: em primeiro lugar, os professores possuem a visão de que os alunos enfrentam muitas dificuldades até se adaptarem ao ritmo diferenciado da instituição, por alguns motivos: o IFG é uma escola com estrutura e funcionamento diferentes das outras escolas da cidade e região; além de cursarem o Ensino Médio regular, a oferta das disciplinas do curso técnico amplia a grade curricular sem ampliar o tempo de conclusão do curso; o estudo em tempo integral é diferente do habitual, pois as escolas de Ensino Fundamental da cidade e região funcionam somente um período do dia; a autonomia do estudante quanto à organização dos estudos e frequência às aulas, visto que não existe a fiscalização por parte da instituição quanto à entrada e saída dos estudantes em sala de aula e no prédio.

Em segundo lugar, vários estudos que indicam que a passagem de uma fase do ensino para a outra sempre gera uma ruptura e os estudantes manifestam desajustes até se afirmarem. A organização sistêmica²² do Sistema de Ensino brasileiro ainda não é efetiva, desfavorecendo a articulação administrativa e pedagógica entre os níveis, etapas e modalidades de ensino. A própria responsabilidade de oferta já determina este desligamento, dentro do próprio Ensino Fundamental, que diz durar 9 anos, mas até o 5º ano fica a cargo da esfera municipal, e a partir do 6º da esfera estadual. “Os gestores públicos deveriam pensar

22 Quanto ao Sistema Nacional de Educação, convém ressaltar que este ainda não foi instituído até o presente momento, mesmo após a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, que deu nova redação ao Artigo 214 da Constituição Federal de 1988, e da criação de uma secretaria com o objetivo de “estimular a ampliação do regime de cooperação entre os entes federados e o desenvolvimento de ações para a criação de um sistema nacional de educação” (Artigo 31 do Decreto nº. 7.480, de 16 de maio de 2011). Assim, a criação de um Sistema Nacional Articulado de Educação constitui-se, até aqui, apenas matéria de muita discussão no âmbito político (LUSTOSA; SILVA, 2013, p. 4).

em um programa mais unificado, que valorizasse o diálogo, a interlocução e a aproximação entre essas redes e a integração entre as escolas”, diz Patrícia Ribas (2013).

Não é diferente no Ensino Médio, pois as rupturas podem ser comprovadas no grande número de evasão depois de finalizarem o Ensino Fundamental, além da grande queda dos níveis de rendimento daqueles que ingressam e permanecem no Ensino Médio. Os resultados das avaliações em larga escala em nosso país, como a Prova Brasil, utilizada para os índices do Ideb²³, apontam que, à medida que os estudantes avançam na escolarização, menos demonstram obter as competências necessárias para determinada fase (Tabela 14).

Tabela 14 – Ideb alcançado e projeção para os próximos anos – Ensino Médio

	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Inep. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>.

Além dos professores, os servidores que atuam em setores de atendimento direto ao aluno, como a Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente e a Assistência Estudantil, também responderam ao questionário, sendo 60% do Apoio ao Discente e 40% da Assistência Estudantil. A visão dos profissionais técnico-administrativos pertencentes a estes setores é importante, pois suas funções perpassam o acesso, a permanência e êxito dos estudantes. Tanto a Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente quanto a Assistência Estudantil foram criadas para acompanhar e oferecer apoio psicopedagógico e socioeconômico aos estudantes ingressantes, atuando também junto aos gestores, pais e docentes quando necessário.

O PDI (2012-2016) do IFG esclarece que os servidores técnico-administrativos de uma instituição de ensino, assim como os docentes, têm responsabilidade para com o desenvolvimento dos processos educacionais e, conseqüentemente, com a qualidade dos serviços prestados à sociedade (p. 96).

O Instituto Federal de Goiás, respeitando os dispositivos legais, seleciona seus servidores técnico-administrativos por meio de concurso público, no qual os candidatos são avaliados em seus conhecimentos e habilidades, para cumprir o seu papel de servidor público e atender às exigências do cargo. A contratação de novos servidores se dá segundo as

23 O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6,0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

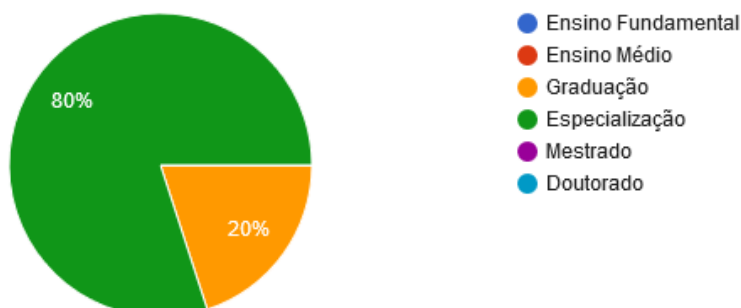
necessidades da instituição, respeitando-se, rigorosamente, a classificação dos aprovados em concurso público e as exigências legais para a investidura no cargo.

O IFG desenvolve um importante programa de assistência ao estudante, com o objetivo de viabilizar a sua permanência em sala de aula e contribuir para a melhoria do seu desempenho acadêmico. Portanto, aprovar, garantir e ampliar a Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás deve receber a atenção de todos os segmentos que compõem a comunidade interna da instituição. Nesse sentido, deverá ser oferecido apoio material aos estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio de bolsas de demanda social, e desenvolvidas ações de apoio social, psicológico, médico e odontológico.

Na presente pesquisa, foi perguntado aos servidores técnico-administrativos sobre seu nível de formação, obtendo como resposta que 80% do quadro desses servidores são graduados com especialização. Apesar do incentivo institucional para a qualificação, percebe-se ainda uma diferença muito grande entre o nível de formação dos docentes e técnicos. Esse fato pode ser justificado também pela exigência do ingresso, que, para vários cargos administrativos, limita-se a níveis de ensino fundamental e médio. Já para os docentes, a graduação é exigência mínima.

Em síntese, podemos constatar que os docentes que atuam no EMI do Câmpus Uruaçu possuem elevado nível de qualificação, variando entre Mestrado e Doutorado, sendo que a maioria também possui formação pedagógica em docência. Entretanto, significativa parcela do quadro docente, principalmente dos que atuam nas disciplinas técnicas, não possui curso de licenciatura ou similar. A formação dos técnico-administrativos que atuam nos setores de acompanhamento aos discentes concentrou-se no nível da graduação.

Gráfico 14 – Nível de formação dos servidores técnico-administrativos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Estabelecemos assim o perfil dos participantes da pesquisa, os estudantes concluintes do EMI do Câmpus Uruaçu do IFG, seus pais, professores e servidores técnico-administrativos. Passaremos a conhecer no item subsequente, segundo esses mesmos atores, quais fatores consideraram mais relevantes para o êxito na escola.

2.2 Indicadores de Permanência e Êxito no EMI: a visão dos estudantes, pais, docentes e técnicos

Segundo Charlot (2002), podemos compreender que a permanência do indivíduo na escola passa pelos sentidos que ele atribui a ela. Dentro da cultura capitalista vigente, os sentidos que os alunos encontram na escola são principalmente de ponte para a realização profissional e busca do capital financeiro, suprimindo o prazer do conhecimento e da aquisição da cultura.

Aproximadamente 75% a 80% dos alunos estudam para mais tarde ter um bom emprego. É uma questão de realismo o qual se torna ainda mais realista se pensado na lógica de que para se ter um bom emprego se deve ter um diploma e, para se ter um diploma, se deve passar de uma série para outra. Deve-se ter diploma para ter emprego, deve-se ter emprego para ter dinheiro e deve-se ter dinheiro para ter uma vida normal (CHARLOT, 2002, p. 27).

A disposição de um estudante de continuar ou não na escola até a conclusão dos estudos está associada a fatores diversos. Nenhum fator único é capaz de explicar por si só e de modo completo esse processo (DORE; SALES, 2017). Ao traçar a metodologia desta pesquisa, optou-se pela definição prévia das categorias que seriam analisadas. Tal definição baseou-se na pesquisa bibliográfica, que sinalizou à pesquisadora os principais aspectos motivadores da evasão, que também poderiam indicar as motivações para a permanência e o êxito.

Assim, buscou-se identificar os indicadores de permanência e êxito pelos aspectos individuais, socioculturais/econômicos e institucionais, segundo os alunos concluintes, os seus pais, os docentes e os servidores técnico-administrativos que atuam nos setores mais próximos aos alunos.

O quadro abaixo contém os aspectos e critérios do questionário aplicado aos segmentos:

Quadro 2 – Aspectos e critérios para indicadores de permanência e êxito constantes no formulário eletrônico

Aspectos	Critérios
Individuais	1. Desejo de ter um certificado de formação em Instituição Federal. 2. Desejo de exercer a profissão do curso técnico escolhido. 3. Não ter outra opção de curso de qualidade na cidade. 4. Facilidade na compreensão dos conteúdos e nos estudos das disciplinas. 5. Afinidade com a área técnica do curso. 6. Anseio por obter um melhor preparo para o ENEM e ingressar em um curso superior de qualidade. 7. Sentir-se importante por estudar no IFG. 8. Esforço individual para alcançar os bons resultados. 9. Não ter ficado reprovado em nenhuma série e/ou disciplina
Sociais, culturais e econômicos	1. Apoio familiar – incentivo da família nos momentos de dificuldades, compreensão acerca do tempo disponível para o estudo. 2. Condições financeiras propícias – orçamento familiar suficiente para custear as despesas com alimentação, transporte e materiais. 3. Engajamento dos pais ou familiares para a conclusão no curso (pais ou responsáveis presentes às reuniões e acompanhando as atividades acadêmicas). 4. Ter disponibilidade de tempo somente para o estudo. 5. Cobrança dos pais quanto aos resultados de avaliações e aproveitamento. 6. Pouco envolvimento em conflitos familiares. 7. Possuir computador e acesso à internet em casa. 8. Não exercer atividade remunerada (exceto estágios e monitorias).
Institucionais	1. Recebimento dos auxílios financeiros do IFG para permanência, alimentação e /ou transporte. 2. Orientação educacional e acompanhamento pedagógico por parte dos Coordenadores e do Apoio Pedagógico ao Discente. 3. Qualificação dos professores (preparação das aulas, domínio de conteúdo, dentre outras). 4. Estrutura física da instituição, com a oferta de laboratórios, biblioteca, espaços de convivência, salas climatizadas, dentre outras. 5. Participação nos projetos de ensino ofertados pelos professores nas diversas áreas. 6. Atendimento individualizado dos professores – plantões, tira-dúvidas. 7. Participação nas monitorias ofertadas nas disciplinas críticas. 8. Funcionamento do Restaurante estudantil. 9. Maior autonomia, “liberdade” estudantil nas ações e dependências da instituição. 10. Estudo em tempo Integral (permanecer o dia todo no IFG). 11. A forma como as disciplinas do curso estão distribuídas nas séries e períodos. 12. Bom relacionamento interpessoal com os colegas da turma.

continua

Aspectos	Crítérios
	13. Bom relacionamento interpessoal com os professores e servidores da instituição.
	14. Interesse da escola/professor em atender às dificuldades que você apresentou durante o curso.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Para cada critério, os discentes, pais e docentes e técnicos escolheram uma dentre as quatro escalas de relevância: nenhuma relevância (se nunca ocorreu ou ocorreu e não teve nenhuma importância); pouca relevância (se ocorreu e foi um pouco importante); média relevância (se ocorreu e teve importância mediana); alta relevância (se ocorreu e foi muito importante).

Como já discutido neste estudo, existem diversos modos de enxergar o fracasso e o sucesso escolar, sendo necessária a observação dos diferentes aspectos como o contexto educacional, familiar, cultural, socioeconômico, dentre outros, para se chegar o mais próximo possível de sua caracterização. Assim, a análise dos motivadores do sucesso escolar deve perpassar os segmentos que compõem a instituição escolar, a fim de que os olhares dos diferentes atores sejam percebidos, discutidos e considerados na efetivação das ações pedagógicas.

Percebe-se, com base nesse breve diagnóstico, que a permanência do estudante no Ensino Médio envolve um conjunto de fatores que podem facilitar ou não esse processo, tais como: idade com que ingressam na escola; inclusão ou não no mercado de trabalho; trajetória escolar anterior; taxas de repetência e evasão; aproveitamento dos estudos; infraestrutura oferecida; qualidade do corpo docente, entre outros. Nesse sentido, qualquer política direcionada a esse nível de ensino e ao seu alunado precisa ser pensada de modo que considere, integradamente, esses múltiplos aspectos (MOEHLECKE, 2012, p. 7).

A presente pesquisa buscou identificar os fatores ou elementos mais relevantes para a permanência e êxito do estudante no IFG. Vários estudos identificam as causas da evasão ou reprovação ligadas principalmente a aspectos individuais, socioeconômicos e culturais. Os fatores referentes ao contexto escolar são pouco citados nesses estudos, prevalecendo os fatores de ordem pessoal, familiar e socioeconômica dos estudantes (DORE; SALES; CASTRO, 2014). Nessa perspectiva, procurou-se evidenciar os indicadores de permanência e êxito também pelos aspectos individuais, socioculturais e econômicos, além de investigar qual a contribuição institucional para que o aluno permaneça na escola.

2.2.1 Aspectos individuais

Dore e Lüscher (2011), nas pesquisas realizadas sobre a permanência e evasão na Rede Federal, destacam como principais contextos de investigação do problema da evasão a perspectiva individual, que abrange o estudante e suas atitudes perante a vida escolar; a convivência social com outros estudantes, professores e comunidade escolar; o nível educacional dos pais; a renda familiar.

Mesmo que o fator individual possa não se constituir, isoladamente, como justificativa para o fracasso/sucesso escolar do indivíduo (BOURDIEU; PASSERON, 2008; LAHIRE, 2004; PATTO, 2010), ele não pode ser desconsiderado. Ao estabelecermos os critérios de investigação da vertente individual, nos concentramos nos relacionados aos estudantes e sua relação com a vida acadêmica, pois os aspectos relacionados aos contextos familiar e econômico foram incorporados ao próximo item, concernentes aos aspectos sociais, culturais e econômicos.

Dentre os fatores de ordem individual, os participantes compreenderam como alta relevância para a permanência e o êxito: o desejo de ter um certificado de formação em Instituição Federal; o anseio por obter um melhor preparo para o ENEM e ingressar em um curso superior de qualidade; o esforço individual para alcançar os bons resultados e o fato de não ter ficado reprovado em nenhuma série e/ou disciplina (tabela 15).

Tabela 15 – Percentual dos indicadores de permanência e êxito quanto aos aspectos individuais

Aspectos Individuais	Segmento	Relevância			
		Alta	Média	Baixa	Nenhuma
Desejo de ter um certificado de formação em Instituição Federal.	Discentes	74%	18%	04%	04%
	Pais	76%	20%	00%	04%
	Docentes/ técn	44%	44%	12%	00%
Desejo de exercer a profissão do curso técnico escolhido.	Discentes	22%	31%	31%	16%
	Pais	40%	32%	20%	08%
	Docentes/ técn	06%	22%	59%	13%
Não ter outra opção de curso de qualidade na cidade.	Discentes	37%	27%	20%	16%
	Pais	24%	12%	24%	40%
	Docentes/ técn	63%	28%	06%	03%
Facilidade na compreensão dos conteúdos e nos estudos das disciplinas.	Discentes	29%	41%	22%	08%
	Pais	20%	52%	20%	08%
	Docentes/ técn	25%	47%	16%	12%

continua

Aspectos Individuais	Segmento	Relevância			
		Alta	Média	Baixa	Nenhuma
Afinidade com a área técnica do curso.	Discentes	33%	43%	14%	10%
	Pais	40%	44%	08%	08%
	Docentes/ técn	25%	37%	25%	13%
Anseio por obter um melhor preparo para o ENEM e ingressar num curso superior de qualidade.	Discentes	66%	22%	08%	04%
	Pais	68%	20%	04%	08%
	Docentes/ técn	75%	22%	03%	00%
Sentir-se importante por estudar no IFG.	Discentes	24%	39%	17%	20%
	Pais	52%	32%	8%	08%
	Docentes/ técn	44%	37%	16%	03%
Esforço individual para alcançar bons resultados.	Discentes	61%	27%	06%	06%
	Pais	68%	20%	12%	00%
	Docentes/ técn	31%	44%	25%	00%
Não ter ficado reprovado em nenhuma série e/ou disciplina.	Discentes	41%	27%	18%	14%
	Pais	68%	12%	08%	12%
	Docentes/ técn	34%	31%	19%	16%

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Os itens convergentes entre os segmentos discentes, pais, docentes e técnicos que obtiveram maior destaque foram os relacionados à formação em instituição federal e melhor preparo no Ensino Médio para avançar nos estudos. Além da valorização de um diploma de formação federal no currículo, a crescente oferta e reserva de vagas nas universidades para alunos oriundos da rede pública têm aumentado a procura pelo ingresso nos Institutos Federais, o que é comprovado pelo aumento das disputas pelas vagas e por meio de pesquisas realizadas.

Nesse sentido, o EMI em IFs tem se tornado muito atraente para os alunos que almejam o ingresso no ensino superior, pois estes visam, além de um Ensino Médio de qualidade ofertado por estas instituições, o benefício de poderem concorrer a 50% das vagas que são destinadas aos concluintes do Ensino Médio em instituições públicas, como prevê o Artigo 2º do Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012, que prevê que as instituições federais de ensino superior reservarão no mínimo cinquenta por cento de suas vagas em cada processo de seleção, por curso, para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica (ARTIAGA; ALVES, 2017, p. 277).

Os resultados dos Institutos Federais no Enem também são atrativos para os estudantes que almejam continuar seus estudos e buscar vagas nas instituições de ensino superior de qualidade do país. Todos os anos, os Institutos Federais obtêm notoriedade pelas posições alcançadas por seus estudantes nessa avaliação de larga escala. Em 2018, o Conselho

Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) comunicou que mais uma vez a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi destaque no Enem.

O levantamento realizado pelo jornal Folha de São Paulo expõe um ranking²⁴ das escolas no Enem e evidencia o desempenho de diversos Institutos Federais de todo o Brasil nas provas aplicadas em 2017. Segundo a assessoria de imprensa deste Conselho, na Região Centro-Oeste, o Instituto Federal de Goiás (IFG) ocupa diversas posições de destaque no ranking com a boa avaliação dos estudantes dos seus 14 câmpus (BRASIL, 2018b) .

Assim como os estudantes e pais, os professores e técnicos também constataram que a intenção precípua é a busca dos bons resultados nesse exame e a conquista de espaço nas instituições de ensino superior. Contudo, os IFs não buscam pautar suas ementas e atividades de ensino, pesquisa e extensão nos moldes estabelecidos pelo Enem, como ocorre com a maioria das escolas, principalmente da rede particular, que direcionam toda ação pedagógica em busca dos melhores resultados e posicionamentos.

Acrescenta-se ainda que o IFG Câmpus Uruaçu é a única instituição federal de ensino, na modalidade presencial, em todo norte goiano. Mesmo com o Plano de Expansão das Universidades, o norte goiano não foi contemplado com unidades desta rede. A cidade de Uruaçu constitui-se num polo educacional para a região, com a oferta de cursos superiores realizada pelo IFG, pela Universidade Estadual de Goiás e por outras instituições privadas, sendo oferecidos cursos presenciais e à distância. Os cursos profissionalizantes ficam a cargo do IFG e dos estabelecimentos particulares de ensino.

Muitos adolescentes não possuem o hábito do estudo e raramente atribuem a falta de sucesso às suas próprias falhas. Nesse caso, os estudantes consideraram como altamente relevante o esforço individual para alcançar os bons resultados. O Ensino Médio é a fase em que a autonomia se desenvolve. Nas etapas anteriores, o aluno necessita e tem a seu dispor professores e adultos que realizam o acompanhamento mais próximo das tarefas e do desempenho acadêmico.

No início do Ensino Médio, torna-se mais comum a atribuição do sucesso ou fracasso a terceiros, como família e escola. No presente estudo, como os discentes respondentes já se encontram na fase final desta etapa, consequentemente puderam atribuir a si próprios maior responsabilidade pela permanência e êxito no curso. Percebe-se cada vez

24 Ranking da Folha de São Paulo – A lista do jornal avalia todas as escolas do País com ao menos 50% do total de alunos do 3º ano do Ensino Médio na prova. O cálculo feito para definir o ranking leva em consideração as notas das provas objetivas de linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, além da nota da redação.

mais a falta da cultura do estudo, do esforço próprio, da busca pela superação das dificuldades. Existe a angústia dos professores que se empenham em promover momentos de reforço escolar, com atendimentos individualizados, recuperação de conteúdos e atividades, contudo, a grande maioria dos alunos não comparece ou somente busca este apoio nos momentos mais próximos às avaliações.

Os pais também compreendem que a iniciativa do próprio estudante é muito relevante. O esforço individual, traduzido nos hábitos de estudo contínuo, participação nas aulas, realização das atividades propostas, compromisso com as ações acadêmicas, se traduz em benefícios para o aluno.

Nesse mesmo sentido, os concluintes apontaram como muito significativo o fato de não terem passado por nenhuma reprovação. Os números comprovam que os estudantes que reprovam estão muito mais propensos ao abandono e ao fracasso. O perfil do discente concluinte desta pesquisa apontou que a maioria dos jovens que logrou êxito não passou pela experiência da reprovação em nenhuma das séries do Ensino Médio (Gráfico 5).

Outros estudos também indicam que uma experiência escolar marcada por insucessos certamente influencia no envolvimento do jovem com a própria escola. Uma pesquisa realizada em três cidades do Pará com o objetivo de compreender as percepções que os atores diretamente relacionados à escola, especificamente os jovens, apresentavam sobre ela, tendo como referência a realidade educacional, demonstrou que 43,7% dos jovens finalistas do Ensino Médio já haviam sido reprovados pelo menos uma vez (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011).

Esta questão está intimamente ligada ao item considerado medianamente relevante pelos estudantes, que é a facilidade na compreensão dos conteúdos e nos estudos das disciplinas. O fato de não ficarem reprovados na série não significa que os estudantes não tiveram dificuldades nos estudos. Dos quase 94% que responderam não ter passado por reprovação, 36,7% informaram que foram aprovados com dependência em alguma disciplina. O regulamento do IFG permite a progressão parcial em até duas disciplinas, e o número de alunos que usufruem desse benefício é bastante considerável.

Em conformidade com as pesquisas realizadas por Leão, Dayrell e Reis (2011) e Pelissari (2013), cujos resultados apontam que o estudante com defasagem idade/série e com reprovações tem a probabilidade maior de abandonar, os pais participantes também evidenciaram em suas respostas que o fato de o aluno não ter passado por reprovação em nenhuma série constitui-se altamente relevante para a permanência e êxito.

Em contraponto, os pais consideraram o fato de os filhos apresentarem facilidade na compreensão dos conteúdos como média relevância. Este resultado, ao ser analisado fora do contexto, poderia causar estranheza, visto que, quanto mais facilidade para a compreensão dos conteúdos, maior a chance da obtenção de melhores resultados, menor o risco de reprovação e maior a chance de concluir os estudos na idade certa. Entretanto, nem todos os alunos que alcançam êxito possuem facilidades em todas as disciplinas. Muitos, apesar das dificuldades, avançam por meio da progressão parcial ou buscam recursos extras para superar os obstáculos.

Os fatores que correspondem ao esforço individual do estudante, como facilidade na compreensão dos conteúdos e nos estudos das disciplinas e esforço individual para alcançar bons resultados, obtiveram maior pontuação na alternativa “média relevância” para os docentes e técnicos. Além do percentual apontado pelas respostas nas opções fechadas, também houve o registro textual dessa visão, conforme trecho abaixo:

Outro fator de grande relevância é a falta da cultura do ato de estudar. Eles são na maioria egressos de um ensino fundamental que não estimula a pesquisa, o estudar, o desenvolver-se. Ao chegar na realidade do instituto, o impacto é muito intenso, e torna-se mais fácil desistir do que buscar se superar. É fundamental um acompanhamento contínuo dos primeiros anos²⁵. (Docente 5, resposta ao questionário da pesquisa). (DOCENTES DO IFG, 2019, s/p).

A hipótese a ser considerada neste quesito é de que existe uma queixa constante por parte dos professores quanto à dedicação dos alunos aos estudos, consistindo muitas vezes na única justificativa dos baixos resultados alcançados por eles nas disciplinas. Para Damasceno, Costa e Negreiros (2016), muitos professores atribuem a culpa do não aprender somente ao aluno, a seus comportamentos, considerando como problema a sua forma de ser, seja ela espontânea ou retraída, agitada ou quieta, e utilizando isso como principal alegação para o fato de não conseguirem assimilar determinado conteúdo.

A circunstância de o aluno não ter ficado reprovado em nenhuma disciplina ou série demonstrou um certo equilíbrio entre as respostas dos professores e técnicos. Este resultado destoou dos apresentados pelos estudantes e pais, pois estes demonstraram compreender que a reprovação em alguma série pode influenciar na decisão de abandonar o curso. Já os docentes parecem ter uma visão menos conclusiva sobre este tema. Um estudo realizado para estabelecer as representações dos professores sobre a repetência escolar evidenciou resultados que corroboram o posicionamento dos docentes do IFG:

²⁵ Optamos por transcrever as respostas dos professores da forma como foram escritas, sem fazer correções ortográficas.

Quanto aos efeitos da reprovação sobre o aluno, estes são, em sua maioria, negativos. Entre esses efeitos, os professores destacam o agravamento do desinteresse e a baixa na autoestima, fazendo com que se sintam incapazes, perdedores, fracassados. E a consequência é o abandono da escola, uma vez que eles já vão para o ano seguinte totalmente desmotivados. Mas, embora nenhum professor defenda claramente a reprovação, há os que dizem que seus efeitos dependem de características dos alunos, como idade, perseverança, esforço, considerando que, para alguns deles, pode ser importante, constituindo um alerta ou uma nova oportunidade de aprender. (MAZZOTTI, 2003, p. 4).

No caso específico do Câmpus Uruaçu, os índices elevados de reprovação, principalmente nos primeiros anos (ver tabela 8, p. 84), podem ser um forte indicativo para este resultado, visto que alguns alunos, mesmo tendo reprovado em alguma série, permanecem e conseguem concluir o curso. Essa situação pode influenciar a ideia de muitos professores de que a reprovação não é fator determinante para o fracasso escolar e que, muitas vezes, é até necessária para que o aluno aprofunde seus conhecimentos e prossiga com uma melhor aprendizagem. Baseiam-se na concepção de reprovação como sinônimo de qualidade e altos padrões de cobrança. Petrenas e Lima (2007) advertem sobre este risco:

A reprovação atua como uma possível metáfora no sistema de ensino, pois proclama erroneamente a possibilidade de educação de qualidade, um ensino denominado forte e adequado, passando a ideia de “seriedade”. Assim, acaba se sustentando enquanto recurso pedagógico e se torna legítima no meio educacional (p. 167).

Nessa visão, o fracasso pelo não aprendizado não aparece como as reais causas, ou seja, más condições oferecidas para alunos e professores, mas como incompetência do próprio aluno. Assim, a reprovação acaba por isentar a escola de responsabilidades que são inerentes a ela própria.

Outro fator que se relaciona com a percepção deste item é a carência de aprendizagem de conteúdos da etapa anterior e que são essenciais para o desempenho esperado na fase vigente. Como os professores possuem essa forte visão (tabela 15), a reprovação pode ser entendida como um caminho para a ampliação do tempo de permanência do aluno na série com o objetivo de buscar suprir as lacunas existentes antes do avanço nas séries posteriores.

Apesar de considerarem como média relevância a afinidade com a área técnica do curso, fato confirmado no perfil evidenciado anteriormente (Gráfico 7, p. 85), os estudantes pesquisados não manifestaram ser de grande relevância o desejo de exercer a profissão do curso técnico escolhido. A maior valoração quanto à compatibilidade com a área profissional pode ser justificada pela necessidade de melhor se desenvolverem no curso para obter a

certificação final e, no caso do Ensino Médio Integrado, o diploma do Ensino Médio regular não pode ser emitido separado do curso técnico.

Pode-se concluir então que, quanto maior a proximidade com as disciplinas técnicas do curso, maiores serão as chances de obter resultados positivos nestas disciplinas para a aprovação no ano letivo e no curso em si, sem corresponder ao desejo de colocar em prática os conhecimentos específicos adquiridos por meio da inserção no mercado de trabalho.

Mas o que significa o exercício da profissão para o jovem do Ensino Médio? Vieira e Rava (2012, p. 85) afirmam que o “trabalho não é apenas uma remuneração para os jovens. Para a maioria deles, ter uma identidade profissional é parte importante da formação da sua identidade global”. Dessa forma, entende-se que a escola e o trabalho estão intrinsecamente ligados, pois, para conseguir entrar no mercado de trabalho, o jovem precisa de uma base sólida, uma boa formação no Ensino Médio e no curso superior.

Além disso, as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica ofertada nos IFs não visam somente à formação do jovem para a entrada no mercado de trabalho, como simples “mão de obra” qualificada para a execução competente das funções exigidas no mundo capitalista vigente. Pelo contrário:

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, o qual poderia ser tanto técnico, como um filósofo, um escritor ou tudo isto. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música, tão cultivada em muitas de nossas escolas, deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal (PACHECO, 2011, p. 11).

Por esses motivos, o fato de o estudante não pretender exercer, de imediato, a profissão adquirida por meio do curso técnico não pode significar que todo o investimento em estrutura e pessoal qualificado para a formação não será aproveitado ou usufruído pelo cursista e tampouco absorvido pela comunidade ou mercado.

Diferente dos alunos, houve por parte dos pais a compreensão de que o desejo de exercer a profissão do curso técnico, o qual seus filhos escolheram, como fator de grande relevância para a permanência, além de compreenderem que a afinidade com a área técnica do curso também seja muito importante. Entretanto, percebe-se que o desejo da maioria dos pais não é pela entrada imediata no mercado de trabalho, mas que a área técnica seja o ponto de partida para a formação superior.

Alguns fatores podem justificar esse entendimento, como: a escassez de vagas no mercado de trabalho na região e o desejo maior de que prossigam os estudos em vez de iniciarem no trabalho. Vieira e Rava (2012), ao pesquisarem sobre o tempo de permanência dos filhos no seio familiar, chegaram à conclusão de que “alguns dos aspectos que levam os jovens a adiar a saída da casa dos pais sejam, conseqüentemente, o prolongamento dos estudos, a difícil inserção e a insegurança no mercado de trabalho atual” (p. 85).

O exercício da profissão ainda em idade tênue poderia constituir-se em um impedimento para a continuidade dos estudos, e os pais, principalmente da classe média, demonstram interesse em que o filho prossiga os estudos em vez de ingressar no mercado trabalho. A pesquisa O Valor da Educação (2015)²⁶ entrevistou 5.500 pais, com filhos com menos de 23 anos, em 16 países, e concluiu que 89% dos pais brasileiros consideram que ter um diploma universitário é essencial para atingir metas importantes na vida, sendo que 88% dos pais no Brasil também disseram estar dispostos a contribuir financeiramente para a graduação dos filhos. A média global é de 95% dos pais.

Apesar de compreenderem que o fato de o estudante ter o interesse em exercer a profissão técnica e gostar da área ser de grande contribuição para o êxito dos estudantes, os professores e técnicos não identificam tal perfil nos alunos, pois a maioria deles deixa claro, desde o ingresso, que não pretende ser um profissional técnico da área, e os que manifestam interesse o querem somente depois do diploma universitário. Veja a opinião de um dos professores respondentes:

Muitos alunos sentem-se desmotivados devido não adaptarem às disciplinas de formação técnica, ou acharem que não atuarão na profissão e pensam que as disciplinas técnicas estão atrapalhando elas a estudarem para as disciplinas básicas que são essenciais para o ENEM. (Docente 18, resposta ao questionário da pesquisa). (DOCENTES DO IFG, 2019, s/p).

O Art. 227 da Constituição Federal estabelece o direito à “educação” e à “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos “com absoluta prioridade”. Neste sentido, a LDB situa a educação profissional e tecnológica na confluência

26 O Valor da Educação é uma pesquisa do consumidor independente sobre tendências globais de educação realizada para o HSBC. O relatório global Um aprendizado para a vida é o segundo da série e representa a opinião de 5.550 pais em 16 países e territórios. As conclusões deste relatório são baseadas em uma pesquisa de representação nacional feita com 347 pais no Brasil de pelo menos um filho com 23 anos ou menos atualmente (ou próximo a completar essa idade), os quais são total ou parcialmente responsáveis por tomar decisões sobre a educação dos filhos. A pesquisa foi conduzida on-line pela Ipsos MORI entre março e abril de 2015. Todas as referências à renda estão de acordo com a renda familiar mensal bruta. Disponível em: <https://www.hsbc.com.br/1/PA_esf-ca-app-content/content/hbbr-pws-gip16/portugues/personal/comum/pdf/relatorio-brasil-pt.pdf>. Acesso em: jul. 2018.

de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho (BRASIL, 2018). Durante o período da existência das Escolas Técnicas, talvez a busca por esta modalidade de ensino fosse o preparo para as atividades do trabalho, em atendimento às demandas sociais e de mercado. A partir da transformação delas em Institutos Federais, essas redes de ensino passaram a ser fundamentadas nos princípios da politecnia e da formação integral, buscando-se romper com o estigma de instituição formadora de mão de obra para o mercado de trabalho.

De modo geral, os docentes e técnicos atribuíram valoração mediana aos aspectos individuais como fatores de contribuição para a permanência e o êxito. Os que mais se destacaram foram os relacionados à instituição, como as expectativas com relação à formação em uma rede federal e melhor capacitação para avançar nos estudos. Já os itens relacionados ao esforço individual e desejo de tornar-se um profissional técnico da área foram considerados menos importantes. Ocorreu assim um reforço da concepção meritocrática de fracasso e sucesso, pois ao mesmo tempo que atribuem culpa do fracasso escolar aos alunos também não consideram o fator individual como primordial para o sucesso.

Para Mazzotti (2003), os professores reconstituem sua representação de fracasso escolar como um processo claramente esquematizado: “o desinteresse e a dificuldade de aprendizagem do aluno, aliados à falta de apoio familiar levam à repetência; a qual, por sua vez, aliada ao número crescente de faltas e à ausência de perspectivas, leva à evasão” (p. 10). Desta forma, é essencial analisar a percepção dos docentes do IFG Uruaçu quanto aos fatores sociais, culturais e econômicos que possam contribuir para a permanência e êxito dos estudantes.

Podemos concluir então que, dos nove itens dos aspectos individuais avaliados, em mais da metade os segmentos pesquisados consideraram como alta relevância para a permanência e o êxito na realização do Ensino Médio Integrado no IFG Uruaçu, denotando que esta vertente é de grande importância ao se observar os fatores que podem contribuir para que o aluno obtenha sucesso em sua jornada acadêmica. Nos estudos sobre evasão na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, os aspectos de ordem individual, socioeconômica e cultural do estudante também aparecem com maior destaque (DORE; SALES; CASTRO, 2014) em detrimento dos aspectos institucionais.

2.2.2 Aspectos sociais, culturais e econômicos

Conforme já discutido nos itens anteriores, além dos fatores individuais, vários outros elementos podem influenciar na permanência ou não permanência do estudante do EMI. Muitos deles estão além do indivíduo, encontram-se no seu contexto familiar, social, cultural ou econômico. Apresentaremos, a seguir, em que proporção esses aspectos foram contribuintes para o êxito dos discentes concluintes do IFG Câmpus Uruaçu, conforme os dados levantados na pesquisa em questão.

Quanto aos aspectos sociais, culturais e econômicos elencados (Tabela 16), os respondentes consideraram fatores de maior relevância para a permanência e êxito: o apoio familiar (incentivo da família nos momentos de dificuldades, compreensão acerca do tempo disponível); ter disponibilidade de tempo somente para o estudo, possuir computador e acesso à internet em casa e não exercer atividade remunerada (exceto estágios e monitorias).

O envolvimento familiar é visto pelos estudantes como importante no sentido de apoio nos momentos de dificuldade e compreensão quanto à necessidade de dedicação aos estudos e do tempo que precisam dispor para a realização do curso. Para o estudante do Ensino Médio, ainda que esteja na fase da aquisição de autonomia, independência e distanciamento dos pais, a presença da família ainda é de fundamental importância. Os adolescentes e jovens necessitam da referência familiar como suporte para os momentos em que surgirem os problemas ou obstáculos, tanto relacionados às disciplinas quanto nos relacionamentos interpessoais.

A alta valoração neste aspecto relaciona-se diretamente com o item da disponibilidade somente para o estudo, que também recebeu mais de 80% de respostas entre alta e média relevância. Como a oferta do curso é em tempo integral e as matrizes curriculares contêm em média 20 disciplinas por ano letivo, é natural que o estudante necessite dedicar-se inteiramente aos estudos.

Tabela 16 – Percentual dos indicadores de permanência e êxito quanto aos aspectos sociais, culturais e econômicos

Aspectos sociais, culturais e econômicos	Segmento	Relevância			
		Alta	Média	Baixa	Nenhuma
Apoio familiar – incentivo da família nos momentos de dificuldades, compreensão acerca do tempo disponível para o estudo.	Discentes	59%	26%	08%	06%
	Pais	76%	20%	00%	04%
	Docentes/técnicos	72%	22%	06%	00%

continua

Aspectos sociais, culturais e econômicos	Segmento	Relevância			
		Alta	Média	Baixa	Nenhuma
Condições financeiras propícias – orçamento familiar suficiente para custear as despesas com alimentação, transporte e materiais.	Discentes	35%	43%	16%	06%
	Pais	40%	24%	28%	08%
	Docentes/técnicos	47%	41%	09%	03%
Engajamento dos pais ou familiares para a conclusão no curso (pais ou responsáveis presentes às reuniões e acompanhando as atividades acadêmicas).	Discentes	39%	27%	24 %	10%
	Pais	68%	16%	12%	04%
	Docentes/técnicos	69%	22%	06%	03%
Ter disponibilidade de tempo somente para o estudo.	Discentes	51%	37%	06%	06%
	Pais	76%	16%	00%	08%
	Docentes/técnicos	75%	16%	09%	00%
Cobrança dos pais quanto aos resultados de avaliações e aproveitamento.	Discentes	35%	41%	12%	12%
	Pais	88%	80%	00%	04%
	Docentes/técnicos	47%	37%	16%	00%
Pouco envolvimento em conflitos familiares.	Discentes	29%	29%	20%	22%
	Pais	36%	24%	24%	16%
	Docentes/técnicos	47%	41%	09%	03%
Possuir computador e acesso à internet em casa.	Discentes	63%	20%	06%	10%
	Pais	80%	08%	08%	04%
	Docentes/técnicos	12%	47%	31%	09%
Não exercer atividade remunerada (exceto estágios e monitorias).	Discentes	55%	20%	12%	12%
	Pais	60%	20%	12%	08%
	Docentes/técnicos	53%	22%	19%	06%

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

O fator não exercer atividade remunerada também se configurou como muito importante, visto que a dedicação exclusiva aos estudos impede o estudante de buscar exercer algum tipo de trabalho extra. Como o IFG objetiva atender o público oriundo de diferentes classes e condições socioeconômicas, a permanência dos filhos das classes trabalhadoras pode ser prejudicada pela necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento da família. Dore e Lüscher (2011), em um levantamento realizado na base de dados da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, identificaram estudos e informações sistematizadas sobre a temática da evasão na educação técnica de nível médio. Dentre os cinco artigos revisados, quatro apresentaram como um dos fatores de evasão a necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar e a impossibilidade de conciliar trabalho e estudo.

Ainda sobre aos aspectos sociais, culturais e econômicos, dentre os discentes a relevância foi mediana nos seguintes fatores: as condições financeiras propícias (orçamento

familiar suficiente para custear as despesas com alimentação, transporte e materiais) e a cobrança dos pais quanto aos resultados de avaliações e aproveitamento.

Parece contraditório que, ao mesmo tempo que consideram o apoio familiar como muito relevante, não atribuam o mesmo crédito à cobrança dos pais quanto aos resultados e ao engajamento deles nas atividades escolares, por meio da participação nas reuniões e acompanhamento acadêmico. Este entendimento pode ser justificado pela necessidade da referência familiar, mas não tão diretamente quanto deveria ocorrer nas etapas escolares anteriores. De acordo com Alejandra Meraz Velasco, coordenadora-geral do Todos Pela Educação, “é natural que a relação pai e filho mude com a idade e que as cobranças sejam outras. Acrescentou que os pais devem ter formas de participação e de diálogo sobre a vida escolar, independentemente da idade dos filhos” (TOKARNIA, 2014, on-line, s/p).

Em relação às condições financeiras propícias, apesar de os estudantes atribuírem média relevância, a valoração total foi bastante relevante. O perfil dos discentes revelou que a renda familiar da maioria dos estudantes concluintes corresponde ao nível da classe média baixa (ver p. 91). De modo geral, as famílias pertencentes a este nível social não possuem consideráveis dificuldades financeiras para a manutenção dos filhos na escola. Além do mais, o IFG é uma instituição pública, gratuita e ainda oferta auxílios financeiros para os estudantes que comprovarem vulnerabilidade socioeconômica. Estes auxílios são destinados para a ajuda de custo com moradia, transporte e materiais escolares, visto que a alimentação é ofertada gratuitamente no refeitório estudantil.

O fator “pouco envolvimento em conflitos familiares” dividiu opiniões, obtendo número de respostas equilibrado entre nenhuma, pouca, média e alta relevância. Contudo, foi o item que mais se destacou no percentual de nenhuma relevância.

Considerando-se as mudanças ocorridas na organização social e na estrutura e funcionamento das famílias nos últimos tempos, bem como o papel crucial que a instituição familiar continua exercendo no processo de desenvolvimento dos indivíduos, os estudos revisados convergem no sentido de acumular evidências de que essas transformações estão na base de diversos problemas psicológicos contemporâneos (PRATTA; SANTOS, 2007, p. 254).

Ao avaliar os fatores que causam o sucesso ou o fracasso escolar, muitos autores dão destaque às dimensões relativas ao próprio indivíduo, como sua disposição para o estudo, as dificuldades de aprendizagem, as condições socioeconômicas e culturais, suas relações familiares, dentre outras. Poucos estudos dão ênfase ao sentido que a instituição escolar

assume neste contexto de permanência, do êxito, da repetência ou evasão. Contudo, a escola é parte deste processo e não pode ser desconsiderada na análise das suas causas e/ou efeitos.

Observa-se que os responsáveis consideram que o envolvimento familiar nas questões educacionais é altamente relevante para que o aluno permaneça e conquiste o objetivo final (Tabela 16). Apesar de a maioria dos pais apontar a importância da participação deles, seja com a presença nas reuniões escolares, seja por meio da cobrança de resultados, o quantitativo de pais que comparecem às reuniões convocadas pelo IFG, para ciência dos resultados, ainda é muito pequeno (Tabela 10, p. 96). Nesse sentido, Lahire (2004) diz que “os pais exercem sua ação educativa essencialmente no campo do controle do comportamento moral, que tem primazia sobre qualquer outra dimensão” (p. 84). Acrescenta ainda:

De início, esse caso prova que o investimento pedagógico não é a única e exclusiva chave para conseguir que, do ponto de vista, as crianças, em meios populares, tenham “êxito”. Os pais, neste caso, exercem uma vigilância moral que ultrapassa muito o caso da escola. Não podendo ajudar os filhos na escola, o importante para eles é fornecer-lhes boas condições de vida, dar-lhes o que precisam, para que trabalhem o melhor que possam (LAHIRE, 2004, p. 192).

A pesquisa Atitudes pela Educação (2014)²⁷ caracterizou os pais ou responsáveis em 5 grupos (Comprometidos, Envolvidos, Intermediários, Vinculados e Distantes) de acordo com a Valorização e o Vínculo – Valorização da educação escolar pelo adulto, e o Vínculo do adulto com a criança/jovem. Ao analisarem o quanto de responsabilidade os responsáveis atribuem à família, à escola e ao aluno em relação à vida escolar do estudante, concluíram que todos os perfis atribuem maior responsabilidade à família, porém, para os Comprometidos este peso é ainda maior (e menor a responsabilidade do aluno). Por sua vez, os Distantes atribuem maior responsabilidade ao próprio aluno, quando comparados aos demais perfis. Já os Vinculados atribuem à escola menos responsabilidade do que os demais perfis e também menos responsabilidade à família do que os Comprometidos, porém mais do que os demais grupos.

No caso do estudo em questão, também constatamos que os pais possuem esta visão, pois os fatores relacionados aos aspectos socioculturais, em que a interferência da família é mais forte, apresentaram pontuação de maior relevância.

27 Atitudes pela Educação é uma pesquisa do Todos Pela Educação, Fundação Roberto Marinho, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco e Instituto C&A, com realização do Instituto Paulo Montenegro e do IBOPE Inteligência. O objetivo da pesquisa foi dimensionar e mapear ações e comportamentos dos pais e responsáveis em relação à vida escolar de crianças e jovens entre 4 e 17 anos na escola e também caracterizar os diferentes perfis destes pais e responsáveis. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/pesquisa_atitudes_pela_educacao_.pdf>. Acesso em: jul. 2018.

No IFG Câmpus Uruaçu, além da Chefia do Departamento de Ensino e as Coordenações de Curso, existe a Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, setor responsável pelo acompanhamento do estudante na instituição e pelo contato com os pais ou responsáveis no decorrer do ano letivo, quando surgem as demandas de ordem pedagógica ou comportamental. O acompanhamento dos estudantes e o contato com suas famílias são registrados em documentos internos do setor e servem de suporte para o encaminhamento das ações e intervenções realizadas.

Ter disponibilidade de tempo somente para o estudo e não exercer atividade remunerada durante a realização do curso também são aspectos importantes indicados pelos pais. Como o curso acontece em tempo integral, não existe tempo hábil para a dedicação ao trabalho, exceto para a realização dos estágios no último ano do curso. Ao ingressarem, os pais e estudantes ficam cientes da necessidade de dispor de tempo para assistir às aulas presenciais, com os horários distribuídos no período matutino e vespertino (das 7h às 18h), além da dedicação de mais períodos extras para a realização das atividades, trabalhos, avaliações e estudos contínuos.

Para os pais, as despesas com a manutenção do curso, como transporte e alimentação, não se constituem fator de grande relevância para o êxito. Esta visão pode ser justificada pelo fato de a maioria dos estudantes residir na própria cidade, realizando as refeições em sua própria residência e obtendo maior facilidade quanto à locomoção, pois as regiões urbanas atendidas não se distanciam muito da instituição.

Além disso, os alunos dos cursos técnicos integrados são subsidiados com a oferta de alimentação no Refeitório Estudantil, em funcionamento desde o segundo semestre do ano de 2016 e, mesmo antes deste funcionamento, eram contemplados com o auxílio-alimentação no valor de R\$ 120,00. Os estudantes que têm baixa condição socioeconômica ainda são beneficiados com auxílio-transporte ou permanência, por meio de edital interno da Assistência Estudantil, exigindo-se comprovação de renda familiar até o limite de vagas disponíveis.

O envolvimento em conflitos familiares foi considerado de média relevância, pois, apesar de serem questões frequentes, precisam ser administradas pelo estudante e pela família. O setor de psicologia escolar, ligado à Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, realiza atendimentos e acompanhamentos dos estudantes com demandas psíquicas, emocionais ou comportamentais. Em grande parte dos atendimentos realizados, verifica-se que os conflitos vivenciados pelos alunos advêm do envolvimento em questões familiares. Talvez não exista uma percepção, pelos pais, da relação direta entre esse fator e a permanência e êxito do aluno,

porém existe uma ligação muito forte com o desempenho escolar, nos resultados de aprendizagem, na assiduidade e pontualidade às aulas.

Pratta e Santos (2007), por meio de uma revisão bibliográfica sobre a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros, principalmente dos adolescentes, concluíram que a relação estabelecida entre pais e filhos e os sentimentos e expectativas que possuem em relação a eles influenciam suas personalidades e podem interferir no êxito escolar. Já para Wagner et al. (1999), uma família facilitadora do crescimento emocional e promotora de saúde não é aquela com ausência de conflitos.

O potencial de saúde centra-se na possibilidade que o sistema familiar tem de encontrar alternativas para a solução dos seus problemas e conseguir conter seus efeitos destrutivos. E ainda, segundo Lahire (2004, p. 26), “uma configuração familiar relativamente estável, que permita à criança relações sociais frequentes e duráveis com os pais, é uma condição necessária à produção de uma relação com o mundo adequada ao ‘êxito’ no curso primário”.

Assim, podemos compreender que, se o estudante possui uma certa estabilidade no relacionamento familiar, independente da formação que a família tenha, ele terá melhores condições de desenvolvimento nas atividades escolares.

Praticamente em todos os itens discriminados para os aspectos sociais, culturais e econômicos, os docentes e técnicos atribuíram alta relevância (Tabela 16). Somente na assertiva “possuir computador em casa” é que os docentes atribuíram valores mais baixos. Isso pode estar relacionado ao fato de a própria instituição oferecer aos discentes computador e acesso à internet. O Câmpus Uruaçu possui Laboratório de Informática localizado na Biblioteca, à disposição dos estudantes para realização de pesquisas e trabalhos. Os estudantes também possuem livre acesso à rede de internet própria.

Dentre os itens considerados de alta relevância, destacaram-se os itens relativos ao apoio familiar, ao engajamento dos pais no acompanhamento de resultados e à disponibilidade de tempo somente para o estudo.

A visão do fator familiar como promoção do êxito ou do fracasso é recorrente entre os professores, que tendem a dividir a responsabilidade ora com o próprio aluno, ora com a família. Nesta pesquisa, além do percentual alto atribuído aos fatores relacionados à família, as contribuições por escrito também reforçaram esta ideia:

Sugiro abordar uma outra situação que acredito também ser relevante para a permanência e êxito do aluno, que seria a compreensão de pais e alunos da proposta educativa do IFG. Haja vista que muitos entram na instituição acreditando ser de um

forma e depois se depara com outra realidade. (Docente 21, resposta ao questionário da pesquisa). (DOCENTES DO IFG, 2019, s/p).

Não são poucas as pesquisas que demonstram que a participação ativa da família na vida escolar dos filhos é fator de extrema importância no favorecimento do sucesso escolar (EPSTEIN; SANDERS; CONNORS, 1999; PIMENTA, 2014). Contudo, outros estudiosos também alertam que ela sozinha não é capaz de garantir a permanência nem o êxito escolar (CHARLOT, 2002; LAHIRE, 2004).

Os docentes franceses dizem que as famílias populares não dão importância à escola. Não é verdade. Eles dão grande importância à escola porque sabem que não tem outro jeito para os filhos saírem das dificuldades da vida. Os filhos de classes médias também acreditam que terão um bom emprego com diploma. A diferença é que nos bairros populares, para muitos alunos o único sentido da escola está no fato de proporcionar um bom emprego mais tarde (CHARLOT, 2002, p. 27).

As condições financeiras da família foram consideradas pelo segmento em análise como quesito de alta e média relevância, recebendo percentuais semelhantes nessas duas referências. Resultados de pesquisas sobre evasão no Ensino Médio apontam como uma das principais causas do abandono a necessidade de ingresso no mercado de trabalho para auxiliar no sustento familiar. Esta é a realidade da maioria dos alunos do Ensino Médio da rede pública.

Uma investigação realizada com os alunos evadidos do Câmpus Uruaçu, em 2016, demonstrou que quase 60% atribuem como fator motivador a dificuldade de conciliar estudo com trabalho (Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFG - Campus Uruaçu)²⁸. Dessa forma, é consenso entre os professores e servidores o fato de que o aluno não ter a necessidade de exercer trabalho remunerado pode contribuir para sua permanência e sucesso no IFG.

Mesmo que a instituição seja pública e gratuita, inexistindo a exigência de pagamentos de mensalidades, material didático, uniformes, dentre outros itens, a família ainda necessita arcar com despesas referentes ao transporte, à moradia, à alimentação e à aquisição de materiais específicos do curso e de uso particular do discente. Como o IFG tem atendido cada vez mais um público de maior vulnerabilidade social e econômica, por meio da garantia de acesso pelas ações afirmativas, os professores compreendem que muitas famílias se deparam com dificuldades para suprir os custos para a manutenção dos filhos no curso.

²⁸ Nos cursos presenciais, o universo de alunos que responderam ao questionário para esta pesquisa foi um total de 114, matriculados nos cursos técnicos integrados de nível médio EJA e nos cursos superiores.

Sinto que os principais motivos que levam nossos alunos a desistirem do curso integral técnico são por dificuldades financeiras, em relação aos gastos que os mantêm em período longo na escola e, a deficiente base em conteúdos básicos, principalmente nas áreas de disciplinas exatas. (Docente 1, resposta aberta ao questionário da pesquisa, 2017). (DOCENTES DO IFG, 2019, s/p).

A existência de políticas de assistência financeira aos estudantes não consegue garantir o suprimento das necessidades em sua totalidade. Os trâmites burocráticos muitas vezes interferem na efetivação dos subsídios institucionais aos alunos, como, por exemplo: atrasos nos pagamentos de auxílios para alimentação, transporte e permanência, interrupções no funcionamento do refeitório estudantil, escassez de recursos para o atendimento da demanda real de auxílios, dentre outros.

2.2.3 Aspectos institucionais

Segundo Dore e Lüscher (2011), os fatores institucionais da escola associados à evasão incluem: os recursos da instituição; as práticas pedagógicas; o perfil do corpo discente; as características estruturais da escola.

Quanto aos aspectos institucionais, dos catorze itens elencados na pesquisa, doze foram classificados pelos estudantes como altamente relevantes (Tabela 17). São eles: a qualidade do ensino ofertado; a qualificação dos professores (preparação das aulas, domínio de conteúdo, dentre outros); o recebimento dos auxílios financeiros do IFG para permanência, alimentação e/ou transporte; a estrutura física da instituição, com a oferta de laboratórios, biblioteca, espaços de convivência, salas climatizadas; a participação nos projetos de ensino ofertados pelos professores nas diversas áreas; o atendimento individualizado dos professores – plantões, tira-dúvidas; o bom relacionamento interpessoal com os professores e servidores da instituição e o interesse da escola/professor em atender às dificuldades que apresentou durante o curso.

Tabela 17 – Percentual dos indicadores de permanência e êxito quanto aos aspectos institucionais

Aspectos Institucionais	Segmento	Relevância			
		Alta	Média	Baixa	Nenhuma
Recebimento dos auxílios financeiros do IFG para permanência, alimentação e/ou transporte.	Discentes	51%	29%	14%	06%
	Pais	49%	16%	28%	08%
	Docentes/técnicos	50%	44%	06%	00%

continua

Aspectos sociais, culturais e econômicos	Segmento	Relevância			
		Alta	Média	Baixa	Nenhuma
Orientação educacional e acompanhamento pedagógico por parte dos Coordenadores e do Apoio Pedagógico ao Discente.	Discentes	33%	39%	14%	14%
	Pais	68%	20%	08%	04%
	Docentes/técnicos	81%	16%	00%	31%
Qualificação dos professores (preparação das aulas, domínio de conteúdo, dentre outras).	Discentes	74%	20%	04%	02%
	Pais	84%	12%	00%	04%
	Docentes/técnicos	72%	29%	00%	00%
Estrutura física da instituição, com a oferta de laboratórios, biblioteca, espaços de convivência, salas climatizadas, dentre outras.	Discentes	74%	18%	04%	04%
	Pais	80%	16%	00%	04%
	Docentes/técnicos	69%	31%	00%	00%
Participação nos projetos de ensino ofertados pelos professores nas diversas áreas.	Discentes	51%	27%	12%	10%
	Pais	68%	28%	00%	04%
	Docentes/técnicos	44%	31%	22%	03%
Atendimento individualizado dos professores – plantões, tira-dúvidas.	Discentes	55%	25%	10%	10%
	Pais	68%	28%	04%	00%
	Docentes/técnicos	50%	31%	16%	3%
Participação nas monitorias ofertadas nas disciplinas críticas.	Discentes	41%	27%	18%	14%
	Pais	60%	32%	04%	04%
	Docentes/técnicos	50%	31%	16%	03%
Funcionamento do Restaurante estudantil.	Discentes	43%	29%	16%	12%
	Pais	36%	32%	24%	08%
	Docentes/técnicos	44%	38%	12%	06%
Maior autonomia, “liberdade” estudantil nas ações e dependências da instituição.	Discentes	63%	26%	6%	4%
	Pais	44%	48%	00%	08%
	Docentes/técnicos	28%	38%	19%	15%
Estudo em tempo Integral (permanecer o dia todo no IFG).	Discentes	37%	33%	12%	18%
	Pais	64%	32%	00%	04%
	Docentes/técnicos	38%	34%	28%	00%
A forma como as disciplinas do curso estão distribuídas nas séries e períodos.	Discentes	35%	35%	18%	12%
	Pais	56%	36%	04%	04%
	Docentes/técnicos	37%	38%	16%	09%
Bom relacionamento interpessoal com os colegas da turma.	Discentes	41%	33%	18%	08%
	Pais	64%	24%	04%	08%
	Docentes/técnicos	44%	44%	09%	03%

continua

Aspectos sociais, culturais e econômicos	Segmento	Relevância			
		Alta	Média	Baixa	Nenhuma
Bom relacionamento interpessoal com os professores e servidores da instituição.	Discentes	55%	33%	04%	08%
	Pais	72%	20%	00%	08%
	Docentes/técnicos	38%	50%	09%	03%
Interesse da escola/professor em atender às dificuldades que você apresentou durante o curso	Discentes	51%	37%	06%	06%
	Pais	76%	20%	00%	04%
	Docentes/técnicos	64%	30%	03%	03%

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Os itens relativos à qualificação dos professores e à estrutura física da instituição receberam destaque no percentual das respostas. Os alunos do Ensino Médio Integrado do IFG são atendidos por professores com um nível alto de formação, como já exposto neste trabalho (Tabela 13, p. 102). São especialistas, mestres e doutores que atuam no ensino básico, técnico e tecnológico, atendendo tanto os estudantes da educação básica e técnica, como os do ensino superior.

Além da formação acadêmica dos profissionais, a formação pedagógica também tem influência direta na atuação dos docentes e nos resultados do ensino e da aprendizagem. Conforme já discutido no perfil dos professores, existe uma certa carência quanto à formação pedagógica, principalmente dentre os que atuam na área técnica. Entretanto, essa realidade não interferiu na percepção dos alunos de que a qualificação dos professores é muito significativa para o êxito esperado.

O que vai acontecer, depende do professor. Conforme os alunos, a primeira qualidade do professor é explicar, sem insultar o aluno, explicar de novo, com palavras novas, até que todos entendam. Na lógica do aluno, se o professor explicar bem, e se o aluno escutar bem, o aluno vai saber. Se o aluno escutou e não sabe é porque o professor não explicou bem. Portanto, é culpa do professor. Na lógica do aluno tem uma coisa extraordinária e profundamente injusta quando ele escutou e apesar de ter escutado tirou uma nota ruim, pois é o professor quem não explicou bem e é o aluno quem tira uma nota ruim (CHARLOT, 2002, p. 29).

Investigações sobre as percepções dos jovens sobre a escola demonstram que eles possuem a visão de que a estrutura física é fundamental para o bom desempenho escolar. Contudo, esta não tem sido a realidade da maioria das escolas públicas brasileiras.

Apesar das reformas educacionais empreendidas pelas políticas educacionais a partir dos anos de 1990, a escola pública ainda está longe de atingir um patamar adequado em relação às suas condições de funcionamento. Muitos depoimentos revelaram o abandono e a falta de investimentos no Ensino Médio público. Muitas falas retratavam as piores condições das suas escolas em relação à rede privada de ensino, especialmente no caso das noturnas e rurais. Diante da experiência cotidiana de

estudar em uma “escola pobre para pobres”, muitos jovens denunciavam as precárias condições em que estudavam e manifestavam sua indignação diante desse quadro. (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, p. 9).

Nessa pesquisa, no tocante à estrutura física e material da instituição, é compreensível a valorização dos discentes com 74% de percentual na alta relevância, pois, mesmo com a vigente redução de recursos financeiros para ampliação, manutenção e conservação do patrimônio, os Institutos Federais ainda são escolas com excelentes padrões estruturais, ainda mais se comparados com as escolas das demais redes públicas.

O IFG Uruaçu conta com uma estrutura física conservada, salas de aula climatizadas, laboratórios com equipamentos e insumos que atendem à demanda, biblioteca com espaço amplo e acervo diversificado e atualizado, refeitório estudantil com serviços de café da manhã e almoço gratuitos para os estudantes do Ensino Médio integrado, dependências administrativas equipadas e com atendimento ininterrupto ao público, carros oficiais para o traslado de servidores e alunos, micro-ônibus para a realização das visitas técnicas e participação de eventos, dentre outros. Apresenta ainda algumas carências como: ausência de quadra coberta para as atividades esportivas, falta de espaço de convivência e descanso adequados para a permanência dos estudantes nos períodos de intervalos das aulas, inexistência de salas de professores individualizadas para planejamento e atendimento individual em orientações e reforços.

Apesar de possuir o refeitório estudantil funcionando em 2017, os alunos não atribuíram valor considerável neste quesito. Pode-se justificar pelo fato de nos dois primeiros anos do curso ele ainda não estar em atividade. Os horários das aulas foram planejados com um intervalo maior para o almoço – 2h45min, visto que, nessa época, havia a necessidade de essa refeição ser realizada em casa.

O tópico “maior autonomia, liberdade estudantil nas ações e dependências da instituição” também foi sinalizado pelos respondentes como fator importante para o alcance do êxito. O funcionamento do IFG encerra um diferencial com relação às outras escolas de Ensino Médio. Por oferecer educação verticalizada²⁹, os alunos possuem livre trânsito nas dependências da instituição, seguindo o padrão universitário. O controle de entrada e saída das aulas e do prédio escolar é totalmente sob a responsabilidade dos estudantes. Além desta

29 A verticalização aqui é utilizada no sentido da oferta de diferentes níveis de ensino, pois “os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de Ensino Médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores” (PACHECO, 2011, p. 24).

questão de acesso, existe o incentivo institucional para a organização colegiada dos estudantes por meio do Grêmio Estudantil e do Fórum de Representantes de Classe. Os alunos ainda participam da gestão por meio da escolha de representantes para participação nas instâncias da instituição, para composição do Concâmpus, do Colegiado das Áreas Acadêmicas e do Conselho Departamental.

Os aspectos a seguir variaram em média, baixa ou nenhuma relevância: a orientação educacional e acompanhamento pedagógico por parte dos Coordenadores e do Apoio Pedagógico ao Discente; participação nas monitorias ofertadas nas disciplinas críticas; estudo em tempo integral (permanecer o dia todo no IFG); a forma como as disciplinas do curso estão distribuídas nas séries ou períodos e o bom relacionamento interpessoal com os colegas da turma

Ainda dentro dos aspectos institucionais, o item que recebeu menor pontuação foi sobre a “disposição das disciplinas nas séries ou períodos”. A partir daí pode-se concluir que, para os estudantes, a organização curricular não é tão relevante para contribuir com sua permanência e êxito. A estrutura de matriz utilizada pelo IFG é única para todos os Câmpus que ofertam cursos equivalentes e foi amplamente discutida pelos docentes e equipe gestora no ano de 2015. Formaram-se grupos de trabalho com o fim de adequar a carga horária das disciplinas do núcleo básico com as do núcleo técnico, revendo ementas, identificando disciplinas afins que pudessem ser ofertadas de forma integrada, dentre outras. Revisaram disciplinas que eram ofertadas nos primeiros anos e, por conta do aprofundamento técnico e/ou teórico, foram realocadas para outras séries, buscando o melhor aproveitamento do aluno.

O olhar dos pais sobre o fator institucional revelou o grau de importância que este aspecto representa para a família. Dos catorze itens elencados, treze receberam maior percentual na alta relevância e, dentre eles, dez itens receberam percentual acima de 60% (Tabela 17).

Da mesma forma que os discentes, os pais conferiram elevada valoração à qualificação dos professores e à estrutura física da instituição. Com relação aos professores, os responsáveis compreenderam que é de fundamental relevância a qualificação e o preparo que possuem para o sucesso dos filhos no curso. Todos os itens que se relacionam com as atividades docentes foram deveras valorizados. Chechia e Andrade (2005, p. 434) também observaram que, quando os pais relatam o bom desempenho escolar dos filhos, relacionam-no como resultado do bom trabalho do professor: “essa noção parece-nos determinada porque os

pais esperam uma avaliação, mesmo que implícita, do professor sobre o desempenho escolar do filho.”

Ratificando esta concepção, os pais respondentes atribuíram mais de 70% de alta relevância nos itens “bom relacionamento interpessoal com os professores e servidores da instituição” e “interesse da escola/professor em atender às dificuldades que o filho apresentou durante o curso”. Desta forma, confirmam observar forte correspondência entre o sucesso escolar e a relação professor-aluno.

Ainda nesse sentido, as atividades de apoio extraclasse ofertadas pela instituição e pelos docentes, como os projetos de ensino, o atendimento individualizado dos professores – plantões, tira-dúvidas e as monitorias nas disciplinas críticas, foram avaliadas pelos pais com pontuações semelhantes. Foram considerados importantes, pois constituem-se estratégias de suporte ao discente em suas dificuldades.

Por conseguinte, os dados revelaram a percepção familiar quanto à importância da orientação educacional e acompanhamento pedagógico recebido pelos filhos durante o curso. Orientação e acompanhamento realizado pelas coordenações de curso e pelos setores administrativos ligados aos discentes. O setor de Apoio Pedagógico ao Discente no IFG é responsável pelo contato direto com os pais, realizando intervenções psicopedagógicas quando necessário. De todos os setores da instituição, este é o que mais se aproxima dos responsáveis pelos estudantes, por meio da divulgação dos resultados acadêmicos e das orientações individuais e familiares.

Dos aspectos institucionais, o único fator em que o percentual de média relevância ultrapassou o de alta relevância foi o referente à maior autonomia, “liberdade” estudantil nas ações e dependências da instituição. Isto pode ser em decorrência de muitos pais não considerarem positivas as situações de livre trânsito dos alunos nas dependências institucionais e a responsabilidade de eles próprios controlarem seus horários de entrada e saída da escola e das aulas. Os pais vislumbram a escola como lugar de segurança, em que todos os passos dos filhos são observados e orientados, conforme os sistemas existentes nas escolas que ofertam educação básica de educação infantil e fundamental.

Além das perguntas fechadas, das quais obtivemos os resultados dantes quantificados e analisados, os pais também foram indagados, por meio de uma questão aberta, sobre o que considerariam de maior relevância para o êxito do filho na instituição. As respostas, registradas a seguir, apontam que o aspecto mais considerado pela família é a qualidade do ensino ofertado no IFG, pois, dentre as quinze, quase a metade traz referência direta e outras

fazem alusão às oportunidades acadêmicas e profissionais vislumbradas por meio da aprendizagem obtida. Veja as respostas dos pais transcritas na íntegra e agrupada por eixo:

Quadro 3 – Respostas dos pais à pergunta aberta sobre o fator que mais contribuiu para a permanência e o êxito

Qualidade do ensino	“Um ensino de ótima qualidade, onde ele terá uma ótima base curricular.” “A dedicação dos professores com os alunos e a boa qualidade de ensino na instituição.” “Estrutura da Instituição, qualificação dos profissionais e a qualidade do ensino.” “Maior autonomia nos estudos e qualidade de ensino do Instituto”. “A preocupação com que os profissionais possuem com a qualidade do ensino.” “A estrutura física e pedagógica, bem como a oportunidade de participação em projeto de pesquisa. A qualidade de modo geral no ensino produzido no IF.” “Qualificação dos professores (preparação das aulas, domínio de conteúdo, dentre outros).”
Preparação para o futuro (prosseguimento nos estudos)	“Uma oportunidade para fomentar seu conhecimento visando o ingresso na universidade.” “Preparação para ingressar em uma Faculdade Federal. Ingressar em uma Faculdade Federal.” “Um futuro melhor!”
Crescimento pessoal e acadêmico	“Amadurecimento e crescimento argumentativo.” “Principalmente no quesito do aprendizado curricular é de suma importância para o crescimento do meu filho em todas as circunstâncias de sua vida. Foi um privilégio estudar nesta Unidade de Ensino ficaremos inteiramente gratos por tudo e por todos. OBRIGADA IFG.”
Esforço pessoal	“A cobrança pessoal para com os seus compromissos institucionais.” “Por ser um curso técnico onde ela sairá voltada para o mercado de trabalho e ou faculdade específica, e por perceber que o instituto é realmente formador pois exige um esforço grande do aluno para conclusão.”

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Já para os docente e técnicos, dentre os catorze itens elencados, o acompanhamento individualizado ao discente foi o que recebeu maior destaque, com 81% na alta relevância, ultrapassando até a qualificação dos professores. O reconhecimento dessa ação como

essencial também foi ressaltado nas considerações abertas da pesquisa, conforme o relato abaixo:

Considero fundamental, para permanência do estudante, o acompanhamento individual daqueles com maiores dificuldades acadêmicas, socioeconômicas e relacionais (conflitos na família), tanto por parte dos professores quanto da equipe de servidores do setor de apoio ao discente. (Docente 9, resposta ao questionário da pesquisa). (DOCENTES DO IFG, 2019, s/p).

Podemos observar que os itens “recebimentos de auxílios financeiros” e “funcionamento do restaurante estudantil” foram considerados pelos professores e técnicos como significativos para que o aluno tenha êxito. Seriam as formas de a instituição contribuir para subsidiar as carências financeiras das famílias quanto à manutenção dos filhos estudando em tempo integral.

A estrutura organizacional dos IFs contém setores de assistência aos estudantes, compostos de servidores com múltiplas qualificações, como: Pedagogos, Psicólogos, Assistentes Sociais. Foram instituídos com o objetivo de estruturar as políticas e programas de apoio pedagógico ao discente no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas, ampliando o atendimento ao aluno. No Capítulo 3, trataremos a descrição mais aprofundada da atuação desses setores quanto à promoção do êxito estudantil.

A estrutura física e qualificação dos professores também ficaram em evidência nas respostas dos professores. Partindo do pressuposto de que o ensino deve ser ministrado com a garantia de um padrão de qualidade, conforme enunciado no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, estabelece-se como compromisso do Estado garantir não só a educação, mas educação de qualidade. Essa caução deve ser efetivada com uma oferta de educação escolar para todos, permeada por padrões de excelência e capaz de atender aos diferentes interesses da maioria da população.

Com relação aos professores, a qualificação do corpo docente e técnico administrativo foi parte do projeto dos Institutos Federais desde o princípio. Em um país onde a profissão de professor não é valorizada, os IFs são exceção. Hoje, mais de 90% dos professores têm mestrado e/ou doutorado, os salários começam entre R\$ 4,2 mil e R\$ 9,1 mil, há oportunidades de plano de carreira e os concursos são sempre muito disputados.

As análises de padrões de qualidade de uma unidade educativa levam em consideração sua infraestrutura. São os suportes de edificações e materiais que auxiliam na efetivação do ensino e da aprendizagem. O artigo “Uma escala para medir a infraestrutura escolar” divulgou resultados da pesquisa que teve como objetivo estabelecer uma escala de

infraestrutura escolar, baseando-se no estudo das informações referentes às escolas obtidas no Censo Escolar da Educação Básica de 2011. Foram estabelecidas quatro categorias: Elementar, Básica, Adequada e Avançada.

Chama a atenção [...] o fato de mais de 44% das escolas da educação básica brasileira ainda apresentarem uma infraestrutura escolar elementar, apenas com água, sanitário, energia, esgoto e cozinha. Trata-se de aspectos *sine qua non* para o funcionamento de um prédio escolar, sem qualquer característica específica relacionada ao processo ensino-aprendizado.

Outro fato que chama a atenção é que somente 0,6% das escolas apresentam uma infraestrutura considerada avançada. Esses resultados demonstram o quanto ainda é preciso avançar para proporcionar aos estudantes um ambiente escolar com infraestrutura adequada aos propósitos de uma educação de qualidade, especialmente pública, o que perpassa pela qualidade da infraestrutura escolar (NETO et al., 2013, p. 89).

Os resultados ainda apontaram que 62,5% das escolas federais estão nas categorias Adequada e Avançada, 51,3% das escolas estaduais estão na categoria Básica, 61,8% das escolas municipais estão na categoria Elementar e 72,3% das escolas privadas estão nas categorias Elementar e Básica (NETO et al., 2013, p. 93).

Como seria possível uma instituição que prepara profissionais para o exercício de atividades técnicas funcionar sem ter a seu dispor ambientes e equipamentos para a aplicabilidade prática dos conhecimentos adquiridos? Nessa perspectiva, as diretrizes dos IFs ressaltam a importância da infraestrutura para o sucesso das atividades acadêmicas:

Qualquer que seja a proposta dentro dessa perspectiva, sem dúvidas, ela vem facilitada pela infraestrutura existente na rede federal. Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos (PACHECO, 2011, p. 25).

Certamente, em termos de infraestrutura e qualificação de servidores, os IFs sobressaem com relação a outras escolas. Todavia, esse investimento iniciado a partir do governo Lula, em 2008, tem sofrido cortes recentemente, principalmente após a aprovação da PEC do Teto dos Gastos Públicos³⁰, em 2016. Várias instituições pelo país estão com

30 Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III -

dificuldade para a manutenção das despesas devido ao contingenciamento. São afetadas não somente ações de custeio de despesas, mas aquisições de insumos, equipamentos e materiais, bem como o aporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão e de assistência aos estudantes.

No caso do Câmpus Uruaçu, ainda existe a necessidade de investimento em construção de ambientes, já planejados, como: ginásio esportivo com quadra coberta, espaço de descanso e convivência dos estudantes durante os intervalos das aulas, auditório com dimensões compatíveis ao atendimento do público e dos eventos, dentre outros. Estas carências estão evidenciadas na contribuição deste docente:

É necessário a instituição aprimorar os espaços de convivência, opções de entretenimento e lazer, assim como incentivar os projetos de ensino e pesquisa, envolver os alunos com a instituição além da sala de aula. (Docente 19, resposta ao questionário da pesquisa). (DOCENTES DO IFG, 2019, s/p).

Os fatores correlatos aos atendimentos extraclasse ofertados pela instituição foram valorizados pelos professores e técnicos com percentuais semelhantes. Ações como participação nos projetos de ensino, nos atendimentos individualizados pelos docentes e nas monitorias das disciplinas atingiram quase 50% na referência alta relevância. Mesmo que estas práticas não atendam todo o público discente, pois geralmente possuem limite de vagas e/ou são direcionadas para um perfil específico, os estudantes que participam demonstram melhoria em seus resultados.

Consideraram significativo para a permanência e êxito o interesse da escola/professor em identificar e atender o estudante em suas dificuldades. Neste caso, no IFG Uruaçu, existe um trabalho coletivo entre docentes, coordenações e equipes administrativas de apoio aos discentes para a realização dos diagnósticos e intervenções. O ponto de partida da identificação das dificuldades são os relatos dos professores. Contudo, eles são escassos ou ocorrem somente em casos mais sobressalentes. A maioria dos encaminhamentos só irá ocorrer após a realização do conselho de classe bimestral, realizado após o fechamento dos resultados avaliativos do bimestre letivo. Por vezes, os efeitos esperados não ocorrem devido às ações tardias.

Os itens relativos ao relacionamento interpessoal entre servidores e colegas, compreendidos como relevâncias alta e média por este segmento, revelam que são fatores

importantes e que devem ser considerados para a garantia do êxito dos estudantes. O regulamento do corpo discente do IFG determina como dever do aluno tratar com respeito seus pares e servidores, podendo ser penalizado por infringir esta norma. Como qualquer penalização de aluno ou servidor só pode ser aplicada mediante processo disciplinar, tendo garantido o direito de ampla defesa. Os casos de conflitos e desrespeito têm-se apresentado reduzidos.

Ainda no âmbito dos aspectos institucionais, o fator que recebeu pontuações mais destoantes dos outros dois segmentos foi o “maior autonomia, ‘liberdade’ estudantil nas ações e dependências da instituição”. Os alunos e pais empreenderam maior valoração a este quesito do que os docentes e técnicos. Segundo o PDI, as práticas acadêmicas do IFG devem ser norteadas pelos seguintes princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais:

[...] integração entre conhecimento geral e conhecimento específico e entre teoria e prática; formação técnica e tecnológica, com desenvolvimento da capacidade investigativa, reflexiva e crítica, devidamente articuladas às questões artístico-culturais que a estes permeiam; formação básica sólida e formação profissional abrangente, capacitando o cidadão jovem e adulto de maneira autônoma na sua relação com as demandas de conhecimentos oriundos, não só de sua área profissional, mas também de sua relação social (BRASIL, 2013c, p. 26).

Ressalta-se a garantia do desenvolvimento da autonomia, por meio da formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível. O pouco destaque dado pelos docentes e técnicos estaria na contramão desses fundamentos?

Além da formação acadêmica, o trabalho educativo dos IFs tem se destacado pelo incentivo ao debate político, econômico e social, pela postura da livre manifestação de opiniões e ideias e pelo fomento ao posicionamento estudantil diante dos fatos sociais. Os próprios documentos institucionais trazem referência à importância das associações dos estudantes no âmbito acadêmico, por intermédio dos grêmios estudantis, dos centros acadêmicos, do fórum de representantes de turmas e da escolha autônoma dos representantes discentes para a composição dos órgãos colegiados de gestão.

O argumento que poderia justificar a compreensão dos professores e técnicos sobre esse tema seria o número recorrente de ocorrências desfavoráveis advindas da autonomia dos estudantes quanto ao acesso às atividades de ensino. O funcionamento dos IFs seguindo o modelo universitário traz algumas consequências aos alunos do Ensino Médio que, por vezes,

ainda não adquiriram o hábito de responsabilizar-se pelos estudos, afetando o comprometimento na assiduidade e participação nas aulas.

Os professores evocam tanto – senão mais – o comportamento dos alunos, suas qualidades morais, quanto seus desempenhos ou suas qualidades intelectuais. [...] Os professores privilegiam, portanto, o comportamento como um todo, o *ethos* detectável no aluno por meio do conjunto de seu comportamento na escola em relação ao domínio de qualidades intelectuais mais "puras" (LAHIRE, 2004, p. 55-59).

Mesmo que exista a compreensão da necessidade do exercício desta “autonomia” para o amadurecimento e aquisição de responsabilidades com a própria vida acadêmica, os professores e técnicos lidam constantemente com as dificuldades desse processo, necessitando empreender ações e intervenções para garantir a efetiva participação do discente nas atividades que lhes são necessárias.

3 A PROMOÇÃO DO ÊXITO NO EMI: ORIENTAÇÕES PARA O ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDANTES

*Concentre-se nos pontos forte,
reconheça as fraquezas,
agarre as oportunidades
e proteja-se contra as ameaças.
SUN TZU*

No capítulo I, buscamos apresentar os principais fatores que poderiam contribuir para o estudante ter fracasso ou sucesso na escola, na visão de grandes estudiosos da educação e da sociedade, bem como da educação Profissional e Tecnológica. No Capítulo II, por intermédio da pesquisa de campo e da análise dos dados levantados, construímos o perfil do aluno do EMI que conclui e a visão deles próprios, de seus pais, professores e servidores técnico-administrativos sobre os fatores individuais, socioculturais, econômicos e institucionais que mais influenciam na sua permanência e êxito.

Entretanto, dentre os objetivos desse estudo, além de estabelecer o perfil dos estudantes exitosos, conhecer os indicadores de permanência e êxito, propomos oferecer caminhos para o acompanhamento de estudantes no EMI com vistas a contribuir para que eles alcancem as finalidades propostas pelo curso e não desistam durante a jornada escolar.

Como apontado por Sun Tzu na epígrafe do capítulo, torna-se importante concentrar-se nas forças e agarrar-se às oportunidades para o enfrentamento dos desafios impostos pelos fatores das diversas ordens e origens.

O presente capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, busca-se expor e discutir algumas políticas e ações já implementadas pela IFG em busca da promoção do êxito de seus estudantes e, na segunda, apresentaremos algumas orientações para o acompanhamento pedagógico de estudantes no Ensino Médio Integrado e o processo de construção, aplicação e análise do Produto Educacional da presente pesquisa, o Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente e do Sistema web TRIUNFO.

3.1 Políticas e ações de promoção do êxito no EMI do IFG

Oliveira, G. e Oliveira, M. (2015) afirmam que, embora as ênfases dos estudos sobre evasão sejam diferentes, há aspectos convergentes, dentre eles destaca-se o tratamento da permanência escolar como direito do estudante. Nesse sentido, merecem estudo mais detalhado os programas e ações que promovem a permanência qualitativa dos estudantes,

particularmente daqueles que contam com condições desfavoráveis à escolarização. Sendo assim, os dados levantados nesse estudo, referentes ao Câmpus Uruaçu do IFG, corroboram a necessidade de pesquisas que subsidiem a criação de estratégias para minimizar as causas e prejuízos da evasão e repetência no EMI.

Nessa perspectiva, o IFG estabeleceu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI/2012 a 2016, algumas ações para estimular a permanência do aluno, a ampliação e diversificação das práticas pedagógicas e de formação profissional e cidadã do discente ao tempo em que se constituem em importantes mecanismos de inserção do aluno na vida acadêmica institucional.

No PDI, estão previstas as seguintes ações:

1. criar a coordenação de apoio pedagógico ao aluno no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas, complementando a estrutura organizacional do ensino dos Câmpus;
2. readequar o regulamento de assistência estudantil dos cursos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA);
3. publicar eletronicamente e manter atualizados os documentos da legislação acadêmica da Instituição aprovados no Conselho Superior;
4. incluir no calendário acadêmico da Instituição período para realização de atividades pedagógicas discentes e docentes relevantes para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, por meio das Pró-Reitorias de Ensino e Pesquisa e Extensão;
5. estruturar política e programa de apoio pedagógico ao discente no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas, ampliando o atendimento ao aluno a partir dos trabalhos desenvolvidos nos projetos e nas experiências acumuladas em cada Câmpus;
6. desenvolver trabalhos, campanhas de prevenção do uso de drogas, DST e educação sexual, trânsito, segurança e saúde do trabalhador, direitos e deveres civis, preservação do meio ambiente e combate à violência nas suas diferentes formas, por meio de projetos e parcerias institucionais, com base em ações já desenvolvidas e articulando calendário de ações regulares nos Câmpus;
7. disponibilizar Manual Acadêmico atualizado aos discentes, com orientações sobre procedimentos acadêmicos e itens mais relevantes da legislação acadêmica, organograma e regimento institucional;
8. adequar, em cada Câmpus, os espaços escolares às necessidades dos estudantes portadores de necessidades especiais;
9. integrar as ações de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE) do MEC, criando os núcleos em todos os Câmpus e indicando formas de preparar e qualificar todos os docentes e servidores técnico-administrativos que irão trabalhar com esse público;
10. criar o programa e implantar a biblioteca virtual do IFG, com a disponibilização de artigos, monografias, teses;
11. construir a casa do estudante, em cada Câmpus, para alunos ingressantes no ensino técnico e superior, maiores de dezoito anos, oriundos de municípios distantes mais de 100 quilômetros da Instituição e que comprovarem necessidade social, conforme critérios estabelecidos pelas Pró-Reitorias e profissionais envolvidos;
12. sistematizar a política de concessão de apoio financeiro ao estudante por meio de programas de assistência estudantil (bolsas de estudo, auxílios financeiros, etc.), de monitoria e de estágio da Instituição, assegurando o desenvolvimento de projetos de acompanhamento e desenvolvimento do desempenho acadêmico do discente bolsista nos estudos e nas atividades propostas, a partir de parâmetros definidos pelas Pró-

Reitorias e profissionais envolvidos, mediante avaliação continuada destes programas e projetos;

13. incluir no catálogo de cursos de capacitação/atualização docente e de técnico-administrativos da Instituição período para a realização de atividades de capacitação para atuar no PROEJA. (BRASIL, 2013c, p. 103-105).

Dentro dessa proposta analisaremos, a seguir, quatro das principais políticas e ações instituídas pelo IFG e pelo Câmpus Uruaçu para a busca do êxito dos estudantes do Ensino Médio Integrado. São elas: a política de Assistência Estudantil, a organização estudantil como espaço de autonomia, o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito e o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico, para o qual reservaremos o item final específico para análise mais aprofundada.

a) A política de Assistência Estudantil

De acordo com o PDI do IFG, o programa de assistência ao estudante tem o objetivo de viabilizar a sua permanência em sala de aula e contribuir para a melhoria do seu desempenho acadêmico. Esse programa refere-se à oferta de apoio material aos estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio de bolsas de demanda social, e o desenvolvimento de ações de apoio social, psicológico, médico e odontológico (BRASIL, 2013c).

A Política de Assistência Estudantil (PAE) se constitui em um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e a execução de programas, projetos e ações que atendam a todos/as os/as estudantes em suas especificidades, com vistas à inclusão social, formação plena do/a cidadão/cidadã e bem-estar biopsicossocial, para um melhor desempenho acadêmico e a inserção do/a estudante no mundo do trabalho.

Os Câmpus do IFG possuem um setor denominado Assistência Estudantil, ligado à Gerência de Pesquisa e Extensão (GEPEX). As principais ações em desenvolvimento estão descritas no quadro 4:

Quadro 4 – Principais ações da Assistência Estudantil do IFG

Programa Alimentação	O Programa Alimentação é direcionado aos/às estudantes dos cursos presenciais a fim de atender às necessidades básicas de alimentação, principalmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, e aos/às estudantes do tempo integral, durante sua permanência no Câmpus, bem como aos/às estudantes que vão diretamente do trabalho para participar das
----------------------	--

Continua

Programa Alimentação	aulas no IFG. Este programa, repassado em forma de auxílio financeiro estudantil ou de acesso ao restaurante estudantil, tem a perspectiva de assegurar a estes/as estudantes condições indispensáveis ao pleno desenvolvimento acadêmico, social e de convivência estudantil.
Programa Transporte	O Programa Transporte é direcionado aos/às estudantes dos cursos presenciais e consiste no repasse de auxílio financeiro mensal aos/às estudantes em vulnerabilidade social para viabilizar o deslocamento da sua residência para o Câmpus e retorno para a sua residência.
Programa Permanência	O programa permanência é a concessão de auxílio financeiro destinado a atender às necessidades sociais básicas aos/às estudantes que apresentem alto ou moderado índice de vulnerabilidade social e que, em função de sua situação socioeconômica, interfira na permanência e manutenção dos/as estudantes do IFG. Este programa, repassado em forma de auxílio financeiro estudantil, visa proporcionar a estes/as estudantes complementação em despesas importantes para a sua permanência no IFG, tais como: alimentação, transporte, vestuário e aquisição de material didático.
Programa Moradia	O Programa Moradia é destinado aos/às estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com matrícula e frequência regular, oriundos/as de outros municípios, estados ou regiões fora da localização do Câmpus, que não residam com a família e nem possuam imóveis na zona urbana, na garantia de manutenção de moradia no município onde se localiza o Câmpus.
Programa de Capacitação Estudantil	O Programa de Capacitação Estudantil (PROCAP Estudantil) tem como objetivo estimular e viabilizar a participação dos alunos regularmente matriculados no IFG em cursos de capacitação de curta duração e em eventos extracurriculares acadêmicos, científicos, técnicos, tecnológicos, estudantis, esportivos, artísticos e culturais, promovidos pelo IFG e por outras instituições no país e no exterior, por meio da concessão de auxílio financeiro para inscrição, passagens aéreas e/ou terrestres, despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.
Programa de Atenção à Saúde	O Programa de Atenção à Saúde é destinado a todos/as os/as estudantes regularmente matriculados no Instituto Federal de Goiás com a finalidade de incentivar a promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, assistência médico-odontológica e nutricional eletiva ou de urgência, visando à prevenção da saúde dos/das estudantes, bem como ações que contemplem orientações quanto à prevenção ao uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, dentre outros. O atendimento médico e odontológico está condicionado à disponibilidade de médicos/as e/ou odontólogos/as nos Câmpus.

Continua

Programa Apoio Psicossocial	O Programa de Apoio Psicossocial (PAPS) é destinado aos/às estudantes regularmente matriculados/as. Este programa é voltado para o acompanhamento psicológico e social dos/as estudantes e, quando necessário, de seus familiares, proporcionando incentivo à melhora do desempenho escolar por meio do atendimento aos/às estudantes por uma equipe multiprofissional.
Seguro Estudantil	O Seguro Estudantil é destinado aos/às estudantes regularmente matriculados/as nos cursos Técnicos de Nível Médio, Superior (licenciaturas e bacharelados), Formação Inicial e Continuada (FIC), Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Mulheres Mil e Programa de Educação à Distância Pro-funcionário, bem como estudantes de outras instituições de ensino, em desenvolvimento de atividades de estágio no IFG

Fonte: Quadro elaborado pela autora baseado nas informações contidas na página digital da Assistência Estudantil do IFG. Acesso em: 16 set. 2018.

No Câmpus Uruaçu, a Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE) está subordinada à GEPEX e é responsável pelo desenvolvimento das políticas de inclusão social, de apoio e assistência ao estudante. Essa coordenação busca promover, facilitar e viabilizar a permanência do discente na instituição. A CAE é uma importante ferramenta no alcance dos objetivos educacionais de todo o Câmpus, uma vez que acompanha e assessora os estudantes que possuem necessidades e/ou carências.

Outra função da CAE está ligada ao estabelecimento de critérios socioeconômicos que facilitem a inserção dos estudantes nas políticas sociais desenvolvidas pelo IFG, por exemplo, os auxílios financeiros. Esses auxílios têm a finalidade principal de permitir a continuidade dos estudos aos contemplados, por se encontrarem em situação de vulnerabilidade.

As principais ações executadas pela Coordenação de Assistência Estudantil do Câmpus Uruaçu são:

1. Realização do processo de seleção dos alunos inscritos no Edital 2014/1 para recebimento dos auxílios na modalidade alimentação, transporte e permanência.
2. Reunião com pais dos estudantes dos Cursos Técnicos Integrados para esclarecimento sobre o recebimento do auxílio-alimentação.
3. Encaminhamento mensal das planilhas para pagamento do auxílio financeiro, nas modalidades, alimentação, transporte e permanência das turmas do Técnico Integrado, PROEJA e Edital 2014/1.
4. Acompanhamento e orientação aos estudantes do Câmpus;

5. Acompanhamento e orientação aos estudantes beneficiados com o auxílio financeiro;
6. Reuniões das Coordenações de Assistência Estudantil na Reitoria com assistentes sociais, psicólogos e pedagogos;
7. Participação na SECITEC com a organização do Encontro de Egressos.
8. Elaboração de pareceres para os auxílios financeiros;
9. Visitas à residência dos alunos beneficiados com os auxílios.
10. Elaboração de relatório anual sobre os auxílios financeiros, na modalidade alimentação, transporte e permanência.

As ações da Assistência Estudantil, principalmente as articuladas com as ações acadêmicas e pedagógicas, podem produzir um resultado mais eficaz para a permanência do estudante. Mesmo que os programas por si próprios já sejam considerados mecanismos para auxiliar o estudante em condições de vulnerabilidade econômica e/ou social a se manter na instituição, o sentido da assistência social precisa ir além da elaboração de planilhas e execução orçamentária. Como afirma Visquetti (2018),

[Existe no IFG] o entendimento comum de que o Serviço Social está na instituição apenas para realizar o repasse de auxílios e verbas estudantis, sem considerar a dimensão político-pedagógica do Serviço Social, bem como a objeção de alguns profissionais quanto à implementação de programas assistenciais de repasse financeiro ao estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade social, étnica, de gênero, com o objetivo de viabilizar sua permanência na Instituição, garantindo o seu direito à educação (p. 130).

O propósito da política é atender à necessidade do estudante vulnerável que ingressou na instituição e que, por questões pré ou pós-existentes, depara-se com o risco de abandonar os estudos. Contudo, pelos relatos dos próprios estudantes e dos servidores, por inúmeras vezes, esse mesmo estudante deixa de ser atendido por questões de ordem burocrática ou falta de efetividade na atuação do profissional responsável para avaliar e praticar a ação social com os fins educativos.

Nessa perspectiva, percebe-se que, no Câmpus Uruaçu do IFG, há o propósito da Assistência Estudantil de acompanhar os estudantes nas ações que lhes são cabíveis. Apesar do número de recursos reduzidos e do número de servidores insuficientes para contemplar todo o atendimento necessário, o setor tem buscado parcerias com a Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente para a ampliação e eficiência no acompanhamento.

b) A organização estudantil como espaço de autonomia e protagonismo juvenil

O Grêmio Estudantil é a instância colegiada que representa os alunos na gestão democrática da escola pública. As instâncias colegiadas se configuram em espaços de representação, importantes para a participação da comunidade escolar e local na gestão escolar democrática. Além do grêmio, o Conselho Escolar, o Conselho de Classe e a APMF são espaços de representação e participação nos processos decisórios da escola.

Poderia ser o Grêmio Estudantil um espaço de discussão e promoção de permanência e êxito dos estudantes na Instituição de Educação Profissional e Tecnológica?

A força do movimento estudantil na história do país e a importância da participação dos alunos nas escolas motivaram a elaboração de algumas leis que garantem a existência do Grêmio Estudantil. Elas definem os direitos de os Grêmios se organizarem. Nesse contexto, ocorre o retorno legal dos Grêmios Estudantis, oficializado em outubro de 1985, com a promulgação da Lei Federal n.º 7.398/85, denominada Lei do Grêmio Livre, que dispõe sobre a organização de entidades estudantis de 1º e 2º graus. A partir daí, inicia-se a reconstrução das entidades estudantis nacionais, estaduais e municipais.

O protagonismo juvenil favorece a transformação social, a compreensão e conscientização da vida e sua inserção real e ativa no mundo. O papel da escola não é somente o de garantir o espaço na sala de aula, mas promover a interação e participação ativa dos estudantes nas instâncias colegiadas e principalmente incentivar a busca democrática de alternativas para enfrentarem e resolverem juntos os problemas.

Como instituição ofertante de Ensino Médio, o Grêmio Estudantil está presente desde a implantação da escola dos Aprendizizes Artífices, em 1950. O PDI do IFG estabelece a reorganização do Grêmio Estudantil, abrigoando os alunos da educação básica, visando ao fortalecimento da organização e participação estudantil, propondo as seguintes ações:

1. institucionalizar e regulamentar o conselho de representantes de turmas nos Câmpus;
2. garantir a participação estudantil nos conselhos deliberativos e consultivos da Instituição;
3. recompor a representação estudantil nos colegiados de áreas acadêmicas dos departamentos. Integrar as entidades estudantis no processo de avaliação qualitativa e quantitativa do desempenho institucional;
4. estruturar ambientes de convivência dos discentes em cada Câmpus do IFG, observando-se a capacidade de atendimento instalada e a disponibilidade ou carência de ambientes próprios em cada município;
5. assegurar ambientes para instalação das entidades estudantis, Grêmio e Centros Acadêmicos em todos os Câmpus. (BRASIL, 2013c, p. 107).

Em uma pesquisa realizada por Almeida e Sousa (2018), sobre os Grêmios Estudantis no IFG, indagou-se sobre as principais atuações do Grêmio na própria instituição, obtendo-se as seguintes respostas:

1. Debates políticos sobre temas relacionados ao sistema educacional;
2. Representação dos alunos junto aos setores da instituição;
3. Organização/Participação em eventos culturais promovidos na instituição;
4. Repasse de informações externas de interesse dos pares.
5. Promoção de eventos culturais para sociedades interna e externa, participação no Encontro de Estudantes durante o Festival de Culturas Negras.
6. Atividade de formação dos alunos, palestras nas áreas dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, debate de temas relacionados à mobilidade urbana, educação e saúde, LGBTTS, realização de carteirinhas estudantis, auxílio social.
7. Mobilização dos alunos para busca de direitos; Promoção de atividades extracurriculares ligadas ao campo político e temas sociais.
8. Projetos, debates, viagem abordando temas transversais demandados pelos estudantes (dança, feminismo, economia, política, etc.).
9. Realização de eventos como festival de sorvete, debates institucionais, conjunturas políticas, movimentos culturais, administração do setor de xerox.
10. Atuação no Projeto Café Solidário.
11. Elaboração de eventos direcionados à comunidade estudantil; discussões a respeito de assuntos de interesse estudantil. (ALMEIDA; SOUZA, 2008, p. 200).

Os resultados encontrados nesse estudo demonstraram que, apesar de existir o interesse institucional para constituição do Grêmio Estudantil nos Câmpus e da garantia da representação estudantil nos órgãos colegiados da Instituição, consolidados por meio do breve texto contido no PDI (2012 – 2016), o IFG ainda precisa avançar para a conquista da implantação e funcionamento integral desta entidade em todos os seus Câmpus, como forma de ampliação do espaço de autonomia e participação de seus estudantes, pois quase metade de seus Câmpus ainda não possui Grêmio Estudantil.

A pesquisa indicou também que a instituição não demonstra ações de controle e interferência nas atividades das entidades já implementadas, fator positivo no sentido de que o protagonismo juvenil, institucionalizado e tutelado pela gestão educacional, tenderia a naturalizar e cristalizar as diferenças sociais e a estimular práticas formativas que nem problematizam nem tencionam as relações sociais dominantes, enraizadas em processos de exploração e alienação humana. Como afirmam Scariot e Linhares (2014), “o caminho da autonomia e da democracia deve ser construído pelos próprios alunos e alunas, e a escola e seu grupo devem dar todo suporte material e teórico para que os alunos implementem o grêmio estudantil, garantindo a liberdade na sua organização” (p. 10).

Em contrapartida, vale ressaltar a importância das atividades exercidas pelos Grêmios em funcionamento no IFG, pelo seu caráter político e pedagógico. Percebe-se que as

ações autônomas e voluntárias dos estudantes vão ao encontro da busca pelo envolvimento nos assuntos de ordem política, econômica e social do mundo atual, bem como da busca de formação e debate sobre temas de interesse da comunidade estudantil. Gonçalves (2017) afirma que os movimentos secundaristas, ao exercerem o caráter político, fazem valer o aspecto pedagógico das suas ações. Ao escrever sobre a Pedagogia das ocupações das escolas pelos estudantes secundaristas, ocorridas no estado de São Paulo em 2015 e no Estado de Goiás em 2016, Gonçalves defende que,

[...] fazendo política, os secundaristas realizaram processos educativos horizontais e participativos. [...] O fazer política (com as próprias mãos, na escola perto de casa) se deve por meio da realização da pedagogia. [...] Para além do movimento político de questionamento e de contraposição, as ocupações das escolas efetivam propostas e projetos pedagógicos em sua forma de realização e organização. A contestação política é também – simultaneamente – proposta pedagógica. (p. 76-77).

Pode-se concluir, então, que o desafio do Instituto Federal de Goiás é oferecer aos estudantes oportunidades de participação ativa em seu processo de autonomia e aprendizagem, possibilitando novas oportunidades de crescimento como pessoas e como cidadãos, partindo do princípio e do compromisso de reafirmar sua identidade de instituição formadora de ideias, conhecimentos e cultura, bem como de sujeitos qualificados tecnicamente como profissionais e cidadãos.

A efetiva organização dos estudantes em agremiações e qualquer outra forma de representação política dentro da instituição e fora dela podem ser mecanismos de contribuir para o seu sucesso escolar. O grêmio é uma das maneiras de o aluno ser ouvido em seus anseios e necessidades. O estudante do EMI poder se agrupar numa entidade estudantil e ter a liberdade de buscar direitos, discutir assuntos de interesses próprios e comuns, acadêmicos ou não, é um exercício de autonomia e liberdade.

Entretanto, essa força raramente é encarada como estratégia para o auxílio à garantia de permanência dos estudantes. Talvez, se a permanência fosse reconhecida pela comunidade escolar como direito, houvesse maior mobilização por parte dos grupos para promovê-la.

As ações do Grêmio poderiam ser mais efetivas quanto ao êxito dos estudantes no exercício da autonomia que possuem em circular por todas as instâncias institucionais, desde as pedagógicas, culturais, gestoras, políticas, ocupacionais, financeiras. Assim, seria possível, por meio de mobilização interna ou externa, empreender lutas pelos direitos dos grupos menos atendidos, por exemplo, dos alunos que apresentam elevados déficits de aprendizagens

de conteúdos fundamentais, buscando parcerias para monitorias, plantões, atendimentos, nivelamentos, adaptações metodológicas, dentre outros.

Ademais, como foram altas, dentre os discentes, as reclamações quanto à extensa matriz curricular, ao excesso de atividades para estudo e avaliações nos bimestres, ocasionando prejuízos para a consecução da conclusão do curso, um grêmio estudantil atuante poderia desenvolver ações de debate entre os docentes e equipe gestora sobre as melhores formas de construção curricular ou desenvolvimento de planos e projetos mais integrados a fim de promover uma reorganização do currículo.

c) Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFG –
Campus Uruaçu

Em 2013, foi publicado o acórdão nº 506/13, que recomendou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) ações para o enfrentamento da evasão na Rede Federal. Assim, em 2015, cada Câmpus do IFG instituiu uma Comissão Local de Permanência e Êxito para elaboração do Plano Estratégico Institucional para Permanência e êxito – no âmbito local – e, a partir do debate entre as unidades de ensino, construir o Plano Estratégico para Permanência e Êxito, no âmbito institucional.

Em conformidade com o descrito na Nota Informativa nº 138/2015 SETEC/MEC, foi estabelecida no IFG uma Comissão Geral, coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino – PROEN e com membros de todas as demais pró-reitorias. Em cada Câmpus, foi criada uma subcomissão responsável por analisar os dados e propor ações por nível e modalidade de cursos. Cada subcomissão foi constituída de forma estratégica de modo a inserir servidores de vários setores, para que fosse possível levantar e analisar o maior número de variáveis.

Tratou-se, portanto, de um plano institucional sistêmico que buscou intensificar as ações afirmativas que possibilitam o acesso, a permanência e o êxito, proporcionando ao estudante uma formação integral, com saberes científicos, humanísticos e tecnológicos, capazes de dar condições de inserção no mundo do trabalho.

As medidas de intervenção propostas tiveram como base o diálogo com os gestores, com os docentes, equipe de apoio pedagógico ao discente e com os discentes. Algumas ações já aconteciam no Câmpus, mas a proposta seria reforçar estas ações e propor outras ações que complementassem e auxiliassem na superação da evasão.

Os principais objetivos do Plano Estratégico Institucional são: realização de diagnóstico das causas de evasão e retenção, proposição de políticas capazes de criar ações

administrativas e pedagógicas, de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo.

No Câmpus Uruaçu, a Comissão Local foi criada com representantes das gestões de ensino, das diferentes modalidades, da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente e dos docentes. Cabe uma crítica à ausência de representação discente na comissão, visto ser o segmento importante na construção do planejamento para as estratégias de combate ao abandono escolar. Outro setor que ficou à margem da comissão foi a Assistência Estudantil, instância criada para dar o suporte social e financeiro ao aluno a fim de buscar a sua permanência. O segmento dos pais também poderia ter representação, visto que pelo menos 30% dos alunos são do Ensino Médio Integrado e, portanto, menores de idade.

A comissão trabalhou no sentido de levantar dados sobre os motivos da evasão no Câmpus, realizando pesquisa com os alunos evadidos dos cursos ofertados e com os gestores, professores e servidores técnico-administrativos atuantes em setores ligados aos discentes. As causas evidenciadas na pesquisa foram levadas para discussão do colegiado das áreas acadêmicas e apontadas estratégias de intervenção e monitoramento para superação da evasão e retenção.

Foram levantadas medidas de intervenção, relacionadas aos fatores individuais, externos e institucionais, com prazos e datas para realização e finalização, bem como a indicação de equipes de monitoramento e avaliação. Dentre as principais medidas, as registradas abaixo receberam destaque:

- Fomentar a participação dos alunos nas monitorias oferecidas.
- Ampliar a divulgação dos cursos com informações do perfil do egresso e disciplinas cursadas.
- Ampliar a oferta de projetos de nivelamento para as turmas ingressantes.
- Promover capacitação docente.
- Promover a divulgação do IFG/Câmpus Uruaçu junto às empresas da região, buscando informar e conscientizar quanto às possibilidades de qualificação e capacitação dos empregados.
- Realizar reuniões com alunos e pais para orientações quanto ao horário de atendimento, às monitorias e aos projetos de ensino.
- Ampliar a oferta de projetos de nivelamento para as turmas ingressantes.
- Promover momentos de orientação aos alunos de organização do tempo para estudo.

- Promover divulgação da instituição nas prefeituras das cidades do entorno, buscando incentivar o transporte dos alunos.
- Reuniões com alunos para orientações quanto ao horário de atendimento dos professores e às monitorias específicas para a modalidade.
- Ampliar a oferta de projetos de nivelamento para as turmas ingressantes.
- Promover momentos de orientação aos alunos de organização do tempo para estudo.

O Plano Estratégico Local de Uruaçu compôs o Plano Institucional de Permanência e Êxito do IFG, desenvolvido em 2017, contendo as ações de todos os 14 Câmpus.

Ressalta-se que a Comissão Local de permanência e êxito do Câmpus Uruaçu foi instituída no ano de 2015, com caráter provisório, tendo trabalhado durante o ano de 2016 para a elaboração do plano local. No ano de 2017, ainda ocorreram reuniões da referida comissão para a consolidação do plano local e participação dos momentos de capacitação e construção do plano geral. No ano de 2018, não houve a constituição da comissão permanente, bem como não ocorreu a retomada das ações previstas no planejamento local, conforme previsto nos itens de avaliação e monitoramento.

Esse fato pode levar a uma conclusão de que tanto a Comissão quanto o documento foram criados para atender à exigência legal do TCU, em que cada instituição deveria apresentar suas estratégias de combate à evasão e repetência e empreender esforços para a garantia da permanência dos estudantes. Entretanto, segundo a Direção Geral, os trabalhos no Câmpus ainda não foram retomados, pois destituíram-se as comissões provisórias e não houve a constituição das permanentes para a continuidade das ações.

3.2 Acompanhamento pedagógico no EMI: reflexões e orientações

A preocupação com a permanência do aluno no processo de evolução da aprendizagem aparece no texto da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei 9.394/96, no seu título II, art. 3º. A LDB traz como princípio a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, explicitando que isto é um direito do cidadão garantido pelo poder público. Reforça a ideia o Artigo 12, inciso V, quando estabelece que “os locais de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de [...] prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”.

Em linhas gerais, o acompanhamento pedagógico pode ser concebido como uma estratégia de intervenção para auxiliar estudantes com demandas específicas no âmbito da aprendizagem, mediante um planejamento individualizado que desenha um plano de ação pedagógica, com o objetivo de identificar as rotas de aprendizagem de cada sujeito e, conseqüentemente, intervir para que os avanços aconteçam. Para isso, podem ser propostas atividades específicas para cada demanda, planejamento de rotinas, estratégias de estudo, visitas domiciliares, reunião com os familiares, além de auxílio pedagógico em adaptações curriculares, caso seja necessário.

No campo da Educação Profissional, para Dore (2013), a instituição escolar precisa compreender, orientar e acompanhar o jovem no importante momento em que realiza a sua primeira escolha no campo da formação profissional. Além disso, o acompanhamento pode levar à significativa redução das taxas de abandono e/ou outros tipos de fracasso escolar, “por isso a importância de conhecer o movimento dos estudantes durante a formação escolar para identificar quando eles se encontram em ‘situação de risco’: prestes a abandonar o curso” (DORE, 2013, p. 19). Quando for possível identificar um estudante em fator de risco para a evasão ou reprovação, é possível executar ações de acompanhamento e assim diminuir esse risco (DORE; LÜSCHER, 2011).

A ação de acompanhamento pedagógico em alguns Câmpus da Rede Federal funciona nos moldes da orientação educacional. Segundo Pascoal, Honorato e Albuquerque (2008), a visão contemporânea de orientação educacional aponta para o aluno como centro da ação pedagógica, cabendo ao orientador atender aos estudantes em suas solicitações e expectativas, não restringindo a sua atenção apenas aos discentes que possuem problemas disciplinares ou dificuldades de aprendizagem.

Nessa perspectiva, no documento orientador para a superação da evasão e da retenção na Rede Federal, criado pelo MEC em 2014, como diretriz para as instituições criarem seus instrumentos de combate ao fracasso escolar, traduzidos principalmente em evasão e repetência, nos seus 190 itens de sugestões para a superação, em 22 deles desponta o acompanhamento do aluno. O quadro 5 apresenta os itens contidos nesse documento e que se referem ao diagnóstico e acompanhamento dos estudantes.

Quadro 5 – Ações de intervenção para superação da evasão e retenção – itens relacionados ao acompanhamento de estudantes

Nº da ação	Ação
2	Acompanhar os casos de problemas de saúde dos estudantes.
3	Acompanhar os estudantes com problemas recorrentes de assiduidade ou pontualidade.
10	Ampliar a equipe multidisciplinar para assegurar o atendimento em todos os turnos e melhorar o acompanhamento dos estudantes com baixa frequência e alto índice de reprovação.
11	Ampliar a participação dos estudantes nos conselhos de classe e órgãos colegiados dos cursos e da instituição.
12	Ampliar o acompanhamento, os atendimentos e as orientações psicopedagógicas e sociais aos estudantes.
28	Auxiliar a família para estimular os estudos.
29	Buscar parcerias com o município no sentido de transportar os estudantes residentes em outros municípios ou distritos.
32	Capacitar a equipe pedagógica e os docentes para o trabalho com estudantes com deficiência física e com dificuldades educacionais especiais.
36	Criar dispositivos para evitar o ingresso de estudantes com Ensino Médio completo em cursos integrados ou concomitantes.
37	Criar e implantar uma agenda de estudos individual para estudantes.
	Desenvolver instrumentos de avaliação e diagnóstico que subsidiem as ações e programas que contribuem com a redução da evasão e retenção.
55	Diagnosticar as causas e os motivos do desinteresse e desmotivação do estudante.
72	Estruturar as coordenações de curso para atender e acompanhar os estudantes.
81	Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito.
122	Monitorar o desempenho dos estudantes e turmas por meio da frequência e do desempenho acadêmico.
132	Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo.
133	Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes.
135	Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola.
150	Realizar conselhos de classe periodicamente.
151	Realizar diagnóstico para identificar possíveis dificuldades dos estudantes no início dos componentes curriculares e propor as ações de intervenção pedagógica/andragógica pertinentes.
152	Realizar diagnóstico para identificar possíveis problemas pessoais e familiares e dar os devidos encaminhamentos (biopsicossocial e pedagógico).
153	Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do aluno pelo curso.
189	Verificar com o estudante e a família as razões da mudança de interesse em relação ao curso.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Documento Orientador para a superação da evasão e da retenção na Rede Federal, criado pelo MEC em 2014.

A partir de 2008, principalmente depois da ampliação de acesso às camadas populares e grupos minoritários, por meio das ações afirmativas, e do aumento considerável dos índices de evasão e repetência, a rede federal instituiu em seu quadro de servidores técnico-administrativos o cargo de Pedagogo, com habilitação específica em orientação educacional. Esse profissional atua junto aos setores de ensino e, geralmente, é responsável pelas questões pedagógicas.

Já o IFG transcendeu esta ação criando em seu organograma uma coordenação específica para orientação e acompanhamento do estudante, a Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, cujas principais atribuições e ações concernentes ao trabalho direto com o estudante do Ensino Médio Integrado detalharemos a seguir.

3.2.1 A Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente e as intervenções psicopedagógicas

A criação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente no IFG, no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas, ocorreu em meados do ano de 2010, durante a fase de reorganização da estrutura organizacional do ensino da instituição. Este setor é subordinado à Chefia de Departamento, responsável pelo acompanhamento e apoio ao discente, orientação e atendimento às solicitações de responsabilidade do Departamento, visando à melhoria do seu desempenho acadêmico e estudantil.

São atribuições da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, dentre outras: a realização de acompanhamento pedagógico e psicológico das turmas e alunos; atendimento aos pais ou responsáveis, condução do processo de escolha dos representantes de turma, divulgação das informações de interesse dos discentes, recebimento, distribuição e recolhimento dos Livros Didáticos, organização e participação nas reuniões de pais e professores.

No Câmpus Uruaçu, especificamente, esse setor passou por um processo de estruturação, desde sua implantação em 2010, principalmente no que se refere à constituição de equipe de trabalho. Em 2010, o setor contava com apenas uma servidora Técnica em Assuntos Educacionais, sendo que o serviço de psicologia estava ligado ao Setor de Assistência Estudantil. A partir de 2012, houve a ampliação da equipe com a lotação da psicóloga e a contratação de um Pedagogo – Orientador Educacional. Hoje, o setor conta com uma Técnica em Assuntos Educacionais, uma Pedagoga Orientadora Educacional, uma Psicóloga, um Assistente de aluno e um Intérprete de Libras.

Abaixo as principais ações desenvolvidas relacionadas aos objetivos institucionais:

Quadro 6 – Principais ações da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente do IFG

Objetivo	Ações
Integração do discente ao ambiente acadêmico e institucional.	1. Participação no planejamento e execução da semana de recepção dos alunos ingressantes dos Cursos Técnicos (CALOURADA), com a preparação e entrega de quites para os alunos (pastas contendo bloco de anotações, caneta, regulamento do curso, regulamento discente, calendário letivo, matriz do curso e horário de aulas). 2. Orientação aos alunos quanto aos serviços oferecidos pela Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente e outros departamentos, bem como os demais procedimentos acadêmicos; 3. Prestação de esclarecimentos quanto aos Regulamentos vigentes e recursos didático-pedagógicos disponíveis, por meio de atendimentos individuais, informes nos murais, comunicados no site e em salas de aula, dentre outros.
Acompanhamento psicopedagógico aos estudantes com baixo rendimento e/ou problemas socioeconômicos ou emocionais.	1. Realização de atendimentos pedagógicos e psicológicos a alunos com baixo rendimento acadêmico, faltas excessivas e/ou problemas comportamentais, identificados pela análise de resultados, indicação dos professores e apontamento nas reuniões de Conselho de Classe. O setor registra uma média de 200 atendimentos psicopedagógicos individualizados, por ano, incluindo alunos, pais e professores. 2. Encaminhamento de alunos com necessidades identificadas para os profissionais especializados (Médico, Dentista, Assistente Social, Psicólogo, Fonoaudiólogo, dentre outros). 3. Orientação educacional quanto ao melhor aproveitamento dos estudos e do tempo, por meio da construção de agenda individualizada de estudos. 4. Apoio e orientação aos discentes nos ambientes educativos e áreas de lazer, por meio da ação do Assistente de Alunos. 5. Interpretação em Linguagem Brasileira de Sinais, das aulas e demais atividades acadêmicas, para aluna surda. 6. Organização de palestras relacionadas à violência, drogas e diversas formas de discriminação, direcionadas aos discentes dos Cursos Técnicos Integrados.
Obtenção e análise dos dados referentes ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes.	1. Levantamento, análise e divulgação dos rendimentos acadêmicos a cada bimestre letivo, por meio da elaboração de tabelas e gráficos demonstrativos do baixo desempenho do aluno nas disciplinas do curso (Elaboração de instrumento de registro destes dados). 2. Participação no Conselho de Classe bimestral para análise do rendimento dos alunos e os devidos encaminhamentos.

Continua

Objetivo	Ações
Fortalecimento da participação estudantil nas instâncias da instituição, bem como na gestão pedagógica do ensino.	1. Condução da escolha dos Representantes de Turma em todos os cursos a cada novo semestre, bem como dos discentes que compõem o Colegiado Acadêmico e Conselho Departamental. 2. Realização de reuniões, com os representantes de turmas para apontamentos dos pontos positivos no processo de ensino-aprendizagem, bem como dos aspectos a serem melhorados.
Formação continuada e em serviço aos docentes e equipe pedagógica, quanto às práticas didático-pedagógicas, educação especial.	1. Orientação aos docentes quanto aos aspectos relacionados à prática pedagógica, como: metodologias adequadas, critérios de avaliação, relação professor-aluno, dentre outros. 2. Mediação de conflitos nas relações professor-aluno, por meio de atendimentos individuais, reflexões coletivas com a participação da turma, com ou sem a presença do professor. 3. Organização de formação continuada aos docentes com palestra relacionada ao trabalho pedagógico com aluno com deficiências, transtornos de desenvolvimentos, déficits de aprendizagem. 4. Preparo de material impresso e realização de reuniões para orientações aos docentes sobre o trabalho com aluno com transtornos ou distúrbios emocionais e/ou comportamentais.
Estreitamento das relações família-escola e engajamento familiar na gestão do ensino e atividades educativas dos discentes.	1. Atendimento a pais ou responsáveis, quando solicitados ou quando procuram a Instituição por iniciativa própria, para orientação pedagógica e/ou psicológica. 2. Planejamento e execução de reuniões de pais ou responsáveis para informar os resultados bimestrais e/ou tratar de assuntos relacionados ao desempenho dos alunos ou turmas específicas. 3. Promoção de debates e palestras instrucionais, durante a reunião de pais, abordando temas relacionados às características dos adolescentes e assuntos demandados no decorrer das atividades letivas. 4. Encaminhamento de famílias para atendimento psicológico ou de assistência social, externos à instituição, quando identificadas as necessidades.

Fonte: Registros do setor CAPD Câmpus Uruaçu 2017-2018.

A Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, criada institucionalmente para atender às demandas dos discentes que ingressam na Educação Profissional Integrada no IFG e nos demais níveis e modalidades de ensino, constitui-se em um importante mecanismo de inserção do aluno na vida acadêmica institucional, na realização de ações de intervenção, apoio e mediação, entre docentes, discentes e família, a fim de desenvolver o sentimento de

pertencimento institucional, o gosto pelo estudo e contribuir para a decisão de permanência e conclusão exitosa no curso.

Ainda que a redução dos elevados índices de evasão seja um desafio, os dados demonstram uma redução considerável nos números de repetência ao longo dos anos, contrariando uma cultura enraizada de justificativa de qualidade por meio da retenção. Vários fatores são determinantes para a obtenção deste avanço, dentre os quais as intervenções realizadas pelos profissionais da equipe multiprofissional, tanto de cunho pedagógico quanto psicológico, constituem-se fortes contribuintes, o que se pode comprovar por meio dos relatos dos discentes, responsáveis e servidores.

Assim, podemos compreender que as ações de acompanhamento psicopedagógico institucional, realizadas pela Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, constituem parte do empenhamento de esforços para a garantia dos direitos dos estudantes de serem assistidos em suas dificuldades, no intuito de amenizar os fatores que possam determinar seu fracasso ou abandono no curso e, ainda, como mecanismo para o combate à evasão e garantia da permanência e êxito dos alunos.

3.2.2 O Sistema TRIUNFO e o Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento ao Discente

Como vimos no item anterior, o acompanhamento dos estudantes no Ensino Médio configura-se como forte mecanismo para a promoção do sucesso escolar. O EMI à Educação Profissional, com suas especificidades, exige um esforço a mais tanto dos estudantes quanto dos pais e profissionais da educação, para que a permanência exitosa seja realidade.

As ações de acompanhamento discente, empreendidas principalmente pelas equipes de apoio pedagógico e assistência estudantil do IFG, na maioria das vezes ficam restritas aos encaminhamentos feitos pelos docentes ou após as reuniões dos conselhos de classe. Desta forma, grande parte das intervenções são tardias e os resultados ficam prejudicados. Com a intenção de antecipar informações sobre os discentes de seu contexto econômico, familiar, escolar, psicossocial, bem como de seu desenvolvimento na instituição, propôs-se a construção do Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente.

De posse do perfil dos discentes concluintes de 2017 e dos indicadores que se mostraram mais fortes para os segmentos da comunidade pesquisada, partimos para a investigação nas turmas ingressantes em 2018 dos aspectos que poderiam subsidiar as equipes

pedagógicas e docentes para o conhecimento prévio dos discentes e obtenção de informação para criação de intervenções de acompanhamento e orientação educacional.

O sistema web TRIUNFO³¹ é o produto educacional desse estudo. A equipe responsável por sua elaboração e desenvolvimento foi composta pela pesquisadora, por membros da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente do IFG Câmpus Uruaçu, bem como um docente e um acadêmico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do mesmo Câmpus.

Foram construídos e aplicados dois Formulários Pedagógicos Eletrônicos de Diagnóstico e Acompanhamento Discente aos estudantes ingressantes no ano letivo de 2018. Os dois formulários foram desenvolvidos e visualizados por meio de um sistema web – denominado por nós de TRIUNFO –, o qual também expõe os dados estatísticos dos resultados obtidos e permite ao usuário criar novos formulários de pesquisa.

O acesso ao formulário ocorre no domínio www.apoiopedagogicouru.com.

A construção das questões contidas nos Formulários partiu dos resultados obtidos no levantamento de dados realizado com os alunos concluintes do Ensino Médio Integrado de 2017, seus pais, professores e técnicos sobre os aspectos mais relevantes para a permanência e o êxito no curso investido no IFG. As turmas escolhidas para a aplicação dos Formulários foram as dos estudantes do Ensino Médio Integrado ingressantes de 2018, dos três cursos ofertados na instituição em estudo (Informática, Edificações e Química). Tal escolha justificase pelo fato de os primeiros anos constituírem-se das turmas que necessitam de ações de acompanhamento mais efetivas, visto que são as que apresentam significativos índices de repetência e abandono.

a) 1ª fase – o diagnóstico

O primeiro formulário foi de diagnóstico, elaborado visando conhecer o estudante ingressante em seus aspectos familiares, socioeconômicos, escolares, psicológicos e de saúde. Utilizamos a plataforma *Google Forms* para a elaboração. Procuramos lançar mão de recursos visuais e diversificar o formato das perguntas.

31 O termo TRIUNFO foi escolhido por ser sinônimo de êxito, sucesso, que é o tema do estudo em questão.

Figura 7 – Imagens ilustrativas do Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente – 1ª fase

Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente

Caro(a) aluno(a),
Este formulário busca informações importantes para o seu desenvolvimento acadêmico no IF CÂmpus Uruaçu.
A partir dos dados apresentados por você, neste questionário, os professores, coordenadores e equipe pedagógica poderão realizar ações com o objetivo de garantir a sua permanência e sucesso no curso de sua escolha nesta instituição.
Assim, contamos com a sua colaboração em responder as questões com muita atenção e fidelidade!
São apenas três seções de perguntas bem objetivas!
Desde já agradecemos!
Marcilene Dias Bruno de Almeida - Mestranda do PPGEEB Cepae/UFG
Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente - IFG CÂmpus Uruaçu

Vamos começar...



... e para finalizar!



22 - Você possui alguma deficiência? *

☐ Não

☐ Deficiência Visual

☐ Deficiência física

☐ Deficiência auditiva

Vamos continuar... falta pouco!



14 - Marque o tipo de escola que você estudou em cada fase de ensino: *

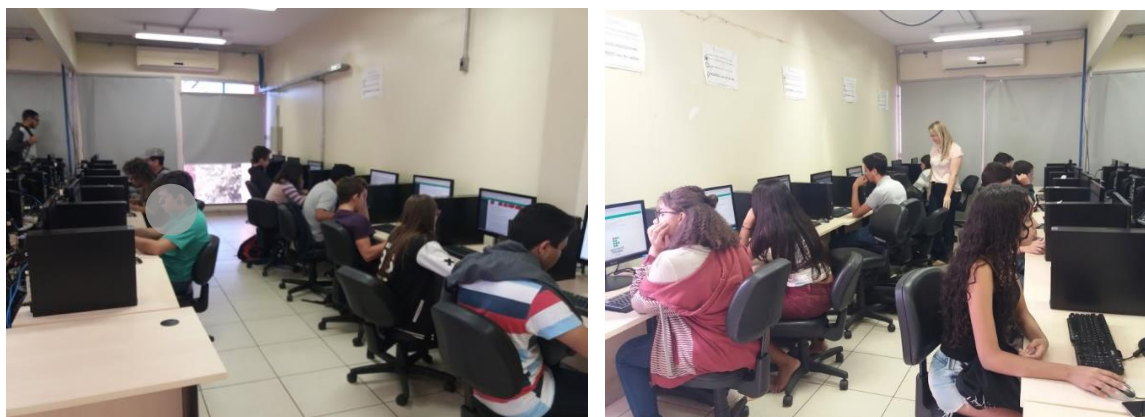
	Escola Particular	Escola Pública M...	Escola Pública E...	Escola da Zona R...	Não se aplica
Educação Infantil...	☐	☐	☐	☐	☐
1ª Fase do Ensin...	☐	☐	☐	☐	☐
2ª Fase do Ensin...	☐	☐	☐	☐	☐

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

O formulário foi construído em três seções, onde o estudante deveria preencher com respostas curtas ou escolher assertivas dentre múltiplas escolhas. A primeira seção constou de perguntas referentes ao contexto familiar, financeiro, habitacional, de traslado, moradia, dentre outras. A segunda referiu-se às questões educacionais anteriores à entrada no IFG, como escolas em que cursou as fases escolares iniciais, o processo de aquisição da leitura e da escrita, as disciplinas em que encontrou mais dificuldades, além de outras. A última seção investigou as questões psicológicas e de saúde mais importantes no desenvolvimento escolar, como deficiências, transtornos, déficits ou uso de medicamentos contínuos.

No final do mês de março de 2018, o formulário foi aplicado aos estudantes das três turmas dos primeiros anos dos cursos do EMI em Informática, Edificações e Química. As turmas foram levadas para o Laboratório de Informática do Câmpus e orientadas pela pesquisadora e acadêmico do Curso Tecnologia em ADS, responsável pelo desenvolvimento do sistema web.

Figura 8 – Fotos da aplicação do Formulário às turmas dos primeiros anos

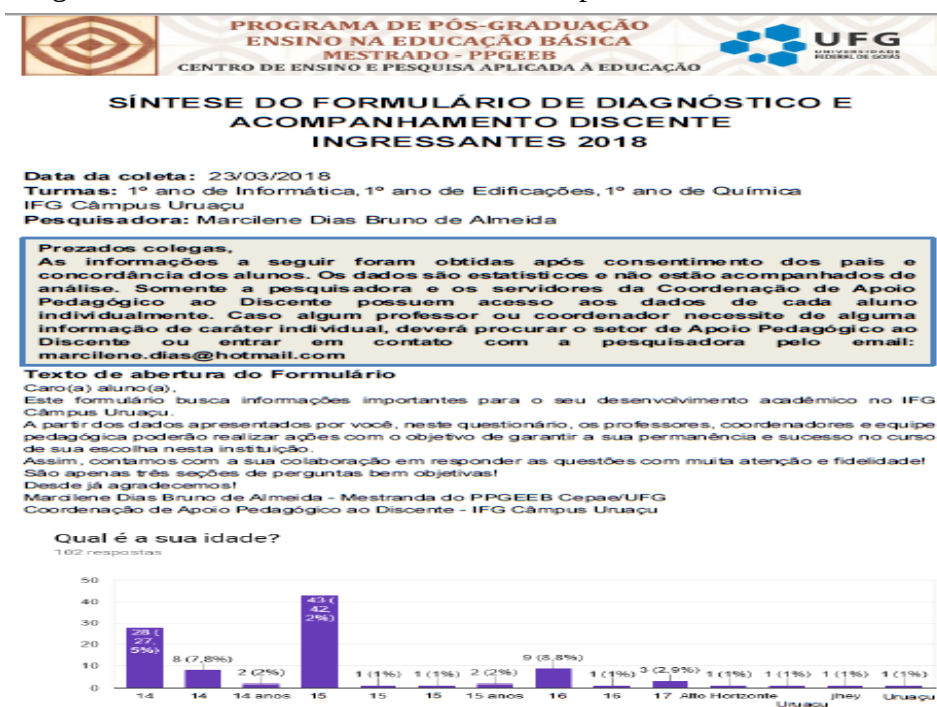


Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

A proposta consistia em obter os dados dos discentes, tratar esses dados, disponibilizá-los aos segmentos da comunidade acadêmica que realizam o acompanhamento dos estudantes, analisar e discutir durante as reuniões de Conselho de Classe.

Assim, as informações obtidas no formulário foram sistematizadas por meio de dados estatísticos e sínteses. A apresentação aos docentes, coordenações de curso e/ou pedagógica, equipes de assistência aos estudantes, ocorreu inicialmente por meio de instrumento eletrônico de comunicação (e-mail), dias antes da reunião de Conselho de Classe.

Figura 9 – Síntese encaminhada via e-mail para os docentes



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Posteriormente, durante a reunião do Conselho de Classe, as informações foram expostas oralmente pela pesquisadora e colocadas para debate junto ao colegiado.

Figura 10 – Foto da apresentação da síntese dos dados na Reunião do Conselho de Classe pela pesquisadora



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

b) A implantação do sistema web

A proposta inicial foi a de construir todas as etapas do formulário utilizando a ferramenta *Google Forms*. Entretanto, após essa fase, percebeu-se que esse aplicativo não atendia por completo aos objetivos do produto educacional, apresentando impossibilidade de busca e visualização dos dados individuais fornecidos pelos discentes. Assim, buscou-se o desenvolvimento do sistema web – TRIUNFO – para a aplicação, organização e emissão de relatórios referentes aos questionários aplicados na pesquisa.

Para tornar o sistema acessível na web, a pesquisadora, com o auxílio da equipe de tecnologia, realizou a compra de um endereço de domínio, o nominou como www.apoiopedagogicouru.com, e também adquiriu um serviço de hospedagem que permitisse o armazenamento de todos os arquivos do sistema e desse suporte às tecnologias utilizadas para desenvolvê-lo. Em seguida, foi realizada a configuração de redirecionamento para que, sempre que um usuário digitasse o endereço do site, fosse migrado para os arquivos armazenados no servidor de hospedagem na nuvem.

O desenvolvimento do sistema web TRIUNFO teve início com a definição dos seus requisitos básicos, os quais foram: suportar um novo questionário; emitir as respostas por

aluno; apresentar as respostas por turmas; mostrar gráficos das respostas; incorporar as respostas do primeiro formulário. Por se tratar de um sistema web, a linguagem de programação escolhida foi o PHP, que “é uma linguagem de script open source de uso geral, muito utilizada, e especialmente adequada para o desenvolvimento web e que pode ser embutida dentro do HTML” (PHP, 2018, on-line, s/p). Essa linguagem possui algumas vantagens para a programação web, pois é de fácil aprendizagem, robusta para servir requisições *http*, é de código aberto e multiplataforma, ou seja, roda em diversos sistemas operacionais e compatível com diversos bancos de dados.

A interface de usuário foi desenvolvida inteiramente com o template AdminLTE, que é gratuito e recebe suporte pela equipe de desenvolvedores responsáveis pelo projeto. Esse template também possui bastantes elementos gráficos para relatórios, modelos de formulários, assim como botões e imagem de ícones predefinidos com uma aparência agradável. Para armazenamento das informações coletadas pelo sistema, foi escolhido o MySQL, uma plataforma de base de dados gratuita e sustentada pela empresa Oracle.

Os sistemas operacionais utilizados foram o Linux Fedora 28 e o Microsoft Windows 10. As ferramentas foram Laravel, MySQL Workbench, PhpStorm e Git. O Laravel possui outras ferramentas embutidas que ajudam na codificação de medidas de segurança e criptografias de senhas dos usuários, entrega dinamismo para a conexão com bancos de dados, em que a aplicação consegue converter os textos de busca e persistências de uma forma facilitada, trabalha com rotas que simplificam a forma como a aplicação é conduzida e trabalha em cima do padrão *Model, View, Control* (MVC).

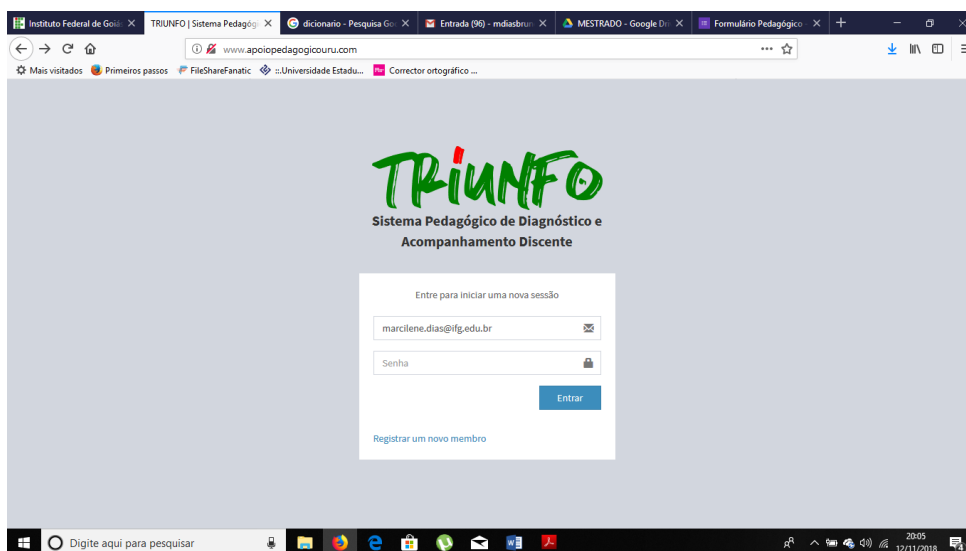
O MySQL Workbench é uma ferramenta gráfica para desenvolvimento de banco de dados MySQL. Com ela foi possível realizar o planejamento de como o banco iria se comportar e quais tabelas seriam necessárias para atender ao sistema TRIUNFO. Para implementação do código-fonte da aplicação, foi usada a ferramenta PhpStorm da empresa JetBrains. O PhpStorm é uma ferramenta específica para desenvolvimento de programas feitos na linguagem PHP e possui muitos plugins para adequar o padrão Laravel ao código-fonte. Ela também integra o Git para auxiliar no controle de versões de forma simplificada.

O Git é uma plataforma que ajuda no controle de versões de programas que estão passando por implementação e melhorias. Essa plataforma possibilita ao programador identificar erros de codificação que necessitam ser corrigidos, pois podem prejudicar o projeto em determinada etapa.

A implementação do sistema TRIUNFO foi acompanhada de testes de usabilidade e estabilidade que eram validados pela equipe de desenvolvimento e pela coordenação do

projeto. Diversas mudanças foram feitas ao longo do ciclo de desenvolvimento até chegar ao nível desejado tanto na interface de usuário, quanto no funcionamento interno do sistema.

Figura 11 – Página de abertura do Sistema TRIUNFO



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Após todas as validações no ambiente de desenvolvimento, a aplicação passou para o próximo estágio, que seria a de implantação para a produção. Neste momento, foi necessário escolher o ambiente on-line que suportaria a execução do sistema TRIUNFO. Testes finais foram feitos para verificar se o sistema estava funcionando corretamente no ambiente on-line e se liberado para produção. O sistema passou por vários testes e foi finalizada uma primeira versão. Novas funções e formas de interação com o usuário foram implementadas para uma segunda versão do sistema TRIUNFO, que estão em funcionamento.

c) 2ª fase: o acompanhamento discente

Desenvolvido o sistema, a fase do acompanhamento discente pôde ser construída diretamente na página web. Nesta etapa, as perguntas foram elaboradas buscando investigar o desenvolvimento do estudante na instituição, sua adaptação, suas expectativas, suas opiniões com relação à turma, à participação familiar e ao lugar institucional no desempenho alcançado até o momento.

Figura 12 – Imagens ilustrativas do Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente – 2ª fase

Caro(a) aluno(a),
 Este formulário busca informações importantes para o seu desenvolvimento acadêmico no IFG Câmpus Uruaçu.
 A partir dos dados apresentados por você, neste questionário, os professores, coordenadores e equipe pedagógica poderão realizar ações com o objetivo de garantir a sua permanência e sucesso no curso de sua escolha nesta instituição.

Assim, contamos com a sua
 Desde já agradecemos!
 Marcilene Dias Bruno de Aln
 Coordenação de Apoio Peda

AUTO-AVALIAÇÃO

☐ **Normalmente. Participei somente dos atendimentos das disciplinas que precisei.**
☐ **Esporadicamente. Participei de poucos atendimentos.**
☐ **Nunca. Não participei de nenhum atendimento.**

10 - Você consegue fazer perguntas para os professores durante o período de aula, quando surgem dúvidas?
☐ **Sempre. Tiro todas as dúvidas durante a aula.**
☐ **Frequentemente. Tento tirar minhas dúvidas durante as aulas.**
☐ **Normalmente. Pergunto somente para os professores que tenho mais liberdade.**
☐ **Esporadicamente. Quase não faço perguntas durante as aulas.**
☐ **Nunca. Não pergunto nada durante as aulas.**

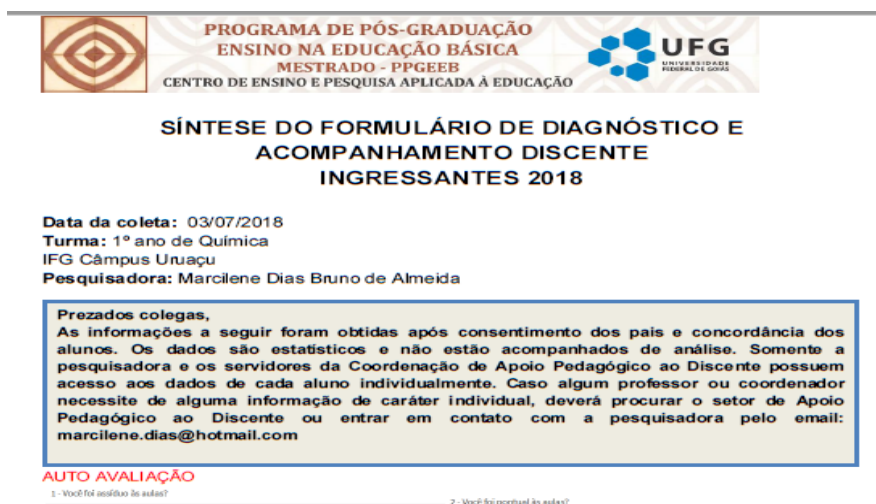
11 - Além do período que você permanece no IFG, você tem estudado em casa?
☐ **Sempre. Estudo todos os dias em casa.**
☐ **Frequentemente. Estudo alguns dias em casa.**
☐ **Normalmente. Estudo somente próximo às avaliações.**

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

As questões seguiram o padrão de escala tipo Likert, com alternativas de variação de grandezas, com itens relacionados a quatro aspectos: autoavaliação, com relação à sua turma, com relação à sua família e com relação ao IFG. Seguindo o mesmo formato de aplicação e análise da primeira fase, no período próximo ao fechamento do segundo bimestre letivo, os alunos foram convidados ao laboratório do Câmpus para responder ao formulário.

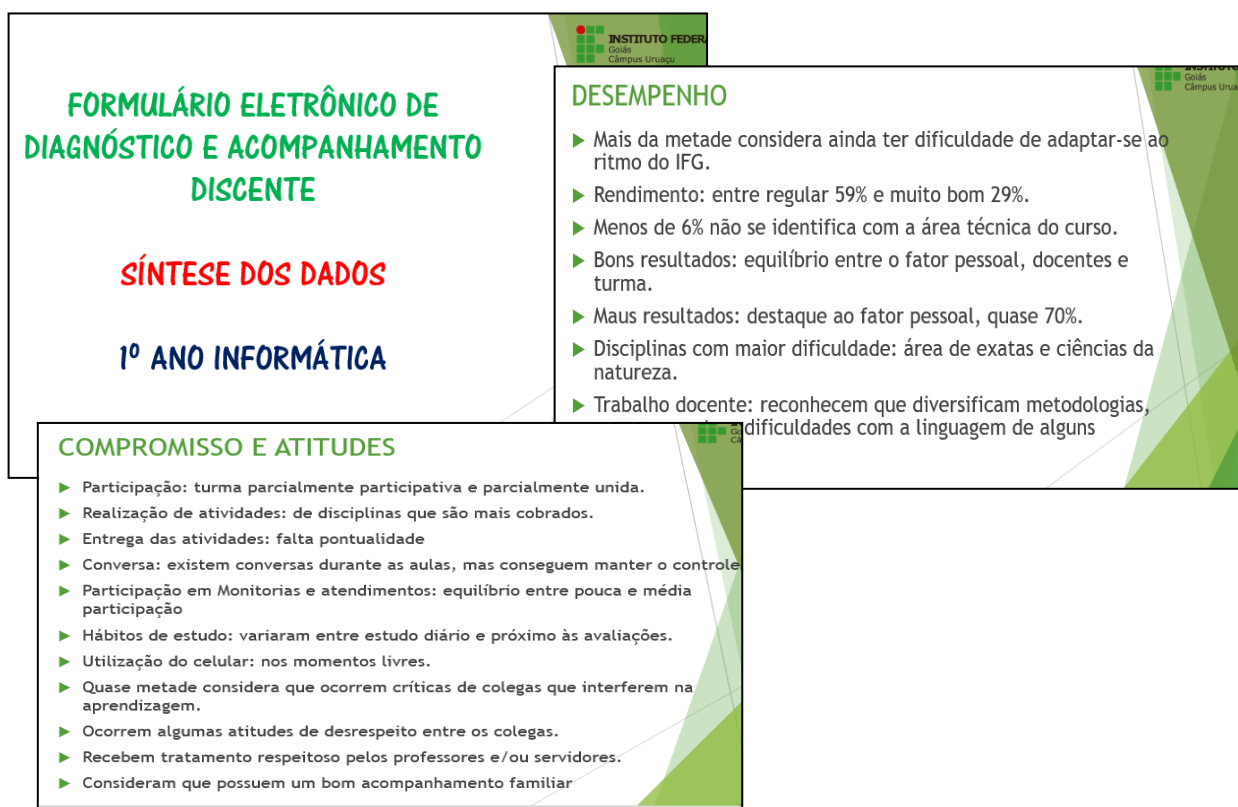
Após o levantamento dos dados, foi realizado o desenvolvimento de métodos para a geração de estatísticas por turma, por intermédio do sistema, para evidenciar os resultados gerais e obter informações para o debate na reunião de Conselho de Classe. A síntese foi encaminhada por meio de endereço eletrônico para as coordenações e para os docentes e divulgadas oralmente pela pesquisadora e equipe de Apoio Pedagógico ao Discente durante a reunião de Conselho de Classe.

Figura 13 – Síntese dos dados enviada por e-mail para coordenações e docentes



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Figura 14 – Slides apresentados durante a reunião de Conselho de Classe



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

d) Os resultados

LaPlante (2014), em seu estudo sobre as estratégias para o combate à epidemia da evasão escolar nos Estados Unidos, constatou o poder da prevenção para a garantia da permanência dos estudantes na escola. Dentre as quinze estratégias que ele aponta como eficazes, a tutoria (*mentoring*), que é o ato de proporcionar apoio e orientação para ajudar jovens a construírem vidas produtivas e significativas e representa um apoio acadêmico individual direto e concentrado, tem um efeito positivo e significativo no combate ao abandono escolar.

Os estudos sobre evasão na Educação Profissional e Tecnológica também apontam que iniciativas de identificação do perfil discente e a antecipação dos aspectos que levam ao risco de saída do estudante da escola podem ser eficazes para a busca da permanência e do êxito (DORE; SALES; CASTRO, 2014). O levantamento do perfil e a identificação de fatores de risco podem ser construídos por meio de um efetivo acompanhamento escolar.

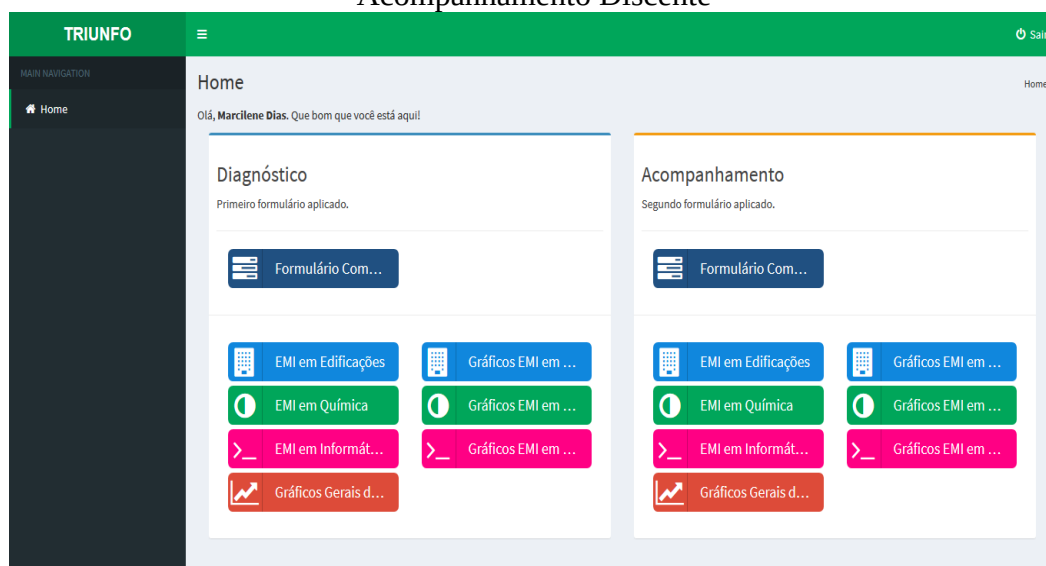
Nesse sentido, a construção e aplicação do Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente e o desenvolvimento do Sistema Web TRIUNFO podem constituir-se importantes mecanismos para subsidiar as ações de acompanhamento estudantil institucional.

Foram estabelecidas as seguintes metas e alcançados os seguintes resultados para a efetividade do sistema: levantamento de dados aos usuários do *software*, acesso ao questionário para os discentes dos cursos relacionados, eficácia da pesquisa, redução da possibilidade de falhas humanas a partir do uso de recursos computacionais, o acesso aos resultados pela equipe de apoio pedagógico do IFG – Câmpus Uruaçu e fácil compartilhamento de novos questionários pertinentes à pesquisa.

A fase de diagnóstico permitiu reunir informações sobre os discentes, importantes para o conhecimento inicial deles, como a faixa etária, o contexto socioeconômico e familiar, defasagem idade/série, disciplinas com maiores dificuldades, deficiências, déficits ou transtornos psicológicos ou comportamentais, problemas de saúde ou uso de medicamentos contínuos que afetam o desenvolvimento natural, dentre outros.

Essas informações permitiram tanto a realização de discussões no Conselho de Classe, quanto o acompanhamento realizado pela equipe pedagógica durante o bimestre, antecipando as ações de orientação e intervenções pedagógicas, psicológicas, didáticas, assistenciais, dentre outras.

Figura 15 – Imagem da página inicial do Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Importante ressaltar que a ferramenta não pretendeu constituir-se um fim em si mesmo. A simples coleta de informações dos estudantes não poderia ser capaz de produzir os efeitos esperados. Portanto, a proposta do produto foi acompanhada do tratamento dessas informações, por meio de sínteses, gráficos e análises, divulgação dos resultados para os segmentos envolvidos, para assim fornecer subsídios para a criação de estratégias de intervenção por parte dos docentes e equipes de apoio ao estudante.

Assim, além da exposição das informações durante as reuniões de Conselho de Classe, o acesso ao sistema e aos dados informados pelos discentes ficou disponível para a equipe pedagógica e para as Coordenações de curso durante todo o período letivo.

e) A avaliação do produto

Na primeira fase, a do diagnóstico, durante a reunião de Conselho de Classe, após a exposição dos dados sintetizados pela pesquisadora e realizada a discussão das informações dadas pelos discentes, os professores emitiram suas opiniões sobre a metodologia de divulgação das informações e sobre a importância de acesso às informações. Três professores manifestaram opinião e suas falas foram no sentido de complementação das informações prestadas pelos discentes e sobre a relevância do conhecimento prévio desses dados para o envidamento de estratégias.

Durante a reunião, ao realizar a análise dos casos individuais dos estudantes dos primeiros anos, em vários momentos houve a busca de informações no formulário preenchido, o que contribuiu para o avanço das discussões e do melhor conhecimento do perfil do estudante.

Na segunda fase, foi aplicada uma avaliação escrita aos professores, com quatro questões objetivas sobre a contribuição das informações para o melhor conhecimento do aluno, para as discussões sobre a turma, para a proposição de intervenções individuais e coletivas e sobre a metodologia adotada para a divulgação das informações (pelo e-mail e pelo Conselho de Classe). As escalas de avaliação foram definidas entre excelente, satisfatório, regular e insatisfatório. Nos quatro aspectos, as respostas dos docentes concentraram-se no item “satisfatório”, em sua maioria, levando à compreensão de que a maioria dos professores considerou que o formulário atendeu satisfatoriamente ao proposto.

A equipe da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (CAPD) também avaliou o produto educacional. Segundo as servidoras da área pedagógica (Pedagoga e Técnica em Assuntos Educacionais), as contribuições das informações para o conhecimento dos discentes, para subsidiar as discussões e para a proposição de intervenções variaram entre excelentes e satisfatórias. Quanto às metodologias de divulgação dos dados coletados, por intermédio dos e-mails e das reuniões de Conselho de Classe, foram consideradas satisfatórias. Segue abaixo o relato de uma das servidoras da CAPD:

Percebo que o formulário antecipa muitas questões que fazemos aos estudantes e/ou aos pais em atendimento pela CAPD, trazendo possibilidade de ser utilizado para o reconhecimento antecipado de muitas questões que descobriríamos apenas quando fosse feito o diálogo individualmente como os mesmos. Nesse sentido, agiliza muito nosso trabalho e nos permite inclusive antecipar alguns atendimentos e encaminhamentos pontuais, além de possibilitar a construção em conjunto com os docentes de intervenções mais antecipadas.

Fiz uso das informações para além do Conselho de Classe, organizando uma espécie de prontuário do aluno para minha consulta sempre que iria atender o aluno e/ou o pai em questão.

Sobre o uso das informações no Conselho de Classe percebo que as informações podem ser melhor exploradas. É preciso, o colegiado reconhecer que as informações geradas são as impressões dos alunos e nesse ponto podem ser tomadas como ponte de reflexão e discussão pelo docentes, que muitas vezes discordam ou não do que foi apontado pelos alunos, com o sentido de construir, a partir da discussão, as intervenções mais eficazes com ações mais efetivas em conjunto com a CAPD. (Servidora 1, CAPD). (SERVIDORES DO IFG, 2018, s/p).

A área de psicologia, vinculada à CAPD, também avaliou a aplicação e utilização do produto educacional, atribuindo como excelentes as contribuições das informações levantadas

para o melhor conhecimento dos estudantes e como satisfatórias as demais contribuições analisadas. Segue o relato da servidora da área que utilizou o produto:

Acredito que o formulário seja uma ferramenta importante, que traz ao nosso conhecimento questões que direcionam as nossas intervenções. O psicólogo que atua na CAPD, tem acesso a informações que posteriormente poderão ser aprofundados e trabalhadas, caso haja necessidade. Como exemplo, correlacionei dois casos que haviam sido citados por professores, com as informações obtidas nos formulários e o resultado foi satisfatório. (Servidora 2, CAPD). (SERVIDORES DO IFG, 2018, s/p).

Por conseguinte, podemos considerar que, de forma geral, obtivemos uma avaliação positiva do Produto Educacional tanto na sua primeira fase, a do diagnóstico, quanto na segunda, a do acompanhamento. Os resultados mais efetivos foram quanto à promoção do conhecimento do aluno e das circunstâncias ligadas ao seu desenvolvimento acadêmico e comportamental na instituição, principalmente quanto ao uso pela equipe que realiza o acompanhamento pedagógico aos estudantes. Os aspectos mais voltados à criação de intervenções coletivas a partir das informações discutidas coletivamente no Conselho de Classe foram mais morosos, necessitando de uma melhor compreensão desse colegiado sobre os objetivos do produto e os resultados alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos desafios ainda vigentes, principalmente referentes à integração curricular e aos processos avaliativos mais adequados aos princípios e metodologias de ensino, o Ensino Médio Integrado ofertado nos Institutos Federais tem-se constituído como uma referência nacional para o Ensino Médio no Brasil e busca espaços de debate e consolidação de propostas de educação de qualidade e dos objetivos de formação integral, politécnica e omnilateral.

No entanto, é imperiosa a necessidade de superação dos obstáculos para a permanência do discente e a conclusão com sucesso no curso investido. Os avanços quanto ao acesso e aos resultados nas avaliações em larga escala, alinhados com os investimentos em infraestrutura e qualificação profissional dos docentes e servidores técnico-administrativos que atuam nas instituições, ainda são marcados pelos altos índices de evasão e repetência dos estudantes que ingressam nesses cursos e instituições.

Na etapa inicial do presente estudo, a revisão de literatura nos permitiu evidenciar que as causas do fracasso escolar são multiformes e variadas, perpassando ao longo dos anos várias vertentes, desde aquelas ligadas à meritocracia, às questões genéticas, raciais, de comportamento ou deficiências culturais ou pedagógicas.

Os próprios estudantes pesquisados, seus pais, docentes e técnicos apontaram as principais situações que interferem de forma negativa e podem levar à reprovação e ao abandono do curso. Convergiram para problemas relacionados principalmente à estrutura e funcionamento do curso, como o excesso de disciplinas no ano letivo, a concentração de atividades de estudo e avaliativas durante os bimestres e a escassez de tempo para a dedicação a outras atividades relacionadas à pesquisa e extensão, por exemplo.

Contudo, esse estudo primou por buscar dentre os estudantes concluintes, portanto, aqueles que alcançaram êxito, traçar o seu perfil e conhecer os principais aspectos que contribuíram para o seu sucesso escolar, se esses fatores estariam mais próximos das dimensões individuais, socioeconômicas, culturais ou institucionais. Além dos estudantes, também foram ouvidos seus pais, professores e servidores técnico-administrativos atuantes em setores próximos aos discentes.

Assim, de acordo com os objetivos propostos, os resultados da pesquisa permitiram estabelecer as características comuns do estudante concluinte, sendo que este: I – está dentro da idade prevista para a conclusão do Ensino Médio (17 anos), não apresentando distorção idade/série; II – Apesar de a maioria ter ingressado no IFG pelo sistema universal, a diferença

entre escola de origem (particular e pública) não foi acentuada; III – possui uma boa afinidade com a área técnica do curso; IV – a maioria nunca manifestou a intenção de abandonar o curso; V – reside com os pais na mesma cidade onde estudam. V – pertencem à classe média baixa, com renda familiar variando entre 1 a 6 salários mínimos; VII – a escolaridade dos pais é de nível médio e superior, com ou sem especialização.

A análise dos indicadores de permanência e êxito apontaram que, para os estudantes, existe uma preponderância dos aspectos institucionais sobre os individuais e socioculturais/econômicos. Já os pais emitiram percentuais mais elevados na referência “alta relevância” nas três categorias de aspectos, sendo que o valor mais alto também deu-se nos aspectos institucionais. Os docentes atribuíram pontuações mais distribuídas entre as grandezas, conferindo maior percentual aos aspectos socioculturais/econômicos e menor percentual aos aspectos individuais.

Ao compararmos as respostas dos estudantes, dos pais e servidores quanto aos aspectos individuais, verificamos que o segmento “pais” atribuiu uma importância maior à atuação do aluno para a garantia de sua permanência e êxito, pois o número de respostas entre alta e média relevância chegou a 80% dos respondentes contra pouco mais de 70% dos outros dois segmentos.

Dentre os fatores de ordem individual, os segmentos pesquisados compreenderam como alta relevância para a permanência e o êxito os seguintes critérios: o desejo de ter um certificado de formação em instituição federal; o anseio por obter um melhor preparo para o ENEM e ingressar em um curso superior de qualidade; o esforço individual para alcançar os bons resultados e o fato de não ter ficado reprovado em nenhuma série e/ou disciplina.

Quanto às questões familiares, econômicas e culturais, comparando os três segmentos, os pais e docentes foram os que apontaram maior valoração, apresentando mais de 80% das respostas neste conjunto, somando média e alta relevância. Os alunos também consideraram estes fatores importantes, contudo, estes foram os que apontaram percentual mais elevado nos quesitos baixa e nenhuma relevância.

Nessa vertente, os respondentes consideraram fatores de maior relevância para a permanência e êxito: o apoio familiar (incentivo da família nos momentos de dificuldades, compreensão acerca do tempo disponível); ter disponibilidade de tempo somente para o estudo, possuir computador e acesso à internet em casa e não exercer atividade remunerada (exceto estágios e monitorias).

O fato de os pais atribuírem alta relevância a estes aspectos, que envolvem em grande parte a participação familiar na educação, pode estar relacionado ao entendimento de

que, quanto mais os pais são envolvidos com o processo de escolarização dos filhos, mais atribuem a eles próprios a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar de seus filhos. Dessa forma, podemos afirmar que a participação dos pais contribui positivamente para o processo de aprendizagem e diante disso é incoerente afirmar que os pais presentes talvez não precisassem estar ali. A escola precisa se preparar para atender à demanda destes pais também e não só daqueles cujos filhos demonstram alguma dificuldade.

Com relação aos aspectos institucionais, mais de 90% dos pais consideraram-nos fatores muito relevantes para a permanência e êxito dos alunos. Os docentes, mais de 80%, e os discentes 78%. Apesar de os discentes explicitarem o menor índice em comparação a pais e professores, atribuíram maior valor em comparação com os outros dois aspectos: os individuais e socioculturais/econômicos.

A valoração de menor peso atribuída aos aspectos institucionais pelos docentes pode estar ligada às concepções arraigadas de fracasso às capacidades cognitivas dos indivíduos e às relacionadas aos fatores externos, como características familiares e econômicas e acompanhamento familiar.

Dentre os aspectos institucionais, os respondentes classificaram com alta relevância: a conclusão do curso em primeiro lugar; a qualidade do ensino ofertado; a qualificação dos professores (preparação das aulas, domínio de conteúdo, dentre outros); o recebimento dos auxílios financeiros do IFG; a estrutura física da instituição; a participação nos projetos de ensino ofertados pelos professores nas diversas áreas; o atendimento individualizado dos professores; o bom relacionamento interpessoal com os professores e servidores da instituição; a orientação educacional e acompanhamento pedagógico e o interesse da escola/professor em atender às dificuldades que apresentou durante o curso.

Esses resultados corroboram as pesquisas sobre fracasso e evasão escolar que destacam os aspectos individuais, socioculturais e econômicos como os principais motivadores desse fenômeno. A análise inversa aqui investigada, sob o enfoque do sucesso/êxito escolar, indica que o viés institucional é determinante para a permanência do estudante, principalmente nas perspectivas dos próprios alunos e pais.

É a partir dos resultados evidenciados na pesquisa, nos quais os aspectos institucionais prevalecem para a permanência e o êxito do estudante do EMI no IFG, das experiências da pesquisadora como servidora do setor de Apoio Pedagógico ao Discente por oito anos e do fato de que “toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas” (MINAYO, 2012, p. 27) que são registradas algumas constatações e apontamentos que poderão contribuir para a continuidade das reflexões sobre o tema:

→ As questões relacionadas ao currículo do EMI no IFG sinalizam a existência de um currículo sobrecarregado de disciplinas e conteúdos. Isso não seria uma repetição da proposta conteudista e quantitativa das escolas tradicionais das quais somos os maiores críticos? Em que consistiria a formação integral proposta nas bases teóricas e legais que fundamentam o ensino, se durante o período de formação o tempo para o conhecimento, o debate, o aprofundamento é atropelado pelas infinitas listas de atividades, trabalhos avaliativos, exames, testes, recuperações, dentre outros?

→ O perfil dos professores revelou o elevado nível de formação destes, em sua maioria mestres e doutores. Contudo, o alto grau de qualificação muitas vezes não reverbera em preparo didático e pedagógico para lidar com o ensino verticalizado e com as propostas de educação integral e integrada. Não são raros os relatos sobre professores que não demonstram conhecimento e sensibilidade às necessidades educativas dos estudantes do ensino médio, negando-se à adequação de metodologias, dando prioridade ao ensino na graduação e pós-graduação.

→ Perdura uma cultura institucional, ora velada, ora ostensiva, de que altas taxas de reprovação podem significar um compromisso maior com a qualidade do ensino e da aprendizagem e, como consequência, muitos professores adotam posturas em que se orgulham de reprovar e “expulsar”, alegando ser o estudante o único responsável pela falta de adaptação ao ritmo institucional.

→ Existe a carência de fortalecer o entendimento sobre a importância da prática do acompanhamento pedagógico ao estudante no âmbito institucional, direcionando atenção especial aos alunos ingressantes e suas peculiaridades de inserção à vida estudantil no EMI Integrado.

→ Mesmo que a instituição IFG tenha setores específicos de acompanhamento aos discentes, é imprescindível que todos os segmentos sintam-se corresponsáveis por esse processo, pais, alunos, docentes, técnicos e gestores. Muitas vezes, ocorre o “jogo da batata quente” e ninguém se dispõe a assumir seu papel. Professores que não comunicam ausências contínuas de alunos e não se preocupam com seus baixos rendimentos, pais que não comparecem na instituição, gestores que firmam compromisso com a promoção de ações de combate à repetência e abandono, dentre outros.

→ Faz-se necessário reconhecer que há muitas ações e procedimentos no IFG já empreendidos com o objetivo de auxiliar na garantia da permanência e êxito dos estudantes do EMI. Entretanto, é preciso que a comunidade escolar dialogue entre seus membros, como

gestores, docentes, técnico-administrativos, estudantes, para que as ações sejam convergentes e possam se materializar em resultados mais efetivos.

Assim como é essencial identificar os indícios de uma possível evasão ou reprovação, com a maior brevidade possível e realizar as intervenções pedagógicas cabíveis, conhecer as características do aluno que permanece e os principais motivos que contribuem para esta decisão também pode auxiliar nas estratégias envidadas para que o êxito seja a realidade de todos os estudantes que ingressam nestas instituições de ensino.

O desenvolvimento e aplicação do produto educacional da pesquisa, o Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente, por meio do sistema web TRIUNFO, apontou uma possibilidade pedagógica de identificação antecipada do perfil discente que ingressa no EMI para consolidação de ações de efetivação da permanência e do êxito. Como continuidade dessa ação, objetivamos ampliar o seu uso, estendendo-o aos demais Câmpus que compõem o IFG, tornando-o uma ferramenta institucional. Para tanto, serão desenvolvidas estratégias de apresentação, divulgação e novas formatações, em busca da aprovação e apoio dos setores responsáveis pela gestão do ensino.

Além disso, essa ferramenta, ainda que construída embasada em uma pesquisa direcionada aos estudantes do EMI, pode constituir-se como parâmetro para que outros cursos e/outras instituições possam desenvolver novos estudos, sistematizar práticas, realizar adequações e buscar subsídios para o combate ao abandono e repetência escolar.

Por fim, espera-se que a prática do acompanhamento do estudante seja cada vez mais institucionalizada, por meio dos mecanismos aqui apontados, como as políticas de assistência estudantil, a ação autônoma e politizada do Grêmio Estudantil, a efetividade das ações do Plano Estratégico de Permanência e Êxito e, principalmente, o acompanhamento pedagógico organizado e coletivo, para que a ação educativa seja planejada a partir do reflexo da realidade dos estudantes e a formação de cada um deles possa caminhar de forma exitosa.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Sonia. **O adolescente e o Outro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ALMEIDA, Marcilene Dias Bruno de; SOUSA, Márcia Júlia dos Santos. Grêmio Estudantil no IFG: a vez e a voz dos estudantes. **EPEPE - Encontro de Pesquisa e Extensão em Processos Educacionais**. Anais de Pesquisa e Extensão em Processos Educacionais, 18 a 20 de junho de 2018 / realização Núcleo de Pesquisa e Extensão em Processos Educacionais IFG – Campus Itumbiara. Itumbiara: IFG, 2018, p. 193-204. Disponível em: <http://eventos.ifg.edu.br/epepe/wp-content/uploads/sites/34/2018/07/AnaisIIEpepepdf_2018.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018

ALVES, Rubens; ANTUNES, Celso. **O aluno, o professor, a escola: uma conversa sobre educação**. Campinas-SP: Papirus 7 Mares, 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

AQUINO, Júlio Groppa. **Da autoridade pedagógica à amizade intelectual: uma plataforma para o *ethos* docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

ARAÚJO, Adilson César de; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. Ensino Médio Integrado: uma formação humana, para uma sociedade mais humana. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. (Org.). **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. 569p.

ARAÚJO, Adilson César de; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; MENDES, Josué de Sousa. Introdução. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Org.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

ARROYO, Miguel González. Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. **Em Aberto**, Brasília, ano 11, n. 53, jan./mar. 1992.

ARTIAGA, Débora Martins; ALVES, Daniela. Perspectivas dos alunos sobre o Ensino Médio Integrado: por que o fazem? In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (Org.) **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. 569p.

BAYMA-FREIRE, Hilda; ROAZZI, Antonio; ROAZZI, Maira Monteiro. O nível de escolaridade dos pais interfere na permanência dos filhos na escola? **Revista de Estudios e Investigación En Psicología Y Educación**. Uminho, 2015, Vol. 2, n. 1, p. 35-40. DOI: 10.17979/reipe.2015.2.1.721.

BENTO, António V; MENDES, Guida R.; PACHECO, Dulce. Importância da colaboração entre a escola e a família: um estudo qualitativo. **Revista San Gregorio**, 2017, n. 16, Edición Especial, junio, p. 94-105, ISSN 2528-7907.

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 1-26, out. 2011. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n32p1/19336>>. Acesso em: 03 out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. (2008a). Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de Educação**, 10. ed., Petrópolis-RJ: Vozes, p. 39-64.

_____. (2008b). O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.) **Escritos de Educação**, 10. ed., Petrópolis-RJ: Vozes, p. 65-69.

_____. (2008c). Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.) **Escritos de Educação**, 10. ed., Petrópolis-RJ: Vozes, p. 71-79.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. (2013a). TCU – Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506/13**. 2013, p. 1-3. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=8995767>>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. (2010a). IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Famílias e Domicílios resultados da amostra. Brasil. Rio de Janeiro: 2010, p. 1-203. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. (2017a). INEP. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica - 2016**. Notas Estatísticas. Brasília-DF: fev. 2017, p. 1-28. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_e_statisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Decreto nº 2.406**, de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2406-27-novembro-1997-400709-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. (2018a). INEP. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica - 2017**. Notas Estatísticas. Brasília-DF: jan. 2018, p. 1-20. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_e_statisticas_Censo_Escolar_2017.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. (2018b). Institutos Federais são destaque em médias do Enem 2017. **Conif**. 05 jul. 2018. Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/2122-institutos-federais-sao-destaque-em-medias-do-enem-2017>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. (2008a). Portaria nº 694, de 9 de junho de 2008. **Diário Oficial da União** – Seção 1, n. 109, 10 de junho de 2008. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/616120/pg-39-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-06-2008>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. (2013b). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

_____. (2014a). Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. [S.l], 2014, 52 f. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. (2018c). Observatório do PNE. **Educação Profissional: painel de metas**. 2018. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica**. [Entre 2004 e 2008]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. [2008?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/cursos-da-educacao-profissional-tecnica-de-nivel-medio>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Exame Nacional do Ensino Médio**. [2010?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

_____. (2016a). Rede Federal. **Expansão da Rede Federal**. Criado em 02 de março de 2016 e atualizado em 21 de setembro de 2018. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. (2018d). Ministério da Educação. **Histórico da Rede Federal**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>>. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. (2016b). Ministério da Educação. **O IFG**. Criado em 03 de fevereiro de 2016 e atualizado em 08 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/apresentacao-a-instituicao>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. (2017b) INEP. Ministério da Educação. **Indicadores de Fluxo Escolar da Educação Básica**. Brasília-DF: jun. 2017, p. 1-12. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_indicadores_de_fluxo_escolar_da_educacao_basica.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

_____. (2008b). **Lei nº 11.741**, de 16 julho de 2008. Altera dispositivos da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018

_____. (2014b). Ministério da Educação. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. (2013c). Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2012/2016)**. Goiânia, dezembro de 2013, p. 1-179. Disponível em:
<<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

_____. TCU – Tribunal de Contas da União. **Relatório da auditoria operacional realizada nas ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, junho de 2012. Disponível em:
<<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>>. Acesso: 05 maio 2018.

_____. (2010b) Ministério da Educação. **Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica**. Concepções e Diretrizes. 2010, p. 1-23. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BURCHINAL, Margareth et al. Development of academic skills from preschool through second grade: family and classroom predictors of developmental trajectories. **Journal of School Psychology**, 2002, 40(5), 415-436.

CARDOZO, Maria José Pires Barros; NETO, Enéas de Araújo Arrais. O Ensino Médio e a formação do trabalhador: competências para quem e para quê? In: SOUSA, A. A.; OLIVEIRA, E. G. (Org.). **Educação Profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

CARVALHO, Olgamir Francisco; SOUZA, Francisco Heitor de Magalhães. Formação do docente da educação profissional e tecnológica no Brasil: um diálogo com as faculdades de educação e o curso de pedagogia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 128, p. 629-982, jul.-set. 2014.

CASARIN, Nelson Elinton Fonseca; RAMOS, Maria Beatriz Jacques. Família e aprendizagem escolar. **Rev. Psicopedagogia**, 2007; 24(74):182-201.

CASTRO, Adriana de; LOPES, Roseli Esquerdo. A escola de tempo integral: desafios e possibilidades. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p. 259-282, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n71/a03v19n71.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CAZELLI, Sibele. **Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: quais as relações?** Rio de Janeiro, 2005. 260p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7122/7122_1.PDF>. Acesso em: 18 jul. 2017.

CHARLOT, Bernard. Relação com a escola e o saber nos bairros populares. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 20, n. Especial, p. 17-34, jul./dez. 2002.

_____. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 30, p. 17-31, jul./dez. 2008.

CHECHIA, Valéria Aparecida; ANDRADE, Antônio dos Santos. O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. **Estudos de Psicologia**, vol. 10, n. 3, set.-dez. 2005, p. 431-440. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

COSTA FILHO, Custódio Genésio. **Capital cultural e consumo de status na classe média** Lavras: UFLA, 2016. 386 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2016.

DAMASCENO, Mônica de Araújo; COSTA, Tatiane dos Santos; NEGREIROS, Fauston. Concepções de fracasso escolar: um estudo com professores das cinco regiões brasileiras. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 8-21, jul./dez. 2016.

DOCENTES DO IFG. **Pesquisa – Permanência e Êxito (Docentes)**. Realizada em dezembro de 2017. Entrevistadora Marcilene Dias Bruno de Almeida. Uruaçu, 2019. Questionário eletrônico do Google Forms enviado por e-mail. O modelo do questionário se encontra disponível no Apêndice dessa monografia.

DORE, Rosemary. **Evasão e repetência na rede federal de educação profissional**. XXXVII REDITEC. Setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.reditec.ifal.edu.br/reditec/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf>>. Acesso em 05 maio 2016.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, V. 41, n. 144, set./dez. 2011.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira. Origem social dos estudantes como contraponto à Evasão e à permanência escolar nos cursos técnicos da Rede federal de educação profissional. In: DORE, R.; SALES, P. E. N.; SILVA, C. E. G. (Org.). **Educação**

Profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017. 344p.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elisabeth Nogueira; CASTRO, Tatiane Lage. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Org.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

EMEDIATO, Carlos A. Educação e transformação social. **Análise Social**. Vol. XIV (54), 1978. 2.º, p. 207-217. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223988831F4kNP5ba1Hw59NP3.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FERRETTI, Celso João. Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas. In: KUENZER, Acácia Zeneida et al. (Org.). **Educação profissional: desafios e debates**. Coleção Formação Pedagógica, Vol 1. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRITSCH, Rosângela; VITELLI, Ricardo Ferreira; ROCHA, Cleonice Silveira. Para que jovens? Que políticas? – perfil de alunos ingressantes no Ensino Médio e políticas educacionais. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Org.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÁS. **Lei nº 13.909**, de 25 de setembro de 2001. Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_13909.htm>. Acesso em: 05 set. 2018.

GOIÁS. Instituto Federal de Goiás. **Edital n.º 037/2017**. Processo seletivo para educação profissional técnica integrada ao ensino médio. Alterado pelas Retificações nº 01, de 09/10/2017; nº 02, de 19/10/2017; nº 03 de 07/12/2017 e nº 04 de 21/12/2017. Goiânia, 2018, p. 1-30. Disponível em: <http://selecao.ifg.edu.br/downloads/cod1294/edital%20final%20integrado%202018%20-%20retificacao_04.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GOIÁS. Instituto Federal de Goiás. **Projeto Diagnóstico – Educação Técnica Integrada ao ensino médio Em Período Integral No IFG**. Goiânia, 2014, p. 1-17.

GONÇALVES, Glauco Roberto. Pedagogia da Ocupação (e Ocupação da Pedagogia): as escolas ocupadas e suas práticas de educação democrática no ensino básico. In: MESQUITA, Deise Nanci de Castro (Org.). **Escola de Educação Básica para todos!** Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2017.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Organizado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LAHIRE, Bernard. **O sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 2004.

LAPLANTE, Matthew D. A Epidemia da evasão escolar nos Estados Unidos: estratégias com impacto sobre a melhoria dos índices de formação e de oportunidades para manter viva a luta para acabar com a epidemia da evasão escolar. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Org.). **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

LEAO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 253-273, Aug. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622011000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 jul. 2018.

LEMO, Valter. Políticas públicas de educação: equidade e sucesso escolar. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 73, 2013, p. 151-169. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/article/viewFile/2812/2653>> Acesso: mar. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. rev. e amp. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUSTOSA, Irene Nunes; SILVA, Magna Jovita Gomes Sales e. **A abordagem sistêmica na educação brasileira**: os desdobramentos da teoria na prática. Pernambuco: Anpae, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/IreneNunesLustosa-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG (2002 a 2006)**. 2009. 131p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UNB, Brasília-DF, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Fracasso escolar: representações de professores e de alunos repetentes. **GT: Psicologia da Educação** /n. 20. Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED. Novo Governo. Novas Políticas? 5 a 8 de outubro de 2003. Poços de Caldas. Disponível em: <<http://26reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

MENDONÇA, Alzino Furtado de et al. **Metodologia Científica**: guia para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); GOMES, Romeu (Coautor). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012. 108p.

MOEHLECKE, Sabrina. O Ensino Médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 49 jan.-abr. 2012.

MOREIRA, Roberto et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 4. imp. da 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOURA, Dante Henrique. Educação geral e formação profissional: política pública em construção. In: REGATTIERI, M.; CASTRO, J. M. (Org.). **Ensino Médio e educação profissional**: desafios da integração. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. 270p.

_____. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 23-38, jul. 2015. ISSN 2447-1801. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>>. Acesso em: 02 set. 2018.

_____. IV Colóquio Nacional e I Internacional (IFRN) – **A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**. 6ª Mesa Temática, Natal: 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iV5rIdwoIK4>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

NETO, Joaquim José Soares et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

NITAHARA, Akemi. IBGE: educação dos pais é determinante na formação e no rendimento dos filhos. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/ibge-educacao-dos-pais-e-determinante-na-formacao-e-rendimento-dos-filhos>>. Acesso em: jun. 2018.

NÓVOA, António. **Os Professores na virada do milênio**: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. Palestra proferida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 20 de maio de 1999. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/690/1/21136_1517-9702_.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

OLIVEIRA, Carlos Victor de et al. **Diagnóstico e enfrentamento da evasão no âmbito do IFRJ**. IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar 82 26-28 de outubro de 2015, Belo Horizonte, Brasil - ISSN: 2175-683X.

OLIVEIRA, Gleice Emerick; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 198-215, 2015.

OLIVEIRA, Ualace Roberto de Jesus. Classes sociais e classes socioeconômicas: um estudo sobre os estratos sociais na Região Metropolitana de Salvador entre 2003 a 2010. **Estação Científica** (UNIFAP), ISSN 2179-1902, Macapá, v. 6, n. 3, p. 85-96, set./dez. 2016.

Disponível em:

<<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2928/ualacerobertov6n3.pdf>>.

Acesso em: 30 jun. 2018.

OLIVEIRA JR., Waldemar. **A formação do professor para a educação profissional de nível médio: tensões e (in)tenções**. Santos: [s.n.] 2008. 127 f.; 30 cm. (Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação).

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. O orientador educacional no Brasil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 47, p. 101-120, Jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 dez. 2018.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PELISSARI, Lucas Barbosa. O abandono escolar na educação profissional e sua relação como o fetiche da tecnologia: avanços e limites do Ensino Médio Integrado no Paraná. In: SILVA, Mônica Ribeiro (Org.). **Ensino Médio Integrado: Travessias**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2013.

PEREIRA, Adriana da Silva Alves. **Sucesso escolar de alunos dos meios populares: mobilização pessoal e estratégias familiares**. Belo Horizonte, 2005. 219f. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

PETRENAS, Rita de Cássia; LIMA, Rita de Cássia Pereira. Ciclos de Aprendizagem e Reprovação Escolar: reflexões sobre representações sociais de professores. **Práxis Educativa**, v. 2, n. 2 (2007) – Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2007.

PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski. MARIN, Angela Helena. Fracasso escolar na educação básica: revisão sistemática da literatura. **Temas em Psicologia** – março 2017, Vol. 25, nº 1, p. 1-15.

PHP. **Manual do PHP**. Disponível em: <https://secure.php.net/manual/pt_BR/introwhatis.php>. Acesso: 12 out. 2018.

PIMENTA, Juliana de Carvalho. **A relação família – escola: concepções e práticas**. Franca: [s.n.], 2014. 227 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar a inclusão social. **25ª Reunião anual da Anped**, Caxambu, v. 1, n.1, p. 01-01, 2002. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi4xZf5waDgAhV5IbkGHf5hA14QFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Fwww.25reuniao.anped.org.br%2Fpublicaodedomingosqueirozt13.rtf&usg=AOvVaw11cf61axAEoID0gyDMxfii>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

QUEVEDO, Leonardo de Brito; FLECK, Carolina Freddo; CARMO, Karen Luciana Ferreira do. O regime de dedicação exclusiva e a gestão do tempo: estudo de caso com docentes universitários. **ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas**. São Paulo. V. 03, n. 03, p. 20-33, Set/Out/Nov/Dez 2013.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso: 23 ago. 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O Mestre Ignorante** – cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 144p.

RIBAS, Patrícia. **Entraves entre as fases**. Dificuldades na passagem dos ciclos do Fundamental I para o II revelam fragilidades do sistema convencional de educação e falta de suporte para alunos e professores. 5 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/entraves-entre-as-fases/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

SANDERS, Mavis G.; EPSTEIN, Joyce L.; CONNORS-TADROS, Lori. **Family partnerships with high schools: the parents' perspective**. Report n. 32. Center for Research on the Education of Students Placed At Risk, Baltimore, MD. Office of Educational Research and Improvement (ED), Washington, 1999-24p. R-117-D400005. Disponível em <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED428148.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34 jan./abr. 2007.

SCARIOT, Angélica; LINHARES, Clarice Schneider. **Grêmios Estudantil e escola: uma participação possível**. Cadernos PDE- Volume 1. Paraná, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_artigo_angelica_scariot.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018

SERVIDORES DO IFG. **Avaliação do formulário pedagógico de diagnóstico e acompanhamento discente**. Realizada em dezembro de 2018. Elaborada por Marcilene Dias

Bruno de Almeida. Uruaçu, 2019. Avaliação impressa. O modelo da avaliação se encontra disponível no Apêndice dessa monografia.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SILVA, Pedro. **Escola - Família, uma relação armadilhada**: interculturalidade e relações de poder. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Org.). **Educação Profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

SOUSA, Maria Martins de; SARMENTO, Teresa. **Escola – Família - Comunidade**: uma relação para o sucesso educativo. Revista Gestão e desenvolvimento, 17-18(2009-2010), 141-156. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9117/1/gestaodesenvolvimento17_18_141.pdf>. Acesso em 01 dez. 2018.

SZYMANSKI, Heloísa. Encontros e desencontros na relação família-escola. **Ideias**. 1997. 25, 213-225. Disponível em: <http://www.necfebf.uerj.br/boletins/boletim012011index_arquivos/HeloisaSzymanski.pdf>. Acesso em 26 abr. 2018.

TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento et al. Educação Profissional e Currículo Integrado a partir de Eixos Estruturantes no Ensino Médio. In: MOURA, Dante Henrique. **Educação Profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas** – Natal: IFRN, 2016. 244 p. il.

TOKARNIA, Mariana. Pesquisa mostra que 12% dos pais são comprometidos com a educação dos filhos. **Agência Brasil**, Brasília, 06 nov. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-11/pesquisa-mostra-que-12-dos-pais-sao-comprometidos-com-educacao-dos-filhos>>. Acesso em: jun. 2018.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514, junho 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2018.

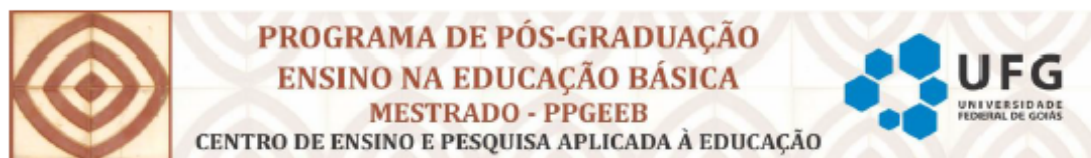
VIEIRA, Ana Caroline Sari; RAVA, Paula Grazziotin Silveira. Ninho cheio: perspectivas de pais e filhos. Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara – RS – Brasil. **Psicologia: teoria e prática**, v. 14, n. 1, p. 84-96, 2012.

VIEIRA, Kelmara Mendes; DALMORO, Marlon. **Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?** XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ, 2008.

VISQUETTI, Carminha Aparecida. **Contribuições da Política de Assistência Estudantil na permanência/não permanência dos estudantes do Proeja do IFMT Campus Várzea Grande.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 2018. 167f.

WAGNER, Adriana et al. Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. **Psicol. Reflex. Crit.** 1999, vol. 12, n. 1, p. 147-156. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/PRC/VOL12N1/10.PDF>. Acesso em: 16 maio 2018.

APÊNDICE A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – DISCENTES



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE (ALUNO)

Prezado (a) aluno(a), você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu”**. Meu nome Marcilene Dias Bruno de Almeida, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (marcilene.dias@hotmail.com.br) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 9 85456594. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

O título da pesquisa é **“Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu”**. O objetivo da pesquisa será identificar os principais elementos que contribuem para a permanência e sucesso dos alunos no Ensino Médio Integrado do IFG e fornecer informações para que possam ser criadas ações de combate à evasão e repetência neste curso.

Para atender os objetivos, serão pesquisadas as várias situações que podem conduzir o estudante a permanecer na escola ou a abandoná-la. Para coletar os dados, precisamos de sua opinião, aluno(a) que está terminando o curso no IFG, através do preenchimento de um questionário simples e objetivo.

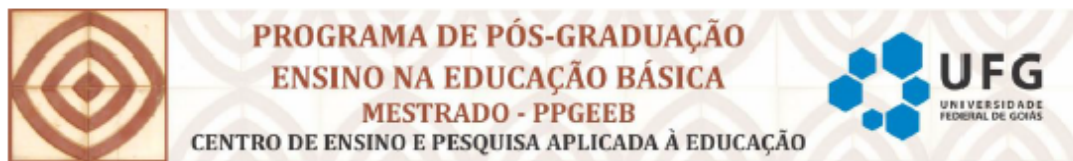
De posse dos dados comuns aos estudantes, temos a proposta de elaborar um formulário eletrônico para diagnosticar e acompanhar os estudantes que ingressarem em 2018, nos cursos técnicos integrados em Química, Informática e Edificações do IFG Câmpus Uruaçu. Os dados obtidos no formulário serão apresentados e analisados pelos docentes, equipes de apoio às atividades de ensino e responsáveis.

A pesquisa irá resguardar o sigilo, ou seja, em nenhum momento você será identificado pelo pesquisador. Isso garante o seu anonimato e sua privacidade, pois ninguém saberá que aquelas respostas são suas. A pesquisa visa proporcionar benefícios relacionados ao melhor aproveitamento dos estudantes que ingressam no IFG. Ao participar da pesquisa você estará contribuindo para melhorar a forma ensino e aprendizagem no Câmpus Uruaçu. Caso você se sinta desconfortável, por algum motivo que lhe causem constrangimento, você poderá recusar-se a participar da entrevista. Você também tem o direito de pleitear indenização, por danos imediatos ou futuros, decorrentes da participação na pesquisa. A qualquer momento você pode retirar seu consentimento e deixar de participar da pesquisa sem nenhuma penalidade.

Atenciosamente,

Marcilene Dias Bruno de Almeida

Campus II Ufg - Avenida Esperança, s/n - Campos Universitário Samambaia,
Goiânia – GO / **Telefone:**(62) 3521-1083



**ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA (ALUNO)**

PESQUISA - 1º VIA

Assentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____,
inscrito(a) sob o RG/ CPF _____, abaixo assinado, concordo em
participar do estudo “**Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino
Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu**”. Destaco que minha participação nesta pesquisa é de
caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora
responsável Marcilene Dias Bruno de Almeida sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos
nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação
no estudo. Estou ciente de que a aceitação desta participação me isenta de todo e qualquer gasto
financeiro, e que não há remuneração aos participantes da pesquisa e/ou responsáveis. Foi-me
garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a
qualquer penalidade e que tenho a possibilidade de não responder as perguntas que me causarem
constrangimento. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de
pesquisa acima descrito.

Uruaçu, _____ de _____ de 2017.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – PAIS/FILHOS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PAIS)

Prezado (a) Sr./Sra. Pai ou responsável, você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu”. Meu nome Marcilene Dias Bruno de Almeida, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (marcilene.dias@hotmail.com.br) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 9 85456594. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

O título da pesquisa é “Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu”. O objetivo da pesquisa será identificar os principais elementos que contribuem para a permanência e sucesso dos alunos no Ensino Médio Integrado do IFG e fornecer informações para que possam ser criadas ações de combate à evasão e repetência neste curso.

Para atender os objetivos, serão pesquisadas as várias situações que podem conduzir o estudante a permanecer na escola ou a abandoná-la. Para coletar os dados, precisamos de sua opinião como pai ou responsável de aluno que está terminando o curso no IFG, através do preenchimento de um questionário simples e objetivo, que chegará a você por meio de seu(sua) filho(a).

De posse dos dados comuns aos estudantes, temos a proposta de elaborar um formulário eletrônico para diagnosticar e acompanhar os estudantes que ingressarem em 2018, nos cursos técnicos integrados em Química, Informática e Edificações do IFG Câmpus Uruaçu. Os dados obtidos no formulário serão apresentados e analisados pelos docentes, equipes de apoio às atividades de ensino e responsáveis.

A pesquisa irá resguardar o sigilo, ou seja, em nenhum momento você será identificado pelo pesquisador. Isso garante o seu anonimato e sua privacidade, pois ninguém saberá que aquelas respostas são suas. A pesquisa visa proporcionar benefícios relacionados ao melhor aproveitamento dos estudantes que ingressam no IFG. Ao participar da pesquisa você estará contribuindo para melhorar a forma ensino e aprendizagem no Câmpus Uruaçu. Caso você se sinta desconfortável, por algum motivo que lhe causem constrangimento, você poderá recusar-se a participar da entrevista. Você também tem o direito de pleitear indenização, por danos imediatos ou futuros, decorrentes da participação na pesquisa. A qualquer momento você pode retirar seu consentimento e deixar de participar da pesquisa sem nenhuma penalidade.

Atenciosamente,

Marcilene Dias Bruno de Almeida

Campus II Ufg - Avenida Esperança, s/n - Campos Universitário Samambaia,
Goiânia – GO / Telefone:(62) 3521-1083



**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA (PAIS)
PESQUISA - 1º VIA**

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____, inscrito(a) sob o RG/ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “**Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu**”. Destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Marcilene Dias Bruno de Almeida sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Estou ciente de que a aceitação desta participação me isenta de todo e qualquer gasto financeiro, e que não há remuneração aos participantes da pesquisa e/ou responsáveis. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade e que tenho a possibilidade de não responder as perguntas que me causarem constrangimento. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Uruaçu, _____ de _____ de 2017.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – PAIS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) Sr./Sra. Pai ou responsável, você está sendo convidado(a) a autorizar a participação de seu (sua) filho(a), como voluntário(a), na pesquisa intitulada **“Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu”**. Meu nome Marcilene Dias Bruno de Almeida, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar seu (sua) filho (a) fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na autorização você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (marcilene.dias@hotmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 9 85456594. Ao persistirem as dúvidas *sobre os direitos do seu(a) filho(a)* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

O título da pesquisa é **“Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu”**. O objetivo da pesquisa será identificar os principais elementos que contribuem para a permanência e sucesso dos alunos no Ensino Médio Integrado do IFG e fornecer informações para que possam ser criadas ações de combate à evasão e repetência neste curso.

Para atender os objetivos, serão pesquisadas as várias situações que podem conduzir o estudante a permanecer no IFG ou a abandoná-lo. Para coletar os dados, precisamos da opinião do aluno, seu(sua) filho(a), que está ingressando no IFG, através do preenchimento de um formulário eletrônico para diagnosticar e acompanhar os estudantes, nos cursos técnicos integrados em Química, Informática e Edificações do IFG Câmpus Uruaçu. Os dados obtidos no formulário serão apresentados e analisados SOMENTE pela pesquisadora, pelos docentes e equipe do apoio pedagógico do IFG.

A pesquisa irá resguardar o sigilo, ou seja, em nenhum momento você será identificado pelo pesquisador. Isso garante o seu anonimato e sua privacidade, pois ninguém saberá que aquelas respostas são suas. A pesquisa visa proporcionar benefícios relacionados ao melhor aproveitamento dos estudantes que ingressam no IFG. Ao participar da pesquisa você estará contribuindo para melhorar a forma ensino e aprendizagem no Câmpus Uruaçu. Caso você se sinta desconfortável, por algum motivo que lhe causem constrangimento, você poderá recusar-se a autorizar a entrevista. Você também tem o direito de pleitear indenização, por danos imediatos ou futuros, decorrentes da participação na pesquisa. A qualquer momento você pode retirar seu consentimento para seu (sua) filho (a) participar da pesquisa, sem nenhuma penalidade.

Atenciosamente,

Marcilene Dias Bruno de Almeida

Campus II UFG - Avenida Esperança, s/n - Campos Universitário Samambaia,
Goiânia – GO / Telefone:(62) 3521-1083



CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA (PAIS)

PESQUISA - 1º VIA

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____,
inscrito(a) sob o RG/ CPF _____, abaixo assinado, autorizo meu
(minha) filho(a) _____ do
Curso Técnico Integrado em _____, a participar do estudo
“Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG
Câmpus Uruaçu”. Destaco que minha autorização é de caráter voluntário. Fui devidamente
informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Marcilene Dias Bruno de Almeida
sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos
e benefícios decorrentes da participação do meu (minha) filho(a) no estudo. Estou ciente de que
a aceitação desta participação isenta meu (minha) filho(a) de todo e qualquer gasto financeiro, e
que não há remuneração aos participantes da pesquisa e/ou responsáveis. Foi-me garantido que
posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade
e que tenho a possibilidade de não responder as perguntas que me causarem constrangimento.
Declaro, portanto, que concordo com a participação meu (minha) filho(a) no projeto de pesquisa
acima descrito.

Uruaçu, _____ de _____ de 2018.

Assinatura por extenso do pai ou responsável

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – DOCENTES E SERVIDORES



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) Sr./Sra. Professor(a) e/ ou Servidor(a), você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu”**. Meu nome Marcilene Dias Bruno de Almeida, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (marcilene.dias@hotmail.com.br) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 9 85456594. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

O título da pesquisa é **“Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu”**. O objetivo da pesquisa será criar um formulário pedagógico eletrônico de diagnóstico e acompanhamento do discente ingressante na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, baseado nos elementos identificados que contribuem para a permanência e êxito do estudante no curso, a fim de fornecer subsídios para a escolha das intervenções adequadas que impedirão seu abandono ou reprovação.

Para atender os objetivos propostos neste projeto de pesquisa, será pesquisada a diversidade de situações que podem conduzir o estudante a permanecer na escola ou a abandoná-la. Para a coleta dos dados, aplicaremos um questionário semiestruturado aos alunos concluintes (3º anos) nas três séries dos cursos ofertados (Edificações, Informática e Química), ao corpo docente e técnico administrativo atuante neste nível de ensino, aos pais ou responsáveis e equipes gestoras e de apoio às atividades de ensino no intuito de analisar, compreender e evidenciar os fatores que se repetem entre os estudantes que permanecem e concluem o curso.

De posse dos dados comuns aos estudantes, como proposta de um produto educativo, realizar-se-á a construção de um formulário pedagógico eletrônico de diagnóstico e acompanhamento dos estudantes, a ser aplicado nas turmas ingressantes em 2018, dos cursos técnicos integrados em Química, Informática e Edificações do IFG Câmpus Uruaçu. Os dados obtidos no formulário serão apresentados e analisados pelos docentes, equipes de apoio às atividades de ensino e responsáveis.

A pesquisa irá resguardar o sigilo, ou seja, em nenhum momento você será identificado pelo pesquisador. Isso garante o seu anonimato e sua privacidade, pois ninguém saberá que aquelas respostas são suas. A pesquisa visa proporcionar benefícios relacionados ao melhor aproveitamento dos estudantes que ingressam no IFG. Ao participar da pesquisa você estará contribuindo para melhorar a forma ensino e aprendizagem no Câmpus Uruaçu. Caso você se sinta desconfortável, por algum motivo que lhe causem constrangimento, você poderá recusar-se a participar da entrevista. Você também tem o direito de pleitear indenização, por danos imediatos ou futuros, decorrentes da participação na pesquisa. A qualquer momento você pode retirar seu consentimento e deixar de participar da pesquisa sem nenhuma penalidade.

Atenciosamente,

Marcilene Dias Bruno de Almeida

Campus II Ufg - Avenida Esperança, s/n - Campos Universitário Samambaia,
Goiânia - GO / Telefone: (62) 3521-1083



**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA –
PROFESSOR/SERVIDOR**

PESQUISA - 1º VIA

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____, inscrito(a) sob o RG/ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **“Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu”**. Destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Marcilene Dias Bruno de Almeida sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Estou ciente de que a aceitação desta participação me isenta de todo e qualquer gasto financeiro, e que não há remuneração aos participantes da pesquisa e/ou responsáveis. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade e que tenho a possibilidade de não responder as perguntas que me causarem constrangimento. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Uruaçu, _____ de _____ de 2017.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO – PARTE ESPECÍFICA DISCENTES

Pesquisa - Permanência e Êxito no IFG Uruaçu (alunos)

Caro(a) aluno(a),
Este questionário faz parte da pesquisa "Permanência e êxito na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu". Sou Marcilene Dias Bruno de Almeida, servidora do IFG e mestranda do Programa de Mestrado em Ensino na Educação Básica, Cepae/UFG. Os principais objetivos da pesquisa são: identificar os elementos que contribuem para a permanência e sucesso dos alunos no Ensino Médio Integrado do IFG e fornecer informações para que possam ser criadas ações de combate à evasão e repetência neste curso. Para atender aos objetivos, serão pesquisadas as várias situações que podem ser relevantes para o estudante permanecer na escola ou a abandoná-la. Para coletar os dados, precisamos de sua opinião, como estudante concluinte do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFG, através do preenchimento deste questionário. Agradeço a colaboração!

*Obrigatório

Endereço de e-mail *

Seu e-mail: _____

a) Sexo: *

- ☐ Masculino
☐ Feminino

b) Idade: *

- ☐ 15 anos
☐ 16 anos
☐ 17 anos
☐ 18 anos
☐ 19 anos
☐ 20 anos
☐ Outro: _____

c) Mora: *

- ☐ sozinho
☐ com os pais em outra cidade
☐ com os pais na mesma cidade
☐ com familiares
☐ Outro: _____

d) Escola de origem (antes de ingressar no IFG): *

- ☐ Pública Municipal
☐ Pública Estadual
☐ Particular
☐ Outro: _____

e) Curso: *

- ☐ Integrado em Informática
☐ Integrado em Edificações
☐ Integrado em Química

f) Por qual sistema você ingressou no IFG? *

- ☐ Sistema de Cotas (PPI/renda)
☐ Sistema Universal
☐ Rede Pública

g) Desempenho no curso: *

- ☐ aprovação sem dependência em todas as séries
☐ aprovação com dependência em alguma série.
☐ reprovação em alguma série.
☐ Outro: _____

h) Já pensou em desistir do Curso: *

- ☐ Não ou nunca
☐ Sim. No 1º ano
☐ Sim. No 2º ano
☐ Sim. No 3º ano
☐ Outro: _____

i) Se você tivesse oportunidade, escolheria outra área do curso técnico? *

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Talvez
☐ Outro: _____

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO – PARTE ESPECÍFICA PAIS

Pesquisa - Permanência e Êxito no IFG Uruaçu (pais ou responsáveis)

Caro(a) pai, mãe ou responsável,
Este questionário faz parte da pesquisa "Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu". Sou Marcilene Dias Bruno de Almeida, servidora do IFG e mestranda do Programa de Mestrado em Ensino na Educação Básica, Cepae/IFG. Os principais objetivos da pesquisa são identificar os elementos que contribuem para a permanência e sucesso dos alunos no Ensino Médio Integrado do IFG e fornecer informações para que possam ser criadas ações de combate à evasão e repetência neste curso. Para atender aos objetivos, serão pesquisadas as várias situações que podem ser relevantes para o estudante permanecer na escola ou a abandoná-la.
Para coletar os dados, precisamos de sua opinião, como pai ou responsável de estudantes que estão terminando o curso no IFG, através do preenchimento deste questionário.
Agradeço a colaboração!

***Obrigatório**

Endereço de e-mail *

Seu e-mail

a)Qual o seu grau de escolaridade? *

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

b)Em qual Curso seu(sua) filho(a) atua: *

- ☐ Integrado em Informática
- ☐ Integrado em Edificações
- ☐ Integrado em Química

c)Qual é a média da renda mensal familiar? *

- ☐ Inferior a 1 salário mínimo.
- ☐ de 1 a 3 salários mínimos.
- ☐ De 4 a 6 salários mínimos.
- ☐ Acima de 7 salários mínimos

d)Seu(sua) filho(a) já pensou em desistir do Curso: *

- ☐ Não ou nunca
- ☐ Sim. No 1º ano
- ☐ Sim. No 2º ano
- ☐ Sim. No 3º ano
- ☐ Outro: _____

PRÓXIMA

Página 1 de 6

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

Google Formulários

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO – PARTE ESPECÍFICA DOCENTES

Pesquisa - Permanência e Êxito (docentes)

Caro(a) docente,

Este questionário faz parte da pesquisa "Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu". Sou Marcilene Dias Bruno de Almeida, servidora do IFG e mestranda do Programa de Mestrado em Ensino na Educação Básica, Cepae/UFG. Os principais objetivos da pesquisa são identificar os elementos que contribuem para a permanência e sucesso dos alunos no Ensino Médio Integrado do IFG (em tempo integral) e fornecer informações para que possam ser criadas ações de combate à evasão e repetência neste curso. Para atender aos objetivos, serão pesquisadas as várias situações que podem ser relevantes para o estudante permanecer na escola ou a abandoná-la. Para coletar os dados, precisamos de sua opinião, como docente atuante neste nível e modalidade de ensino, através do preenchimento deste questionário. Agradeço a colaboração!

***Obrigatório**

Endereço de e-mail *

Seu e-mail _____

a) Qual o seu nível de formação? *

- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

Possui formação pedagógica? *

- ☐ Não possuo.
- ☐ Sim, Licenciatura.
- ☐ Sim, Especialização em docência.
- ☐ Sim, Curso de complementação pedagógica.
- ☐ Outro: _____

b) No curso técnico integrado integral, você ministra disciplina(s) do: *

- ☐ Núcleo básico
- ☐ Núcleo técnico
- ☐ Núcleo básico e técnico
- ☐ Outro: _____

Em qual série você mais percebe, no estudante, o desejo de abandonar o curso no IFG? *

- ☐ No 1º ano
- ☐ No 2º ano
- ☐ No 3º ano
- ☐ Não percebo.
- ☐ Outro: _____

PRÓXIMA

Página 1 de 6

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

Google Formulários

APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO – PARTE ESPECÍFICA TÉCNICOS

Pesquisa - Permanência e Êxito no IFG Uruaçu (técnicos e gestores)

Caro(a) servidor(a),

Este questionário faz parte da pesquisa "Permanência e êxito na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio: o caso do IFG Câmpus Uruaçu". Sou Marcilene Dias Bruno de Almeida, servidora do IFG e mestranda do Programa de Mestrado em Ensino na Educação Básica, Cepae/UFG.

Os principais objetivos da pesquisa são: identificar os elementos que contribuem para a permanência e sucesso dos alunos no Ensino Médio Integrado do IFG e fornecer informações para que possam ser criadas ações de combate à evasão e repetência neste curso. Para atender aos objetivos, serão pesquisadas as várias situações que podem ser relevantes para o estudante permanecer na escola ou a abandoná-la.

Para coletar os dados, precisamos de sua opinião, como servidor(a) atuante nos setores de gestão e apoio aos estudantes, através do preenchimento deste questionário.

Agradeço a colaboração!

***Obrigatório**

Endereço de e-mail *

Seu e-mail _____

a)Qual o seu nível de formação? *

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

b)Em que setor da Instituição você atua? *

- ☐ Coordenação de Curso
- ☐ Assistência Estudantil
- ☐ Apoio Pedagógico ao Discente
- ☐ Chefia de DAA/Coordenação acadêmica
- ☐ Direção-geral
- ☐ Outro: _____

PRÓXIMA

Página 1 de 6

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

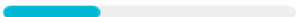
Google Formulários

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO – ASPECTOS COMUNS A TODOS OS SEGMENTOS

Marque, considerando o grau de relevância, os aspectos que você considera que podem contribuir para a permanência e êxito do aluno no IFG:

Aspectos Individuais *

	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
Desejo de ter um certificado de formação em Instituição Federal.	☐	☐	☐	☐
Desejo de exercer a profissão do curso técnico escolhido.	☐	☐	☐	☐
Não ter outra opção de curso de qualidade na cidade.	☐	☐	☐	☐
Facilidade na compreensão dos conteúdos e nos estudos das disciplinas.	☐	☐	☐	☐
Afinidade com a área técnica do curso.	☐	☐	☐	☐
Anseio por obter um melhor preparo para o ENEM e ingressar num curso superior de qualidade.	☐	☐	☐	☐
Sentir-se importante por estudar no IFG.	☐	☐	☐	☐
Esforço individual para alcançar os bons resultados.	☐	☐	☐	☐
Não ter ficado reprovado em nenhuma série e/ou disciplina.	☐	☐	☐	☐

[VOLTAR](#)
[PRÓXIMA](#)

 Página 2 de 6

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

Google Formulários

Marque, considerando o grau de relevância, os aspectos que você considera que podem contribuir para a permanência e êxito do aluno no IFG:

Aspectos sociais, culturais e econômicos: *

	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
Apoio familiar (incentivo da família nos momentos de dificuldades, compreensão acerca do tempo disponível para o estudo, dentre outros)	☐	☐	☐	☐
Condições financeiras propícias (orçamento familiar suficiente para custear as despesas com alimentação, transporte e materiais)	☐	☐	☐	☐
Engajamento dos pais ou familiares para a conclusão no curso (pais ou responsáveis presentes às reuniões e acompanhando as atividades acadêmicas).	☐	☐	☐	☐
Ter disponibilidade de tempo somente para o estudo.	☐	☐	☐	☐
Cobrança dos pais quanto aos resultados de avaliações e aproveitamento.	☐	☐	☐	☐
Pouco envolvimento em conflitos familiares.	☐	☐	☐	☐
Possuir computador e acesso à internet em casa.	☐	☐	☐	☐
Não exercer atividade remunerada (exceto estágio e monitorias).	☐	☐	☐	☐

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 3 de 6

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

Google Formulários

Marque, considerando o grau de relevância, os aspectos que você considera que podem contribuir para a permanência e êxito do aluno no IFG:

Aspectos Institucionais *

	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
Recebimento dos auxílios financeiros do IFG para permanência, alimentação e /ou transporte.	☐	☐	☐	☐
Orientação educacional e acompanhamento pedagógico por parte dos Coordenadores e do Apoio Pedagógico ao Discente.	☐	☐	☐	☐
Qualificação dos professores (boas aulas).	☐	☐	☐	☐
Estrutura física da Instituição, com a oferta de laboratórios, biblioteca, espaços de convivência, salas climatizadas, dentre outras.	☐	☐	☐	☐
Participação nos projetos de ensino, ofertados pelos professores, nas diversas áreas.	☐	☐	☐	☐
Atendimento individualizado dos professores – plantões, tira dúvidas.	☐	☐	☐	☐
Participação nas monitorias ofertadas nas disciplinas críticas.	☐	☐	☐	☐
Funcionamento do Restaurante estudantil.	☐	☐	☐	☐
Maior autonomia, "liberdade" estudantil nas ações e dependências da Instituição.	☐	☐	☐	☐
Estudo em tempo Integral (permanecer o dia todo no IFG).	☐	☐	☐	☐
A forma como as disciplinas do curso estão distribuídas nas séries ou períodos.	☐	☐	☐	☐
Bom relacionamento interpessoal com os colegas da turma.	☐	☐	☐	☐
Bom relacionamento interpessoal com os professores e servidores da Instituição.	☐	☐	☐	☐
Interesse da escola/professor em atender as dificuldades apresentadas durante o curso.	☐	☐	☐	☐

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 4 de 6

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

Google Formulários

Atenção! Agora o foco é outro!

Marque, considerando o grau de relevância, os aspectos que você considera que foram os principais "problemas ou dificuldades" para a permanência e êxito do aluno no IFG:

★

	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
Carga horária extensa do curso (muitas disciplinas no ano letivo).	☐	☐	☐	☐
Excesso de trabalhos e atividades.	☐	☐	☐	☐
Dificuldade na adaptação com o ritmo da Instituição.	☐	☐	☐	☐
Distribuição dos horários das aulas semanais durante o ano letivo.	☐	☐	☐	☐
Curso em tempo integral – permanecer o dia todo na Instituição.	☐	☐	☐	☐
Conflitos interpessoais com professores e/ou servidores.	☐	☐	☐	☐
Conflitos interpessoais com colegas de turma.	☐	☐	☐	☐
Notas baixas nas disciplinas.	☐	☐	☐	☐
Dificuldades financeiras para a manutenção das despesas de transporte e alimentação.	☐	☐	☐	☐
Problemas familiares, conflitos com os pais e/ou outras pessoas da família.	☐	☐	☐	☐
Falta de conhecimento de conteúdos do Ensino Fundamental e que são básicos para o Ensino Médio.	☐	☐	☐	☐

VOLTAR

PRÓXIMA

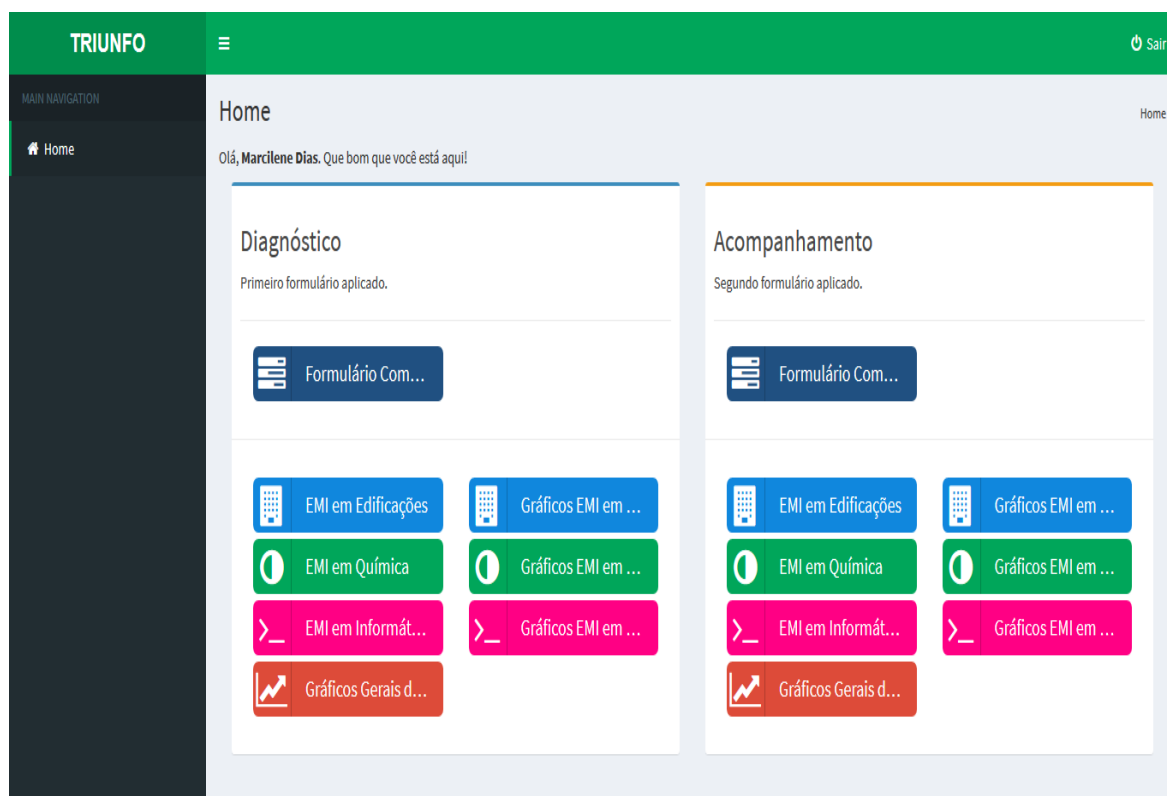
Página 5 de 6

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

Google Formulários

APÊNDICE J – PRODUTO EDUCACIONAL – INTERFACE SISTEMA TRIUNFO



APÊNDICE K – FORMULÁRIO PEDAGÓGICO DE DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO DISCENTE – 1ª FASE

Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente

Caro(a) aluno(a),

Este formulário busca informações importantes para o seu desenvolvimento acadêmico no IFG Câmpus Uruaçu.

A partir dos dados apresentados por você, neste questionário, os professores, coordenadores e equipe pedagógica poderão realizar ações com o objetivo de garantir a sua permanência e sucesso no curso de sua escolha nesta instituição.

Assim, contamos com a sua colaboração em responder as questões com muita atenção e fidelidade!

São apenas três seções de perguntas bem objetivas!

Desde já agradecemos!

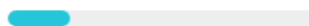
Marcilene Dias Bruno de Almeida - Mestranda do PPGEEB Cepae/UFG

Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente - IFG Câmpus Uruaçu

Vamos começar...



PRÓXIMA



Página 1 de 5

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

Google Formulários

Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente

*Obrigatório

Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente

01 - Qual o seu nome? *

Sua resposta _____

02 - Qual é a sua idade? *

Sua resposta _____

03 - Quantas pessoas moram com você? (incluindo pais, filhos, irmãos, parentes e amigos) *

- ☐ Moro sozinho.
- ☐ 1 pessoa
- ☐ 2 pessoas
- ☐ 3 pessoas
- ☐ 4 pessoas
- ☐ 5 pessoas
- ☐ 6 pessoas
- ☐ 7 pessoas
- ☐ Outro: _____

04 - Quem mora na sua casa? *

- ☐ Moro sozinho.
- ☐ Pai
- ☐ Mãe
- ☐ Irmão
- ☐ Irmã
- ☐ Filho(a)
- ☐ Avô
- ☐ Avó
- ☐ Tio(a)
- ☐ Padrasto
- ☐ Madrasta
- ☐ Primo
- ☐ Amigo(a)
- ☐ Outro: _____

05 - A casa da sua família é: *

- ☐ Própria
- ☐ Alugada
- ☐ Cedida
- ☐ Outro: _____

06 - Sua casa está localizada em: *

- ☐ Zona rural
- ☐ Zona urbana
- ☐ Comunidade indígena
- ☐ Comunidade quilombola
- ☐ Outro: _____

07 - Como você mora atualmente? *

- ☐ Em casa ou apartamento, com sua família
- ☐ Em casa ou apartamento, sozinho(a).
- ☐ Em quarto ou cômodo alugado, sozinho(a).
- ☐ Em casa de outros familiares
- ☐ Em casa de amigos
- ☐ Em habitação coletiva: hotel, hospedaria, quartel, pensionato, república, etc
- ☐ Em casa/apto, mantidos pela família para moradia do estudante
- ☐ Outro: _____

08 - Qual é o nível de escolaridade do seu pai? *

- ☐ Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo Primário)
- ☐ Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo Ginásio)
- ☐ Ensino Médio (antigo 2º grau)
- ☐ Ensino Superior (Faculdade)
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Não sei informar.
- ☐ Outro: _____

09 - Qual é o nível de escolaridade da sua mãe? *

- ☐ Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo Primário)
- ☐ Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo Ginásio)
- ☐ Ensino Médio (antigo 2º grau)
- ☐ Ensino Superior (Faculdade)
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Não sei informar.
- ☐ Outro: _____

10 - A situação conjugal dos seus pais é: *

- ☐ Vivem juntos
- ☐ Separados
- ☐ Pai falecido
- ☐ Mãe falecida
- ☐ Pai e mãe falecidos.
- ☐ Outro: _____

11 - Quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? *

- ☐ Até 1 salário mínimo (de R\$0,00 a R\$ 954,00)
- ☐ de 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 954,01 a R\$ 2.862,00)
- ☐ de 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.862,01 a R\$ 5.724,00)
- ☐ de 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.724,01 a R\$ 8.586,00)
- ☐ Mais de 10 salários mínimos (mais de R\$ 9.540,00)
- ☐ Outro: _____

12 - Você ou alguém da sua família recebem auxílio de algum programa social (Bolsa família, renda cidadã, etc)? *

- ☐ Sim, estamos recebendo.
- ☐ Nunca recebemos.
- ☐ Atualmente não, mas já recebemos.
- ☐ Outro: _____

13 - Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar ao IFG? *

- ☐ A pé/carona/bicicleta
- ☐ Transporte coletivo público
- ☐ Transporte coletivo contratado
- ☐ Transporte escolar
- ☐ Veículo próprio (carro/moto)
- ☐ Outro: _____

VOLTAR**PRÓXIMA**

Página 2 de 5

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

Google Formulários

[illegible]

18 - Como você obteve conhecimento do IFG? *

- ☐ Pelos seus pais
- ☐ Pela escola anterior
- ☐ Pelos amigos
- ☐ Pela internet
- ☐ Outro: _____

19 - Você participou do Projeto "Conhecendo o IFG" (visita ao Câmpus antes de fazer a inscrição no processo seletivo) com a sua turma da escola anterior? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei informar
- ☐ Outro: _____

20 - Qual fator mais influenciou na sua decisão de estudar no IFG? *

- ☐ Insistência dos pais ou familiares.
- ☐ Por vontade própria.
- ☐ Desejo de ter um curso técnico na área escolhida.
- ☐ Ensino de melhor qualidade.
- ☐ Melhor preparação para o vestibular.
- ☐ Outro: _____

21 - Qual fator mais influenciou na escolha do curso(Informática/Edificações/Química) no IFG? *

- ☐ Tenho muita afinidade com a área do curso.
- ☐ Não tinha a opção que eu realmente queria.
- ☐ As apresentações do curso no "Conhecendo o IFG" ajudaram na decisão.
- ☐ Muito interesse em atuar como profissional nesta área.
- ☐ Influência dos pais.
- ☐ Outro: _____

VOLTAR**PRÓXIMA** Página 3 de 5

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Formulário Pedagógico de Diagnóstico e Acompanhamento Discente

*Obrigatório

... e para finalizar!



22 - Você possui alguma deficiência? *

- ☐ Não
- ☐ Deficiência Visual
- ☐ Deficiência física
- ☐ Deficiência auditiva
- ☐ Deficiência intelectual
- ☐ Outro: _____

23 - Você já foi atendido por um psicólogo e/ou psicopedagogo? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outro: _____

24 - Já foi diagnosticado com algum transtorno psicológico e/ou distúrbio de aprendizagem? *

- ☐ Transtorno de Déficit de atenção e Hiperatividade (TDAH)
- ☐ Dislexia
- ☐ TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo)
- ☐ Depressão
- ☐ Transtorno Bipolar
- ☐ Não ou nunca
- ☐ Não sei dizer
- ☐ Outro: _____

25 - Já apresentou ou apresenta algum problema de saúde que exigiu ou exige acompanhamento? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei dizer

26 - Qual? (Só responder se a resposta anterior for "sim")

Sua resposta _____

27 - Faz uso contínuo de algum medicamento? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei informar.
- ☐ Outro: _____

28 - Qual? (Só responder se a resposta anterior for "sim")

Sua resposta _____

29 - Já realizou alguma cirurgia? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei informar
- ☐ Outro: _____

30 - Qual? (Só responder se a resposta anterior for "sim")

Sua resposta _____

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 4 de 5

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

Google Formulários

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

31 - Declaro estar ciente e de acordo que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário e que as respostas por mim oferecidas neste formulário poderão ser disponibilizadas SOMENTE para a equipe pedagógica do IFG Câmpus Uruaçu (professores, coordenadores e apoio pedagógico).

- ☐ Concordo
- ☐ Não Concordo

Obrigada pela colaboração! Agora é só enviar!



VOLTAR

ENVIAR

Página 5 de 5

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço

Google Formulários

7 - Você traz para a sala de aula todo o material necessário? (Livros, cadernos, materiais específicos da disciplina, ...)

- ☐ Sempre. Trago todos os materiais exigidos nas aulas.
- ☐ Frequentemente. Já ocorreu de deixar de levar algum material.
- ☐ Normalmente. Às vezes esqueço os materiais das aulas.
- ☐ Esporadicamente. Várias vezes deixei de trazer os materiais para as aulas.
- ☐ Nunca. Não trago os materiais exigidos para aulas.

8 - Você participou das Monitorias disponibilizadas pelo IFG?

- ☐ Sempre. Participei de todas as monitorias ofertadas.
- ☐ Frequentemente. Participei várias vezes das monitorias ofertadas.
- ☐ Normalmente. Participei somente das monitorias das disciplinas que precisei.
- ☐ Esporadicamente. Participei poucas vezes das monitorias.
- ☐ Nunca. Não participei de nenhuma monitoria.

9 - Você participou dos atendimentos dos professores para reforço e tira-dúvidas?

- ☐ Sempre. Participei de todos os atendimentos.
- ☐ Frequentemente. Participei de vários atendimentos.
- ☐ Normalmente. Participei somente dos atendimentos das disciplinas que precisei.
- ☐ Esporadicamente. Participei de poucos atendimentos.
- ☐ Nunca. Não participei de nenhum atendimento.

10 - Você consegue fazer perguntas para os professores durante o período de aula, quando surgem dúvidas?

- ☐ Sempre. Tiro todas as dúvidas durante a aula.
- ☐ Frequentemente. Tento tirar minhas dúvidas durante as aulas.
- ☐ Normalmente. Pergunto somente para os professores que tenho mais liberdade.
- ☐ Esporadicamente. Quase não faço perguntas durante as aulas.
- ☐ Nunca. Não pergunto nada durante as aulas.

11 - Além do período que você permanece no IFG, você tem estudado em casa?

- ☐ Sempre. Estudo todos os dias em casa.
- ☐ Frequentemente. Estudo alguns dias em casa.
- ☐ Normalmente. Estudo somente próximo às avaliações.
- ☐ Esporadicamente. Estudo poucas vezes em casa.
- ☐ Nunca. Não estudo em casa.

12 - Você é tratado por seus colegas com respeito e gentileza?

- ☐ Sempre. Todos me tratam muito bem.
- ☐ Frequentemente. Poucas vezes me trataram com desrespeito.
- ☐ Normalmente. Alguns colegas já me trataram com desrespeito.
- ☐ Esporadicamente. Ocorreram várias situações de desrespeito para comigo.
- ☐ Nunca. Meus colegas não me respeitam e não me tratam bem.

13 - Você trata seus colegas com respeito e gentileza?

- ☐ Sempre. Respeito todos os meus colegas.
- ☐ Frequentemente. Respeito quando sou respeitado.
- ☐ Normalmente. Já ocorreram situações em que desrespeitei algum colega.
- ☐ Esporadicamente. Ocorrem situações em que perco o controle.
- ☐ Nunca. Não me relaciono bem com meus colegas de turma.

14 - Como você tem usado o celular em sala de aula?

- ☐ Sempre. Uso o celular em todos os momentos da aula, pois não consigo controlar.
- ☐ Frequentemente. Uso o celular em vários momentos da aula.
- ☐ Normalmente. Uso o celular nos momentos livres da aula.
- ☐ Esporadicamente. Uso o celular somente quando os professores permitem.
- ☐ Nunca. Não trago o celular ou o mantenho desligado durante as aulas.

15 - Como você avalia seu rendimento no IFG até este momento?

- ☐ Ótimo. Consegui ótimas notas em todas as disciplinas.
- ☐ Muito bom. Consegui alcançar as médias previstas para as disciplinas.
- ☐ Regular. Não consegui alcançar as médias em algumas disciplinas.
- ☐ Insatisfatório. Estou com várias notas abaixo da média.
- ☐ Ruim. Não consegui alcançar as médias em nenhuma disciplina.

COM RELAÇÃO À SUA FAMÍLIA



16 - Você tem o apoio da sua família para o estudo no IFG?

- ☐ **Sim.** Minha família me ajuda em tudo que preciso com relação aos estudos.
- ☐ **Parcialmente.** Minha família ajuda somente quando solicito.
- ☐ **Não.** Minha família não me apoia nos estudos.

17 - Seus pais ou responsáveis acompanham seu desenvolvimento no IFG?

- ☐ **Sim.** Meus pais acompanham e sabem de tudo sobre meu desempenho no IFG.
- ☐ **Parcialmente.** Meus pais são informados do meu rendimento somente nas reuniões.
- ☐ **Não.** Meus pais não acompanham e não se interessam pelo meu desempenho no IFG.

18 - Sua família encontrou alguma dificuldade financeira para a sua manutenção no curso?

- ☐ **Sim.** Temos bastante dificuldade financeira para permanecer no IFG.
 - ☐ **Parcialmente.** Temos algumas dificuldades financeiras, mas recebi o auxílio.
 - ☐ **Não.** Nenhuma dificuldade financeira para me manter.
-

COM RELAÇÃO À SUA TURMA



19 - Você considera sua turma unida?

- ☐ Sim. Minha turma sempre mantém atitudes de união e respeito.
- ☐ Parcialmente. Existem alguns momentos de conflitos.
- ☐ Não. A turma não é unida em nenhum momento.

20 - Você considera que sua turma é participativa nas aulas?

- ☐ Sim. Todos os alunos são concentrados nas aulas e participam com perguntas e atividades.
- ☐ Parcialmente. Somente alguns alunos são concentrados nas aulas e participam com perguntas e atividades.
- ☐ Não. A participação nas aulas é muito pequena.

21 - O relacionamento entre os colegas da sua turma contribui para que todos possam aprender?

- ☐ Sim. Existe o respeito e auxílio quanto às dúvidas e dificuldades dos colegas.
- ☐ Parcialmente. Em alguns momentos ocorrem críticas que interferem na aprendizagem.
- ☐ Não. Os colegas que possuem mais dificuldades são ignorados ou criticados pela turma.

22 - O nível de conversas paralelas durante as aulas tem prejudicado o ensino e a aprendizagem?

- ☐ Sim. A conversa da turma atrapalha todas as aulas.
- ☐ Parcialmente. A conversa da turma atrapalha somente em algumas aulas.
- ☐ Não. A turma não conversa durante as aulas a ponto de atrapalhar.

23 - Existe muita competição entre os alunos da sua turma?

- ☐ Sim. Minha turma é muito competitiva.
- ☐ Parcialmente. Às vezes ocorrem competições entre alguns alunos.
- ☐ Não. As atitudes dos alunos são sempre de cooperação.

24 - Ocorrem situações de desrespeito entre colegas em sua turma?

- ☐ Sim. Os colegas estão sempre se desrespeitando com brigas ou brincadeiras indevidas.
- ☐ Parcialmente. Algumas vezes ocorrem atitudes de desrespeito entre os colegas.
- ☐ Não. Nunca ocorreu situação de desrespeito entre colegas.

25 - Ocorrem situações de desrespeito de aluno para com professor em sua turma?

- ☐ Sim. Sempre ocorrem situações de desrespeito pelos professores.
- ☐ Parcialmente. Algumas vezes ocorrem atitudes de desrespeito com os professores.
- ☐ Não. Nunca ocorreu situação de desrespeito aos professores.

COM RELAÇÃO AO IFG



26 - O IFG correspondeu às suas expectativas?

- ☐ **Sim.** Funciona exatamente como eu esperava.
- ☐ **Parcialmente.** Alguns aspectos não correspondem ao que eu esperava.
- ☐ **Não.** Em nada corresponde ao que eu esperava.

27 - Você tem conseguido se adaptar ao ritmo do IFG (estudo em tempo integral, ensino médio e técnico juntos)?

- ☐ **Sim.** Consegui me adaptar rapidamente ao ritmo do IFG.
- ☐ **Parcialmente.** Ainda tenho dificuldade de adaptação ao ritmo do IFG.
- ☐ **Não.** É muito difícil seguir o ritmo do IFG.

28 - Você sente que a falta de alguns conteúdos do Ensino Fundamental afetam sua aprendizagem no IFG?

- ☐ **Sim.** Todas as disciplinas exigem conteúdos anteriores que não aprendi.
- ☐ **Parcialmente.** Somente algumas disciplinas exigem conteúdos anteriores que não aprendi.
- ☐ **Não.** A falta de conhecimento de conteúdos anteriores não me atrapalha na aprendizagem de nenhuma disciplina.

29 - Você está satisfeito com a área técnica do curso?

- ☐ **Sim,** me identifiquei totalmente com a área técnica.
- ☐ **Parcialmente,** não tenho afinidade com algumas disciplinas do curso técnico.
- ☐ **Não,** se pudesse escolheria outra área.

30 - Quais as disciplinas que você mais encontrou dificuldades neste bimestre? *Questão de múltipla escolha.*

- ☐ Disciplinas da área de exatas (Matemática).
- ☐ Disciplinas da área de Ciências da Natureza (Biologia, Química, Física).
- ☐ Disciplinas da área de Linguagens. (Português, Inglês, Espanhol, Artes, Educação Física).
- ☐ Disciplinas da área de Humanas (História, Geografia, Filosofia, Sociologia).
- ☐ Disciplinas técnicas do Curso (Informática, Edificações e Química).

31 - Qual o principal fator a que você atribui seus bons resultados neste bimestre?

- ☐ **Pessoal.** Esforço individual para alcançar os resultados.
- ☐ **Turma.** A ajuda e colaboração da turma para a aprendizagem.
- ☐ **Docentes.** O trabalho dos professores (qualidade das aulas, assistência aos alunos).
- ☐ **IFG.** Auxílios financeiros, monitorias, apoio pedagógico.
- ☐ **Pais.** Acompanhamento dos pais e cobrança de resultados.

32 - Qual o principal fator a que você atribui seus resultados ruins neste bimestre?

- ☐ **Pessoal.** Falta de esforço individual para alcançar os resultados.
 - ☐ **Turma.** Falta de ajuda e colaboração da turma para a aprendizagem.
 - ☐ **Docentes.** Trabalho insatisfatório dos professores (qualidade das aulas, assistência aos alunos).
 - ☐ **IFG.** Falta de auxílios financeiros, monitorias, apoio pedagógico, Curso (número excessivo de disciplinas, falta de afinidade com a área técnica do curso).
 - ☐ **Pais.** Falta de acompanhamento dos pais e cobrança de resultados.
-

33 - Você considera que o número de disciplinas durante o ano letivo atrapalha seu desempenho?

- ☐ Sim. Não consigo me dedicar o suficiente a todas as disciplinas.
- ☐ Parcialmente. A quantidade de disciplinas atrapalha no estudo de algumas.
- ☐ Não. A quantidade de disciplinas não interfere nos resultados.

34 - As metodologias utilizadas pelos professores facilitam a aprendizagem?

- ☐ Sim. Os professores utilizam métodos variados e interessantes.
- ☐ Parcialmente. Somente alguns professores utilizam métodos variados e interessantes.
- ☐ Não. Os professores não diversificam as aulas e usam métodos desinteressantes.

35 - A linguagem que o professor utiliza na explicação facilita a compreensão dos conteúdos?

- ☐ Sim. Consigo compreender as explicações de todos os professores.
- ☐ Parcialmente. Alguns professores utilizam uma linguagem que não compreendo.
- ☐ Não. A linguagem que os professores utilizam dificulta minha compreensão.

36 - Você considera que os professores e/ou servidores tratam os alunos com respeito?

- ☐ Sim. Os alunos são tratados com respeito pelos professores e/ou servidores.
- ☐ Parcialmente. Já ocorreram atitudes de desrespeito por professores e/ou servidores.
- ☐ Não. Os professores e/ou servidores não respeitam os alunos.

- 37 - Você considera que os eventos realizados pelo IFG contribuíram para o seu desenvolvimento?Sair
- ☐ Sim. Os eventos que participei no IFG me ajudaram na aprendizagem.
 - ☐ Parcialmente. Somente alguns eventos foram importantes para o meu desempenho.
 - ☐ Não. Nenhum evento contribuiu para meu desenvolvimento no IFG.

38 - Você considera que sua turma recebe as orientações necessárias pela Coordenação de Curso?

- ☐ Sim. Tudo que a turma necessitou foi bem orientada.
- ☐ Parcialmente. Algumas situações não foram orientadas.
- ☐ Não. Nunca recebemos orientações da Coordenação de Curso.

39 - Você recebeu alguma orientação por parte da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente neste bimestre?

- ☐ Sim, fui convidado(a) pelos servidores.
 - ☐ Sim, eu procurei atendimento.
 - ☐ Não, fui convidado(a), mas não compareci.
 - ☐ Não, ainda não fui convidado(a).
-

APÊNDICE M - AVALIAÇÃO DO FORMULÁRIO PEDAGÓGICO DE DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO DISCENTE

AVALIAÇÃO DO FORMULÁRIO PEDAGÓGICO DE DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO DISCENTE – 2ª ETAPA

Por favor, registre a sua opinião:

1 - A contribuição das informações para o melhor conhecimento do aluno foi:

☐ Excelente ☐ Satisfatória ☐ Regular ☐ Insatisfatória

2 – A contribuição das informações para as discussões sobre a turma foi:

☐ Excelente ☐ Satisfatória ☐ Regular ☐ Insatisfatória

3- A contribuição das informações para a proposição de intervenções individuais e coletivas foi:

☐ Excelente ☐ Satisfatória ☐ Regular ☐ Insatisfatória

4 – A metodologia utilizada para a divulgação das informações:

a) Pelo e-mail foi: ☐ Excelente ☐ Satisfatória ☐ Regular ☐ Insatisfatório

b) pelo Conselho de Classe foi: ☐ Excelente ☐ Satisfatória ☐ Regular ☐ Insatisfatória

5- Sugestões: _____

ANEXO A – TERMO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: O CASO DO IFG CÂMPUS URUAÇU.

Pesquisador: MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 75017517.9.0000.5083

Instituição Proponente: Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.368.355

Apresentação do Projeto:

O presente projeto visa buscar a identificação de elementos comuns aos discentes que permanecem e alcançam o êxito no IFG Câmpus Uruaçu, para o apontamento de medidas preventivas e remediadoras da evasão e fracasso escolar. Para tanto, será feita a aplicação de questionários semiestruturados que serão norteados por uma análise de artigos e textos a respeito do tema e das participações dos sujeitos da pesquisa. Os resultados obtidos possibilitarão delimitar fatores externos e internos fundamentais, que podem ser determinantes ou exercer influência na decisão pela permanência e conclusão do discente no curso. A partir destes dados, criar-se-á um formulário eletrônico de diagnóstico e acompanhamento dos discentes, que deverá ser aplicado aos estudantes na fase inicial de seu ingresso na instituição e ao final dos três primeiros bimestres letivos, a fim de identificar os pontos fortes e pontos frágeis apresentados pelos mesmos concernentes à permanência e êxito. Os fatores apresentados servirão como base para o envidamento de estratégias pedagógicas ou assistenciais dos educadores, gestores e equipes de apoio ao ensino e pais ou responsáveis.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Criar um formulário pedagógico eletrônico de diagnóstico e acompanhamento do discente ingressante na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, baseado nos elementos identificados que contribuem para a permanência e êxito do estudante no curso, a fim

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

Município: GOIÂNIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.prpl.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.368.355

de fornecer subsídios para a escolha das intervenções adequadas que impedirão seu abandono ou reprovação.

Objetivo Secundário: - Evidenciar os caminhos do sucesso, através do levantamento dos aspectos comuns entre os jovens que ingressam, permanecem e concluem a Educação Profissional Técnica integrado ao Ensino Médio. - Propiciar mecanismos de acompanhamento pedagógico e social ao discente desde seu ingresso na Instituição de ensino. - Subsidiar o trabalho de docentes, equipes pedagógicas e pais concernente às estratégias de incentivo à permanência e êxito dos estudantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como benefícios apontam-se fatores que poderão atenuar ou fortalecer a decisão de permanência e o alcance do êxito do estudante no curso, por meio de instrumentos que melhorem a condição do aluno no campus IFG.

como riscos, apontam-se Constrangimento dos participantes ao responder as perguntas dos questionários. Omissão de informações pelos estudantes pesquisados, podendo apresentar interferências nos resultados da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante social e academicamente. Sugere um resultado prático bastante eficaz para os participantes da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentam-se como documentos: Informações básicas, termo de anuência, TALE, TCLE pais, alunos, professores, servidores, cronograma, folha de rosto, termo de compromisso, resumo carta de apresentação, projeto de pesquisa,

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise dos documentos postados somos favoráveis à aprovação do presente protocolo de pesquisa, smj deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para março

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
 Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
 UF: GO Município: GOIÂNIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.368.355

de 2019.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_984203.pdf	11/10/2017 12:02:32		Aceito
Outros	carta_de_encaminhamento.pdf	11/10/2017 12:01:30	MARCILENE DIAS BRUNO DE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_aluno.pdf	11/10/2017 11:34:04	MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA1.pdf	11/10/2017 11:17:14	MARCILENE DIAS BRUNO DE	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	02/09/2017 16:06:00	MARCILENE DIAS BRUNO DE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Temo_compromisso.jpg	29/08/2017 14:25:07	MARCILENE DIAS BRUNO DE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais_alunos.pdf	29/08/2017 14:23:34	MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA	Aceito
Outros	Resumo.pdf	29/08/2017 14:20:08	MARCILENE DIAS BRUNO DE	Aceito
Outros	carta_apresentacao.jpg	29/08/2017 14:19:15	MARCILENE DIAS BRUNO DE	Aceito
Outros	Temo_anuencia.jpg	29/08/2017 14:17:29	MARCILENE DIAS BRUNO DE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_PPGEEB_Cepae_UFG.pdf	29/08/2017 14:09:55	MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais.pdf	29/08/2017 13:54:36	MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_servidor.pdf	29/08/2017 13:51:37	MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_professor.pdf	29/08/2017 13:51:09	MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA	Aceito

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
 Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
 UF: GO Município: GOIÂNIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.368.355

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_aluno.pdf	29/08/2017 13:47:42	MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	29/08/2017 13:34:00	MARCILENE DIAS BRUNO DE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 07 de Novembro de 2017

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com

ANEXO B - TERMO DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NO IFG



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE GOIÁS
CÂMPUS URUAÇU

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Leonne Borges Evangelista, abaixo assinado, responsável pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Uruaçu, situado no município de Uruaçu, autorizo a realização do estudo “**PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: O CASO DO IFG URUAÇU**”, a ser conduzido pelas pesquisadoras Marcilene Dias Bruno de Almeida (mestranda), CPF 782.401.581-53 e Dr^a. Gene Maria Vieira Lyra Silva (orientadora), CPF 518.173.907-59. Fui informado pela responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Uruaçu, 29 de agosto de 2017.

Leonne Borges Evangelista
Diretor-Geral do IFG Câmpus Uruaçu
Portaria Nº 1993, de 05/12/2013

Assinatura

PESQUISADORAS:

Marcilene Dias Bruno de Almeida (mestranda) CPF 782.401.581-53

Prof. Dra. Gene Maria Vieira Lyra Silva (orientadora) - CPF 518.173.907-59

Rua 64, esq. c/ Rua 11, s/n, Expansão Parque Lago. CEP: 73813-816. Formosa – GO.
Fone: (61) 3642 9450